



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

MARIANA HASE UETA

**"O SABOR DA PROSPERIDADE: DIÁLOGOS INTERGERACIONAIS SOBRE
CONSUMO ALIMENTAR E IMPACTO AMBIENTAL NO BRASIL E NA CHINA"**

**CAMPINAS
2021**

MARIANA HASE UETA

"O SABOR DA PROSPERIDADE: DIÁLOGOS INTERGERACIONAIS SOBRE
CONSUMO ALIMENTAR E IMPACTO AMBIENTAL NO BRASIL E NA CHINA"

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas como parte dos
requisitos exigidos para obtenção do título
de Doutora em Ciências Sociais.

Supervisor/Orientador: Prof. Dr. Thomas Patrick Dwyer

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELA ALUNA MARIANA HASE UETA E
ORIENTADA PELO PROF. DR.
THOMAS PATRICK DWYER.

CAMPINAS

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

H273s Hase Ueta, Mariana, 1990-
"O sabor da prosperidade : diálogos intergeracionais sobre consumo alimentar e impacto ambiental no Brasil e na China" / Mariana Hase Ueta. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Thomas Patrick Dwyer.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Alimentação. 2. Mudanças Climáticas. 3. Família. 4. Juventude - Brasil. 5. Juventude - China. I. Dwyer, Thomas Patrick, 1952-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: "The taste of prosperity : intergenerational dialogues on food consumption and environmental impact in Brazil and China"

Palavras-chave em inglês:

Food Consumption

Climate Change

Family

Youth - Brazil

Youth - China

Área de concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutora em Ciências Sociais

Banca examinadora:

Thomas Patrick Dwyer [Orientador]

Walter Belik

Leila da Costa Ferreira

Marcos Ferreira da Costa Lima

Renata Campos Motta

Data de defesa: 08-09-2021

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-3299-842>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/1201364346669005>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 08 de setembro de 2021, considerou a candidata Mariana Hase Ueta aprovada.

Prof. Dr. Thomas Patrick Dwyer (Presidente da Comissão Examinadora)

Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira

Prof. Dr. Walter Belik

Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima

Profa. Dra. Renata Campos Motta

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciência Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Dedico esta tese aos meus pais e avós e a todas as famílias que juntas à mesa também ousaram sonhar com um futuro melhor.

AGRADECIMENTO

Agradeço por todos os caminhos que me trouxeram até aqui e as pessoas que trilharam esta jornada ao meu lado.

Agradeço à minha mãe Mary Hase Ueta pelo seu amor e apoio incondicional. Esta tese não teria sido possível sem a sua escuta e seu acolhimento, que sempre me deram coragem para seguir adiante. Agradeço ao meu pai Luciano Tetsuo Ueta por sempre acreditar que eu poderia conquistar o que eu me dedicasse. O seu olhar possibilitou que eu sonhasse alto e trabalhasse duro, e graças a isso eu me tornei a pessoa que sou hoje. Agradeço aos meus irmãos Gabriel e Pochi e minha cunhada Bruna por tantos momentos felizes em família que trouxeram leveza ao longo desta jornada. Agradeço ao apoio e a inspiração da tia Nobuko e tio Kasuo Ueta por alimentarem minha imaginação desde pequena com as histórias e as experiências da carreira acadêmica, espero um dia me tornar uma professora e pesquisadora que leve o nome da nossa família adiante. Agradeço também à toda a minha família, em especial minhas tias e tios, e as minhas amigas da vida toda Marina Bittencourt e Débora Pazinato e minha amiga Juliana Carneiro que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando e torcendo pelo meu sucesso.

Agradeço ao meu orientador e mentor professor Tom Dwyer. Ao seu lado nos últimos 11 anos eu aprendi não apenas valiosas lições sociológicas, mas principalmente aprendi a ser uma acadêmica generosa e prezar por nada menos que a excelência. A sua visão em relação à China me inspirou quando ainda era uma aluna da graduação na Unicamp e espero continuar contribuindo nos seus esforços de construir pesquisa colaborativa e comparativa entre a China e o Brasil.

Agradeço aos meus melhores amigos e Dream Team Augusto Junqueira Schmidt, Niklas Weins, Erick Tjong e Tsingtao. Muito obrigada por estarem sempre ao meu lado, por me ajudarem e me apoiarem durante toda a pesquisa. Agradeço também a minha melhor amiga e irmã Mariana Yante Barrêto Pereira. Agradeço pelo seu apoio, pela sua generosidade e principalmente pela sua amizade. A nossa cooperação mostra que é possível construir uma academia permeada de afetos e baseada em relações de confiança e amizade. A China nos uniu e espero que este seja apenas o início de uma vida longa ao lado de vocês.

Agradeço e também dedico esta tese aos meus colegas e jovens pesquisadores brasileiros e chineses que construíram e participaram dos eventos que organizei na UNICAMP no Brasil e na Fudan University na China nos últimos anos. Agradeço em especial aos meus amigos e colegas da UNICAMP Mariana Barbieri, Talita de Mello Pinotti e Diego Amorim, e aos colegas baseados em diferentes instituições no Brasil e na China: Lívia Machado Costa da Yenching Academy, João Ricardo Cumarú e Eduardo Matos Oliveira da UFPE, e Rogério Justino da UnB. A contribuição de vocês ao longo destes 5 anos do nosso “Seminário Pesquisar China Contemporânea” na UNICAMP estrutura e fortalece a nossa comunidade de estudos da China no Brasil e juntos construímos uma visão brasileira em direção a China para o futuro.

Agradeço imensamente aos professores da UNICAMP, em especial aos professores da linha de pesquisa China Brasil, que me desafiaram e engrandeceram a presente pesquisa. Agradeço à Professora Leila da Costa Ferreira e ao seu grupo de pesquisa do NEPAM que me ensinaram tanto e me inspiraram a desenvolver minha pesquisa na área ambiental. Agradeço também à Professora Rosana Pinheiro Machado, ao Professor Ramon Bicudo e a Professor Celi Scalon (UFRJ) pelas aulas, discussões e conselhos que muito me ajudaram não apenas na pesquisa, mas também no desenvolvimento da minha carreira. Agradeço em especial aos Professores Walter Belik e Roberto do Carmo que acompanharam o desenvolvimento da pesquisa e cujas contribuições foram preciosas na conclusão deste projeto. Agradeço à Equipe da Estat Jr., os alunos e a Professora Larissa Matos do Departamento de Estatística da UNICAMP pela ajuda com o planejamento de pesquisa, coleta e análise dos dados. Agradeço também à Adriana pelo olhar cuidadoso e ajuda com a formatação da tese. Agradeço também aos funcionários da UNICAMP, em especial à equipe da biblioteca Roberto e Neiva; da secretaria de eventos Ricardo, Pedro e Valério; da secretaria Fábio, Eduardo, Sonia e Beatriz; do xerox Seu Luis e Bene e toda a equipe da Biblioteca Central. O trabalho de vocês engrandece a universidade e contribuíram muito no desenvolvimento desta tese.

Agradeço à Equipe Sustentarea, em especial à professora Aline Martins de Carvalho, Jenny, Nadine e Monica. Muito obrigada por me acolherem no Departamento de Saúde Pública da USP e me ensinarem tanto em relação aos estudos alimentares. Estar ao lado de vocês me inspira a continuar pesquisando e

trabalhando por sistemas alimentares mais justos e sustentáveis. Agradeço também à Professora Aurea Ianni pela sua importante contribuição na discussão sobre Individualização e ao Professor José Afonso Mazzon pelos conselhos em relação aos estudos de consumo.

Agradeço ao Professor Marcos Costa Lima e aos colegas da Coordenadoria de Estudos da Ásia (CEASIA-UFPE) pelo acolhimento e imensa contribuição em relação aos debates em torno dos temas de segurança alimentar.

Agradeço ao meu co-orientador da School of Sociology and Political Science da Shanghai University Professor Dunfu Zhang pelo seu apoio durante o planejamento e a coleta de dados e por me acolher em seu grupo de estudos sobre consumo, onde aprendi muito. Gostaria de agradecer também ao Professor Leiwen Jiang e a pesquisadora Chen Chen do Asian Demographic Research Institute (ADRI) pelas discussões, conselhos e por tantas lições valiosas sobre o trabalho de campo na China. Agradeço também à Equipe DERI UNICAMP e o International Office da Shanghai University pelo estabelecimento deste acordo de cooperação acadêmica que tanto beneficiou a pesquisa. Agradeço também aos colegas da Tsinghua University, em especial Marcelo Veloso e a amiga Doris Lee do Good Food Institute China pela ajuda com o trabalho de campo na China.

Agradeço ao meu co-orientador do Center for Chinese Studies da Universidade da Califórnia (UCLA) Professor Yan Yunxiang pelas suas importantes contribuições na tese. Agradeço também às professoras Susanna Hecht e Hannah Landecker que enriqueceram o debate em torno da minha pesquisa. Agradeço também aos meus grandes amigos que tanto me apoiaram e que espero levar para a vida inteira Beatriz Celani, Samuel Araújo e Teruko Mitsuahara.

Agradeço à minha co-orientadora do Latin American Institute da Freie Universität Berlin Professora Renata Motta e à sua equipe do projeto "Food for Justice", em especial ao Marco Antônio Teixeira, Madalena Meinecke, Eryka Silva Galindo, Carolin Küppers, Thalita Kalix Garcia Santana e Frederico Masson. Agradeço a minha amiga Puo-An Wu Fu, o seu companheirismo e a sua escuta sempre foram um espaço mágico de surgimento de novas ideias, muito obrigada pela sua ajuda.

Agradeço a minha querida amiga Josephine Ulrich e a meu afilhado Paul pelo apoio e por tantos momentos de alegria juntos. Paul, o seu nascimento fez com que eu pensasse no futuro com mais esperança, espero que com esta pesquisa eu possa contribuir um pouquinho para deixar um mundo melhor para você.

Finalmente agradeço aos órgãos de financiamento que tornaram esta pesquisa possível. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Gostaria de agradecer também à Comissão Fulbright Brasil e a DAAD pelo financiamento de mobilidade que muito contribuíram para o desenvolvimento deste projeto.

Gente quer comer

Gente quer ser feliz

[...]

Quer durar, quer crescer

Gente quer luzir

[...]

Gente é pra brilhar

Não pra morrer de fome

Gente, Caetano Veloso.

RESUMO

O ato de comer, além da nutrição, é um ato de imaginação, pois envolve memórias, percepções da realidade social e aspirações das pessoas por um futuro melhor. Brasil e China vêm passando no decorrer das últimas décadas pela expansão do acesso ao consumo, e ao mesmo tempo pela transição nutricional, tornando o consumo alimentar uma questão fundamental a ser investigada nestes países. A produção de alimentos é apontada como uma indústria intensiva em recursos, e estes processos representam um grande desafio para o desenvolvimento sustentável com desdobramentos globais. A urgência de nosso atual contexto ecológico cria discursos autoritários e morais em torno do consumo que focam no cálculo da magnitude do impacto na natureza sem levar em conta as percepções e desejos do indivíduo consumidor. Frente às mudanças climáticas, as responsabilidades e vulnerabilidades são distribuídas de maneira desigual da perspectiva geográfica e de classe, desta forma se faz necessário entender as transformações e as mudanças nas subjetividades que emergem dos países em desenvolvimento. A discussão tem como foco entender os processos de desenvolvimento, experiências de transição nutricional e considerações de sustentabilidade interconectados na China e no Brasil. Neste contexto, a carne ocupa lugar central tanto na sociedade brasileira quanto na chinesa: ao mesmo tempo que é vista como um alimento altamente valorizado e marcador de mobilidade social através de diferentes gerações na China e no Brasil, a carne agora traz também novos significados ligados ao seu alto impacto ambiental. O consumo de carne mobiliza memórias de privação e mobilidade de classe, bem como sonhos de alcançar uma vida melhor e o seu valor vem sendo discutido e ressignificado intergeracionalmente. Os jovens consumidores urbanos desses países trazem novas ideias, como a questão ambiental, em relação ao consumo alimentar, e desta forma influenciam as práticas de consumo de alimentos das gerações mais velhas. Logo, estudantes universitários na cidade de Xangai na China e Campinas no Brasil que pararam ou reduziram o consumo de carne (alguns se consideram vegetarianos ou veganos) foram escolhidos para investigar suas razões, motivações, aspirações, mudanças em sua sociabilidade e as formas como trouxeram temas ambientais à mesa de suas famílias. O consumo de alimentos e o novo papel da Sustentabilidade exigem um debate intercultural, intergeracional e global, a fim de construir um caminho inclusivo e justo em direção à Justiça Alimentar. A compreensão destas narrativas intergeracionais sobre alimentação e sustentabilidade permitirá que o Brasil e a China contribuam com suas perspectivas na construção de um futuro compartilhado em tempos de mudanças climáticas globais.

Palavras-chave: Alimentação; Mudanças Climáticas; Família; Juventude – Brasil; Juventude – China.

ABSTRACT

The act of eating, besides nutrition, is an act of imagination, as it involves memories, perceptions of social reality, and people's aspirations for a better future. Brazil and China have been experiencing over the past decades an expansion of access to consumption, and at the same time a nutritional transition, making food consumption a key issue to be investigated in these countries. Food production is seen as a resource-intensive industry, and these processes represent a major challenge to sustainable development with global impact. The urgency of our current ecological context creates authoritarian and moral discourses around consumption that focus on calculating the magnitude of the impact on nature without taking into account the perceptions and desires of the individual consumer. In the face of climate change, responsibilities and vulnerabilities are unevenly distributed from a geographical and class perspective, thus it is necessary to understand the transformations and changes in subjectivities emerging from developing countries. The discussion focuses on understanding the interconnection between development processes, nutritional transition experiences, and sustainability considerations in China and Brazil. In this context, meat occupies a central place in both Brazilian and Chinese society: while it is seen as a highly valued food and marker of social mobility across different generations in China and Brazil, meat now also carries new meanings linked to its high environmental impact. Meat consumption mobilizes memories of deprivation and class mobility as well as dreams of achieving a better life, and its value is being discussed and re-signified intergenerationally. Young urban consumers in these countries bring new ideas, such as environmental issues, to food consumption, and in this way influence the food consumption practices of older generations. Therefore, college students in Shanghai, China and Campinas, Brazil who have stopped or reduced their meat consumption (some consider themselves vegetarian or vegan) were chosen to investigate their reasons, motivations, aspirations, changes in their sociability, and the ways they have brought environmental issues to the family table. Food consumption and the new role of Sustainability require an intercultural, intergenerational and global debate in order to build an inclusive and just path towards Food Justice. Understanding these intergenerational narratives on food and sustainability will allow Brazil and China to contribute with their perspectives in building a shared future in times of global climate change.

Keywords: Food Consumption; Climate Change; Family; Youth – Brazil; Youth – China.

LISTAS DE FIGURAS

FIGURA 1 – Esquema de mapeamento a partir das categorias de papel da família.....	99
FIGURA 2 – Atributos associados ao consumo de carne de porco	151
FIGURA 3 – Pensando no futuro, qual das seguintes alternativas você planeja colocar em prática nos próximos 12 meses?.....	152
FIGURA 4 – Por que você está considerando reduzir, ou já reduziu a quantidade de carne que você come atualmente?	153
FIGURA 5 – De onde você obtém suas informações nutricionais/dietéticas?	154

LISTAS DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Consumo alimentar no Brasil e na China	37
GRÁFICO 2 – Crescimento da população urbana no Brasil e na China.....	38
GRÁFICO 3 – Consumo de carne China e Brasil (kg/per capita/ano)	39
GRÁFICO 4 – Impacto ambiental do consumo alimentar	41
GRÁFICO 5 – População do Brasil	51
GRÁFICO 6 – Coeficiente de Gini no Brasil.....	52
GRÁFICO 7 – Abastecimento alimentar kcal/capita/dia no Brasil (food supply).....	55
GRÁFICO 8 – Consumo de proteína no Brasil	55
GRÁFICO 9 – Consumo de produtos de origem animal no Brasil	56
GRÁFICO 10 – Prevalência de subnutrição (% da população) – Brasil	57
GRÁFICO 11 – Consumo e bens domésticos de cada estrato social.....	63
GRÁFICO 12 – Coeficiente de Gini na China	66
GRÁFICO 13 – Tendência da disparidade entre a renda urbana e rural no período entre 1978-2008	69
GRÁFICO 14 – Prevalência de subnutrição (% da população) – China	77
GRÁFICO 15 – Abastecimento alimentar kcal/capita/dia na China (food supply)	79
GRÁFICO 16 – Abastecimento alimentar proteico kcal/capita/dia	80
GRÁFICO 17 – Consumo de produtos de origem animal na China.....	80
GRÁFICO 18 – Confiança nas Instituições no Brasil e na China.....	108
GRÁFICO 19 – Confiança na família no Brasil e na China	109
GRÁFICO 20 – O que mais aflige os jovens hoje?	123
GRÁFICO 21 – Alternativas que melhor expressam os seus valores.....	124
GRÁFICO 22 – Principal problema ambiental do seu país	125
GRÁFICO 23 – O que você está fazendo de importante para preservar o meio ambiente .	126
GRÁFICO 24 – Brasil – Tipos de associações, entidades e grupos que participa atualmente, já participou e não participa mais ou nunca participou: grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico	127
GRÁFICO 25 – China – Tipos de associações, entidades e grupos que participa atualmente, já participou e não participa mais ou nunca participou: grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico	127
GRÁFICO 26 – Disposição a consumir menos e participar de ações.....	131
GRÁFICO 27 – Disposição a consumir menos e participar de ações – Brasil e China – Sexo	132
GRÁFICO 28 – Disposição a consumir menos e participar de ações – Brasil e China– Participação em intercâmbio	133
GRÁFICO 29 – Contribuição do Brasil e da China na preservação do meio ambiente	134
GRÁFICO 30 – Contribuição do Brasil e da China na preservação do meio ambiente (de acordo com gênero)	135

GRÁFICO 31 – Contribuição do Brasil e da China na promoção da paz mundial	135
GRÁFICO 32 – Contribuição do Brasil e da China na promoção da paz mundial (de acordo com gênero)	136
GRÁFICO 33 – Contribuição do Brasil e da China na integração/cooperação entre os povos	137
GRÁFICO 34 – Contribuição do Brasil e da China na integração e cooperação entre os povos (de acordo com gênero)	137
GRÁFICO 35 – Gasto público em políticas do cuidado	185

LISTAS DE MAPAS

MAPA 1 – Carne de primeira na Região Metropolitana de São Paulo.....	58
MAPA 2 – Carne de segunda na Região Metropolitana de São Paulo.....	59

LISTAS DE TABELAS

TABELA 1 – Estratos na China	65
TABELA 2 – Panorama histórico da desigualdade de renda entre as áreas urbanas e rurais na China	68
TABELA 3 – Itens centrais de consumo por período na China	76
TABELA 4 – Confiança na família na China e no Brasil (WVS 2010-2014).....	108
TABELA 5 – Proteção do meio ambiente vs. crescimento econômico	117
TABELA 6 – Grau de preocupação com as mudanças climáticas	117
TABELA 7 – Responsabilidades das mudanças climáticas	118
TABELA 8 – Grau de confiança na família.....	183
TABELA 9 – Importância da família na sua vida	184

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	20
INTRODUÇÃO – PENSAR O ANTROPOCENO A PARTIR DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: A IMPORTÂNCIA DAS PERSPECTIVAS ALIMENTARES DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	27
CAPÍTULO 1 – CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO BRASIL E NA CHINA: O ACESSO AO CONSUMO E AS MUDANÇAS DOS PADRÕES ALIMENTARES.....	49
1.1 Mudanças socioeconômicas e consumo no Brasil	50
1.2 A transição nutricional e o valor da carne no Brasil.....	54
1.3 Transformações socioeconômicas pós-abertura na China e a questão do consumo	61
1.4 Expansão do consumo, mercado de massas e emergência de novos estilos de vida na China	74
1.5 Transição nutricional e mudança nos padrões de consumo na China	77
1.6 China e Brasil: novas dinâmicas de consumo, desigualdade e segregação...	81
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA: OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DA PESQUISA.....	84
2.1 Primeiro momento – Análise Quantitativa: convergências e divergências em torno da questão ambiental na Juventude universitária no Brasil e na China	87
2.2 Segundo momento – Análise Qualitativa: entrevistas com estudantes veganos sobre os valores e os conflitos presentes no consumo e no não consumo de carne nas suas famílias	88
2.3 Reflexões metodológicas e trabalho de campo na China	93
2.4 O trabalho de campo no Brasil	97
2.5 Análise Qualitativa: considerações metodológicas.....	98
CAPÍTULO 3 – GLOBALIZAÇÃO, SOCIEDADE DE RISCO E A EMERGÊNCIA DE NOVAS SUBJETIVIDADES DO SUL.....	100
3.1 Individualização e emergência de novas subjetividades dos países em desenvolvimento.....	102
3.2 Caminhos a partir do Beck no Brasil e na China	109
3.3 Sociedade do Risco e Cooperação Internacional.....	115
3.4 Considerações Finais: individualização sem individualismo como resposta à Sociedade do Risco (pode ser a chave para o enfrentamento de problemas ambientais dentro do contexto da Sociedade de Risco)	119
CAPÍTULO 4 – VALORES DA JUVENTUDE NO BRASIL E NA CHINA: SURVEY JOVENS UNIVERSITÁRIOS EM UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO.....	121
4.1 O perfil de valores da juventude	122
4.2 Entre o consumo verde e o comportamento verde.....	127

4.3 Como China e Brasil enxergam um ao outro.....	133
CAPÍTULO 5 – CAMINHOS EM DIREÇÃO A ALIMENTAÇÃO SUSTENTÁVEL: VEGETARIANISMOS NO BRASIL E NA CHINA.....	139
5.1 Contexto vegetariano no Brasil.....	143
5.2 Contexto vegetariano na China	146
5.3 As entrevistas	154
5.4 Perfil dos vegetarianos	156
5.5 Narrativas de transição	160
5.6 Sociabilidade	164
5.7 Família	169
5.8 Futuros.....	175
CAPÍTULO 6 – CONCLUSÃO: OS SABORES DA PROSPERIDADE, AS NARRATIVAS DA SUSTENTABILIDADE	179
6.1 Dependência intergeracional e políticas de afeto: a centralidade da família. 181	
6.2 Entre a escolha de não comer e a falta de escolha do que comer: a discussão da carne diante do fato social total apresentado pela pandemia	186
6.3 A comunicação da escassez: construindo novos caminhos de comunicação e imaginação em direção ao futuro	187
CONSIDERAÇÃO FINAL	192
REFERÊNCIAS.....	194
ANEXOS	211

APRESENTAÇÃO

No livro "The Great Derangement", Amitav Ghosh (2018) afirma que "a crise climática é também uma crise de cultura e, portanto, de imaginação", pois a cultura é a forma através da qual se compreende e valora a experiência no mundo e a partir de onde se imagina um futuro diferente. As mudanças climáticas, que recuperam a ideia da Sociedade de Risco (BECK, 1992) não apenas nos forçam a pensar em novas maneiras de gerir os recursos naturais e mitigar os impactos ambientais, mas nos colocam diante do desafio de repensar as nossas visões, desejos e aspirações em relação ao futuro. Nos vemos diante da necessidade de repensar os rumos do desenvolvimento de nossos países e compreender que estes estão inseridos dentro de um sistema finito: o projeto de desenvolvimento neoliberal que promove o consumismo como combustível do desenvolvimento tem limites planetários, tanto no que diz respeito ao uso de recursos como no impacto ambiental.

As mudanças climáticas também colocam em xeque as ideias de progresso do Iluminismo, onde o humano seria soberano em relação à natureza e, através de seu controle sobre ela, construiria o seu caminho de prosperidade. Wright Mills (1959) aponta que o homem comum não consegue enxergar as suas ações cotidianas como inseridas em uma grande narrativa de mudança história, e Ghosh (2018) também chama a atenção para os sentimentos que emergem ao viver um fenômeno tão complexo em suas dimensões e incertezas que é possível apenas apreender partes do que constituem esta grande transformação. A partir dessas premissas, a crise climática, além de desafiar a imaginação sociológica (WRIGHT MILLS, 1959), é também uma crise de aspiração, na medida em que não se encontra claro se novos caminhos levariam a uma "vida boa" ou se existe esta possibilidade no horizonte. Visões de jovens, seus pais e avós entram em conflito ao tentar sonhar em como deve ser vivida a vida no presente e o que será deixado para as próximas gerações. Qual seria o gosto da prosperidade para estes sujeitos passando por esta transformação planetária?

Frente às mudanças climáticas, o passado é visto como desastroso e as gerações passadas apontadas como as responsáveis por chegarmos nesta situação de crise. O futuro e os jovens conseqüentemente seriam aqueles que carregam a esperança de um mundo melhor. Porém, é preciso considerar que cada geração

carrega consigo visões de mundo construídas a partir de sua experiência histórica, e, a partir disso, alimentam suas próprias imagens de futuros a aspirar. As gerações passadas construíram suas narrativas de prosperidade, guiadas pelas experiências e informações que possuíam e idealizaram horizontes de realização que, muitas vezes, iam além da sua própria vida. Uma pessoa que sobrevive à fome não sonha apenas com dias de alimentação melhor, ela sonha que seus filhos e netos nunca passem pela mesma situação. Ela deseja que eles tenham tudo o que ela quis e não pôde alcançar.

Segundo Appadurai (1988), as aspirações por uma vida boa são parte de um sistema de ideias e crenças e ele entende a capacidade de aspirar como uma capacidade de navegação. De acordo com o autor, estas capacidades se encontram distribuídas de maneiras desiguais na sociedade. Os mais ricos possuem uma experiência de navegação mais ampla, porque puderam experimentar a concretização de suas aspirações em diversos momentos da sua vida, ou seja, estes sujeitos entendem a aspiração apenas como uma etapa antes da realização. No entanto, os mais pobres possuem uma percepção de aspiração de maneira mais abstrata e como um horizonte não facilmente alcançável. A alimentação, para a geração que passou por experiências de grande privação, pode ser entendida como uma forma de se pensar a sua própria escassez e a maneira de sonhar com uma vida melhor.

Ao longo das vidas destes sujeitos, tanto no Brasil quanto na China, eles presenciaram melhoras nas suas condições socioeconômicas e puderam alcançar o tão almejado acesso a produtos como a carne, que era um alimento de acesso restrito e foco de grande aspiração. No entanto, a chegada de novas gerações traz novos valores consigo, e também a consciência de problemas diferentes. Os netos destes idosos sobreviventes de períodos de escassez nunca foram privados de suas escolhas alimentares e desenvolveram diferentes relações com os alimentos. Eles trazem novas questões, como o impacto ambiental da alimentação, para serem compartilhadas e discutidas entre os membros da família.

Os discursos de aspiração para o futuro desta nova geração não têm a mesma linguagem material que as gerações anteriores, ou seja, não podem ser traduzidos ou compreendidos pela aquisição dos mesmos bens que nas outras gerações. Muito pelo contrário, muitos dos novos padrões de consumo possuem significados antagônicos aos anteriores. Em relação à carne, esta adquire também o

novo sentido de ser um produto negativo para o meio ambiente e que deve ser evitado. Porém, o não-consumo de carne representa diferentes sentidos e desperta diferentes emoções nas gerações: enquanto as gerações mais velhas entendem o consumo como uma conquista e símbolo positivo de prosperidade, as gerações mais novas o veem como prejudicial ao meio ambiente e contribuinte para as mudanças climáticas que ameaçam seu futuro. As mudanças climáticas neste contexto podem ser também entendidas como desafios de perspectiva e entendimento intergeracional. O que acontece quando estes diferentes sujeitos se sentam juntos à mesa? O envelhecimento das sociedades de ambos os países vai implicar na coexistência de pessoas nascidas em diferentes gerações, e a esperança de viver juntos dependerá de repensar um novo sentido para o sabor da prosperidade.

O projeto de desenvolvimento baseado no consumo traz para Brasil e China novos desafios (DREGGER; ZHANG, 2014), colocando a questão do consumo no centro do debate público, e a tornando central na análise da transformação da estrutura social. Longe de ser um ato meramente econômico, a Sociologia entende o consumo como um comportamento social dotado de significado e simbolismo (TIAN, 2013).

O consumo, em uma perspectiva sociológica e antropológica, ocupa um lugar central na subjetividade moderna, uma vez em que norteia o self tanto por meio da demarcação de seus contornos individuais quanto pela possibilidade de atuar como um elo de pertencimento social (BOURDIEU, 1984; DOUGLAS AND ISHERWOOD, 1979; MILLER, 1987, 1995). Sendo uma fonte de poder, agência, imaginação e prazer (APPADURAI, 1996; CAMPBELL, 1987), consumir é muito mais do que comprar: é um ato que concomitantemente aprisiona e liberta os indivíduos das estruturas sociais entre as quais estão transitando (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2014, p. 7).

Esta reflexão se dedicará a explorar a mudança da estrutura social com foco nas questões que tangem ao consumo alimentar, notadamente da carne, e investigar como estas influenciaram a formação de uma nova subjetividade dos indivíduos, na sua maneira de significar a sua própria agência e entender o seu lugar neste novo contexto. A agência segundo Ortner (2007) deve ser compreendida a partir do seu contexto cultural de construção e dentro das suas dinâmicas de desigualdade. Sewell Jr. (1992) define a "capacidade de agência" como a capacidade de desejar, formar intenções e agir criativamente.

Fátima Portilho (2005) contribui para o campo da sustentabilidade, com a perspectiva do consumidor como um novo ator social, reafirmando a necessidade de

se entender a esfera privada do consumidor em conexão com a esfera pública do cidadão. O acesso ao consumo também já foi desenvolvido através de uma perspectiva sociológica por Soron (2010), que retoma Giddens em sua abordagem sobre escolhas de consumo não serem apenas performáticas, mas sim identitárias. Segundo Campbell (2001), ao contrário do que previa a teoria da racionalização weberiana, o processo de desencantamento do mundo não aconteceu como esperado e a esfera do consumo preencheu o vazio e emergiu como palco de narrativas diversas de significação do mundo.

Um dos desafios dos estudos da sustentabilidade e alimentação é endereçar as demandas ambientais levando em consideração o indivíduo e suas percepções e desejos (BARONE, 2018). Este tema complexo deve ir além do entendimento racionalista econômico do modelo de comportamento do consumidor, e investigar quais são os significados e valores envolvidos nas práticas do consumo na vida deles (TANNER; KAISER; KAST, 2004; HOWELL, 2013; FEINBERG; WILLER, 2012), e, ainda mais importante, o que significaria a restrição e a transformação deste comportamento tendo em vista o horizonte da sustentabilidade. É importante também ir além da pretensa objetividade das ciências médicas em relação ao consumo alimentar e envolver outras dimensões do ato de consumir reconhecendo o consumo como desejo e necessidade culturalmente construída, e não a saciação de uma necessidade biologicamente definida. O consumo precisa ser compreendido como um ato simbólico e coletivo.

Na presente pesquisa, o conceito de sustentabilidade utilizado remete à ideia de sustentar a longo prazo; aquilo que se mantém estável ao longo do tempo a partir da interação harmoniosa entre as sociedades humanas e a natureza:

À luz dos recentes dados que rompem em definitivo com a hipótese de que as causas do esgotamento dos recursos recai unicamente sobre o crescimento populacional busca-se alternativas de produção e consumo que respeitem os ciclos naturais em suas próprias temporalidades. Acelerar os processos bio-geo-ecológicos em função da crescente velocidade humana de consumo representa insustentabilidade e, portanto, a questão reside em encontrar meios de evitar a escassez e o esgotamento dos recursos naturais (FERREIRA, 2006, p. 99).

A abordagem da problemática da sustentabilidade, entendida como a interconexão entre as esferas econômica, social e ambiental (PADILHA; VERSCHOORE, 2013), requer uma análise de múltiplas perspectivas, que leve em consideração as maneiras singulares como cada um vivencia os desafios do desenvolvimento.

Dentro do problema de pesquisa estruturada, a tese está organizada em apresentação, introdução, 5 capítulos, conclusão e 4 anexos. Todo ao longo da pesquisa, embora as questões relacionadas à Justiça Social sejam levantadas, elas assim como as relações China-Brasil, constituem um pano de fundo para esta pesquisa original que mobiliza uma série de conceitos para discutir a questão central do diálogo intergeracional sobre os diversos sentidos em torno do consumo alimentar. Apesar de se apresentar como um estudo comparativo entre China e Brasil, não o farei de maneira simétrica, e sim de maneira relacional. Considerando que esta tese foi elaborada e apresentada no contexto brasileiro, os meus esforços foram em direção a trazer a perspectiva chinesa de maneira mais extensa, de forma a contribuir com uma perspectiva internacional para as discussões dos estudos alimentares que estão se desenvolvendo no Brasil.

A introdução apresenta o desafio de se pensar o Antropoceno a partir das Ciências Sociais. Diante das mudanças climáticas, a produção de alimentos é apontada como uma indústria intensiva em recursos, conectando países em desenvolvimento como importantes produtores e mercados emergentes. Em vistas dos impactos ambientais causados pelas dinâmicas de produção e consumo alimentar, estes processos representam um grande desafio para o desenvolvimento sustentável com desdobramentos globais. Neste contexto emergem as dietas sustentáveis, e eu aponto para a necessidade de se discutir este tema a partir da perspectiva da Justiça Alimentar e incluir as perspectivas locais dos países em desenvolvimento. Pesquisas de diferentes áreas do conhecimento revelaram a urgência de se discutir soluções para essas preocupações ambientais levando em consideração as suas implicações sociais (FERREIRA, 2017; HARVEY, 2014; XU, 2015). A urgência de nosso atual contexto ecológico cria um discurso autoritário e moral (NORDGREEN, 2012) entre pesquisadores e teóricos que focam no cálculo da magnitude do impacto na natureza sem levar em conta as percepções e desejos do indivíduo consumidor.

O primeiro capítulo versa sobre as transformações socioeconômicas da China e do Brasil, o que apresenta o contexto para a tese. Brasil e China vêm passando no decorrer das últimas décadas pela expansão do acesso ao consumo, e ao mesmo tempo pela transição nutricional (BELIK, 2013; POPKIN; SHU, 2007), tornando o consumo alimentar uma questão fundamental a ser investigada nestes países.

O objetivo desta tese é discutir como o consumo de carne é entendido como um marcador de mobilidade social através de diferentes gerações na China e no Brasil e como seu significado está mudando ao longo do tempo. A carne ocupa lugar central tanto na sociedade brasileira (ZALUAR, 1982) quanto na chinesa (WATSON, 2014). E ao mesmo tempo que é vista como um alimento altamente valorizado e foco de consumo aspiracional, a carne agora traz também novos significados ligados a seu alto impacto ambiental (MARQUES, 2018; ROSE; HELLER, 2018).

O segundo capítulo apresenta a metodologia da presente pesquisa. A primeira parte é dedicada à análise quantitativa, onde foi analisado o survey base do livro "Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira" (2016) para investigar quais os valores e disposições dos jovens em relação à questão ambiental. A segunda parte da pesquisa consistiu em trabalho de campo e entrevistas semi-estruturadas coletadas entre 2017 e 2019 em Xangai (China) e em Campinas (Brasil) com estudantes universitários que negociaram valores, percepções e narrativas familiares em torno de seu consumo doméstico de carne.

O terceiro capítulo se dedica à discussão da Sociedade de Risco e da Individuação (BECK, 1992) a partir das perspectivas do Brasil e da China. Apresento nesta ocasião diferentes ideias que podem surgir das experiências destes países, que não apresentam o processo de transição para a Segunda Modernidade e a Individuação preconizados por Ulrich Beck: se destaca a persistente relevância da instituição da família, instituição da Primeira Modernidade, tanto no Brasil quanto na China. Desta forma, o capítulo conclui com uma discussão sobre a ideia de Individuação sem Individualismo e como esta poderia ser uma resposta aos desafios da Sociedade de Risco a partir dos países em desenvolvimento.

O quarto capítulo trata da análise dos dados da pesquisa "Jovens universitários em um mundo em transformação". Esta discussão tem como foco os

valores, a questão ambiental e o consumo a partir da perspectiva da juventude no Brasil e na China.

O quinto capítulo examina as entrevistas coletadas no Brasil e na China. Os jovens consumidores urbanos emergem como atores importantes trazendo novos valores ambientais para a mesa. No contexto do crescente consumo de carnes experimentado pela transição nutricional chinesa e brasileira, é imperativo investigar como os jovens desses países vêm liderando a transformação das tendências de consumo alimentar (COLLINS; HITCHINGS, 2012), pois influenciam as práticas de consumo de alimentos das gerações mais velhas (JING, 2000). Os estudantes que pararam ou reduziram o consumo de carne (alguns se consideram vegetarianos ou veganos) foram escolhidos para investigar suas razões, motivações, aspirações, mudanças em sua sociabilidade e as formas como trouxeram temas ambientais à mesa de suas famílias.

A discussão tem como foco entender os processos de desenvolvimento, experiências de transição nutricional e considerações de sustentabilidade interconectados no contexto dos países em desenvolvimento e como produtos alimentícios como a carne mobilizam memórias de privação e mobilidade de classe, bem como sonhos de alcançar uma vida melhor.

Finalmente, no último capítulo se conclui que o consumo de alimentos e o novo papel da Sustentabilidade exigem um debate intercultural, intergeracional e global, a fim de construir um caminho inclusivo e justo em direção à Justiça Alimentar. A compreensão destas narrativas intergeracionais sobre alimentação e sustentabilidade permitirá que o Brasil e a China contribuam com suas perspectivas na construção de um futuro compartilhado em tempos de mudanças climáticas globais.

O Anexo 1 contém o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) do Comitê de Ética. O Anexo 2 contém o questionário semi-estruturado que guiou as entrevistas com os estudantes vegetarianos e veganos no Brasil e na China. O Anexo 3 contém o primeiro planejamento de pesquisa que não pôde ser colocado em prática. O Anexo 4 contém o desenho de pesquisa e os resultados brasileiros de um survey sobre alimentação e impacto ambiental feito em cooperação com a Chinese University of Finance and Economics (CUFE) que ainda não foi concluído, porque a análise por parte da equipe chinesa está atrasada devido a pandemia.

INTRODUÇÃO – PENSAR O ANTROPOCENO A PARTIR DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: A IMPORTÂNCIA DAS PERSPECTIVAS ALIMENTARES DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO¹

Os efeitos não desejados de séculos de industrialização se espalham ao redor do mundo e não poupam uma só nação. Apesar da ênfase nas Ciências Ambientais no imaginário das mudanças climáticas, é importante entender que a crise traz à tona a dicotomia Homem-Natureza, questionando quais são as fronteiras e interações entre ambos que criam as narrativas de transformação que estamos vivendo atualmente.

Além dos debates geológicos e ambientais sobre o início da era do Antropoceno, é crucial envolver os cientistas sociais na construção desta definição e da sua abordagem interseccional. O Antropoceno, longe de ter seus impactos atribuídos a uma humanidade indiferenciada, mostra que tanto a responsabilidade quanto a vulnerabilidade são distribuídas de forma desigual, do ponto de vista geográfico e de classe. Considerar este fenômeno como compartilhado globalmente de forma acrítica mascara as responsabilidades dos atores que se beneficiaram de processos de industrialização altamente poluidores, enquanto responsabiliza de forma dita igual os países que ainda estão construindo seus processos de desenvolvimento. Desta forma, faz-se necessário não apenas identificar e nomear esta nova era, mas compreender de que forma esta é experienciada por diferentes populações afetadas pela desigualdade, em relação às quais o histórico colonial e imperialista precisam ser considerados.

Klinenberg; Araos e Koslov (2020) entendem que a desigualdade ambiental é uma forma de dominação em que os problemas ambientais, como as mudanças climáticas, não devem ser entendidos como algo extra que a humanidade está fazendo (como a emissão de gases do efeito estufa), mas algo que está faltando (como infraestrutura e welfare state), fruto do desenvolvimento histórico particular de cada lugar. Desta forma, não se deve culpabilizar os agentes por estarem em diferentes interseccionalidades que afetam o seu poder de ação.

Neste contexto, é imperativo incluir as perspectivas dos países em desenvolvimento, onde crescimento econômico e impacto ambiental se encontram

¹ O termo "países em desenvolvimento" foi escolhido devido ao seu uso reconhecido por órgãos internacionais como a ONU. No entanto, não considero que haja apenas um caminho em direção ao desenvolvimento, mas sim a coexistência de diferentes processos e narrativas de desenvolvimento a partir dos contextos social-econômico-cultural de cada país.

em constante tensão e a expansão do comércio e do consumo levam concomitantemente à experiência da vulnerabilidade causada pelo impacto ambiental destes processos.

A consciência das mudanças climáticas gera novos discursos e práticas – como a alimentação – que podem ser interpretados como contradições ou rupturas com a cultura e tradição de suas comunidades. As questões ambientais, que passam a ser prioridade de muitos jovens, os leva a discutir e contrapor os seus valores em relação às suas estruturas familiares e redes de sociabilidade.

Apesar do argumento de Allison (2018) de que as categorias demográficas etárias não representam mais valores específicos, é importante reconhecer que a experiência histórica coletiva compartilhadas por grandes grupos da população – como guerras e pandemias – têm impacto na construção de percepções da realidade e valores destes sujeitos. Na questão alimentar, as experiências de escassez e dificuldade de acesso a alguns alimentos é marcante na definição do que se consome e o que se aspira consumir na China e no Brasil.

De acordo com Koselleck (2004), a formação de grupos geracionais estaria ligada à experiência da repetição e o processamento da singularidade e a possibilidade de comunicação entre eles. De acordo com o autor, dentro da questão das gerações é necessário diferenciar o "espaço da experiência" e o "espaço da expectativa". O "espaço da experiência" seria a corporificação do passado, onde os eventos experienciados são incorporados e lembrados. O "espaço da expectativa" seria a corporificação do futuro, ou seja, a forma pelo qual o futuro se faz presente e direciona o sujeito ao que ainda não foi experienciado, ao porvir, ao que ainda será revelado. Desta forma, ele abrange a esperança, o medo, os desejos, as aspirações e a curiosidade. Estas duas dimensões guiam a formação de valores em cada geração, e também afetam a construção do horizonte de cada uma; por exemplo, enquanto a geração que viveu a Grande Fome na China tinha como prioridade a sua sobrevivência, as suas aspirações foram em direção a oferecer uma vida melhor e mais confortável para os seus descendentes imediatos. Já as gerações jovens atualmente consideram o seu horizonte de ação e impacto dentro do contexto do Antropoceno em direção às gerações futuras que virão muito depois de eles não estarem mais vivos.

Segundo Perovic (2012), olhar para o passado não oferece mais um senso de propósito em relação ao futuro. As grandes narrativas acerca da

modernidade no passado se baseavam na ideia linear de progresso; no entanto, a multiplicidade de diferentes narrativas em relação ao tempo denota as dinâmicas de desigualdade existentes no contexto global e nacional. Trago o contraste de narrativas entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento em relação ao enfrentamento das mudanças climáticas: enquanto os países desenvolvidos produzem e exportam as suas visões sobre como a modernização levaram às mudanças climáticas como uma realidade una e universal, os países em desenvolvimento ainda enfrentam a sobreposição de diferentes narrativas de desenvolvimento, onde a agenda verde coexiste com outros desafios dos processos de modernização, como o acesso a infraestrutura.

O Cosmopolitismo Metodológico (HAN; SHIM, 2010) deixa clara a importância de pensar como as experiências de desenvolvimento em diferentes países influenciam a valorização da modernidade reflexiva em seus contextos. Isto torna imperativo trazer as perspectivas desenvolvidas nos países em desenvolvimento, especialmente os que estão experimentando crescimento econômico, melhorando as condições de vida da população e expandindo o consumo. Tais perspectivas se interligam simultaneamente com a transição nutricional, aumento da desigualdade e as preocupações ambientais. Nesta ocasião, vou mostrar a importância de compreender como as diferentes experiências de desenvolvimento constroem narrativas variadas em torno dos alimentos e do meio ambiente.

O ato de comer em nossos contextos globalizados, além da mera satisfação das necessidades nutricionais, mobiliza cadeias alimentares transnacionais, memórias, percepções da realidade social e a aspiração das pessoas por um futuro melhor. O desafio da sustentabilidade é entender e se conectar às perspectivas locais sobre o consumo de alimentos e reformular as práticas de produção de alimentos globalmente.

Esta pesquisa traz perspectivas do Sul (CONNELL, 2007), e mostra como sua narrativa de desenvolvimento influenciou sua transição nutricional e mudança de padrões de consumo. Devido ao desenvolvimento econômico e à expansão do consumo, diferentes gerações tiveram diferentes experiências históricas de disponibilidade, acesso e consumo de alimentos. As novas gerações experimentaram a expansão do consumo e puderam não apenas acessar diferentes produtos, mas também ter o poder de escolher o que comer. Ao mesmo tempo,

esses países têm que lidar com o impacto ambiental global da mudança em seus padrões de consumo. A alimentação conecta dois dos maiores desafios globais para o Desenvolvimento Sustentável: lidar com a fome e enfrentar a degradação ambiental. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável exigem uma mudança profunda dos sistemas alimentares e agrícolas globais.

Segundo Resende e Abdenur (2019), a crescente incerteza em torno da garantia de acesso aos alimentos é também a razão pela qual a segurança alimentar se tornou um tema central na agenda internacional e uma área central da mudança de governança global dentro de uma ordem mundial multipolar – uma área na qual o Sul Global está se tornando cada vez mais influente.

A luta contra a fome, ou seja, garantir a disponibilidade, acesso, estabilidade e utilização dos alimentos resulta na transformação dos padrões de consumo, especialmente no mundo em desenvolvimento. Estas mudanças nas escolhas de consumo de alimentos podem ter consequências ambientais significativas nos países produtores no enfrentamento das mudanças climáticas.

No contexto globalizado, os fluxos de produtos não só são mensuráveis em termos de significados financeiros e econômicos, mas também contam histórias e trazem projetos e esperanças de desenvolvimento. As cadeias globais de commodities mobilizam diferentes perspectivas para as diferentes pessoas ao longo da cadeia, desde sua produção, distribuição e consumo, estes produtos têm significados diferentes para os atores envolvidos no processo; o desenvolvimento sustentável inclusivo exige que estes consumidores-atores sejam entendidos como agentes de transformação e demandam uma conexão com seus valores e percepções da realidade.

A mudança da alimentação como forma de enfrentamento das mudanças climáticas: a emergência das dietas sustentáveis².

As mudanças climáticas, ao mesmo tempo que evidenciam as dimensões dos impactos humanos sobre a natureza, também oferecem a oportunidade de repensar as relações entre elas. A alimentação sustentável surge como um importante caminho para construir cadeias alimentares que prezem não apenas pela saúde humana, como também ambiental. O documento EAT Willett et al. (2019) traz importantes contribuições para se discutirem opções mais sustentáveis de

² Uma versão preliminar desta discussão foi publicada em Hase-Ueta e Pereira (Prelo).

alimentação que possam ajudar no combate às mudanças climáticas. O trabalho foi realizado por uma comissão composta de integrantes de 16 países para endereçar questões relacionadas à saúde humana, agricultura, ciência política e sustentabilidade ambiental. Este movimento prega por escolhas alimentares como fundamentais para diminuir o impacto ambiental humano e identifica alimentos que possuem um maior impacto ambiental, como a carne, e faz recomendações para reduzir o seu consumo.

No entanto, esse documento deve ser compreendido em seu contexto, ou seja, como um "saber situado". Em outras palavras, como explica Donna Haraway (1991), todos os saberes estão situados em seus contextos de produção, e, dessa maneira, seus autores e autoras podem apenas produzir conhecimento sobre a realidade restrita que conhecem, a partir de suas experiências pessoais e sua posição interseccional. Os autores do relatório reconhecem a importância do contexto para se discutir hábitos alimentares; no entanto, eles não avançam em relação a endereçar de que diferentes formas as responsabilidades devem ser atribuídas, e de que forma as diferentes localidades podem contribuir para a questão global. É muito importante pensar na alimentação sustentável como "saber situado" para evitar a armadilha de acreditar que existe uma fórmula universal como uma solução única para toda a humanidade.

Guthman e Dupuis (2006) alertam para o perigo das "políticas da perfeição", ou seja, quando alguns sujeitos específicos definem "uma maneira certa de viver" a partir dos valores que julgam adequados para si mesmos, pregando este modo como universal para que todas as pessoas possam segui-los e serem beneficiadas. Contudo, desconsiderar as diferenças entre as pessoas apenas reforça as desigualdades e os lugares de poder daqueles que definiram o que é "correto". Este processo pode levar à normalização e universalização de ideias, neste caso em relação à alimentação, que servem apenas a quem as criou, e geram exclusão ao chegar às diferentes pessoas nos mais diversos lugares do mundo.

As conclusões do documento EAT-Lancet não devem ser totalmente ignoradas, porque trazem descobertas relevantes, como a "Dieta Mediterrânea" que, no contexto europeu de elaboração do relatório, emerge como uma alimentação sustentável. No entanto, ao invés de adotar estas conclusões como verdades universais, pode-se utilizar estas ideias como referência e fonte de inspiração para conduzir pesquisas que levem em consideração as experiências dos países em

desenvolvimento. O que é considerado sustentável na Itália, que pode ser produzido e consumido localmente e que faz parte das suas tradições culinárias, é muito diferente do que faz parte da alimentação e é considerado sustentável na China. Desconsiderar os contextos específicos dos consumidores em cada local é ignorar o impacto ambiental das agro-cadeias de produção e transporte que demandam esforços de mitigação urgentes. Desta forma, a alimentação sustentável não pode ser entendida como um conceito universalizante, mas sim como um caminho para reconhecer e legitimar a emergência de alimentações sustentáveis locais que estejam integradas com a população e o meio ambiente de forma contextualizada.

O "comportamento verde" é muitas vezes associado à conscientização individual do consumidor e à valorização de sua moral. Guthman (2008) demonstra que a "falta de conhecimento" é apontada como um dos principais desafios para a transformação dos sistemas alimentares. No entanto, presumir o acesso à informação como único problema impede um olhar mais profundo sobre as desigualdades nas quais cada indivíduo está inserido. A autora ressalta que, muitas vezes, campanhas que visam à inclusão têm como slogan "convide os outros a se sentarem à mesa", sem considerar, por um lado, quem são estes "outros" e que desafios enfrentam até chegar à mesa e, por outro lado, quem é que está "pondo a mesa", ou seja, de quem são os valores que estão sendo considerados nesta mesa: esta mesa faz quais pessoas se sentirem à vontade ao mesmo tempo que exclui quais outras?

O conceito de Justiça Alimentar reconhece que não existe uma dieta ideal ou um caminho ideal na direção da transformação dos sistemas alimentares para todas as pessoas. Goodman; Dupuis e Goodman (2012) defendem que a definição de uma "dieta ideal", ao mesmo tempo que privilegiaria alguns indivíduos e traria benefícios para estes, também excluiria outros. Desta forma, eles acreditam que a reflexividade deve guiar a discussão sobre alimentação, ou seja, o foco deve ser no processo (mesmo que imperfeito) de construção das dietas ao invés do estabelecimento de normas cristalizadas a serem seguidas de maneira indiscriminada. Assim, os autores apresentam um conceito de Justiça Alimentar que valoriza os contextos e as suas desigualdades para construir um caminho inclusivo de transformação dos sistemas alimentares.

Allen (2008) também alerta que a valorização do comportamento individual de consumo, como se a transformação do sistema alimentar dependesse

da decisão de consumo de cada um, apaga os processos históricos de construção de desigualdades sociais e econômicas nos quais os sujeitos estão inseridos. A responsabilização individualizada e a ênfase na questão da saúde e do ambiente em detrimento da abordagem social-econômica-cultural da alimentação também levariam a uma interpretação simplista de que se deve incentivar "os comportamentos são bons para o sujeito e para o meio ambiente", no entanto é necessário pensar que estas ações têm consequências ao longo das cadeias de abastecimento envolvendo redes de trabalhadores ao redor do mundo.

As Ciências Sociais contribuem neste debate ao trazerem perspectivas em relação às diversidades e desigualdades das sociedades, e, dessa forma, entender como cada uma está sendo afetada pelas mudanças climáticas e suas maneiras de responder aos desafios. É importante também entender a alimentação no seu contexto sociocultural, ou seja, entender o que os diferentes alimentos significam na mesa de cada indivíduo. A partir desta perspectiva, é possível compreender os contextos e narrativas históricas com respeito à experiência alimentar dos sujeitos e desta forma engajá-los em movimentos de transformação de consumo.

Levando em consideração que os sistemas alimentares sustentáveis são baseados em quatro pilares – ambiente, saúde, economia e sociedade – a alimentação sustentável (Sustainable Diets) pode ser definida de acordo com Triches (2021) como:

[...] uma alimentação com baixo impacto ambiental que contribui para a segurança alimentar e nutricional e para uma vida saudável para as gerações presentes e futuras. Dietas sustentáveis são protetoras e respeitadoras da biodiversidade e dos ecossistemas, culturalmente aceitáveis, economicamente justas e acessíveis; nutricionalmente adequadas, seguras e saudáveis; ao mesmo tempo em que otimizam os recursos naturais e humanos. [...] Uma dieta sustentável é uma dieta que contribui para um bom estado nutricional e uma boa saúde a longo prazo do indivíduo/comunidade, e que contribui e é possibilitada por sistemas alimentares sustentáveis, contribuindo assim para a segurança alimentar e nutricional a longo prazo (TRICHES, 2021, p. 1839).

A partir da perspectiva social, é preciso considerar o sujeito que se alimenta como dotado de valores e inserido em uma rede de desigualdade. A desigualdade perpassa diferentes esferas, do acesso à informação e entendimento em relação à sustentabilidade, ao acesso econômico e geográfico à alimentação e o seu valor social simbólico.

Discutir o que, além de ser disponível e adequado, é "correto" para ser consumido pressupõe que as pessoas tenham a possibilidade de escolher o que consumir. Porém, em contextos tão desiguais como o brasileiro e o chinês, nem sempre a população em situação de vulnerabilidade tem o acesso e a chance de escolher o que se come. Dessa forma, a construção de uma alimentação sustentável no Brasil deve incorporar os princípios da Justiça Alimentar, para que este processo possa ser inclusivo, ou seja, não excluir e estigmatizar ainda mais as parcelas da sociedade mais vulneráveis, como se estas fossem culpadas por não se ajustarem a um sistema de regras e expectativas que não foram definidos a partir de suas realidades.

Segundo Alkon (2012), o campo dos estudos alimentares tem considerado aspectos culturais da alimentação, tais como a formação da identidade e a herança alimentar. No entanto, não reconhece que tais relações são estruturadas por desigualdades institucionalizadas de recursos materiais e poder de decisão. Portanto, ele propõe o conceito de Justiça Alimentar como:

À medida que a atenção popular aos riscos à saúde e ao meio ambiente da agricultura industrial aumenta, torna-se necessário entender as formas como as desigualdades estão embutidas nos sistemas alimentares. Com base nos campos da justiça ambiental, teoria racial crítica, estudos alimentares e agricultura sustentável, a pesquisa sobre justiça alimentar explora como as desigualdades raciais e econômicas se manifestam na produção, distribuição e consumo de alimentos, e como as comunidades e movimentos sociais moldam e são moldados por essas desigualdades. Como um campo emergente, tem o potencial de enriquecer tanto a teoria social quanto a mudança social (ALKON, 2012, p. 295).

Motta (2021) acredita que o conceito de desigualdades alimentares é central para identificar injustiças e dinâmicas de desigualdade nos sistemas alimentares e se engajar ativamente na transformação destas. Ela acredita que é importante incorporar (1) múltiplas forças estruturais (socioeconômicas, sociopolíticas, socioecológicas e culturais); (2) uma perspectiva multiescalar e relacional; (3) desigualdades plurais e intersetoriais; e (4) dinâmicas de transformação. No contexto da desigualdade no Brasil, a alimentação é um marcador de diferenciação social e de classe. Em uma realidade onde o acesso à alimentação não é universal, a comensalidade ocupa um lugar central no estabelecimento, manutenção e expansão das redes sociais, e a alimentação tem um papel importante nas celebrações e na vida cotidiana entre amigos e familiares. A comida não apenas estabelece vínculos, mas também é um marcador de

diferenciação social e de classe. Enquanto algumas expressões populares, como "despensa cheia", "mesa farta" e "botar comida dentro de casa" denotam a questão da abundância, elas também evidenciam a experiência da privação (ZALUAR, 1982).

Ou seja, ao pensarmos a partir de uma perspectiva brasileira, é crucial que o conceito de alimentação sustentável seja indissociável da Justiça Alimentar. Segundo Belik (2020) a alimentação é um dos principais indicadores de desigualdade socioeconômica no Brasil:

Nas famílias que ganham até 2 salários mínimos, o gasto médio mensal com alimentação por pessoa — dentro e fora de casa — é de R\$120,86. Já nas famílias acima de 25 salários mínimos, para cada pessoa são gastos R\$671,45 por mês. O que é ainda mais grave é o impacto da alimentação no orçamento das famílias. Enquanto nas mais ricas o gasto representa só 5% da renda total, entre as famílias mais pobres a comida tem um peso enorme: 26% (BELIK, 2020, p. 5).

De acordo com Josué de Castro (1961), a fome e a alimentação no Brasil são questões que exigem uma abordagem multidisciplinar devido à sua complexidade em um país tão diverso quanto desigual. As práticas alimentares entendidas em suas dimensões social, histórica e espacial, se transformam contextualmente e se realizam cotidianamente. Segundo o autor, a fome é resultado das desigualdades socioespaciais e é produzida politicamente, tanto no contexto doméstico, quanto no internacional. O problema da fome não está apenas na produção de alimentos, mas também na sua distribuição e na possibilidade de consumo. Logo, essa questão global demanda compreensão contextual, ou seja, essa discussão deve ser feita de maneira transnacional e inclusiva, onde os países em desenvolvimento que ainda experienciam a fome de maneira mais intensa devem ser os protagonistas.

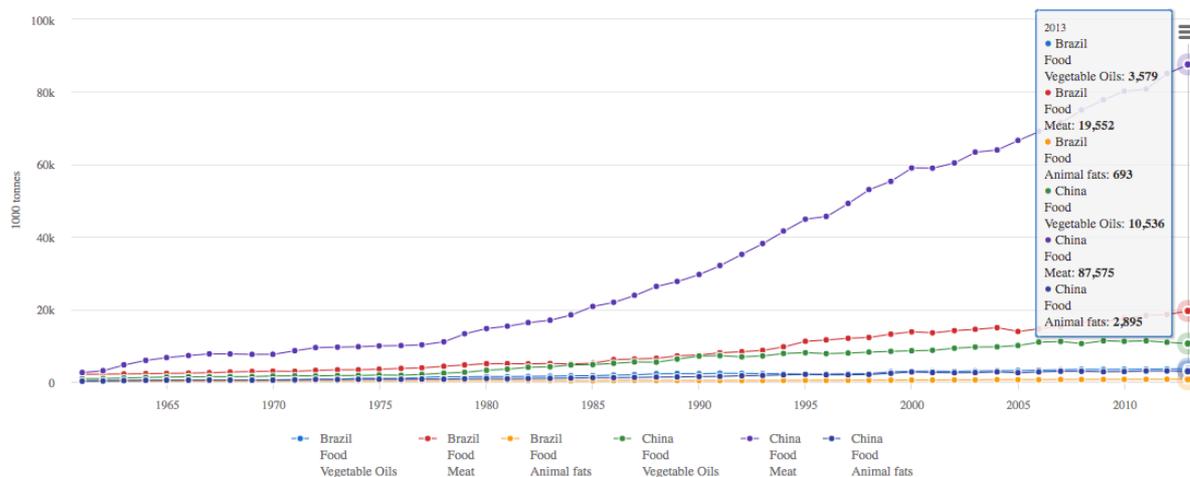
Castro considerava a alimentação uma questão política, que deveria ser um projeto de Estado e não apenas de governo. Em 2010, a alimentação passou a fazer parte da Constituição Brasileira como direito social no Artigo 6 da Constituição Federal após a Emenda Constitucional 064/2010. Somados a essa conquista constitucional, o Brasil pôde contar com projetos sociais bem sucedidos que endereçam a questão alimentar, como o Fome Zero e a Bolsa Família. Porém, longe de ser uma batalha ganha, a questão da fome e da alimentação continua como alvo de embates, como pôde ser visto na extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) no início do governo Bolsonaro em 2019.

Transição nutricional e impacto ambiental

Os países do Sul, historicamente afastados dos centros de produção de teoria social (CONNELL, 2007), são cruciais nestas discussões, uma vez que se encontram em processos de industrialização e expansão do mercado, e estes novos padrões de consumo terão impacto ambiental globalizado. Como indica a Consultoria Deloitte, Brasil e China fazem parte de um grupo de países que possuem uma crescente classe média e a emergência deste novo contingente populacional ao consumo terá impacto mundial.

Nos próximos dez anos, a população mundial deve crescer 11%, haverão não apenas mais 766 milhões de pessoas para alimentar (ONU), como também haverá uma mudança no que estes indivíduos estarão consumindo. Pelo menos 70 milhões de novos consumidores devem ingressar na classe média global a cada ano, 800 milhões até 2020, principalmente devido ao crescimento em mercados emergentes como a China (DELOITTE, 2011, p. 14).

Isso significa que é importante destacar na equação “consumo versus sustentabilidade”, a mudança de comportamento decorrente da transição alimentar e a mudança no padrão de consumo de alimentos nesses países. A transição alimentar consiste no processo de mudança na dieta de padrões tradicionais (que variam de acordo com o contexto cultural) para dietas ricas em açúcar, gordura, produtos de origem animal e comida processada (POPKIN; SHU, 2007), como podemos observar no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 – Consumo alimentar no Brasil e na China

Fonte: FAOSTAT (2015).

Os países de baixa e média renda têm experienciado este processo de forma muito acelerada, gerando mudança nos seus padrões de consumo, atividades e reflexos para a saúde, como o crescimento das taxas de obesidade. De acordo com Poulain (2021) as teorias em torno de transições no campo alimentar são dominadas por autoridades das ciências da saúde, no entanto uma questão tão interdisciplinar deve contar com uma abordagem que considere as interrelações entre a transição demográfica e a transição epidemiológica.

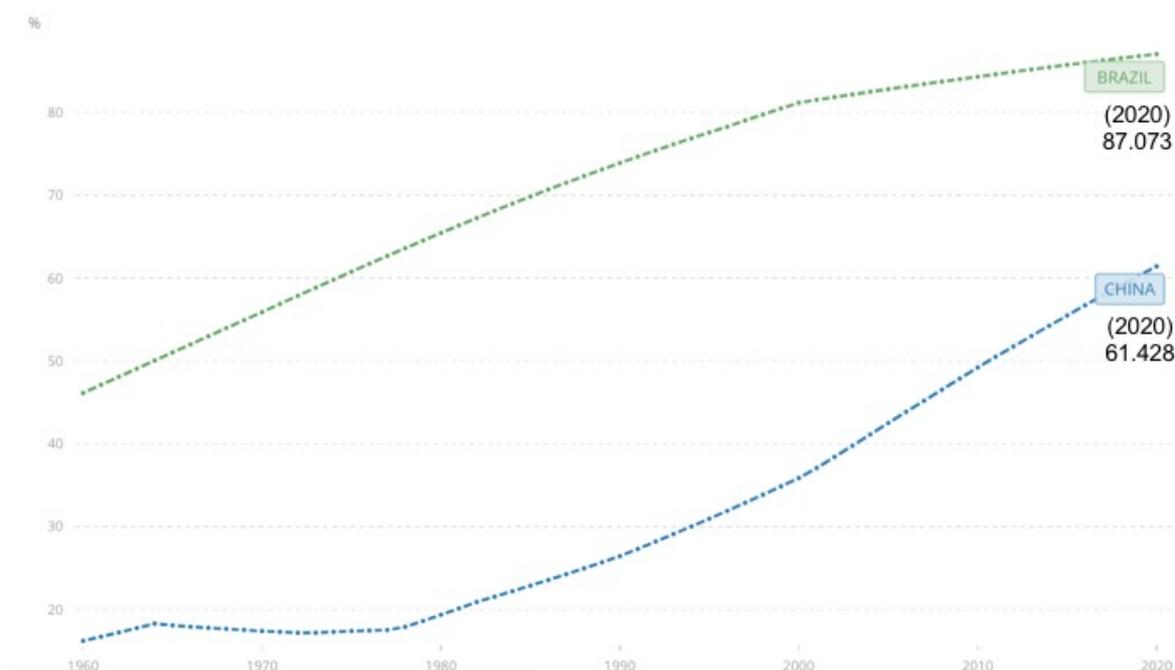
As teorias de transição no campo alimentar buscam integrar macroprocessos sociais, econômicos e demográficos, como (1) o progresso agrônomo que permite o aumento da disponibilidade de alimento; (2) a organização das redes de abastecimento alimentar, que melhoram a acessibilidade; e (3) a difusão de práticas médicas e de higiene (POULAIN, 2021, p. 707). Neste contexto, a transição nutricional aborda a questão da mudança na escala internacional e entende a disponibilidade de alimento per capita a partir de fatores de modernização, como o desenvolvimento econômico e a urbanização. Além disso, diferentes narrativas de transição nutricional são produzidas historicamente em cada país, baseadas em referências à produção, comercialização e consumo alimentar.

Popkin; Bing e Guo (2002) atribuem às novas demandas alimentares e o status nutricional da China à relação entre a estrutura demográfica e as transformações econômicas. Estes alimentos, por sua vez, requerem maiores dimensões de terra para serem produzidos (YU et al., 2016). Tal transformação é atribuída à prosperidade econômica, maior disponibilidade e acesso a comidas

baratas, expansão do mercado global de alimento e à urbanização (GILL et al., 2015), ou seja, essa discussão é especialmente importante nos países em desenvolvimento, onde estes processos estão em curso. O fenômeno da urbanização está ligado à melhora dos padrões de vida e mudanças nos padrões de consumo também têm impacto na alimentação.

Estas mudanças implicam na expansão do consumo de carne e são também chamadas de Revolução da Proteína. O Brasil passou por um rápido movimento de urbanização na segunda metade do século XX e já se encontra em um grau de maturidade (MARTINE; MCGRANAHAN, 2010). No Brasil, a porcentagem da população urbana em 1960 era de 46% e chega a 89% em 2020. Por sua vez, a China em 1960 apresentava uma população urbana de 16% e chega a 61% em 2020, segundo o Banco Mundial. No Gráfico 2, pode-se observar o crescimento urbano em ambos os países.

GRÁFICO 2 – Crescimento da população urbana no Brasil e na China

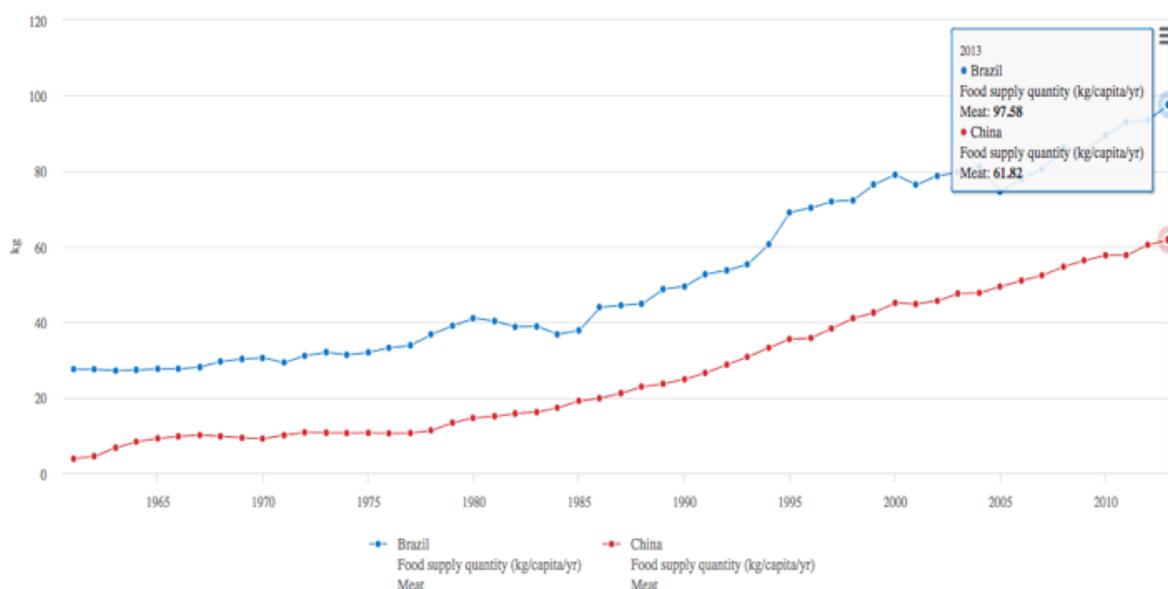


Fonte: Banco Mundial (2021).

A escolha da carne (proteína de origem animal, e trabalhada de maneira agregada como o marcador da FAO, que inclui carne de vaca, frango, peixe, porcos e frutos do mar, não considerando laticínios) como o produto a ser analisado, deve-se ao seu lugar central na alimentação na China (WATSON, 2014) e Brasil (ZALUAR, 1982). Apesar de diferenças quanto aos padrões de consumo nestes

países, onde a China mostra preferência pelo consumo de suínos e o Brasil pelo consumo de bovinos e aves (GILL et al., 2015), há convergências quanto ao importante valor simbólico cultural, sendo um marcador de ascensão de classe e melhora de vida e também elemento crucial em relações de sociabilidade – sendo parte da alimentação do dia-a-dia – e celebração (por exemplo, no Brasil, o churrasco, e, na China, sendo presente entre os pratos principais de qualquer banquete). Ambos os países ocupam lugares de grandes consumidores de carne: a China atinge a média de 61 kg/capita/ano e o Brasil 97kg/capita/ano, como se pode observar no Gráfico 3 da FAOSTAT (2016). Este aumento no volume consumido tem impacto ambiental global (ESCHER, 2018) através das cadeias globais de produção e abastecimento definidas como teleconnections (GILL et al., 2015).

GRÁFICO 3 – Consumo de carne China e Brasil (kg/per capita/ano)



Fonte: FAOSTAT (2016).

O aumento do consumo de alimentos de origem animal é especialmente importante nos países em desenvolvimento, uma vez que a maior parte, tanto da produção quanto do consumo, é proveniente destes países. Segundo Popkin e Shu (2007), estimou-se que estes países seriam responsáveis pela produção de 63% da carne e 50% do leite, ao mesmo tempo em que consumiriam anualmente 107 mmt (million metric tones) a mais de carne e 177 mmt de leite a mais do que no período 1996-1998. Este processo poderá ser sentido não apenas através do consumo direto, mas também através do crescimento das redes de abastecimento e consumo,

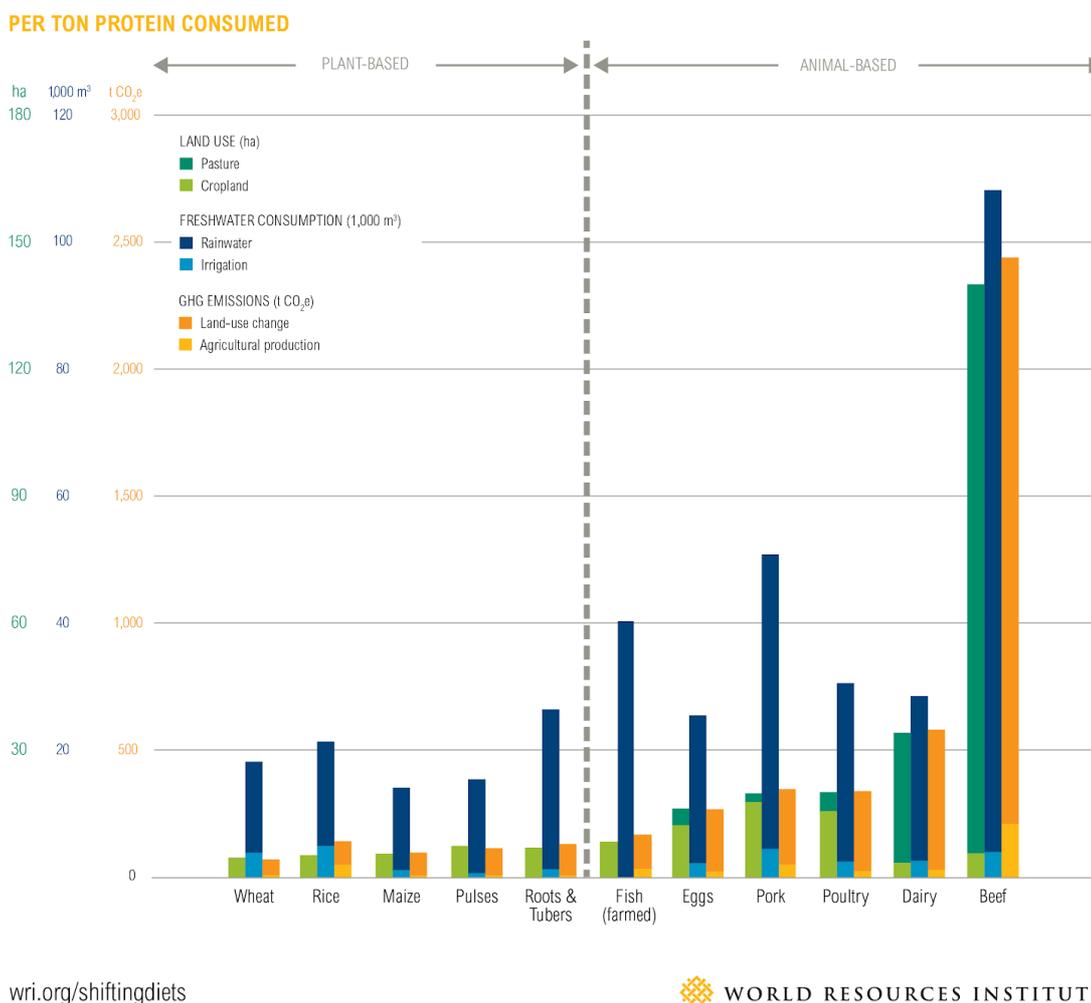
que envolvem grande consumo de recursos e o grande aumento da produção de grãos destinados à alimentação animal.

Os autores identificam Brasil e China como centrais neste debate, uma vez que emergem como grandes consumidores de carnes. Este consumo também é reflexo da transformação das estruturas sociais e do crescimento da desigualdade, visto que o consumo destes produtos está associado às classes mais altas e urbanas, em contraste com as classes baixas e rurais (POPKIN; SHU, 2007). A produção de alimentos de origem animal está associada ao grande consumo de recursos e emissão de gases do efeito estufa, representando um grande impacto ambiental negativo.

No Gráfico 4 do World Resource Institute, pode-se observar a magnitude do impacto dos alimentos de origem animal (à direita) em relação aos alimentos de origem vegetal (à esquerda), que são muito menores.

GRÁFICO 4 – Impacto ambiental do consumo alimentar

Animal-Based Foods Are More Resource-Intensive than Plant-Based Foods



Fonte: WRI (2016a).

O debate sobre as urgências da situação ambiental global, ao mesmo tempo em que demanda esforços de mitigação transnacionais, muitas vezes falha ao desconsiderar a agência dos sujeitos que estão envolvidos neste processo. De acordo com Triches (2021) a produção de pesquisa em torno da alimentação sustentável ainda se concentra na Europa. Desta forma, este conhecimento construído no Norte está permeado por suas visões de mundo e seus julgamentos. Neste contexto, segundo Nordgren (2012), o ato do consumo de carne pelos sujeitos humanos adquire caráter moralmente repreensível em vistas do seu impacto ambiental negativo. Desta forma, a contribuição do presente trabalho é trazer as experiências de dois dos maiores países em desenvolvimento, China e Brasil, que

estão passando pela transição alimentar. A presente pesquisa tem como foco investigar jovens que vivem e refletem sobre a tensão fundamental destes países entre a inclusão no mercado de consumo e o discurso ambiental que condena partes deste processo.

Estes novos consumidores têm de lidar com o estigma negativo em torno do consumo de carne criado pelo discurso da sustentabilidade ambiental, que defende que os processos por trás do aumento da produção de carne têm grande impacto na emissão dos gases do efeito estufa e estão ligados ao desmatamento e secas (GILL et al., 2015). O consumo de carne também desempenha papel importante na relação comercial sino-brasileira, devido às cadeias de abastecimento, onde o Brasil se destaca como um grande exportador, e a China como o maior consumidor de nossos produtos agropecuários (sobretudo soja para alimentação de animais e carne). A presente pesquisa se dedica, portanto, ao debate sobre consumo e sustentabilidade e a contribuição dos países em desenvolvimento a partir da perspectiva dos valores da juventude no Brasil e na China.

O desenvolvimento econômico e a transformação social da China e do Brasil nas últimas décadas têm impactos que vão muito além de sua esfera doméstica e se expandem ao redor do mundo, tecendo através de suas trocas novas redes globalizantes.

A demanda crescente por alimento, gasolina e fibras (food, fuel and fiber) exige exploração intensa de recursos naturais, impacto este que a China tem transnacionalizado através das suas redes de telecouplings e teleconnections. De acordo com as previsões de Yu et al. (2016), em 2030, a China precisará de 21% a mais de terras cultiváveis para atender a demanda crescente de alimentos gerada pelo crescimento da população, urbanização, aumento da renda e mudança dos padrões nutricionais. Desta nova demanda, é estimado que aproximadamente um terço do abastecimento (34 milhões de hectares) será proveniente de países como Argentina, Brasil, Estados Unidos e Tailândia, através de grãos, cereais, soja e arroz.

O processo de urbanização e o aumento do poder de consumo acarretam mudanças nos padrões de consumo e alimentares; essas tendências apontam para uma crescente demanda das redes de abastecimento globais, que tem conseqüente impacto ambiental e risco exportados (BECK, 2011). Do ponto de vista do abastecimento de alimentos, o impacto ambiental pode ser transferido não apenas

através da compra de terras estrangeiras (landgrabbing), como também seus efeitos decorrentes, como a poluição e uso intenso de água (YU et al., 2016).

Estas transformações são guiadas por uma priorização da segurança alimentar no contexto das políticas domésticas chinesas, o que gera a crescente demanda por alimentos através das redes globais, culminando no crescente impacto ambiental nos países agroexportadores. As pressões chinesas por uma rede de abastecimento mais sustentável têm impacto direto no Brasil (LIU, 2021), tornando o debate importante para o Brasil negociar e repensar o seu próprio lugar na Parceria Estratégica Sino-Brasileira.

No contexto brasileiro, a agropecuária está diretamente ligada à questão do desmatamento da Amazônia, uma vez que é responsável por 80% do desmatamento (MARQUES, 2019). Segundo Belik (2020) o Brasil é um grande produtor, mas também consumidor de carne, e o mercado interno é responsável pelo consumo de cerca de 80% da produção do país.

Esse consumo (de carne) enorme tem impacto direto na produção de grãos para ração, nos recursos necessários para a criação de gado e nas emissões de gases de efeito estufa que provocam as mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, existem áreas enormes de pastagens subutilizadas e implantadas apenas para justificar a apropriação indevida de terras públicas. No Brasil, são cerca de 67 milhões de hectares que apresentam alto nível de degradação e que poderiam ser direcionados para intensificação da criação de animais ou outras culturas agrícolas de menor emissão de carbono e maior valor agregado (BELIK, 2020, p. 12).

De acordo com o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoção de Gases de Efeito Estufa (SEEG), conduzido pelo Observatório do Clima, o Brasil emitiu 9,6% mais gases de efeito estufa (GEE) em 2019, em comparação com 2018. O país liberou 2,18 bilhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (GtCO₂e) na atmosfera, comparado a 1,98 bilhões em 2018. As principais fontes de emissões são mudanças no uso da terra (44%), agricultura e pecuária (28%), setor energético (19%), processos industriais (5%), e resíduos (4%). O SEEG estima que as emissões continuarão a aumentar devido ao aumento do desmatamento na Amazônia.

Segundo Carvalho (2012), a questão da alimentação e seu impacto ambiental, principalmente no que diz respeito ao consumo de carne levanta muitas questões, dentre as quais ela destaca a questão da saúde associando o consumo excessivo de carne ao desenvolvimento de doenças crônicas e principalmente a

emissão de gases do efeito estufa e a pegada hídrica. De acordo com a autora, na produção de 1 kg de carne bovina são gerados 44 kg de gases do efeito estufa e consumidos 2400 litros de água. "A alimentação é responsável por 25% da pegada ecológica mundial, sendo que o consumo de alimentos de origem animal corresponde a 61% desse valor, e 33% refere-se ao consumo de carne, sendo assim o maior contribuinte" (CARVALHO, 2012, p. 18).

À luz do grande impacto ambiental do consumo alimentar (HELLER; KEOLEIAN, 2014) e considerando o alto consumo de carne no Brasil e na China, faz-se necessário pesquisar a partir da perspectiva dos consumidores para investigar suas percepções, valores e motivações. Os estudos sobre dietas sustentáveis têm crescido na última década, de acordo com Triches (2021). Entretanto, a maioria das referências ainda favorece as esferas da saúde e do meio ambiente, em detrimento das sociais, econômicas e culturais. Barone et al. (2018) destaca a pequena expressividade das ideias relacionadas aos aspectos econômico e social em relação aos conceitos de sustentabilidade e alimentação sustentável. Em relação ao consumo de carne, os seus entrevistados não se mostraram muito dispostos a mudar seu comportamento e não apresentaram saúde nem meio ambiente como motivações para reduzir o consumo. Ela conclui, então, que é necessário investir na educação alimentar e em mais pesquisas da perspectiva dos valores dos consumidores para assim trabalhar em estratégias de comunicação mais eficazes.

Marques (2019) destaca o consumo de carne e a problemática da desigualdade de renda, uma vez que os consumidores de carne assíduos fazem parte de apenas 10% da população brasileira e esta parcela por sua vez concentra 43% da renda nacional. Não é raro que pesquisadores se concentrem na compreensão dos padrões de consumo de alimentos a fim de contribuir para os debates sobre sustentabilidade ambiental (GFI, 2020), mas não consigam interpretar os dados à luz das desigualdades contextuais que afetam a agência, os valores e a intencionalidade de seus padrões de consumo. O nexos alimentar, ambiental e cultural compreendido a partir da perspectiva da justiça alimentar, é crucial para discutir criticamente o que está por trás dos dados de consumo de alimentos e questionar as diferentes narrativas alimentares em seus contextos particulares.

A importância da juventude para construir um futuro sustentável

No contexto da discussão de futuros sustentáveis, é imperativo que os estudos envolvendo os jovens incluam as narrativas dos países com o maior número de jovens (DWYER et al., 2016). Os países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) concentram mais de 40% da juventude mundial e, nesta ocasião, optei por me concentrar no desenvolvimento de estudos comparativos entre os jovens da China e do Brasil.

De acordo com Collins e Hitchings (2012), na esfera do consumo, os jovens não são apenas o grupo social mais suscetível à mudança, mas também representam a possibilidade de expansão da mudança. "Os líderes de amanhã já são os consumidores de hoje" (COLLINS; HITCHINGS, 2012, p. 193) demonstra a ideia de que os jovens serão capazes de fazer com que seus valores e padrões de consumo reflitam no futuro, e os autores também acreditam que eles agem no presente como "cavalos de Tróia" trazendo novas informações e engajando suas redes com novos comportamentos.

Entretanto, segundo Francis e Davis (2015), a juventude como segmento ainda está sub-representada na agenda da pesquisa de sustentabilidade, e Collins e Hitchings (2012) também apontam que, para melhor comunicar e engajar esses jovens agentes de mudança, mais estudos devem focar o contexto cultural e os valores compartilhados por grupos específicos, já que a categoria jovem é muito ampla e diversificada.

Nesta ocasião, vou focar os estudantes universitários na China e no Brasil, onde a chegada da modernidade foi acompanhada pela expansão do acesso ao consumo, aumentando a agência e a autonomia destes novos jovens consumidores, ao mesmo tempo em que exigia um alto grau de responsabilidade por suas ações e seu próprio futuro (SILVESTRO, 2009), especialmente diante da situação desastrosa da mudança climática.

A discussão em torno da questão da Juventude se dará em dois momentos diferentes: (1) através do survey Jovens Universitários em um Mundo em Transformação, onde serão discutidos os valores e percepções de universitários no Brasil e na China a respeito da questão ambiental; (2) através de dados qualitativos com foco em um determinado grupo de estudantes em Campinas (Brasil) e Xangai (China) em relação às discussões intergeracionais em torno das narrativas

alimentares. Esta dupla abordagem tem como objetivo propor um mapeamento muito preliminar dos valores ambientais na juventude revelados por pesquisas destes países, para em seguida investigar como estes valores são colocados em prática em seu consumo alimentar.

O sabor da memória, o sabor do sonho

Através da revisão histórica do debate em torno da questão ambiental, podem-se observar importantes deslocamentos discursivos relacionados à maneira de conceber os fatores determinantes do problema e os modos apropriados de enfrentamento a serem adotados. Nesse sentido, a reorientação verificada ao longo do tempo em direção ao âmbito das práticas sociais de consumo e dos valores a estas associados revela um campo de investigação bastante rico e ainda pouco explorado. É o caso, por exemplo, das relações de tensão verificadas historicamente entre nações de diferentes níveis de industrialização, e as articulações que se desdobram a partir daí para as dimensões dos padrões de consumo, estilos de vida e valores pessoais.

Ao recuperar a trajetória histórica e o processo sociopolítico de construção da problemática da sustentabilidade e do consumo sustentável, foi possível constatar as desigualdades existentes dentro do próprio fazer da disciplina, tornando evidente a importância de se investigar mais sobre os agentes envolvidos na questão ambiental ao redor do globo.

A presente reflexão contribui para o debate sobre "consumo político", em que Silvestro (2009) aponta para a necessidade de investigar as características e os valores destes consumidores para entender os significados envolvidos nas suas ações. Os países em desenvolvimento concentram a maior parte da juventude mundial e é também onde se desenvolve uma crescente classe média (DELOITTE, 2011), logo a expansão do acesso e a transformações nos padrões de consumo são de relevância global.

A questão alimentar se mostra central na discussão teórica do pensamento de Beck a partir das narrativas dos países em desenvolvimento, porque, ao mesmo tempo que problematiza a variedade de modernidades possíveis, ela também contribui para a discussão sobre como os indivíduos de diferentes países estão experienciando os riscos transnacionais através da segurança

alimentar. Neste contexto, o processo de individuação emerge, e nesses países o acesso ao consumo é crucial para entender os valores e as maneiras pelas quais eles respondem aos riscos. A complexidade dos problemas relacionados à segurança alimentar nos países em desenvolvimento perpassa os limites de pré-moderno, modernidade industrial e modernidade pós-industrial, apresentando uma mistura de diferentes tipos de risco acontecendo concomitantemente e neste contexto a Sociedade de Risco se torna uma ferramenta conceitual para entendê-los incluindo não apenas os riscos da perspectiva da modernização, como também as consequências não-intencionais provenientes da modernidade industrial (YAN, 2012).

Em relação à formação de novas subjetividades neste contexto, os sujeitos são desafiados pelas questões do processo de *rush to development* (HAN; SHIM, 2010), onde as sociedades experienciando a Sociedade de Risco e entrando na Segunda Modernidade não passaram ainda pelas condições que influiriam na Individuação, como o Estado de Bem Estar Social (Welfare State), Democracia Cultural e Individualismo. Sem essas condições, os sujeitos experienciando o processo enfrentam a sobreposição de etapas/questões, onde a formação de novas biografias e narrativas individuatórias – muitas vezes através do acesso ao consumo – e a responsabilidade dos riscos ambientais da Sociedade de Risco chegam ao mesmo tempo.

As diferentes maneiras através das quais os indivíduos experienciam os riscos, assimetricamente distribuídos, interferem no seu processo de individuação. Esta, por sua vez, impacta na maneira como os sujeitos respondem aos riscos. À luz de tal entendimento, considero fundamental o fortalecimento da pesquisa e da discussão a respeito das convergências e divergências entre valores e práticas de consumo ambientalmente orientado nos países em desenvolvimento.

Além de seu caráter nutricional, os alimentos devem ser entendidos em sua dimensão simbólica e situados em seus contextos de desigualdade e interseccionalidade. O ato de comer não atende apenas às necessidades fisiológicas, mas tem um caráter simbólico, cujo significado é dado no contexto de suas relações sociais (Daniel; Cravo, 2005). Os sabores nos aproximam daqueles com quem se compartilha a comida: pais, filhos, avós se sentam à mesa e compartilham suas histórias e valores.

O sabor é uma janela em direção à memória e também em direção aos sonhos. No entanto, as experiências dos convidados à mesa nem sempre são as mesmas e seus valores também muitas vezes não convergem. A refeição passa então a ser também um lugar de disputas de narrativa e conflito. Os sabores mudam ao longo da vida e ao longo da história e trazem consigo um pouco da memória de cada um. Mas que novos sabores emergem de realidades tão desafiadoras como as mudanças climáticas? E no meio de tanta incerteza, qual seria afinal o sabor da prosperidade? Que gosto teria a "vida melhor" no futuro?

CAPÍTULO 1 – CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO BRASIL E NA CHINA: O ACESSO AO CONSUMO E AS MUDANÇAS DOS PADRÕES ALIMENTARES

China e Brasil, além de serem grandes consumidores e produtores de carne e estarem passando pela transição nutricional, também passaram por uma mudança significativa em relação às instituições que as gerações ainda vivas experienciaram: a transição para um regime democrático no Brasil, e a abertura da economia de mercado com características chinesas por Deng Xiaoping na China. Fishman e Lizardo (2013) apontam que importantes mudanças macro-estruturais refletem na construção de diferentes produtos culturais, em direção ao que eles chamam de onívoros culturais. Os autores acreditam que, além da questão da classe, os produtos culturais devem ser entendidos dentro de seus contextos históricos, e eles apontam os "onívoros culturais" como um alargamento de "gostos", no qual os sujeitos escolhem uma gama mais diversa de produtos culturais e novos padrões de consumo cultural podem surgir. No contexto do presente trabalho, as mudanças institucionais que tiveram como resultado transformações sócio-econômicas nos dois países, com a melhora nas condições de vida e aumento do poder aquisitivo das suas populações, pode ter gerado um ambiente propício para a emergência de novos valores (YAN, 2009) e padrões de consumo alimentar.

Ambos os países utilizaram o estímulo ao consumo como estratégia de desenvolvimento nas últimas décadas. Isso gerou mudanças nos padrões de consumo, o que também pode ser observado em relação ao consumo alimentar. Estas transformações levaram à mudança de valores. Este capítulo será dedicado a apresentar as transformações socioeconômicas no Brasil e na China para contextualizar os dados e processos descritos nos capítulos seguintes. O recorte histórico corresponde ao período em que se pôde observar a expansão do consumo nos países. Na China o período escolhido foi a partir da Abertura em 1976 com especial foco depois da década de 1990, quando os resultados do crescimento econômico pós-abertura ofereceram as condições para a expansão do consumo (DAVIS, 2000) até os dias de hoje. A década de 1990 na China foi considerada o início de uma grande revolução no consumo (DAVIS, 2000; YAN, 2009). Em 1978 o PIB per capita era de 316 RMB, em 1990 era de 1387 RMB e em 1994 se tornou 3179 RMB, isso permitiu que o consumo doméstico se expandisse e que novas opções de produtos surgissem no mercado (DAVIS, 2000).

Enquanto no Brasil o foco será no período após a redemocratização que se iniciou em 1985 com especial foco nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2003 e 2016 (BARBOSA, 2013) que tiveram o consumo interno como carro chefe do projeto de desenvolvimento. Barbosa (2013) observa que entre 2003 e 2013 pôde se observar:

Volume expressivo de empregos, com aumento sustentável dos salários reais e inclusão de milhões de pessoas no mercado de trabalho formal e na sociedade de consumo de massa, formando o que vários analistas hoje chamam de “nova classe média” brasileira (BARBOSA, 2013, p. 69).

1.1 Mudanças socioeconômicas e consumo no Brasil

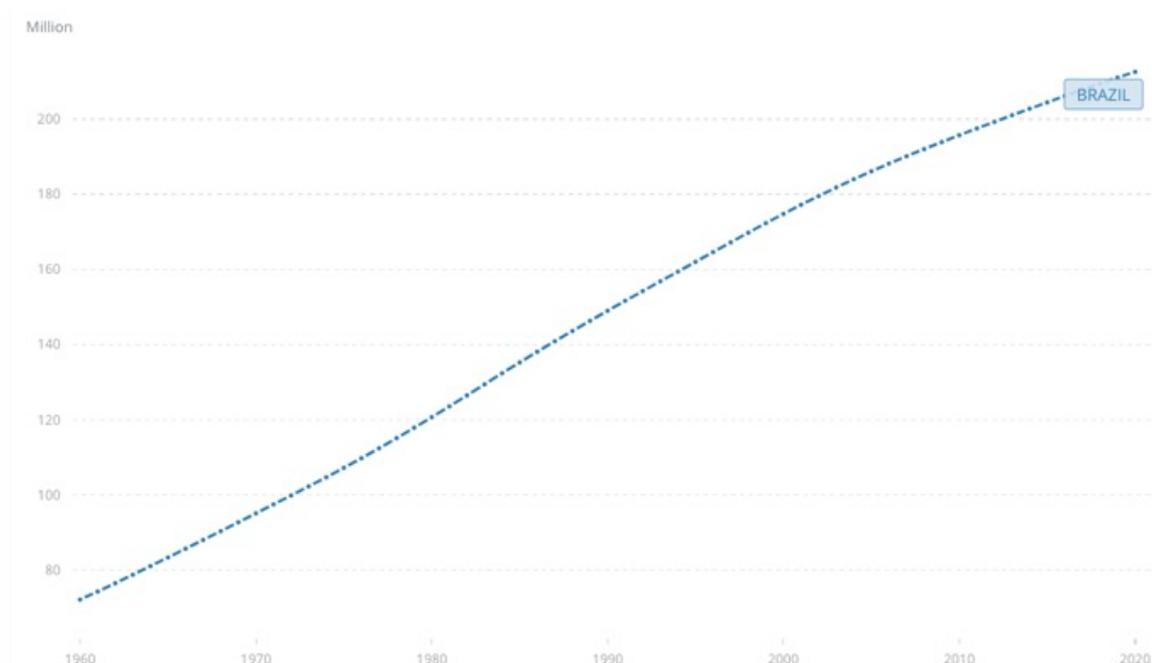
O Brasil é a maior economia da América Latina, respondendo por quase 40% do PIB total da região. Com taxas de crescimento de cerca de 6% no início dos anos 2000, principalmente devido à sua riqueza de recursos, o Brasil vem apresentando desempenho econômico de curto e longo prazo semelhante às taxas do resto da América Latina. Uma das transformações mais significativas na sociedade tem sido o processo ainda em curso de transferência da força de trabalho do campo para a cidade. Em comparação com 1960, quando cerca de 55% da população do Brasil vivia no campo, hoje a população urbana representa 85% e está entre as maiores porcentagens em todo o mundo (SCALON, 2013). No começo da ditadura militar, em 1965, o Brasil era um dos países mais ricos dentre os em desenvolvimento, com uma renda per capita de US\$1.700 (em dólares de 2007). Em 1978, o PIB per capita atingiu US\$5.500 e o crescimento médio anual foi de quase 9,5% (KHARAS; KOHLI, 2011).

No início da década de 1980, a América Latina entrou em um longo período de declínio e estagnação, acompanhado por processos de desindustrialização, que faria o Brasil ultrapassar a renda per capita de 1978 apenas em 1995, e por um breve momento após sua crise de hiperinflação (KHARAS; KOHLI, 2011; SCALON, 2013). A instabilidade macroeconômica logo solaparia as bases econômicas do país novamente quando a crise do Leste Asiático estourou em 1997. Foi somente em meados da década de 2000 e, graças ao boom das commodities liderado pela China, que o Brasil mais uma vez superou sua renda de 1978. Trinta anos se passaram sem qualquer melhoria significativa nos níveis de renda. Ainda hoje, o Brasil não tem conseguido demonstrar um crescimento rápido e

sustentado como nos anos 1970, o que poderia assegurar alcançar o status de uma economia de alta renda (KHARAS; KOHLI, 2011).

Entre 1975 e 2014, a economia brasileira triplicou de tamanho, crescendo aproximadamente 228% em dólares a valores constantes de 2005 (média de 3% ao ano durante esse período). Ao mesmo tempo, o Brasil se tornou o sexto país mais populoso do mundo com uma população de 209 469 333 habitantes (BANCO MUNDIAL, 2018), como pode-se observar no Gráfico 5.

GRÁFICO 5 – População do Brasil



Fonte: Banco Mundial (2021).

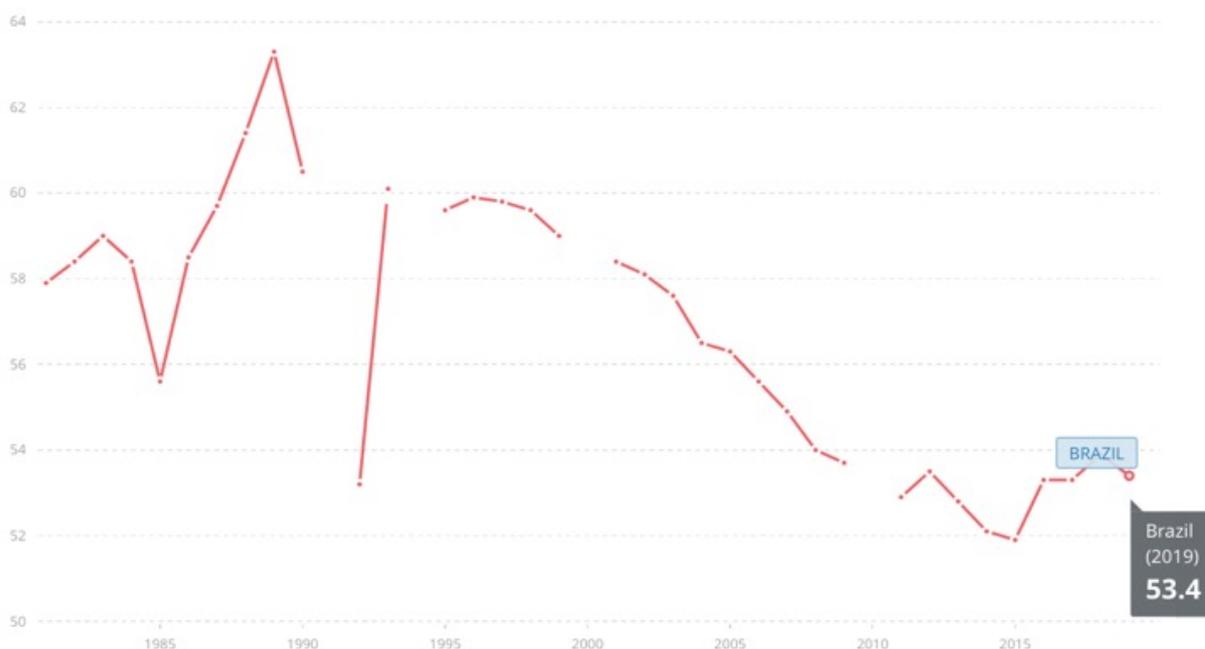
De acordo com Mazzon (2016):

A análise do PIB per capita, considerando a paridade do poder de compra, mostra que o Brasil está apenas na 64ª posição entre todos os países do mundo, indicando que, apesar de ser uma economia relevante no cenário mundial, a sua renda total em função do tamanho da sua população é relativamente menor e que os ganhos de produtividade associados à continuação e mesmo à ampliação das políticas de redução de desigualdade são necessários para levar o país a um patamar mais elevado de renda e bem-estar para a sua população (MAZZON, 2016, p. 32).

O Brasil não é apenas desigual em termos de renda, indicadores sociais e atividade econômica. A questão da desigualdade no Brasil, como em outros países da América Latina, tem profundas raízes históricas e fazem da região a mais

desigual do planeta. O Gráfico 6 indica o coeficiente de Gini que mede a desigualdade.

GRÁFICO 6 – Coeficiente de Gini no Brasil



Fonte: Banco Mundial (2021).

Amartya Sen (2018) afirma que a privação causada pela desigualdade e pela pobreza não pode ser entendida em termos absolutos. Ela não pode ser pensada apenas em termos de renda instável, mas deve ser entendida de uma maneira mais complexa, como a falta de capacidades básicas que levam à "vulnerabilidade, exclusão, exposição ao medo e violência, falta de poder, participação e voz", o que equivale à exclusão dos direitos básicos e bem-estar (SCALON, 2013).

Em um estudo de classes sociais no Brasil, Scalon (2013) aponta que a mobilidade social (considerando os anos 2001-2009) era muito limitada, com 47,6% da força de trabalho urbana sendo concentrada em ocupações manuais. O Brasil é, de acordo com muitos, o caso típico de um país que luta contra a Armadilha de Renda Média³. Como discutido acima, no decorrer do século passado, o país passou de um crescimento sustentado e acentuado nas décadas de 1960 e 1970 para um período de estagnação geral dos anos 80 até os anos 2000. O último período de estagnação sanava os efeitos perversos herdados do período anterior,

³ Uma versão preliminar desta discussão foi publicada em Hase-Ueta et al. (2018).

mas o crescimento não foi suficiente para elevar os padrões de vida a um nível comparado àqueles desfrutados em economias de alta renda. Os recentes aumentos na atividade econômica foram apoiados nos preços das commodities e levaram a uma expansão do consumo, mas esses períodos tendem a chegar a um fim abrupto (KHARAS; KOHLI, 2011). Esse padrão de crescimento leva ao questionamento: se a expansão da classe média brasileira e os níveis crescentes de consumo no país experimentados nos anos 2000 são um sinal de que milhões foram realmente tirados da pobreza e entraram na classe média, como observado por Nassif (2017), ou se é apenas o efeito de uma bonança econômica temporária. Segundo Nassif (2017), 24 milhões de pessoas saíram do nível de pobreza entre 2003 e 2009. Mas após uma nova crise, Caleiro (2016) aponta que só em 2015, cerca de 3,7 milhões de brasileiros voltaram à pobreza.

O Brasil vinha adotando uma estratégia baseada principalmente no crescimento impulsionado pelo consumo. Essa estratégia depende do tamanho do mercado e da base industrial do país para promover o crescimento com base na demanda doméstica. De fato, sucessivos governos vêm adotando uma série de medidas para estimular a demanda interna: ao longo dos anos 2000, bancos públicos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF), instituições financeiras públicas, têm irrigado o mercado com crédito para promover o consumo. Os pacotes de estímulo ao consumo do governo são geralmente baseados em reduções de impostos, subsídios para habitação e programas sociais. Em 2009, um total de US\$20,4 bilhões foi injetado pelo governo na economia, parcialmente para conter os efeitos da crise financeira global (FERRARI FILHO; PAULA, 2015).

Segundo Barbosa (2013), a primeira década do governo do PT (2003-2013) foi marcada por:

- (1) o cenário externo favorável resultou numa elevação substancial nos termos de troca da economia brasileira com o resto do mundo;
- (2) os ganhos decorrentes do cenário internacional favorável foram canalizados para a redução das vulnerabilidades financeiras do país e para a aceleração do crescimento, puxado pelo investimento e consumo domésticos;
- (3) a política de estímulo ao crescimento foi acompanhada de uma série de ações para melhorar a distribuição de renda, o que criou um círculo virtuoso entre a expansão do emprego e do consumo, de um lado, e da produtividade e do investimento, do outro lado;
- (4) a melhora no desempenho macroeconômico gerou um forte processo de inclusão social, com a redução da taxa de desemprego, o aumento dos salários reais e a ampliação do acesso da população brasileira ao crédito;
- e (5) a melhora nos termos de troca do

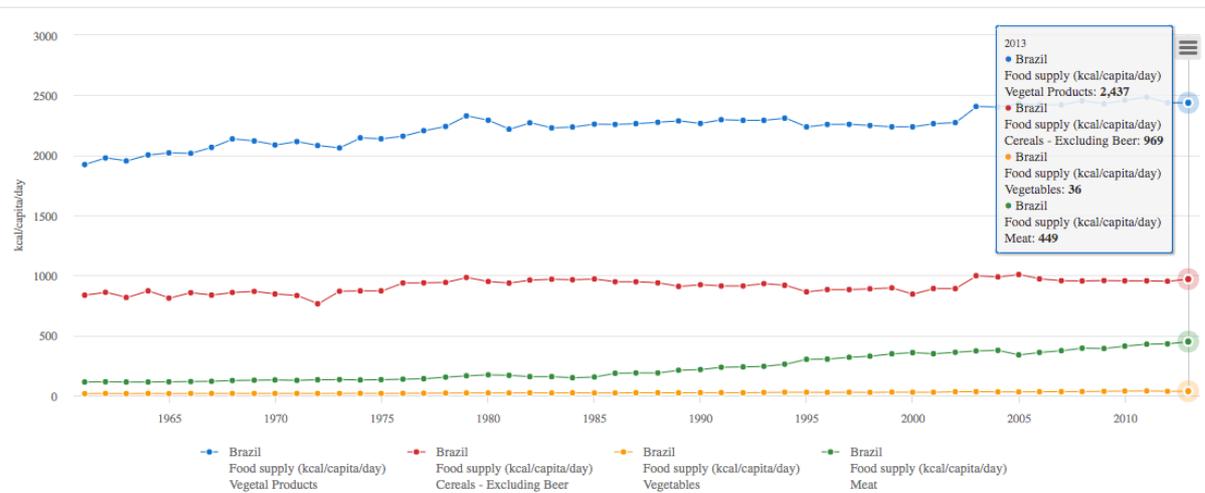
Brasil e a evolução do cenário internacional acabaram gerando uma forte apreciação cambial, o que por sua vez comprometeu a competitividade da indústria brasileira, sobretudo nos últimos quatro anos (BARBOSA, 2013, p. 89).

O Brasil, portanto, se concentrou em uma estratégia de crescimento baseada no consumo, como forma de gerar crescimento via demanda interna. Por um lado, a demanda foi estimulada com acesso a crédito e cortes de impostos, enquanto programas sociais foram implementados para reduzir a extrema pobreza e como consequência a desigualdade. O foco nesta estratégia poderia ser parcialmente explicado como resultado da percepção coletiva dos jovens no país sobre o consumo como um conceito central para sua identidade de classe ou de "consumidor".

1.2 A transição nutricional e o valor da carne no Brasil

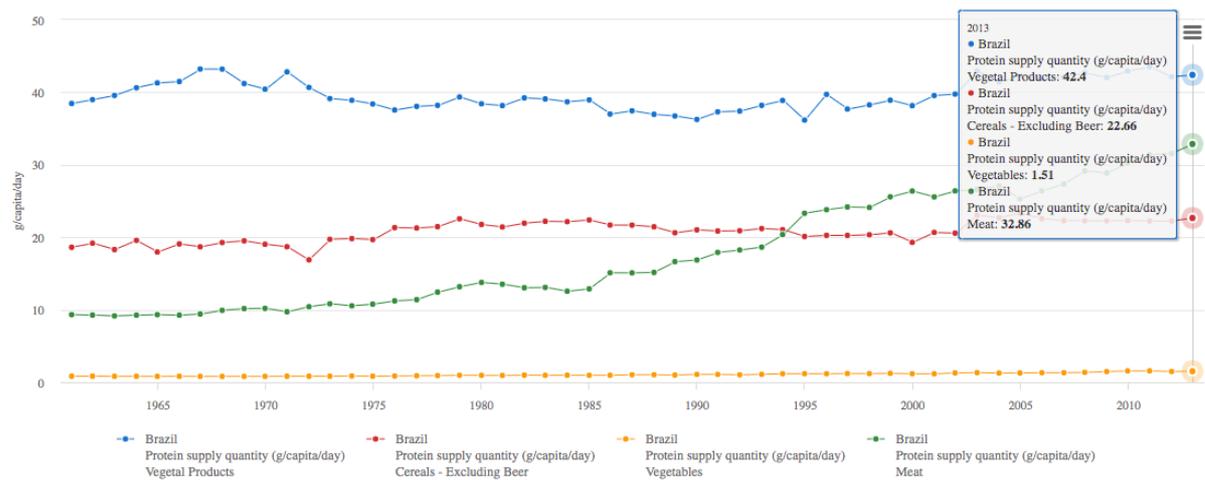
As transformações sociais e a ampliação do acesso ao consumo também tiveram impacto nos padrões de consumo alimentar (POPKIN; SHU, 2007). Segundo Belik (2013), os novos hábitos alimentares e a mudança na qualidade da dieta têm impacto direto na composição do corpo dos adultos, onde há a possibilidade de coexistência da subnutrição e da obesidade entre as classes de menor renda. O caso do Brasil é caracterizado pelas taxas de obesidade maiores que as de subnutrição entre as mulheres das classes mais pobres. O consumo médio de proteínas no Brasil entre 1990 e 2011 aumentou uma média por pessoa por dia de 67 gramas para 92 gramas. Nos Gráficos 7, 8 e 9 a seguir pode-se observar o aumento do consumo de proteína, em especial dos produtos animais (carne e leite):

GRÁFICO 7 – Abastecimento alimentar kcal/capita/dia no Brasil (food supply)

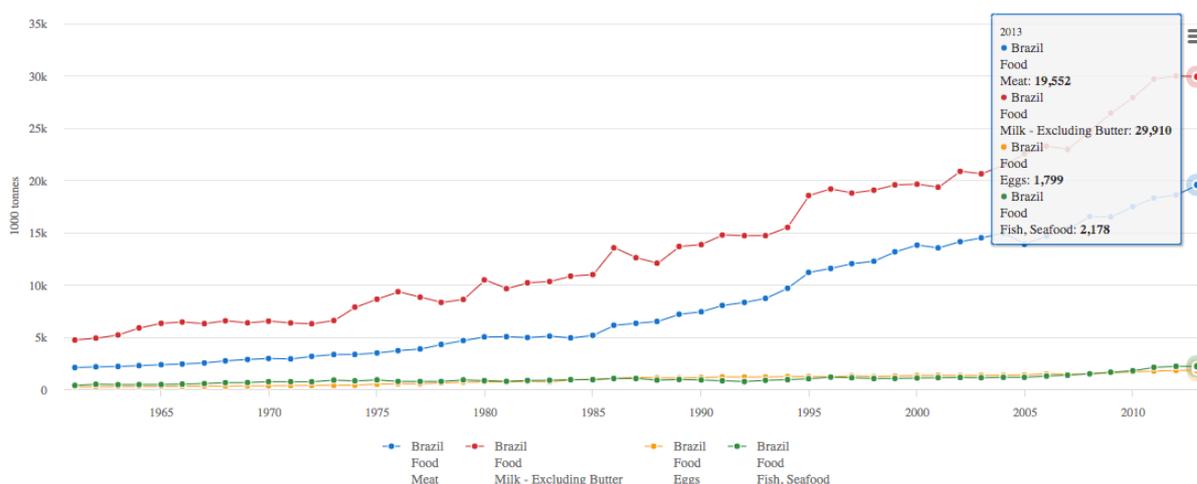


Fonte: FAOSTAT (2013).

GRÁFICO 8 – Consumo de proteína no Brasil



Fonte: FAOSTAT (2013).

GRÁFICO 9 – Consumo de produtos de origem animal no Brasil

Fonte: FAOSTAT (2013).

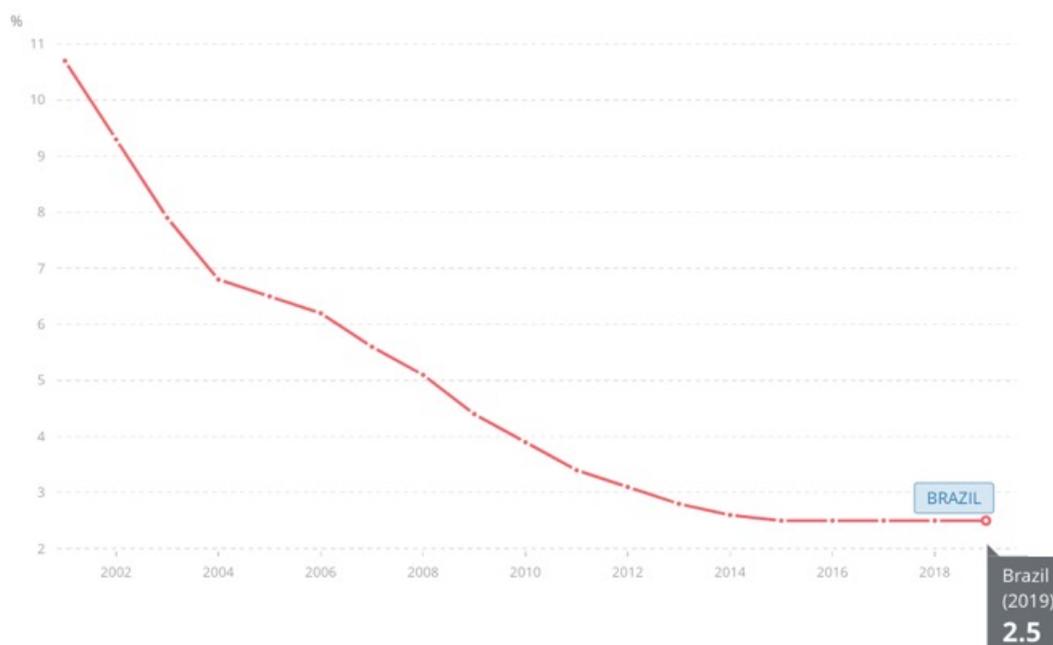
Mazzon (2016) aponta para a mudança nos hábitos de consumo e hábitos alimentares da população brasileira nos últimos 40 anos como fruto de uma transformação na estrutura social do país, na qual a transição alimentar não teve apenas impacto na saúde pública, como também na produtividade da economia do país. Ele destaca que o processo de expansão do acesso a alimentos e melhor nutrição no Brasil foi acompanhado por uma curva crescente de PIB e População Economicamente Ativa.

Segundo o autor, a melhora na alimentação no Brasil tem o potencial de contribuir significativamente para a economia do país e garantir seu desenvolvimento por gerações: a FAOSTAT (2014) calcula que cada US\$1 investido em intervenções bem-direcionadas para reduzir a má nutrição e a deficiência de micronutrientes propiciava um retorno significativamente maior entre US\$ 5 e US\$ 20, e os níveis nutricionais não somente são resultado do desenvolvimento social e econômico, como influenciam a saúde, a produtividade e o bem-estar geral. Já o Banco Mundial (2015) calculou que o custo da deficiência de micronutrientes pode atingir até cerca de 5% do PIB nacional, enquanto as intervenções devem custar somente 0,3% deste.

A subnutrição é um dos principais caminhos pelos quais a pobreza é perpetuada por gerações. O retardo no desenvolvimento materno é um forte preditor para o nascimento de bebês com baixo peso e a prevalência de crianças com peso insuficiente, aumentando o risco de problemas no desenvolvimento físico e cognitivo da criança, que terá consequências econômicas negativas ao longo de sua vida (FAOSTAT, 2014; MAZZON, 2016, p. 94).

Pode-se observar a queda da prevalência de subnutrição no Brasil no Gráfico 10:

GRÁFICO 10 – Prevalência de subnutrição (% da população) – Brasil



Fonte: Banco Mundial (2019).

A associação entre alimentação e economia também está relacionada às escolhas que se fazem em relação aos alimentos:

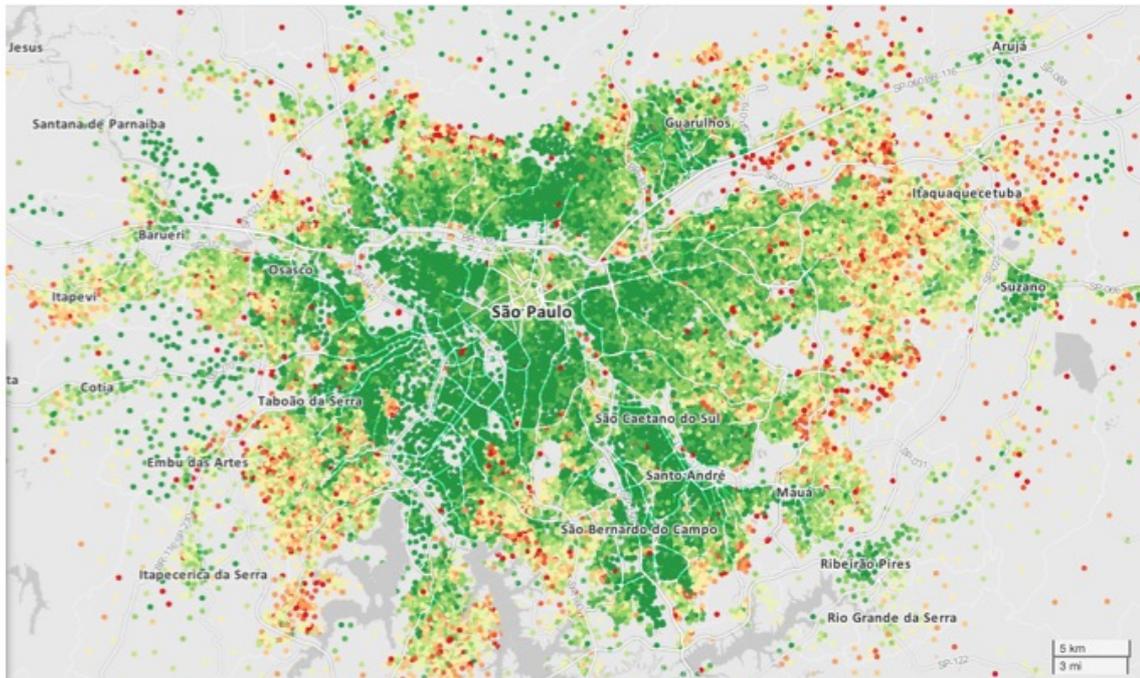
Nas POF de 2002-2003 e 2008-2009, observou-se que os maiores gastos com a alimentação domiciliar foram destinados à aquisição de carnes. Em 2002-2003, esse grupo representava 18% do gasto com alimentação e, em 2008, esse valor subiu para 22% (CARVALHO, 2012, p. 19).

Carvalho (2012) pesquisou consumo em São Paulo, e mostrou que a média de consumo de carne vermelha e processada foi de 138 g/dia para homens e 81g/dia para mulheres. Cerca de 81% dos homens e 58% das mulheres consomem mais carne do que o recomendado pela World Cancer Research Fund (WCRF). A qualidade da dieta foi inversamente associada ao consumo excessivo de carne pelos homens.

Como explorado anteriormente, o processo de transição alimentar está relacionado à desigualdade (POPKIN; SHU, 2007), e, através da alimentação, podemos observar as dinâmicas de desigualdade no país. Segundo Belik (2020), o maior gasto alimentar das famílias brasileiras – nas diferentes classes – é com a carne, e isso aumenta consideravelmente entre as famílias de baixa renda.

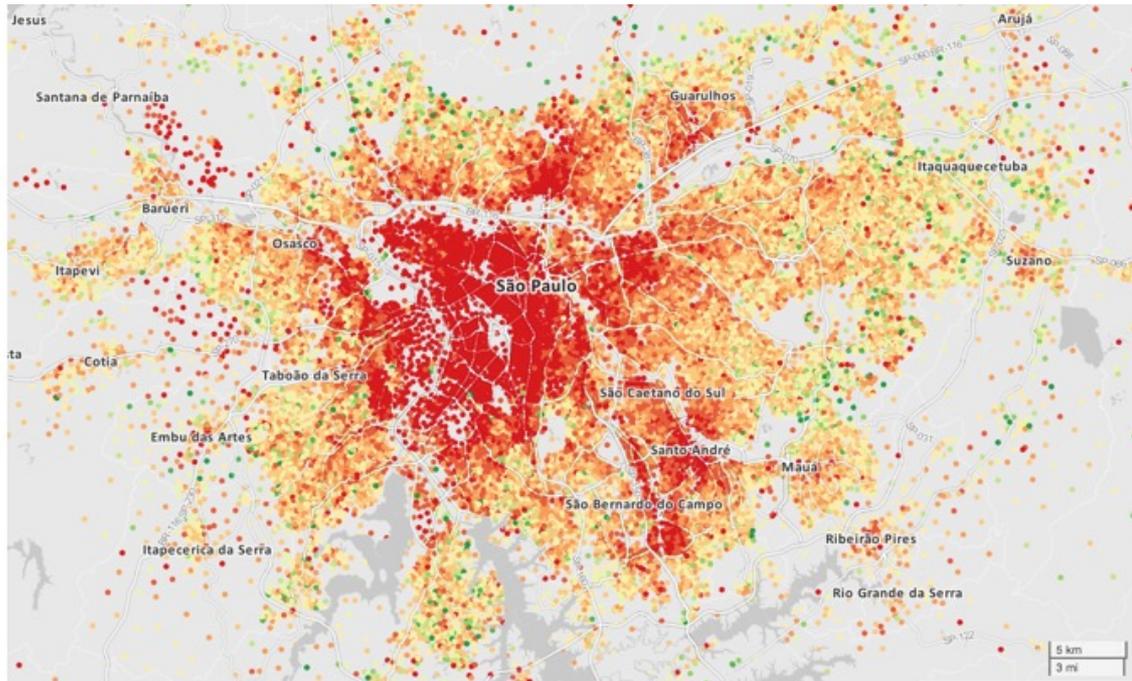
Enquanto o gasto com alimentação representa uma porcentagem maior do gasto mensal das classes de renda mais baixa (26%), as classes de renda mais altas consomem maiores quantidades, escolhem cortes melhores, porém, o gasto alimentar representa uma porcentagem menor dos seus gastos mensais (5%). Mazzon e Kamakura (2016) demonstram (veja Mapa 1 e 2) que há a espacialização da desigualdade através do consumo de diferentes cortes de carne. No primeiro mapa é possível observar que o consumo de carne de primeira é maior no centro da cidade nos distritos censitários de maior poder aquisitivo. Enquanto o Mapa 2 mostra que o consumo de carne de segunda se encontra nas periferias e regiões de menor poder de compra.

MAPA 1 – Carne de primeira na Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: Mazzon e Kamakura (2016).

MAPA 2 – Carne de segunda na Região Metropolitana de São Paulo



Decil por Domicílio
1 ponto = 184 domicílios (média)



Fonte: Mazzon e Kamakura (2016).

Outros estudos complementam os dados quantitativos. Alba Zaluar (1982), em sua etnografia sobre papéis familiares nas classes populares urbanas no Rio de Janeiro em 1980, relata que "a comida é um dos principais veículos através do qual os pobres urbanos pensam a sua condição" (ZALUAR, 1982, p. 173). Em suas falas, os sujeitos relatam desde a "fartura" do começo do mês quando conseguem comprar até carne, ao "passar mal" no final do mês, quando o dinheiro não é suficiente nem para fazer a feira. A questão da carne é afirmada de maneira

frequente nos relatos como um marcador de abundância e seu consumo como um sinal da prosperidade da família e

Passa a representar, na sua falta, a própria carência em que vivem. [...] A relação entre a pobreza e a alimentação escolhida não é apenas decorrente daquilo que o dinheiro pode ou não comprar, mas passa por inúmeras mediações de ordem ideológica e até mesmo psicológica (ZALUAR, 1982, p. 174).

Antonio Candido (1971), em seu estudo sobre o caipira paulista, além da subnutrição e da questão fisiológica, analisou o que ele chamou de "fome psíquica" ou seja:

O desejo permanente das misturas queridas: carne; em segundo lugar pão; em terceiro, leite (este, bem menos que os outros). O fato é grave, quando lembramos que a desejabilidade do alimento constitui fator ponderável no seu aproveitamento orgânico; e que semelhante privação pode dar lugar a insatisfações psíquicas mais ou menos ponderáveis. Daí um recalque permanente que, juntando-se a outros, irrompe por vezes através da turbulência e da embriaguez (CANDIDO, 1971, p. 158).

Candido explica que o conceito da "mistura" reforça a centralidade de se pensar a carne na alimentação brasileira que, além de ser o elemento mais almejado da refeição ao qual muitas vezes não se tem acesso, também mobiliza redes de trocas e compartilhamento. Esta questão também fica evidente na seguinte passagem da Alba Zaluar:

Na ideologia dos pobres urbanos do Rio de Janeiro, como de outras áreas do Brasil, a categoria comida é fundamental na articulação de seu pensamento sobre alimentação. Existem alimentos que são comida e outros que não são. Comida é basicamente feijão, arroz e carne. As verduras, os legumes, as frutas, no seu discurso, aparecem sempre como alimento que serve para 'tapear' e frequentemente vêm na forma diminutiva 'saladinha', 'verdurinhas', 'coisinhas', que 'não dá', que 'não satisfaz'. Do mesmo modo, o arroz sem o acompanhamento do feijão vira 'arrozinho' e comê-lo assim é considerado passar fome. A pessoa que não ingere comida, seja porque não pode comprar o que é comida, não come: 'faz lanche', 'tapeia', e os resultados desse tipo de alimentação são vistos como catastróficos: 'a pessoa emagrece', 'fica só no osso', 'morre'. O que não é comida pode incluir peixe, canja de galinha, frutas, verdura. E não são comida porque não 'sustentam', não 'enchem a barriga', não são 'fortes' enfim. Podem e são usados frequentemente como complemento da comida, já que 'ajudam', 'compõem o prato', 'têm vitamina'. Em outras palavras: quem não come feijão com arroz está passando fome, sendo que desta mistura o arroz é o único elemento que pode ser substituído, ou por macarrão ou por farinha. E a substituição da carne pelo ovo, peixe, mortadela ou linguiça, prática também usual entre eles, dá-lhes apenas uma medida de sua eterna 'falta', de sua condição de pobres que não têm dinheiro para comprar o alimento que mais valorizam: a carne, a comida mais 'forte', a que tem mais vitamina (ZALUAR, 1982, p. 176).

Nestes relatos também fica evidente que, além do consumo aspiracional da carne, no imaginário da abundância e da prosperidade está a questão da agência, ou seja, o poder de escolher o que se come. Ao serem perguntados sobre suas aspirações de ascensão social, os entrevistados apresentaram o conceito de "comida variada", que seria o modo de vida dos ricos, os que não vivem no perigo de "passar fome" e tem o poder aquisitivo e o acesso aos alimentos que desejarem. Segundo Candido, no contexto do interior de São Paulo, os sujeitos vivem no limite da subsistência, ou seja, possuem condições básicas para que esses sujeitos sobrevivam. Porém, os sujeitos não entendiam a sua condição como "viver plenamente", estes ainda sonhavam em "melhorar de vida" e ter acesso e poder de escolha do que se quer comer.

No contexto da presente pesquisa, além de investigar a centralidade do consumo de carne para a população brasileira e chinesa ao longo das últimas três gerações, pretendemos também estudar sobre o que significa a agência em relação às escolhas alimentares, que é majoritariamente desempenhada pelos indivíduos da geração mais nova que em ambos os países puderam experimentar um período de maior acesso ao consumo.

1.3 Transformações socioeconômicas pós-abertura na China e a questão do consumo

No último século, a história da China foi palco de mudanças abruptas e transformações avassaladoras. A mesma geração que experienciou a Revolução também viveu a Reforma e a Abertura, períodos em que se pôde ver a mudança das diretrizes do Partido Comunista da China, o qual antes preconizava a luta de classes e passou a priorizar o desenvolvimento econômico do país. Este processo de experimentos em direção a uma abertura mais vasta de sua economia para o resto do mundo teve consequências profundas, como a urbanização concentrada na área costeira, o crescimento da classe média, aumento no nível de vida da população chinesa como um todo e também o aumento da desigualdade.

Durante o período maoísta (1949-1976) a prioridade da economia chinesa foi o setor de construção pesada, onde o Estado desenvolveu um sistema concentrado de planejamento e distribuição, monopolizando a circulação de bens de produção e itens importantes de bens de subsistência também. Nas áreas urbanas a política trabalhista garantiu empregos e salários fixos, porém baixos. Portanto o

governo oferecia subsídios para que os cidadãos pudessem arcar com os custos de bens básicos, moradia e transporte. O resultado foi que quanto mais se consumia, mais o Estado precisava prover em subsídios, o que tornou o consumo contraprodutivo. Este processo levou a escassez de bens básicos de subsistência e a necessidade de o governo limitar e controlar o consumo (YAN, 2009). Desta forma Yan (2009) conclui que durante o período o consumo continuou no nível básico da subsistência, haviam poucas diferenciações de padrões de consumo e estilos de vida dentre a população geral, e a condenação moral da aspiração ao consumo e bens de luxo considerados como parte de uma cultura burguesa.

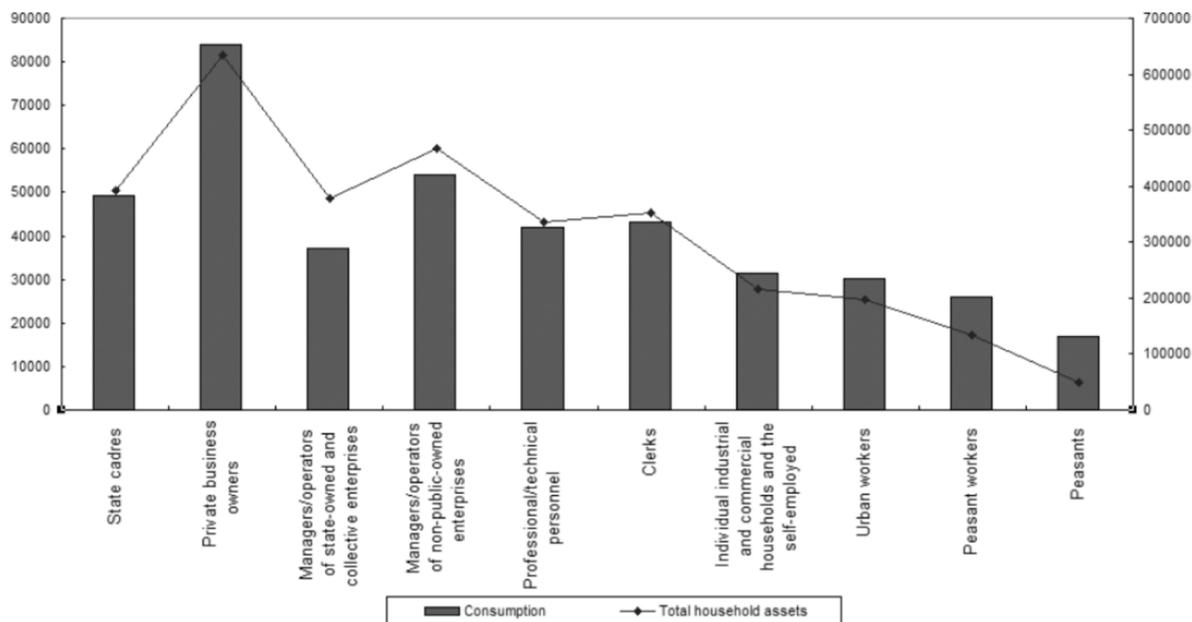
Porém, durante o período de Abertura estas dinâmicas se transformaram profundamente. Tian Feng (2013) afirma que na contramão das teorias econômicas que entendem o consumo em função da renda, na China a expansão do consumo não cresceu na mesma velocidade do aumento da renda. Porém, não se pode negar que o aumento da renda gerou a satisfação das necessidades básicas de consumo, e, para além disso, desencadeou a expansão e a transformação da estrutura de consumo, que gerou a diversificação de padrões e estilos de vida. O aumento da renda foi acompanhado também pelo crescimento das desigualdades, porque alguns grupos se beneficiaram das reformas sócio-econômicas da China, ou seja, aqueles destinados a (nas famosas palavras de Deng Xiaoping) ‘enriquecer primeiro’. Logo se faz necessário que a questão do consumo seja analisada neste contexto, e levando em consideração as novas diferenciações, tensões, conflitos e práticas que podem acompanhar durante a transformação.

Tian Feng (2013), ao focar padrões de consumo, divide a China em categorias de estratos diferentes. No Gráfico 11 pode-se observar o consumo e bens domésticos de cada um destes estratos sociais.

Before reform and opening up, the social identity and social status of people generally remained unchanged, with differences among them in terms of income and social security benefits mainly based on political status and occupational status. Although there were certain income differences between social classes, due to a strongly egalitarian distribution and consumption system and the state's strict control of consumer goods under the planned economy system, the consumption structure and consumption level of most households were rather similar. After reform and opening up, due to ongoing socio-economic differentiation, China's social stratum system has undergone a radical change, with the original rather simple social structure comprising "two classes and one stratum" (working class, peasant class, and intellectual stratum) going through a dramatic transition to ten major social strata (Lu, 2002). In the meantime, the consumption level,

consumption structure and consumption pattern of each social stratum are also undergoing increasing differentiation (TIAN, 2013, p. 673).

GRÁFICO 11 – Consumo e bens domésticos de cada estrato social



Fonte: Tian (2013, p. 657).

Tian Feng (2013) defende que a transformação da estrutura social chinesa impactou na maneira como cada classe social se auto-significava: no passado, as classes sociais eram ligadas ao status político, mas, desde o período de reformas até os dias de hoje, este conceito tem se metamorfoseado e agora aponta para uma combinação de recursos sociais, econômicos e políticos que englobam diferentes ideologias, estilos de vida e padrões de consumo. De acordo com Li Peilin, durante o processo de transformação da estrutura econômica e mudanças institucionais, a estrutura do consumo se tornou o indicador de estratificação mais fiel às situações reais (LI, 2000 apud TIAN, 2013).

Tian (2013) conclui que existe uma forte relação entre a estratificação do consumo e outros tipos de estratificação na sociedade chinesa, como a estratificação ocupacional e a estratificação de status econômico, porém, ele aponta que existe uma tendência importante, a ser considerada, que indica que a consciência de estrato tem se tornado cada vez mais subjetiva.

Li Wei (2013) concorda com este argumento, e defende que os estratos sociais passaram por grande diferenciação de interesses, a partir da qual a auto-identificação e a consciência de grupo de cada estrato começam a ser formadas, o

que levou à inconsistência e fragmentação da identidade do estrato. O autor diferencia “consciência de estrato” da “consciência de classe”, porque diz que o primeiro é um conceito que não possui grande consciência coletiva, e é baseado na consciência subjetiva e percepção de um membro situado em certa posição social em relação à desigualdade social e ao seu próprio status socioeconômico. Este termo iria além das dimensões produtivas, materiais e de interesse econômico e englobaria as tensões geradas pela desigualdade e as diferenças entre os estratos sociais em termos econômicos, políticos, culturais, técnicos, de recursos, estilo de vida e padrões interacionais.

Li (2013) entende o conceito de “estrato social” como centrado no sistema ocupacional, e possuiria recursos políticos, econômicos e culturais específicos de cada grupo. No entanto, a complexidade do contexto chinês demanda novos tipos de análise, nos quais a ocupação/profissão ainda não é adotada como principal indicador de estratificação social e fatores como origem e background familiar – que são usados para determinar a posição do indivíduo em sistemas totalitários – não são suficientes para explicar a realidade chinesa. Li Wei (2013) acredita que, neste contexto em transformação, é necessário se pensar em termos de “consciência de estrato”, que seria a percepção que o indivíduo possui em relação ao estrato que ocupa e a sua demanda de interesses legítimos deste grupo.

Na China contemporânea, existe uma relação entre a posição objetiva do estrato que um indivíduo ocupa e a identificação subjetiva de estrato, porém a última seria capaz de capturar melhor as nuances das tensões envolvidas nas formações de grupos e identidades. Ele adverte, no entanto, que dentro do crescente estrato da classe média, surgem diferentes grupos ocupacionais e de status que buscam se distanciar um do outro, mas que possuem identidades que se sobrepõem e, conseqüentemente, levam ao conflito de pertencimento de estrato.

De acordo com Lu Xueyi (2001 apud CHEN, 2013) a China contemporânea poderia ainda ser dividida em dez estratos ou classes que podem ser observados na Tabela 1:

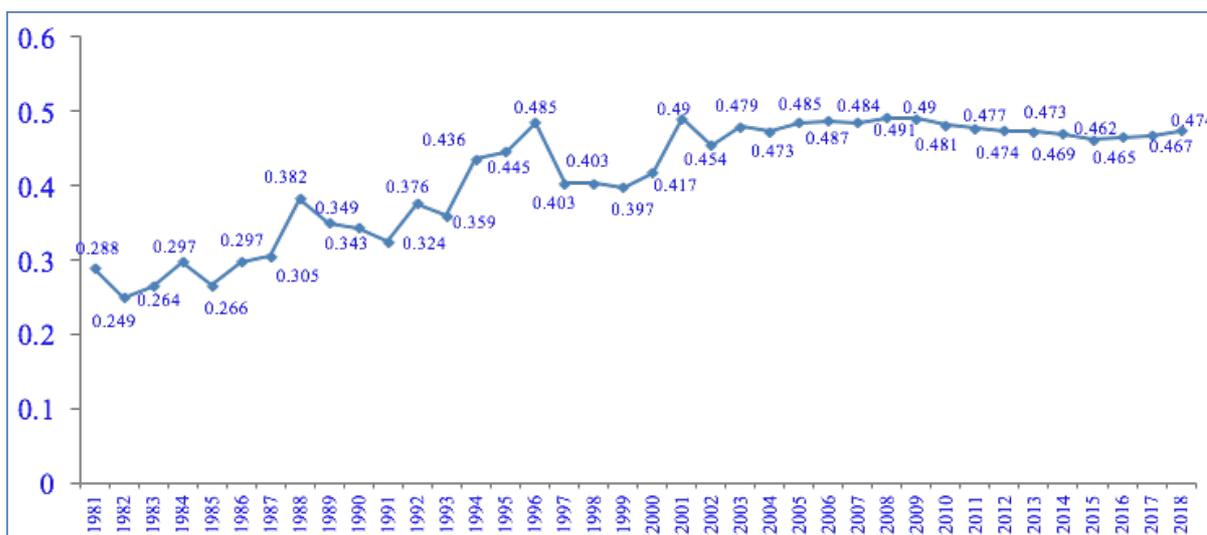
TABELA 1 – Estratos na China

Estratos	Proporção do Estrato*
Administradores estatais e sociais	1,8%
Empreendedores privados	1,3%
Gerentes corporativos	2,4%
Profissionais e técnicos	5,1%
Funcionários (clerks)	7,3%
Pequenos proprietários	9,1%
Trabalhadores industriais	15,8%
Empregados do setor de serviço de níveis baixos	11,6%
Trabalhadores agrícolas	39,8%
Pessoas desempregadas e subempregadas	5,7%

Fonte: Elaboração da autora. Fonte dos dados: Chen (2013). * De acordo com uma análise conduzida no survey de 2008, foi considerado o stratum profissional mais alto de qualquer membro da família que esteja trabalhando para representar o stratum social desta unidade.

A desigualdade de renda intra-estrato também é relevante na compreensão da diferenciação econômica e social dentro deste, especialmente no que diz respeito aos três grupos: empreendedores privados, gerentes corporativos e pequenos proprietários. Enquanto a grande desigualdade de renda intra-estrato pode ser explicada devido à dependência deste grupo de recursos econômicos e de negócios para obter seus ganhos, os demais estratos dependem de habilidades profissionais e trabalho para obter seus ganhos e apresentam desigualdades intra-estratos menores.

Em relação à questão do crescimento da desigualdade, a China vem apresentando aumento acentuado no seu índice de Gini e hoje ocupa a 30ª posição de país mais desigual, como pode-se observar no Gráfico 12 a seguir:

GRÁFICO 12 – Coeficiente de Gini na China

Fonte: Chen (2021).

Uma análise das características estruturais da evolução dos padrões da desigualdade de renda nos anos recentes na China mostra a distribuição relativa da população se concentrando nos dois extremos do espectro da renda, tendência que Chen (2013) aponta como um desafio ao projeto chinês de ampliar a classe média e consequentemente expandir o consumo.

A questão da desigualdade na China pode ser interpretada a partir de duas características marcantes: as diferenças entre as regiões e a dicotomia rural-urbana (LI, 2016).

A desigualdade de renda entre diferentes regiões da China pode ser dividida em três regiões contrastantes: Região Leste, Região Central e Região Oeste. Apesar de as disparidades inter-regionais não estarem evoluindo na velocidade da urbano-rural, é importante considerar a crescente diferença no desenvolvimento da Região Leste em relação às regiões oeste e central. Estas diferenças têm raízes históricas e geográficas foram causadas pela assimetria de investimentos, políticas estatais, oportunidades de mercado e utilização de recursos, que beneficiaram a região leste mais do que qualquer outra.

The fact that the inter-regional gap of the rural-resident income is larger than that of the urban-resident income shows that the radiation and promotion effect of urban economic development in the rural areas of the Central and Western is weaker than that of the Eastern region; an important proof on this is that the rural non-agricultural economy in the East is far more advanced than that of the Central and the West (CHEN, 2013, p. 492).

A desigualdade entre as áreas urbanas e rurais têm mostrado oscilações desde 1978 (como apresento na tabela a seguir) e esta tem influência na ampliação do acesso ao consumo.

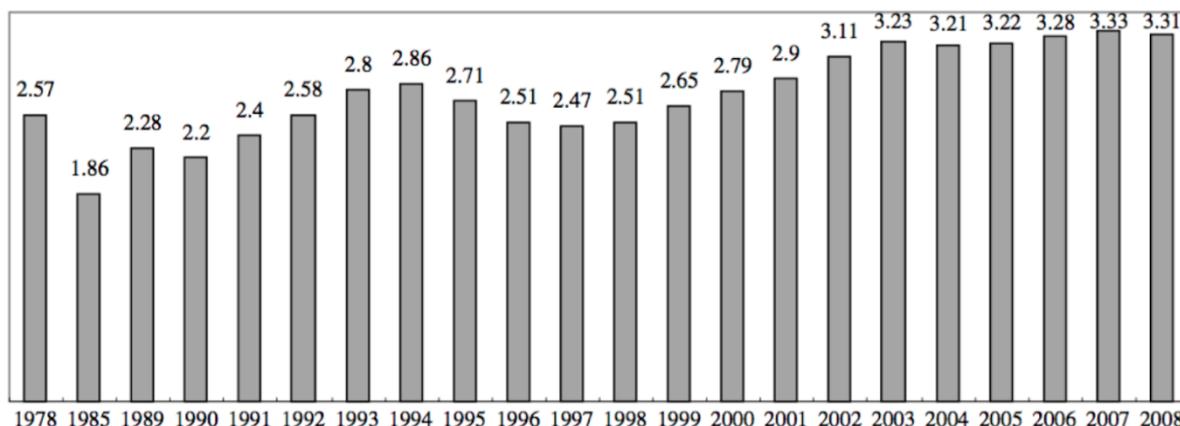
A Tabela 2 abaixo mostra quatro etapas históricas em relação à desigualdade de renda nas áreas urbanas e rurais na China. Na primeira etapa (1978-1984) pode-se observar o declínio da diferença de renda entre rural e urbano; na segunda etapa (1985-1994) fica claro o aumento da desigualdade devido ao crescimento da renda dos residentes urbanos de forma mais acelerada; na terceira etapa (1994-1997) há uma breve redução das desigualdades; e finalmente na quarta etapa (1998-presente) há novamente a expansão da desigualdade entre as esferas urbana e rural. Este dado é importante porque as mudanças de padrão de consumo e a transição alimentar são associadas ao fenômeno urbano. No contexto da China, o aumento da renda dos residentes urbanos oferece a maior possibilidade de expansão e emergência de novos padrões de consumo. Por outro lado, o Gráfico 13 mostra a tendência da disparidade entre a renda urbana e rural no período entre 1978-2008.

TABELA 2 – Panorama histórico da desigualdade de renda entre as áreas urbanas e rurais na China

Panorama histórico da desigualdade de renda entre as áreas urbanas e rurais na China			
Etapa	Descrição	Urbano	Rural
Primeira Etapa (1978-1984)	Diferença entre a renda urbana e rural declinou.	Reforma urbana ainda não começou (renda dos residentes urbanos é determinada pelo Estado através da economia planificada).	Reforma econômica rural (implementação universal do sistema de 'household contract responsibility') e reforma nos preços de produtos agrícolas e avanço das tecnologias produtivas agrícolas.
Segunda Etapa (1985-1994)	Desigualdade entre a renda urbana e rural sofre crescimento contínuo (renda dos residentes urbanos cresce em uma taxa mais rápida do que a dos residentes rurais).	Reformas econômicas no nível micro começaram (empresas foram autorizadas a aumentar o salário dos empregados, bônus e benefícios).	O rápido desenvolvimento de empresas municipais representou novas fontes de renda.
Terceira Etapa (1994-1997)	Diferença entre a renda dos residentes urbanos e rurais diminuiu novamente (a renda não-agrícola rural aumentou em uma velocidade relativamente maior).	Reestruturação de empresas públicas de grande escala (ajuste da relação de interesse entre a empresa e seus empregados) e resultou em um grande número de demissões e a emergência de uma nova população urbana pobre.	Empresas municipais rurais passaram por uma reforma similar e promoveram o desenvolvimento da economia rural não agrícola.
Quarta Etapa (1998-presente)	Diferença urbano-rural em expansão	O desenvolvimento da economia de mercado agravou os fatores de diferenciação urbano rural (disparidade educacional, exploração do trabalho migrante, etc..). Embora a renda rural não agrícola esteja em expansão com a ampliação do trabalho migrante rural, seu crescimento de renda não acompanhou o ritmo mais rápido do crescimento da renda do residente urbano.	

Fonte: Tabela elaborada pela autora. Panorama histórico da desigualdade de renda entre as áreas urbanas e rurais na China (CHEN, 2013).

GRÁFICO 13 – Tendência da disparidade entre a renda urbana e rural no período entre 1978-2008



Fonte: Chinese Statistical Yearbooks (multiple years); China Statistics Press apud Chen (2013, p. 488).

Em relação ao consumo, analisando as desigualdades entre os residentes urbanos e rurais, pode-se constatar uma tendência geral de declínio da proporção do consumo atribuído aos residentes rurais e de crescimento da proporção dos residentes urbanos. Uma das causas apontadas foi a dificuldade de acesso ao crédito nas áreas rurais, o que influenciou negativamente o crescimento do consumo no começo dos anos 2000 (YUAN; XU, 2015). De acordo com Tian Feng (2013), a proporção dos residentes rurais na população do país como um todo caiu, mas a proporção do consumo destes residentes rurais caiu em maior velocidade que a sua população. Em termos de estratificação do consumo nas áreas urbanas, há uma tendência de rápido crescimento da diferença entre o grupo de maior renda e os demais, enquanto nas áreas rurais esta diferença permanece relativamente estável sem sinais de grandes concentrações ainda.

Li Chunling aponta que devido ao rápido desenvolvimento econômico, a progressão contínua da urbanização e melhora significativa nas condições materiais e culturais da população, pode-se observar a emergência de uma crescente classe média nos dez anos anteriores à sua publicação na China (LI, 2013, p. 395).

No entanto, a emergência desta classe média se depara com três interpretações diferentes: a da opinião pública, a do governo e a dos sociólogos. A opinião pública retrata a nova classe média baseada nas imagens relativas ao estilo de vida de alto consumo; isso não condiz com o que os sociólogos apontam como auto-declaração desta população, pois seus membros muitas vezes se queixam de

não conseguir manter um “nível de consumo de classe média” e se sentem pressionados a melhorar suas condições de vida.

As mudanças na estrutura social e na consciência de estrato exigem novas maneiras de interpretar a realidade em transformação, que considerem o crescimento da desigualdade e a inauguração de novas dinâmicas de organização de classes. Em relação à questão do consumo, não se pode mais analisar usando conceitos que propunham oposição entre grupos sociais como era utilizado na China pré-reforma; logo se inauguram novas interpretações que buscam compreender no contexto pós-abertura, a intersecção entre o surgimento do mercado de massas e a emergência de novas subjetividades decorrentes do processo de individualização.

Zhu Di (2016) argumenta na sua pesquisa sobre padrões de consumo na classe média chinesa contemporânea que a cultura de consumo aflora em áreas urbanas onde a classe média está concentrada devido à uma economia afluyente e às conexões globais econômicas e culturais. A classe média tem um impacto significativo na emergência da cultura do consumo na China contemporânea e no desenvolvimento da soberania do consumidor, na medida em que os referenciais de orientação de consumo e o uso extenso de produtos de informação e serviços são mais significativos entre a juventude de classe média.

A ética da frugalidade presente durante o período maoísta sofreu grandes mudanças no período pós-abertura, e os seus valores, longe de serem completamente abandonados, foram incorporados e reconfigurados, dando origem a novos tipos de subjetividades. A linguagem política maoísta baseada no coletivismo foi lentamente ressignificada sob a luz da biopolítica da economia de mercado e abriu espaço para concepções mundanas de trabalho, lazer, consumo e desejo. Nesse contexto transicional, a classe média se encontra entre a “frugalidade tradicional” e o “consumismo moderno”, ou seja, como Wang (2006 apud ZHU, 2016) apresenta, as tensões entre (1) extravagância e frugalidade, (2) paixão e racionalidade, (3) soberania e passividade, (4) alta cultura e cultura popular, e (5) auto-identidade e identidade social.

No contexto da fragmentação da consciência de estrato, Zhu defende que os consumidores se tornaram mais autônomos e a justificação do gosto se torna um importante tema de reflexão, porque os sujeitos nem sempre se sentem confiantes no seu gosto sem uma identidade de classe ou cultura como referência (ZHU, 2016, p. 2). No ato de consumir, os indivíduos não estão submetidos à disciplina social ou

autoridades, eles apenas têm de justificar a sua escolha a si próprios e à comunidade de pessoas mais próximas de si, logo Zhu Di (2016) conclui que o status da justificação mudou bruscamente de praticamente inexistente para protagonista nas práticas de consumo. A autora introduz a justificação de gostos e a orientação auto-referencial no debate sobre consumo a partir da busca do prazer pessoal (principalmente no que se refere à categoria “conforto”, que é recorrente nas suas entrevistas) como formas estéticas e morais de justificação.

Farquhar (2005) argumenta que o desejo não é um fenómeno novo, mas sua articulação tem mudado ao longo do tempo: os apetites são experiências reais de corpos reais. Mas os sujeitos se tornam conscientes do desejo apenas quando ele se envolve em torno de coisas (alimentos específicos ou atividades corporais, objetos que se desejam obter, lembrar ou imaginar situações); as necessidades demonstram especificidade das próprias condições que são geradas enquanto se perseguem objetivos diversos (FARQUHAR, 2005, p. 2). A autora desenha a diferença de dinâmicas de desejo, contrastando a cultura pós-abertura e a cultura do maoísmo, que foi desenvolvida entre as décadas de 1950 e 1970 e “era muito mais apropriado falar de sofrimento passado (na velha sociedade), utopia futura (quando o comunismo é alcançado) e, no presente, trabalho, produção e serviço” (FARQUHAR, 2005, p. 3).

Davis (2000) acredita que a questão do consumo e a conseqüente inauguração do consumo de massa na China mereçam lugar de destaque na compreensão da formação de diferentes subjetividades, porque, segundo a autora, a cultura de consumo e a soberania do consumidor empoderaram o indivíduo a se significar de maneira livre e autônoma. Yunxiang Yan (2010) confirma esta tese e vai além, afirmando que as práticas relacionadas ao consumo não pertencem mais a um determinado conjunto de elementos correspondentes a uma classe; muito pelo contrário, o autor afirma que o consumo inaugura uma nova subjetividade que é capaz de escrever sua própria narrativa (BECK, 1992). Logo, faz-se necessário o foco na agência do indivíduo na compreensão do processo da expansão consumo e da individuação da sociedade chinesa.

Yan (2010) discute a tese de Ulrich Beck (1992) sobre a emergência do indivíduo e a conseqüente individuação na sociedade chinesa através da perspectiva do movimento reflexivo da busca pela modernidade. Sob forte influência de Anthony Giddens (1991); Zygmunt Bauman (2001); Ulrich Beck (1992) e Beck e

Elizabeth Beck-Gernsheim (2002), ele interpreta o processo de modernização na China como ambivalente, demonstrando características do processo de individuação da segunda modernidade, ao mesmo tempo que possuiria aspectos da vida social que podem ser considerados modernos ou pré-modernos de acordo com uma interpretação ocidental (YAN, 2009).

O autor explica a modernização chinesa através do conceito de “State-managed individualization”, onde o Estado exerce um importante papel no desenvolvimento do indivíduo, traçando os limites e regulando a direção do processo de individuação. Os crescentes fluxos de imagens e informações apresentados pelos meios de comunicação em massa e experienciada nas áreas urbanas mudaram o senso de direitos individuais, e conseqüentemente transformaram a subjetividade e a agência dos indivíduos neste contexto. No entanto, estas transformações, ao invés de representarem uma ameaça à legitimidade do governo, foram conduzidas pelo Estado:

The individual arose by responding to these institutional changes rather than pursuing her or his inalienable rights through a bottom-up approach. As a result, while taking advantage of the new laws, state policies and institutional changes [...], individuals have accepted the constraints imposed by the party-state and have internalized the party-state's proscribed direction for the development of the individual under state socialism. The entire process can be called 'managed Individualization' (YAN, 2009, p. xxxi).

De acordo com Yan (2010), a emergência do "indivíduo chinês" é uma consequência das mudanças institucionais da reforma pós-Mao, onde as transformações resultaram em uma demanda crescente pelo direito do autodesenvolvimento, felicidade e segurança. As éticas da vida cotidiana mudaram da ascética de sacrifício próprio em nome de um bem maior para uma com foco na busca por realização pessoal em termos concretos materiais. A sua pesquisa etnográfica aponta para mudanças nos padrões prevalecentes de mentalidade e comportamento em relação à emergência da consciência de direitos individuais e o aumento das atividades que reclamem a busca por interesses individuais.

Desde o período da reforma, a China viveu um crescimento considerável do setor privado e a mudança em relação ao papel do Estado na organização da vida social, o que levou à reestruturação das oportunidades de mobilidade e mudança de vida (YAN, 2009). Yunxiang Yan apresenta as diversas faces da experiência que os indivíduos comuns estão vivendo quando lidam com as

mudanças institucionais nas suas vidas cotidianas. O autor acredita que o “Sonho Chinês” articula a crença que um indivíduo pode mudar o próprio destino através da sua inteligência e do trabalho duro e o encorajamento à busca pela satisfação de prazeres individuais.

Diferente dos contextos anteriores, que enfatizavam a centralidade do Estado, ideologia oficial e a submissão do indivíduo à coletividade com ênfase em sacrifícios pessoais e valores ascéticos, a ideologia consumista celebra a individualidade, desejos privados e aspirações de vida em contextos socioespaciais não oficiais (YAN, 2010). Li Zhang (2012) afirma que a classe média não busca felicidade e sentido para a sua vida através de sacrifícios coletivos e ideais socialistas, eles agora aspiram a construção de uma vida material confortável e procuram pela distinção social (ZHANG, 2012, p. 1).

Yan (2009) identifica quatro mudanças importantes na mentalidade das pessoas causadas pelo movimento em direção a uma economia de mercado e o desenvolvimento da ideologia do consumismo: (1) mais pessoas pareciam aceitar a diferença de renda como uma consequência natural da economia de mercado; (2) ser pobre tornou-se uma desgraça, e muitas pessoas preferiram fingir que eram bem sucedidas e ricas; (3) as pessoas eram motivadas pela concorrência de mercado e eram levadas a ganhar mais dinheiro pela sensação de crise; e (4) o papel da ideologia e da política na vida cotidiana diminuiu ainda mais (YAN, 2010, p. 232).

Frente à transformação da moral – e das práticas – até mesmo velhos conceitos são ressignificados e reinterpretados através de diferentes perspectivas. As mudanças estruturais têm impacto direto na formação de novas subjetividades e nas maneiras como os indivíduos entendem a sua agência e significam o Outro em um contexto cada vez mais desigual. A questão do consumo na China mescla a abertura à economia de mercado e o papel ainda protagonista do Estado na mudança das dinâmicas sociais. Esta questão, além de ter sido central nas mudanças de transição pós-abertura, continua sendo crucial nos planos de desenvolvimento futuro da China. A ambição de mudar o modelo de desenvolvimento de um baseado na produção para um modelo baseado no consumo doméstico demanda investimento no entendimento do lugar e da agência dos indivíduos na China contemporânea, conforme será discutido no item a seguir.

1.4 Expansão do consumo, mercado de massas e emergência de novos estilos de vida na China⁴

Dentre os diversos fatores que acarretaram a mudança dos padrões de consumo chinês, destaca-se a emergência de novos estilos de vida decorrentes do aumento da renda e do surgimento do mercado de massas, ou seja, os novos padrões de consumo são resultado não somente do maior poder de compra, mas também da maior disponibilidade de produtos.

O projeto de desenvolvimento nacional, que no passado tinha como foco a produção, passou a privilegiar um projeto de crescimento baseado no consumo doméstico (DREGER; ZHANG, 2014), colocando a questão do consumo no centro do debate público e a tornando central na análise da estrutura social chinesa.

Nesse contexto, de acordo com Yan (2009), nasce a cultura do consumo no país. Segundo o autor, em 1999 foi a primeira vez que o governo chinês reconheceu abertamente o consumo como central para o desenvolvimento, aplicando políticas de incentivo, como a maior concessão de empréstimos destinados à aquisição de bens duráveis, down payments, educação e até mesmo turismo, fruto do processo que se iniciou no final da década de 1970 com o processo de abertura. Isso marca uma cisão com o que era pregado como ideologia comunista no período pré-reforma, onde o discurso vigente pregava o trabalho duro e o ideal ascético (FARQUHAR, 2002). Desde os anos 1970, as políticas relacionadas ao consumo tiveram idas e vindas, culminando no final da década de 1980 no nascimento da cultura consumista, na qual o consumo e a aquisição de bens substituíram símbolos antes políticos na definição de status social e formação de grupos sociais, reduzindo o papel da ideologia na vida social e criando também espaços sociais para atuação individual dos cidadãos.

Durante o período maoísta (1949-1976), o Estado concentrou os sistemas de planejamento e redistribuição, monopolizando a circulação dos meios de produção e itens centrais para subsistência. Quanto mais as pessoas consumiam, mais o Estado tinha que prover subsídios, tornando o consumo contraprodutivo. Somado a isso, a falta de incentivos do lado da produção decorrente da economia planificada gerou escassez de produtos básicos de subsistência, forçando o Estado a limitar o consumo através do uso de cupons de racionamento. Essas políticas

⁴ Uma versão preliminar desta discussão foi publicada em Hase-Ueta (2019).

tiveram como consequência a ausência de grandes discrepâncias no que concerne aos padrões de consumo e estilos de vida, fazendo o consumo permanecer no nível da subsistência por quase três décadas. Por fim, para sustentar a política de baixo consumo e alta acumulação de capital destinado ao desenvolvimento nacional, o Estado também investiu na promoção ideológica, a exemplo de ataques administrativos ao desejo individualizado de consumo, condenando essas práticas como manifestações burguesas (YAN, 2009).

O período da Abertura inaugurou novas possibilidades de desenvolvimento para o mercado de consumo; Yan (2009) apresentou três ondas de consumo, que podem ser observadas na Tabela 3. Segundo ele, estes processos formaram o mercado de consumo de massas na China, com destaque em especial à terceira onda.

A primeira onda ocorreu entre 1979 e 1982, decorrente da maior demanda de produtos da indústria leve por parte da área rural somada ao aumento do gasto com comida nas áreas urbanas. A segunda onda foi liderada pelos centros urbanos, e é decorrente das reformas urbanas que quase dobraram a renda média chinesa entre os anos de 1985 e 1988.

A terceira onda, que o autor aponta como a mais influente na criação da cultura do consumo e na consolidação do consumo de massa, aconteceu entre 1992 e 1996, entre o tour de Deng Xiaoping promovendo políticas de abertura e reformas econômicas – onde se destaca o fenômeno xiahai (下海 Xiàhǎi) em que um grande número de oficiais do governo, profissionais e intelectuais abdicam de suas posições estáveis no governo e vão trabalhar no setor privado – e a crise financeira asiática. Neste contexto se destacam: a) a emergência do mercado de consumo com o crescimento da disponibilidade e acesso aos bens; b) a diversificação do consumo para além do consumo alimentar e incluindo outros bens; c) a consciência individual de direitos e; d) o desenvolvimento de um movimento em relação ao consumo, fazendo dessa forma com que o Estado incorpore as questões relacionadas ao consumo no seu discurso de manutenção da legitimidade. Para ilustrar esse processo, pode-se observar, através da evolução dos sandajian (三大件 Sāndàjiàn), quais seriam os principais três itens de consumo de cada período:

TABELA 3 – Itens centrais de consumo por período na China

Três itens centrais de consumo (sandajian)	
1960s & 1970s	Relógio de pulso, Bicicleta & Máquina de costura (custo médio 200 RMB cada)
1980s	Televisão colorida, Geladeira & Máquina de lavar (custo médio 1000 RMB cada)
1990s	Telefone, Ar condicionado & Aparelho VHS
	Apartamento, Carro & Celular

Fonte: Yan (2009). Tabela elaborada pela autora.

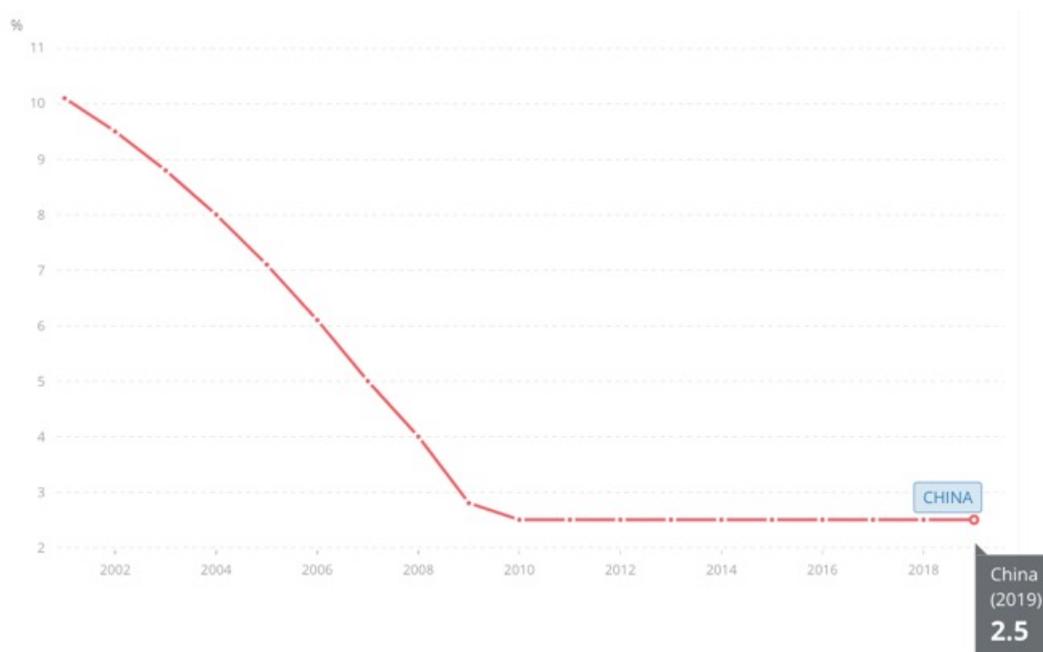
Dessa forma, ao final da década de 1990, a maioria das famílias chinesas havia alcançado o acesso aos bens “essenciais” e, não havendo mais narrativa única de aspiração ao consumo, os padrões de consumo se diferenciaram, e assim nasceram novas maneiras de organização e estratificação social baseadas na renda e no estilo de vida. O consumo passou a ser entendido também como atividade ligada ao lazer e não à pura necessidade.

Na sociedade pós-1989, diante da conturbada situação econômica e política, a cultura do consumo também foi associada à garantia da estabilidade e controle do descontentamento com o governo. O consumo foi utilizado também como uma forma de conexão global, onde o consumo de certos produtos era entendido como uma forma de se ligar ao que havia fora da China. Segundo Yan (2009), as práticas do consumo recém-adquiridas e ligadas à agência dos sujeitos de escolher o que se consome podem ser observadas no início do movimento dos direitos do consumidor no final da década de 80 e começo da década de 90. A consciência de possuir direitos em relação ao consumo pessoal contribuiu para a construção da esfera individual através do qual o sujeito pode começar a entender o seu lugar diante da coletividade. Porém, o autor alerta que este processo de individuação na China precisa ser entendido dentro do contexto da importância central da coletividade, como apresentaremos no Capítulo 3. Yan sustenta que, após décadas da construção do consumo como uma ação social, pôde-se notar algumas consequências, como a normalização da desigualdade social como um fruto natural da abertura à economia de mercado. A pobreza passa a ser entendida como um sinal de incompetência pessoal, e o papel da política e da ideologia passa a ter lugar secundário na vida cotidiana dos cidadãos.

1.5 Transição nutricional e mudança nos padrões de consumo na China

A China à medida que aumentou o seu poder de compra e a experienciou na expansão do mercado de massas, também passou pela transição alimentar (POPKIN; SHU, 2007), resultando na mudança de padrões de consumo alimentar e na importante diminuição dos números de desnutridos no país entre 1999 e 2017, como se pode observar no Gráfico 14 abaixo.

GRÁFICO 14 – Prevalência de subnutrição (% da população) – China



Fonte: Banco Mundial (2019).

Na China, os padrões de consumo alimentar seguiram as transformações geracionais do país, como o desenvolvimento do mercado de massas. O lugar ocupado pelos alimentos, assim como a mudança do significado do consumo em si, implica na transmissão de diferentes valores sociais em diferentes momentos históricos do país, fazendo na visão de Jing (2020) da Sociologia o locus ideal de investigação dos alimentos para além da necessidade biológica, enfocando na sua compreensão como símbolo cultural e sua importância na vida social.

Como parte do tecido social, o consumo alimentar era central no entendimento sobre os valores e relação entre as gerações (avós, pais e filhos) em cada família, desta forma se tornando lugar privilegiado na observação entre as tensões de valores entre as diferentes gerações (FEI, 1992). Segundo Guo (2000), o entendimento e a relação que as crianças desenvolvem com os alimentos é

proveniente de seus pais e avós, que lhes ensinam como reconhecer as diferentes categorias de comidas, a importância de escolher propriamente os alimentos e como diferenciar os alimentos comuns e os das celebrações. Esse processo de passagem de conhecimento alimentar é um importante exercício que afirma a autoridade das gerações mais velhas em relação às crianças.

No entanto, as diferentes experiências decorrentes da história chinesa em que rupturas marcaram a disponibilidade e o significado dos alimentos em cada geração impacta diretamente nesse processo. Guo (2000) apresenta as tensões intergeracionais através de três diferentes discursos: tradicionalistas, modernistas e consumistas. Os tradicionalistas são a geração nascida antes da fundação da República Popular da China em 1949, e são caracterizados pela centralidade conferida aos elementos provenientes da Medicina Tradicional Chinesa e pela busca da saúde através do equilíbrio. A geração dos modernistas são as pessoas que nasceram durante a era maoísta; o discurso destes foi influenciado pelo aumento da renda familiar disponível (disposable family income) e pela exposição a informações científicas nutricionais. Esta geração teve maior acesso à educação que a geração anterior, e foi impactada pela medicina ocidental e pela ciência da nutrição moderna. Entre essas duas gerações, já puderam ser observadas tensões, uma vez que a geração modernista mostrou intensa preocupação com refeições saudáveis, segurança alimentar e dietas ricas em vitaminas, bem como desdém nas escolhas de alimentos da geração dos tradicionalistas, por estas não serem pautadas por conhecimento nutricional científico.

Somado a esta equação, há a geração dos consumistas, que são as pessoas que nasceram no período pós-abertura e no nascimento do mercado de massas. Esta terceira geração cresceu durante um período de prosperidade econômica e grande disponibilidade de produto; logo as suas decisões sobre consumo alimentar não foram pautadas pela escassez, dando espaço para novos elementos conquistarem um maior espaço. Concomitantemente ao maior acesso a produtos, também é preciso considerar o crescente papel dos meios de comunicação em massa – com ênfase na televisão – na construção do consumo aspiracional destes novos agentes.

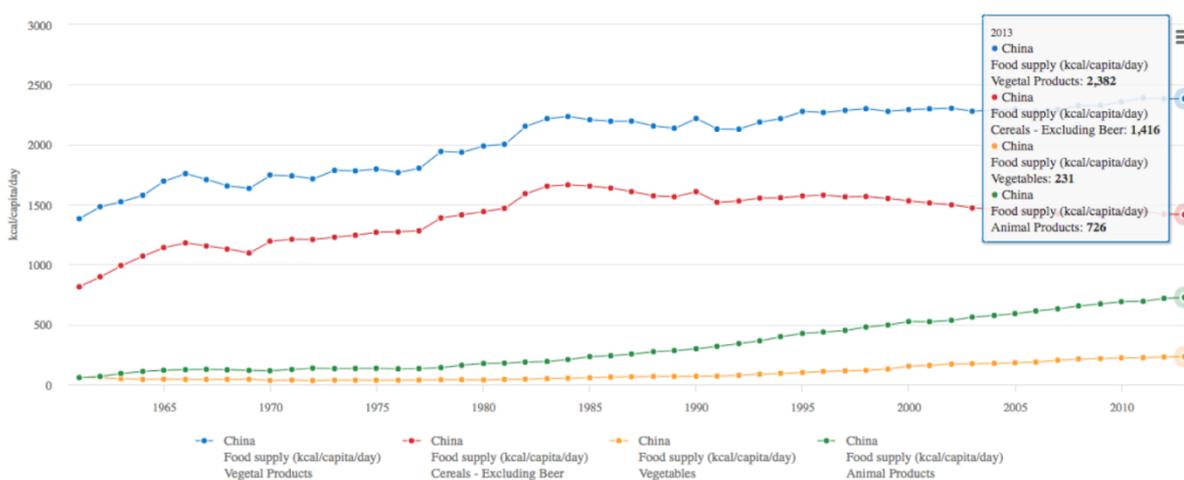
A escolha alimentar destes consumidores é menos pautada pelo equilíbrio e nutrição e mais por valores sociais e símbolos culturais. A geração consumista, apesar de ser a mais jovem e menos hierarquicamente privilegiada dentro da família,

creceu em um ambiente com uma diversidade maior de canais de comunicação e tem maior sensibilidade e acesso a novos produtos alimentares. Segundo Guo (2000), esta geração mobiliza e muda o comportamento alimentar das gerações anteriores (na China, é comum que os jovens morem com seus pais e avós) ao apresentar novos produtos que estes desconhecem, fazendo, assim, com que a análise deste grupo indique tendências de consumo do país como um todo.

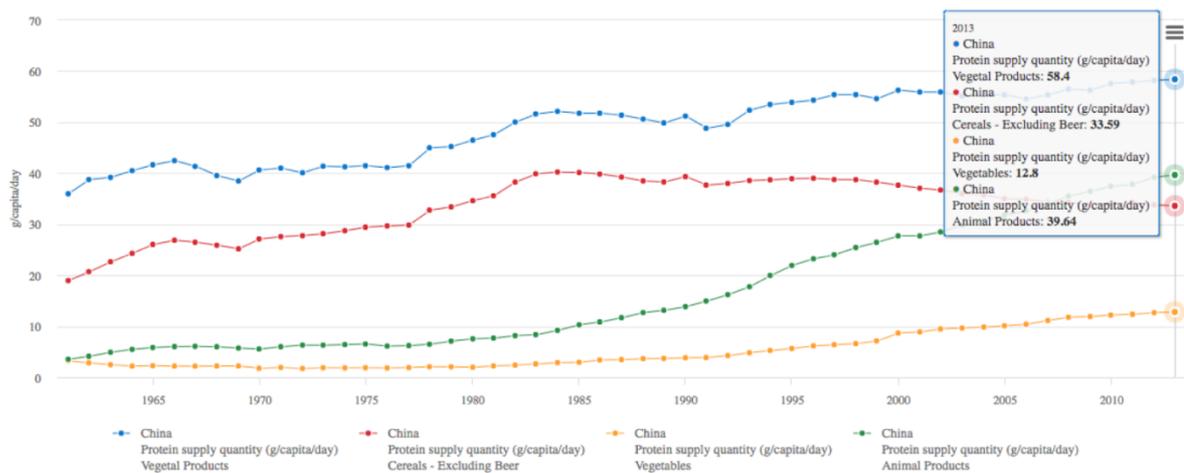
No começo dos anos 1980, a dieta chinesa era composta majoritariamente por grãos e plantas. As mudanças no consumo alimentar na China podem ser observadas nos Gráficos 15, 16 e 17. Nos centros urbanos, a comida ainda era racionada devido à estagnação do setor agrícola. Mas as reformas agrícolas, iniciadas após a morte de Mao Zedong em 1976, começaram a mostrar seus impactos na dieta dos cidadãos. No período entre 1981 e 1987 o consumo de grãos e vegetais nas cidades diminuiu e o consumo de óleo de cozinha, carne, aves e ovos cresceu nos centros urbanos entre 108% e 182%, e nas zonas rurais esse crescimento foi de mais de 200% (JING, 2000).

Meat consumption in China grew by a factor of almost 9, from 8 million tons in 1978 to 71 million tons in 2012. This amount is more than double that of the United States, although on the per capita term, Chinese meat consumption is only approximately half of United States' level (Earth Policy, 2014). Between 1980 and 2005, China's per capita consumption of meat quadrupled, consumption of milk increased by tenfold, and consumption of egg increased by eightfold (FAO 2012). (YU et al., 2016, p. 596).

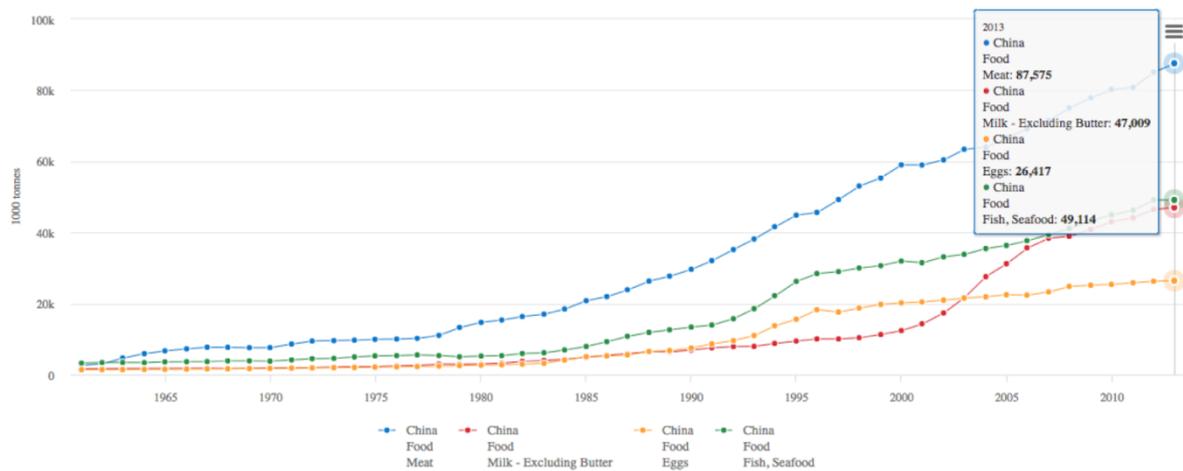
GRÁFICO 15 – Abastecimento alimentar kcal/capita/dia na China (food supply)



Fonte: FAOSTAT (2013).

GRÁFICO 16 – Abastecimento alimentar proteico kcal/capita/dia

Fonte: FAOSTAT (2013).

GRÁFICO 17 – Consumo de produtos de origem animal na China

Fonte: FAOSTAT (2013).

Yunxiang Yan (2012) que trabalhou e morou nos coletivos rurais em 1970 na China, relata que não era incomum consumir carne de cavalo cuja causa da morte não se sabia, e os moradores rurais costumavam falar que sabiam dos perigos de consumir este alimento, mas o consumo de carne era tão escasso, que "valia a pena correr o risco" e que se esse alimento os levasse a óbito, "eles seriam fantasmas felizes satisfeitos com a carne em seus estômagos".

1.6 China e Brasil: novas dinâmicas de consumo, desigualdade e segregação

Nas últimas décadas, a China e o Brasil experimentaram um aumento da renda nacional geral, acompanhada por uma tendência de expansão do mercado consumidor interno. No entanto, para melhor compreender esse processo, é necessário focar na construção de novas subjetividades nestes contextos de transformação. À medida que os dois países transitam das políticas focadas na produção para as que estimulam o consumo, é importante entender a transformação do cidadão de trabalhador para consumidor. Apenas o discurso sobre a "inclusão democrática" dos cidadãos no mercado de consumo não é suficiente; deste modo é imperativo olhar mais profundamente para as novas dinâmicas de desigualdade e segregação que emergem desse processo.

O consumo – como fonte de poder, agência e imaginação - extrapola o ato de comprar e desempenha um papel central na subjetividade moderna, delimitando as fronteiras individuais enquanto atua como elo de pertencimento social: “é um ato que ao mesmo tempo aprisiona e liberta os indivíduos das estruturas sociais pelas quais eles transitam” (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2014, p. 7).

Agora, o cidadão que uma vez foi um trabalhador (produtor-cidadão) tem que ocupar um novo lugar na sociedade como consumidor (consumidor-cidadão).

When the subject of production strives to reemerge in the chain of the symbolic world, it is a process of negative hallucination, the "I" of production has to enter a process of identification or subjetification with the 'other' of consumption (PUN, 2005, p. 472).

Embora o consumo seja algo que ambos os países querem impulsionar em suas estratégias para alavancar o crescimento econômico, devemos ter cuidado com o que Pun Ngai aponta como um "show democrático", uma "revolução" do consumidor na qual todos poderiam participar. O consumo pode reforçar estruturas sociais desiguais pré-existentes e até mesmo criar novas formas de segregação, como observou a autora em sua etnografia, entre as dagongmei (打工美 Dǎgōngměi), mulheres trabalhadoras migrantes do campo que se mudaram para os centros urbanos em meados da década de 1990. Esses indivíduos, ao mesmo tempo em que buscavam valorizar seu capital cultural e ampliar seus horizontes na cidade através do consumo, enfrentavam discriminação e humilhação ao tentar contestar

novos espaços de consumo, por não serem reconhecidas como "qualificadas" para integrar essas dinâmicas de poder que giram em torno do consumo.

O surgimento de novas dinâmicas de desigualdade a partir do consumo também foi observado no Brasil, como Pinheiro-Machado e Scalco (2014) relatam no fenômeno dos "rolezinhos" – movimento caracterizado por grandes grupos de jovens de baixa renda passeando por shoppings e outros centros de consumo de elite – elucida a inclusão das periferias no mercado de consumo e contesta antigas estruturas sociais. No entanto, esses eventos causaram comoção entre os consumidores de elite, que tradicionalmente ocupavam esses espaços e donos de lojas, que tentaram negar que esses jovens consumidores tivessem o direito de circular nos shoppings. O fenômeno desencadeou um complicado debate no Brasil sobre a inclusão e a reprodução de antigas desigualdades, como a segregação racial e novas desigualdades como o "direito à cidade" democrático.

No contexto destes dois países passando por profundas transformações socioeconômicas ainda permeadas pela desigualdade, a presente pesquisa tem como objetivo investigar os valores e as diferentes subjetividades que emergem no processo, tentando montar um mosaico de diferentes experiências históricas e percepções em relação ao consumo, com foco na juventude. Dentre os diferentes tipos de consumo, o consumo alimentar com foco na carne foi escolhido devido à possibilidade de este traduzir na vida cotidiana a questão central desta reflexão: a percepção sobre acesso ao consumo em contraste à consciência do impacto ambiental.

Por fim, gostaria de colocar questões para levar a discussão dos autores adiante e contribuir para a agenda de estudos sobre desenvolvimento: Será que este modelo de desenvolvimento, baseado no consumo interno, suportaria as dimensões do crescimento econômico dos países em desenvolvimento ao mesmo tempo ser socialmente justa para os que contribuem para este projeto? Qual é o lugar ocupado pela agenda ambiental neste processo? Se este modelo não for sustentável, como o Estado irá trabalhar em seus paradigmas de desejo e auto-resiliência para alcançar um nível sustentável de desenvolvimento? No contexto dos países em desenvolvimento, marcado pelo aumento da desigualdade socioeconômica e, ao mesmo tempo, experimentando a mobilidade social e o crescimento econômico, o desafio imposto é como conduzir o desenvolvimento de forma inclusiva.

Pun Ngai (2005) evidencia os conflitos que existem entre a produção e o consumo, nos quais o trabalhador explorado também terá que ser assimilado como consumidor pelo mercado. No entanto, é importante aprofundar a discussão, investigando e questionando a ação dos indivíduos envolvidos nesse processo: apenas seus valores e suas narrativas sobre o desejo nos ajudarão a entender os rumos do desenvolvimento sustentável a partir da perspectiva destes países.

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA: OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DA PESQUISA

Este capítulo será dedicado às explorações metodológicas desta pesquisa. Apresentarei os caminhos e os descaminhos do percurso do método frente aos desafios apresentados pelo campo. Além da apresentação e justificativa da escolha metodológica da pesquisa, esta experiência nos leva a refletir sobre os desafios e potencialidades de desenvolver pesquisa sociológica em contextos transnacionais e a apontar saídas criativas e caminhos para o futuro. Um estudo comparativo entre países tão distintos como a China e o Brasil pode se apresentar como um desafio, mas espero mostrar neste capítulo que – tomados alguns cuidados e dado alguns limites – é possível fazer aproximações e identificar convergências entre os países. O objetivo não foi traçar uma comparação direta e simétrica entre os países, mas uma abordagem referencial, ou seja, o que emerge de relevante nas convergências e divergências entre os países quando entendidos um em relação ao outro.

Por uma questão organizacional, dedicarei as próximas páginas a explicar como a presente pesquisa foi conduzida. Mas deixarei como referência nos anexos 3 e 4 as dificuldades e impossibilidades ao longo do trajeto que finalmente terminaram na construção da metodologia que apresento a seguir.

A presente pesquisa reconhece a alimentação como uma questão política. No entanto o foco da análise não se centra no papel e na relação com o Estado e atores políticos, e sim nas dinâmicas familiares intergeracionais em torno da disponibilidade, acesso e escolhas alimentares. Essas relações por sua vez estão diretamente ligadas aos processos políticos e econômicos de desenvolvimento em ambos os países e ao longo desta pesquisa trago os elementos que foram destacados na experiência histórica dos sujeitos.

A metodologia segue a proposta de Guo Yuhua (2000), que destaca a necessidade de pensar o consumo alimentar através da chave geracional. A história política econômica da China dos últimos 100 anos (JING, 2000; BELIK, 2019) foi conturbada, o que gerou diferentes experiências em relação à disponibilidade e acesso aos alimentos em cada geração. Guo analisa as três últimas gerações para apontar diferentes perspectivas e percepções em torno da dieta e da alimentação.

Além disso, o país também experienciou o nascimento do mercado de massa enquanto experienciava a transição nutricional (HASE-UETA, 2019).

O Brasil também experienciou mudanças no consumo alimentar e passou pela transição alimentar (POPKIN; SHU, 2007). A mudança nos padrões de consumo e hábitos alimentares da população brasileira nos últimos 40 anos é o resultado das transformações na estrutura social do país, cuja transição alimentar teve impacto não só na saúde pública, mas também na produtividade da economia do país. Mazzon (2016) aponta que o processo de expansão do acesso à alimentação e melhor nutrição no Brasil foi acompanhado por uma curva de crescimento do PIB e da População Economicamente Ativa. Estas mudanças no consumo alimentar resultaram em um impacto ambiental (FAOSTAT, 2015; WRI, 2016b). É importante entender que a mudança nos padrões alimentares, tanto na China quanto no Brasil, afeta diretamente o Brasil, que é um importante produtor e exportador agropecuário. No Brasil, 90% da produção de carne são destinados ao mercado interno e o país é também o maior produtor e exportador deste produto (BELIK, 2020).

A pesquisa enfrentou desafios e dificuldades, tanto do ponto de vista do desenho, quanto da coleta em ambos os países. No início, o foco do estudo eram os consumidores de carne, para investigar qual o valor do consumo deste produto nas famílias analisadas. O primeiro desafio que se impôs, então, foi a dificuldade de formar uma amostra aleatória da população consumidora de carne de maneira que esta pudesse ser representativa da população de Xangai e São Paulo. O primeiro desenho de pesquisa (ver anexo 3) propunha uma análise quantitativa estratificada e geoespacializada através do mapeamento de lugares que vendem carne (como supermercados, mercados e açougues) em São Paulo e Xangai. No entanto, a escassez de recursos e tempo, bem como a aleatoriedade e a representatividade, eram uma grande preocupação. Uma análise de tamanha envergadura exigiria muitos pesquisadores envolvidos para garantir o número mínimo de observações necessárias para propor qualquer afirmação com grau de confiabilidade suficientes. Porém, a presente pesquisa não dispunha de tais recursos financeiros e de tempo. A solução para esta dificuldade foi a adoção da metodologia qualitativa e entrevistas semi-estruturadas em profundidade. Esta metodologia trabalha com grupos menores de entrevistados, porque o objetivo é entender os processos e os sentidos atribuídos

pelos indivíduos às situações sociais, e não necessariamente fazer generalizações (HESSE-BIBER, 2011).

Outra dificuldade que se mostrou durante o pré-campo, tanto na China quanto no Brasil, foi o consumo irrefletido de carne, ou seja, o constante argumento que, para os consumidores, era suficiente o argumento de “eu como carne porque é bom”. Apesar de conseguirem elencar questões associadas a este “bem”, como a saúde, o argumento do gosto era sempre preponderante e os consumidores se mostraram pouco dispostos a formular além do senso comum. A questão ambiental, que é o foco desta pesquisa, também foi de difícil desenvolvimento nestes contextos.

Estudar o valor da carne foi inviabilizado através dos consumidores de carne, porque o consumo é irrefletido e naturalizado. Logo, a estratégia escolhida foi focar no oposto: os não-consumidores de carne. Através do conflito entre os não-consumidores e suas redes compostas majoritariamente por consumidores de carne, foi possível identificar o "nó", ou seja, quando as pessoas foram confrontadas com uma diferente realidade (a do não consumo de carne), elas puderam refletir sobre a importância do consumo deste produto. Neste contexto, os grupos vegetarianos nos dois países se mostraram como uma saída. No discurso dos vegetarianos e veganos (e outros grupos relacionados ao não consumo de carne), pude perceber o constante conflito na formulação e reformulação em torno do valor do consumo alimentar. Como a minha intenção era investigar diálogos intergeracionais sobre a carne, onde diferentes experiências históricas poderiam compor esse mosaico de sentidos, eu escolhi focar nos jovens no Brasil e na China e perguntar sobre as suas relações e discussões com suas famílias em torno da alimentação. Estes jovens eram um ponto de convergência de discussões, e foco de constante questionamento por parte de seus familiares e redes de amigos sobre o significado de consumir carne e o valor que esta carrega. As entrevistas sobre suas experiências, percepções e gostos em relação à alimentação levaram naturalmente ao compartilhamento de memórias de suas famílias, evidenciando que no Brasil e na China os valores alimentares são construídos e discutidos a partir da vivência familiar. As memórias que as gerações passadas passaram ainda é muito viva e ativa nas discussões à mesa.

A presente tese buscou investigar também os valores compartilhados pela juventude de ambos os países com foco nos valores ambientais, para que estes dados quantitativos pudessem ajudar a contextualizar de que forma a questão do

meio-ambiente é incorporada no seu próprio consumo alimentar e discutido com as gerações mais velhas. A metodologia quantitativa foi utilizada na análise dos dados do survey, base do livro "Jovens Universitários em um mundo em transformação" (DWYER et al., 2016), onde se buscou traçar os perfis dos jovens em relação aos valores, prioridades e percepções em relação à questão ambiental. Esta etapa permitiu que se mapeassem as principais questões e disposições em relação ao meio ambiente para que depois, durante a parte qualitativa da pesquisa, pudesse ser investigado de que forma esta consciência ambiental pode ser colocada em prática através do consumo alimentar, e como isso é discutido com os pais e avós destes jovens. O desenho metodológico do trabalho de campo teve como foco os estudantes, investigando como o seu consumo alimentar é debatido em suas relações interpessoais, e significado por eles mesmos e por seus parentes e amigos.

Esta pesquisa segue o Código de Ética da International Sociological Association (ISA) e foi aprovada pelo Comitê de Ética da UNICAMP (CAAE: 87149718.4.0000.8142) e todos os respondentes foram devidamente informados sobre a pesquisa e deram seu consentimento verbal ou escrito acerca do uso dos dados ora expostos e analisados.

2.1 Primeiro momento – Análise Quantitativa: convergências e divergências em torno da questão ambiental na Juventude universitária no Brasil e na China

O Capítulo 5 se dedica ao debate sobre valores ambientais e suas disposições a adotar práticas em prol do meio ambiente, a partir da perspectiva dos valores da juventude no Brasil e na China. O desenvolvimento deste debate será dado a partir dos perfis da juventude brasileira e chinesa. Investigaram-se os principais valores de amostras representativas de jovens universitários, o seu engajamento em pautas ambientais, a sua disposição para adotar práticas em prol do meio ambiente e, finalmente, de que forma brasileiros e chineses enxergam a contribuição um do outro.

Para tanto, são utilizados dados do survey sino-brasileiro que serviu de base para o livro "Jovens universitários em um mundo em transformação", realizado em universidades no Brasil e na China em 2012, com foco na percepção dos jovens universitários sobre um leque de assuntos. Esta é a primeira pesquisa de maior envergadura nas Ciências Sociais, um primeiro survey, e representa um importante

passo em direção ao aprofundamento da cooperação sino-brasileira nas Ciências Sociais.

A pesquisa “Jovens Universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira” (DWYER et al., 2016) nos traz dados que mostram a visão compartilhada do Brasil e da China em relação à responsabilidade e ação no que diz respeito ao meio ambiente. A população alvo deste survey foram duas amostras aleatórias de estudantes universitários de graduação menores de 24 anos: no Brasil foram 2429 respostas válidas de 6 universidades diferentes em 2 regiões (São Paulo e Brasília); na China foram 1729 respostas válidas de 6 universidades diferentes em 2 regiões (Xangai e Pequim). Em cada região foram escolhidas universidades A (de elite, de difícil acesso), B e C (de acesso mais fácil). O método de coleta de dados foi de natureza probabilística, e a seleção dos estudantes foi feita por amostragem aleatória simples. Na construção da amostragem, também foram consideradas as áreas do conhecimento em que estes alunos estavam matriculados e buscou-se alunos das três áreas: ciências da vida; ciências exatas e da terra; e ciências humanas. A partir dos dados obtidos, podemos observar convergências e também apontar divergências a respeito dos valores relacionados ao meio ambiente nos dois países.

Algumas das informações mostradas foram publicadas no livro "Jovens Universitários em um mundo em transformação" (DWYER et al., 2016) e outras análises foram feitas pela autora a partir do banco de dados original através do programa R.

2.2 Segundo momento – Análise Qualitativa: entrevistas com estudantes veganos sobre os valores e os conflitos presentes no consumo e no não consumo de carne nas suas famílias

O segundo momento da presente pesquisa foi a coleta e análise qualitativa e será apresentado no Capítulo 6. As duas partes são complementares, mas não interdependentes. Enquanto a primeira pode oferecer uma visão mais abrangente dos valores ambientais entre os jovens universitários e o perfil dos que estão mais dispostos a adotar práticas em prol do meio ambiente, a segunda parte foi dedicada à investigação dos valores e práticas envolvidos no consumo de uma determinada comunidade (a vegetariana/vegana), através da análise de discurso dos estudantes que foram questionados sobre o seu consumo alimentar pessoal e

de sua família. Esta segunda parte não almeja traçar um perfil da comunidade vegetariana nestes dois países ou implicar que a comunidade vegetariana é representativa do consumidor médio nestes contextos. A metodologia utilizada (HESSE-BIBER, 2011) tinha como foco entender os elementos em torno das escolhas alimentares que emergem nas discussões entre as diferentes gerações, especialmente no que diz respeito aos diferentes valores sociais atribuídos ao consumo de carne.

O objetivo da pesquisa era investigar o consumo alimentar e de que forma as memórias, valores e prioridades eram discutidos em família. Eu procurei entender quais as tensões e imaginações emergiram destes embates alimentares, com a entrada dos valores ambientais. Portanto, foi necessário encontrar um grupo que estivesse consciente da questão ambiental do consumo de carne e também tenha experienciado discussões em torno do consumo alimentar e impacto ambiental com sua família. Diante do interesse em entender a tensão que o consumo de carne mobilizou nas famílias dos entrevistados, foram selecionados 18 estudantes na China e 23 no Brasil que reduziram o consumo de carne (alguns se consideravam vegetarianos ou veganos) e realizadas entrevistas semi-estruturadas sobre as percepções do consumo de carne e como a decisão de parar de comer carne foi entendida e discutida em suas famílias, com atenção especial para as duas gerações mais velhas (pais e avós). Os estudantes foram primeiramente recrutados através do envio de uma mensagem em grupos de vegetarianos/veganos nas universidades escolhidas, utilizei duas plataformas de uso equivalente em ambos os países: na China a plataforma Wechat foi escolhida e no Brasil, o Facebook. Dentre os que responderam a mensagem inicial, procurei escolher estudantes que provinham de diferentes partes do país na tentativa de ter acesso a diferentes experiências em países marcados pelas diferenças regionais. A partir deste primeiro contato, os demais participantes foram indicados através da metodologia snowball, como explico ao longo deste capítulo.

Através das narrativas de transição destes indivíduos foi possível investigar as percepções e valores relacionados ao consumo de carne e os conflitos que emergiram intergeracionalmente em sua família e na sua rede de sociabilidade mais próxima e universitária. As conversas sobre alimentação fluíram com naturalidade do comportamento individual para as discussões em família, os próprios indivíduos quando questionados sobre o seu processo de transição, trouxeram suas

experiências em embates familiares. Além disso, na maioria das entrevistas, os jovens mostravam certo criticismo em relação ao "discurso iluminista vegano", no sentido de que mais informação sobre o consumo de carne levaria a um processo de conscientização que estaria diretamente ligado a um processo de mudança de dieta. As suas experiências mostraram que, mesmo trazendo essas informações para a família e amigos, isso não implicou na mudança alimentar; logo, estes jovens foram levados a pensar que a carne mobiliza outros sentidos para além do consumo irrefletido e da aquisição de informação, como a importância de seu consumo como marcador social, e também como este alimento ainda simboliza uma dieta saudável.

Como o fenômeno da urbanização foi apontado como relacionado à maior disponibilidade de opções alimentares no mercado (GILL et al., 2015) e relevante na discussão em torno da emergência de novas dietas, escolhi duas cidades metropolitanas para serem o locus da investigação. As dietas vegetarianas, no contexto das dietas sustentáveis, foram apontadas pelos entrevistados como um fenômeno crescente nas áreas urbanas. Outra questão que emerge na China é a importância das universidades na promoção destas dietas. Logo, foram selecionadas duas universidades: a Fudan University, em Xangai, e a UNICAMP, em Campinas, que estão entre as principais universidades de elite de cada país e se encontram em áreas urbanas de relevância para realizar as entrevistas.

O objetivo era focar, ainda, em uma grande universidade em uma metrópole no sentido de que esta fosse capaz de reunir alunos de outras partes dos respectivos países, e, assim, ter acesso às experiências e aos valores de famílias com diferentes perfis.

Foram selecionados 18 estudantes na China e 22 no Brasil, com os quais conduzi entrevistas semi-estruturadas sobre as percepções em relação à carne em 3 gerações: pais, filhos (=ego) e avós. Através destes testemunhos, pretendeu-se traçar a história de vida alimentar intergeracional destas famílias, me debruçando nas questões da mobilidade social e acesso ao consumo. Segundo Suely Kofes e Daniela Manica (2015), os relatos são ao mesmo tempo confiáveis e não, porque a visão dos agentes é transformada através do processo analítico, logo não são fatos. No entanto, acredito que as experiências destes indivíduos nos ofereça perspectivas dos agentes envolvidos em mudanças estruturais tão profundas da sociedade chinesa e brasileira, mostrando as interpretações e suas significações e ressignificações das práticas sociais objeto da investigação, principalmente no que

diz respeito ao consumo. Nesta abordagem, são colocadas em contraposição as narrativas intergeracionais, analisando a diferença das três gerações no que tange ao consumo e de que maneira estes interpretam a narrativa de prosperidade da família.

I seek to capture a certain historical moment for modern China; this is a moment – not quite the present but not yet entirely in the past – in which pleasure counts for a great deal and not just for the young people who remember little of the Maoist moral order. In fact, the materials presented here argue that much of the enjoyment available to those who do remember is the gratification of indulging in pleasure that were once forbidden, even unimaginable. It would be impossible to provide a full catalog of the new luxuries Chinese people pursue; popular desires change too quickly (FARQUHAR, 2005, p. 28).

A questão da adesão da geração jovem a uma dieta vegetariana pôde trazer perspectivas de como alguns deles significavam os valores ambientais dentro de suas práticas cotidianas de alimentação e, desta forma, também foi possível discutir de que maneira entendem a esfera de impacto de suas ações, ou seja, como enxergam o seu próprio lugar frente às mudanças climáticas dentro da sociedade de risco. Pôde-se, também, investigar os meios de comunicação pelos quais estes têm acesso às informações relacionadas ao consumo alimentar, onde questões como segurança alimentar, saúde, justiça animal e religião surgiram. Também foi possível problematizar o impacto do discurso de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável global em países em desenvolvimento. Além disso, discutiu-se o valor atribuído à carne em conexão a outros valores, como cosmopolitismo, juventude, educação, moral, consciência e classe.

As histórias orais (oral histories), definidas como a intersecção entre Etnografia, Sociologia e História (LEAVY, 2011), foram usadas como abordagem metodológica na investigação de seus valores a partir da recuperação de suas memórias individuais e familiares. Esta metodologia também dialoga com a abordagem do grounded theory, na medida em que não pressupõe categorias a priori, e o foco é na escuta do campo. Quanto a esse aspecto, o objetivo era compreender como os sujeitos entendiam as suas biografias e narrativas alimentares dentro do contexto mais amplo das transformações socioeconômicas de seus países e da emergência das questões ambientais das mudanças climáticas. Segundo Castro (2013):

A técnica consiste em deixar os dados trazerem as informações necessárias para a construção das categorias de análise da pesquisa, o que significa que ela é processual, ou seja, o problema de pesquisa se modifica durante os procedimentos de investigação. Por essa razão, os autores valorizam o que nomeiam de sensibilidade teórica, que consiste na habilidade de combinar insights teóricos com insights analíticos a partir do que mostram os dados. Em outras palavras, poderíamos dizer que a amostra teórica consiste em deixar o campo trazer respostas para a pergunta da pesquisa ao invés de pré-concebê-las em consequência de alguma teoria pré-existente (CASTRO, 2013, p. 82).

As entrevistas de história oral demandam uma escuta ativa por parte da pesquisadora, ou seja, o entrevistado tem liberdade de trazer elementos de sua biografia que julga relevantes para a discussão, e a atenção do pesquisador é necessária também em relação às emoções expressadas, os silêncios e às tentativas dos sujeitos de darem sentido às suas experiências. É também crucial que os respondentes sintam que suas emoções são acolhidas e suas perspectivas são respeitadas durante a entrevista, para que não se sintam constrangidos a dar uma "resposta esperada". Desta forma, optei pelo desenvolvimento de entrevistas semi-estruturadas para guiar as questões a serem desenvolvidas pelos respondentes. Foram formuladas as principais questões a serem abordadas, deixando que os entrevistados circulassem entre os temas de forma livre, e também realizassem perguntas e comentários para se sentirem mais à vontade. As reflexões metodológicas feministas de Leavy (2011) propõem que o uso da metodologia de história oral inaugure a possibilidade de construção do conhecimento conjunto entre pesquisador e pesquisado, desafiando as relações de autoridade tradicionais no trabalho de campo.

As entrevistas foram também em profundidade (in-depth interviews), na medida em que duraram entre uma e duas horas e meia em média. Apesar de conscientes de suas práticas e experiências alimentares, muitas vezes os respondentes nunca haviam sido perguntados sobre a relação com sua família em torno da questão alimentar e precisavam de tempo para se lembrar e formular os sentimentos e emoções envolvidos nestas relações, que frequentemente contavam com conflitos. As entrevistas em profundidade procuram entender a experiência vivida pelos sujeitos, pois, segundo Hesse-Biber (2011):

We are interested in getting at the "subjective" understanding an individual brings to a given situation or set of circumstances. In-depth interviews are issue-oriented. In other words, a researcher might use this method to explore a particular topic and gain focused information on the issue from the respondents (HESSE-BIBER, 2011, p. 118).

Conduzi entrevistas até atingir o ponto de saturação em ambos os contextos, ou seja, quando os elementos respondidos começaram a se repetir. O ponto de saturação no Brasil e na China diferiu devido ao tamanho das comunidades vegana e vegetariana nas universidades. Através destas entrevistas, pretendia traçar a história da vida intergeracional destas famílias, focalizando questões de mobilidade social intergeracional e acesso ao consumo de várias gerações destas famílias. As experiências dos entrevistados nos oferecem perspectivas dos agentes envolvidos nestas profundas mudanças estruturais na sociedade chinesa e brasileira, mostrando as interpretações e seus significados e resignações das práticas sociais que pretendi investigar, especialmente no que diz respeito ao consumo. Nesta abordagem coloquei em contraste as narrativas intergeracionais, analisando a diferença das três gerações no que diz respeito ao consumo, e como elas interpretam a narrativa da prosperidade familiar.

2.3 Reflexões metodológicas e trabalho de campo na China

Esta etapa foi realizada entre os meses de agosto de 2018 e fevereiro de 2019, através da bolsa de mobilidade estudantil PDSE CAPES, em Xangai, China. Nesta empreitada foi enviada uma mensagem sobre a pesquisa no grupo de wechat dos alunos da Fudan University em Xangai. Na China, a comunidade ainda é muito pequena e obtive poucas respostas neste primeiro momento, então entrevistei a comunidade vegetariana que era mais ativa em relação às atividades que os alunos organizavam e participavam. Além dos alunos de graduação e pós-graduação da universidade Fudan, faziam parte dessa comunidade colegas recém graduados e amigos íntimos dos universitários. A partir das primeiras entrevistas, ganhei confiança dos meus entrevistados que se interessaram pela pesquisa e concordaram em me ajudar, colocando as suas redes de amigos a meu dispor. Desta forma, as consequentes entrevistas foram desenvolvidas através da metodologia de snowball.

O intuito do questionário semi-estruturado era guiar os estudantes através de perguntas chave e deixá-los à vontade para formularem suas narrativas e trazerem as questões que julgavam pertinentes. Na China, me deparei com uma maior timidez por parte dos entrevistados, que pode ter sido causada pelo meu lugar de entrevistadora estrangeira e não falante nativa de mandarim ou shanghainês, e

porque as entrevistas foram conduzidas em inglês ou com auxílio de tradução. Logo, precisei formular uma estrutura com sub-perguntas dentro dos grandes temas para guiar os entrevistados. No contexto chinês, a esfera da vida pessoal e da família é muito privada e onde não é comum se falar sobre conflitos abertamente, que é considerado diulian (丢脸, Diūliǎn) que significa uma "perda de face", ou seja, seria uma vergonha. Uma estratégia adotada foi aumentar a primeira parte, em que eles falavam sobre si, para deixá-los mais à vontade e ganhar a confiança necessária para que eles estivessem dispostos a conversar sobre os conflitos, principalmente entre seus familiares e amigos.

Devido à centralidade das redes na sociedade chinesa (FEI, 1992), a minha experiência confirma o que Rosana Pinheiro-Machado (2011) apresenta como dificuldade de acesso ao entrevistado e a possibilidade de obtenção de informação uma vez que se consiga construir uma relação de confiança com os sujeitos que por sua vez concedem acesso às suas redes de sociabilidade. Acredito que esta seja uma lição importante para brasileiros que pretendem desenvolver pesquisas na China no futuro, é imperativo para a boa realização de uma pesquisa que se dedique à construção de redes de suporte para o pesquisador que o permitam ter acesso à informações de confiança. Apesar de a pesquisa não ter como foco uma questão considerada politicamente sensível, que poderia potencialmente gerar desconforto e desconfiança, o questionamento de informações sobre perspectivas consumo pessoais e de suas famílias se mostrou como pertencente à uma esfera de vida privada "que não é da conta" dos que não pertencem a esta esfera. Logo, o estabelecimento de uma relação de confiança foi trabalhoso e indispensável; este primeiro contato levou dois meses, e, a partir do momento que foi estabelecido, possibilitou o desdobramento das outras entrevistas que ao todo levaram dois meses e meio. Na China, foram feitas 18 entrevistas até chegar o ponto de saturação, devido ao tamanho da comunidade.

A experiência do trabalho de campo me convidou a pensar sobre a questão da observação participante no contexto da etnografia. Diferente da "observação participante" das etnografias clássicas da antropologia de Malinowski, onde o relacionamento e a dinâmica de aproximação-distanciamento estariam baseados na diferenciação e autoridade do pesquisador, que estaria focado na apreensão de modo a representar a realidade dos objetos, a minha experiência na China demandou outra abordagem do campo. Para a realização da pesquisa, havia

a necessidade de previamente fazer parte de uma rede para que os sujeitos pertencentes à ela pudessem ser acessados. Como Fei (1939) descreve em sua pesquisa, as redes na China cercam e suportam os sujeitos e não dependem apenas de sua própria vontade. O indivíduo já nasce em uma rede familiar nuclear, sua família estendida, das conexões de sua família e dos moradores da mesma localidade. Ao longo do tempo, estes vão expandindo as suas redes através de suas experiências: colegas da escola, amigos da universidade, contatos profissionais, etc. O autor difere as redes na China das demais presentes no Ocidente, porque o sujeito não pode facilmente se desvencilhar destas; as relações antecedem o seu nascimento, e se prolongam por seus descendentes mesmo após o seu falecimento.

As relações de confiança se formam a partir destas redes, e para uma outsider que não compartilha esses contatos, nem sempre é fácil adentrar as vidas e ter acesso às experiências e percepções dos sujeitos. O problema para pesquisadores apressados e pouco cuidadosos, que acreditam que fazer pesquisa na China é o mesmo que fazer pesquisa nos Estados Unidos ou na Europa, é que muitas vezes os sujeitos por polidez ou constrangimento respondem o que o pesquisador gostaria de ouvir, o que nem sempre corresponde à realidade. Quando se estuda os sujeitos na China, não se pode subestimar a importância do "pertencimento" à rede para a entrada em campo, e apenas a confiança dos respondentes garante que se obtenha além da "resposta desejada". Desta forma, a experiência me levou a tecer uma provocação e propor o conceito de "participação observante", ao invés da tradicional "observação participante", onde a ênfase se daria na necessidade de se fazer parte de redes de confiança previamente estabelecidas com os sujeitos. A participação ativa nas redes de confiança antecede qualquer possibilidade de observação do pesquisador e é condicionante para que este acesse o campo.

Na China, a questão da confiança nos pesquisadores é particularmente delicada devido à história da disciplina de Ciências Sociais e a sua relação com o Estado. De acordo com Zhang (2001), as Ciências Sociais na China já nasceram com orientação para a prática, em contraposição com a experiência europeia, que teve seu foco no desenvolvimento de teorias. Desde 1920, com o trabalho de Fei Xiaotong, as ferramentas da Antropologia e da Sociologia foram usadas de forma a compreender as transformações na vida social. No entanto, a Sociologia foi considerada capitalista e banida das universidades desde antes da Revolução

Cultural que fechou as universidades. O trabalho dos pesquisadores em Ciências Sociais também foi associado às práticas de agentes do Estado, e, neste período de vigilância e perseguição, estes profissionais se tornaram estigmatizados (ZHANG, 2001).

No período pós-Revolução Cultural, as universidades foram gradativamente reabertas, e as Ciências Sociais retomaram a sua vocação para a aplicação prática e hoje são a maneira de entender uma sociedade em rápida transformação e assegurar que o desenvolvimento beneficie a população. Contudo, para uma pesquisadora estrangeira, o estabelecimento de relações de confiança é ainda mais desafiador e central na condução de uma pesquisa.

A minha posição em campo e os meus valores e minhas intenções em relação à pesquisa foram constantemente questionados e colocados à prova. Eu também fui indagada a respeito da minha pesquisa devido à conduta de pesquisadores – que os respondentes disseram vir dos Estados Unidos e Europa – que não tentaram compreender a experiência dos sujeitos a partir de seus próprios termos, e tentaram aplicar suas pré-suposições e preconceitos, e desta forma desrespeitaram os sujeitos. Estes pesquisadores estariam interessados apenas em "obter respostas" e não estabelecer uma relação de confiança e "entender a experiência que eles estavam passando".

O conceito de "participação observante" também reforça a necessidade do desenvolvimento em uma relação horizontal de conexão com os sujeitos, onde o compartilhamento de experiências comuns e a dedicação no estabelecimento de uma relação de confiança são centrais e devem anteceder a realização de qualquer pesquisa. Desta forma, destaco a reflexividade (HESSE-BIBER, 2011) deste processo, no qual, ao mesmo tempo que a pesquisadora observa, ela também é observada, e o estabelecimento de confiança depende da conexão, compreensão e identificação entre os sujeitos.

Como parte do meu trabalho de campo, participei em eventos promovidos por grupos vegetarianos e veganos associados aos alunos da universidade Fudan. Em relação às entrevistas, eu me dispus a encontrar os estudantes no lugar mais conveniente de sua escolha, contanto que fosse dentro da região metropolitana de Xangai devido ao fácil acesso pelo transporte público e segurança. A maioria dos alunos escolheram restaurantes ou cafés nas imediações da universidade, que

representavam para eles lugares de acolhimento e onde podiam realizar suas práticas alimentares sem constrangimento.

Nas primeiras vezes, os entrevistados sempre se encontravam comigo em mais de uma pessoa e escolhiam lugares nas imediações da universidade. Porém, à medida que comecei a entrevistar, me tornei mais conhecida nas suas redes, percebi que fui bem aceita e novos entrevistados aceitaram conversar sozinhos comigo e também se sentiram à vontade para me levar em restaurantes e lugares que eles consideravam importantes.

2.4 O trabalho de campo no Brasil

A etapa brasileira foi conduzida entre os meses de abril e julho de 2019. Nesta empreitada, foi escolhida uma plataforma que servisse a propósitos simétricos ao da China: o grupo do Facebook dos estudantes da UNICAMP. Porém esta abordagem mostrou diferentes resultados nos países. A proposta original da pesquisa se mostrou muito bem-sucedida no Brasil. A mensagem enviada no grupo de Facebook foi postada no dia 2 de abril de 2019, e, em 3 dias, possuía 145 interações com 259 mensagens de pessoas interessadas em participar. Dentre estas, procurei selecionar 20 estudantes provenientes de diferentes lugares do país de ambos os sexos, apesar de a maioria das respostas ser de estudantes do sexo feminino. Também procurei estudantes de diversos cursos dentro da universidade. A maior dificuldade foi encontrar alunos que não fossem originalmente da Região Sudeste.

O trabalho de campo consistiu em participar de reuniões de grupos vegetarianos e veganos durante os aludidos meses, mas principalmente na realização das entrevistas. Por uma questão de segurança, todas as entrevistas foram realizadas dentro do campus, em uma sala que a biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas gentilmente disponibilizou para este fim durante os meses de pesquisa⁵.

⁵ Com o intuito de desenvolver pesquisas comparativas futuras e com amostragem maior, realizei coleta de dados nos Estados Unidos em 2019-2020 e na Alemanha em 2020-2021 também. Apesar desta análise não ser foco da presente tese, devido ao foco nas experiências da China e do Brasil, os dados coletados serão importantes em futuras análises e poderão indicar convergências e divergências entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos.

A universidade escolhida nos EUA foi a Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) onde foram feitas 16 entrevistas. O trabalho de campo foi interrompido pelo início da pandemia de COVID-

2.5 Análise Qualitativa: considerações metodológicas

Seguindo a tradição weberiana, as pessoas podem ser compreendidas a partir de categorias baseadas na sua própria experiência, ou seja, a partir da forma como estas atribuem significado às suas ações sociais (SCHUTZ, 2012). As ações não acontecem no vácuo, ou seja, sempre estão inseridas em um determinado contexto. A Sociologia se dedica a estudar como os diferentes sujeitos interpretam o mundo e interpretam a si mesmos no mundo, e agem; logo, os sujeitos foram perguntados como entendem as suas narrativas alimentares e a experiência de sua família a partir do contexto sócio-econômico que os cerca.

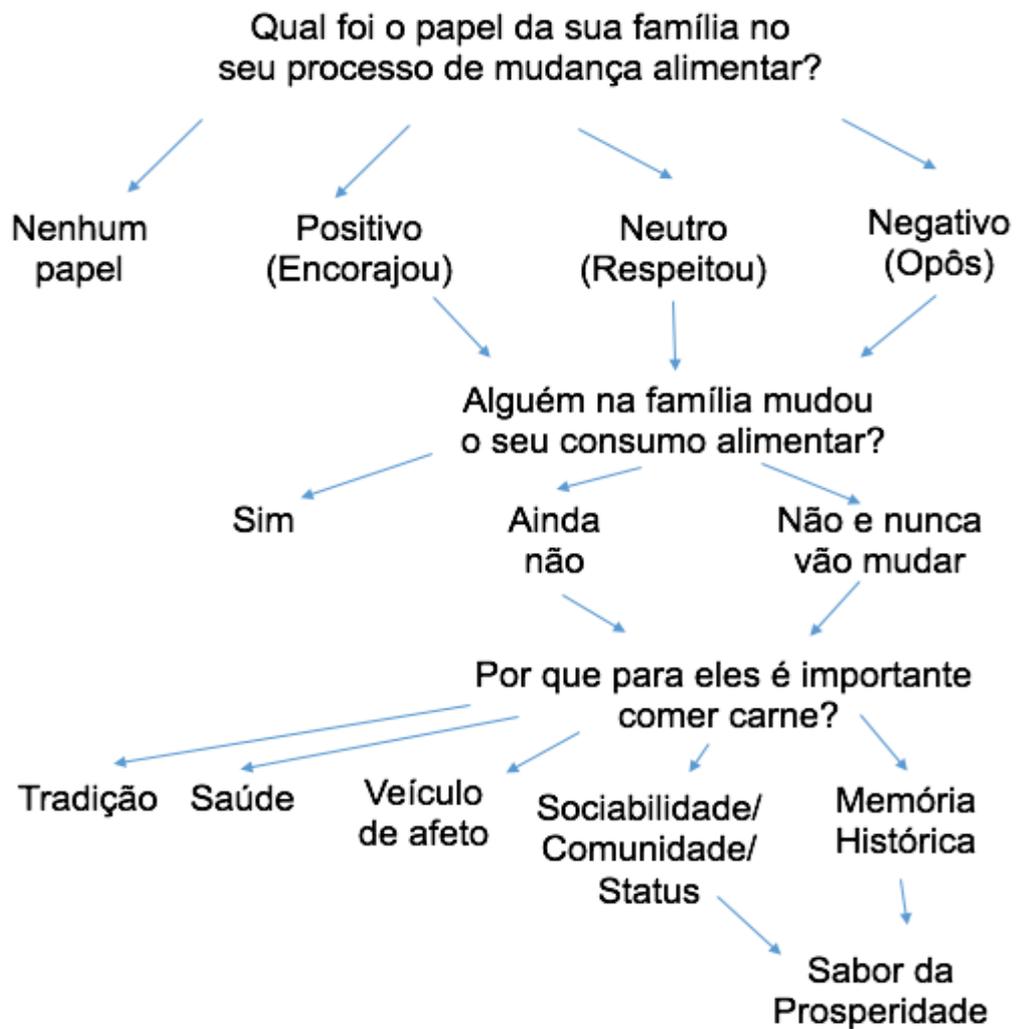
Seguindo os princípios do grounded theory (STRAUSS; CORBIN, 1994), as categorias para análise dos dados surgiram a partir de sua coleta. A análise qualitativa temática (Thematic qualitative text analysis) foi adotada, ou seja, o processo de categorização foi sendo construído ao longo dos estágios do processo (KUCKARTZ, 2014). A análise temática permitiu que fossem identificadas categorias relevantes nos discursos dos estudantes brasileiros e chineses, e, desta forma, compreender as principais questões em comum que estão presentes em suas experiências.

No primeiro momento, as categorias seguiram as questões levantadas pela bibliografia e pela análise do survey, as quais guiaram o questionário da entrevista semi-estruturada. A análise temática se concentra na identificação, sistematização e análise de tópicos e subtópicos e como eles estão relacionados (KUCKARTZ, 2014). A Figura 1 mostra o esquema de mapeamento a partir das categorias de papel da família. Dentre as questões, destacavam-se as macro-categorias "experiência pessoal de transição alimentar", "experiência familiar em relação à mudança do sujeito", e "lugar dos valores ambientais relacionados às mudanças de comportamento alimentar". A partir disso, foram surgindo conceitos

19, fazendo com que as últimas entrevistas fossem conduzidas *online*. A coleta de dados na Alemanha foi feita quando os alunos já haviam se acostumado às ferramentas de trabalho e estudo *online*; desta forma, todas as entrevistas foram conduzidas online. Eu estive baseada na Freie Universität Berlim e seguindo a metodologia do *snowball* estudantes não apenas de Berlim, mas também de Lübeck, Hamburgo e Frankfurt entraram em contato para participar da pesquisa. Entre 2020 e 2021 25 entrevistas foram conduzidas na Alemanha. Considerando que esta pesquisa não pretende traçar uma comparação simétrica entre os quatro países, pretendo nesta oportunidade apresentar os dados de Brasil e China com mais profundidade. Estes dados ajudarão neste momento a identificar o que há de diferente nos casos do Brasil e da China e os dados da Alemanha e dos EUA serão analisados e debatidos em futuras publicações.

mais claros, que ajudaram a construir categorias específicas para traduzir e representar as experiências dos sujeitos. A comparação e o contraste entre as subcategorias contribuíram na organização das entrevistas.

FIGURA 1 – Esquema de mapeamento a partir das categorias de papel da família



Fonte: Elaboração da autora (2021).

CAPÍTULO 3 – GLOBALIZAÇÃO, SOCIEDADE DE RISCO E A EMERGÊNCIA DE NOVAS SUBJETIVIDADES DO SUL

A globalização transforma profundamente a realidade social em que nos inserimos e apresenta novas configurações nas assimetrias de poder. Neste contexto, Ulrich Beck (1992) desenvolveu sua tese sobre a Sociedade de Risco e a individuação, oferecendo novas estruturas teóricas através das quais podemos interpretar a inserção dos países e suas alianças, como também os projetos de mudança de padrões biográficos e subjetividades inseridas nessas sociedades.

A globalização não apenas dissolveu velhas fronteiras; estes novos fluxos de bens, pessoas e ideias também exigem que repensemos conceitos e estruturas interpretativas que utilizamos para compreender o mundo ao nosso redor. O início dos debates a respeito do fenômeno da globalização se deu nas áreas da Economia e da Administração, como nos mostra o sociólogo Renato Ortiz (1994), em sua obra “Mundialização e Cultura”. Os primeiros intérpretes deste fenômeno acreditavam que o mundo se tornava uno com o processo de globalização dos mercados, e, assim, esforços eram feitos para encontrar maneiras para expandir a venda e o consumo.

Posteriormente, foi feita uma distinção entre a globalização, que remete à ideia de unicidade de uma economia no mundo capitalista, e a Mundialização, que seria a Globalização Cultural, a qual traz a concepção de mundo onde a base material não vincula uma unicidade de interpretação (ORTIZ, 1994). Esta nova realidade exige esforço por parte dos intelectuais na revisão de alguns conceitos, pois muitos estavam ligados a ideias de uma realidade que se transformou, como os referentes ao Estado Nação. Assim, novos conceitos precisam ser elaborados a partir da escuta do que este novo momento tem a oferecer.

Em relação à questão da Modernidade, Volker Schmidt (2007) questiona o projeto da Modernidade acima de tudo como um projeto cultural que teve seu contexto fundador no Iluminismo europeu. Diante do desafio de se pensar as consequências que a modernização apresenta para diferentes sociedades, ele discorda tanto dos teóricos da modernização, quanto dos que defendem as Múltiplas Modernidades. Enquanto os teóricos da modernização acreditam que sociedades que passam por este processo tendem a se tornar semelhantes ao longo do tempo em suas perspectivas institucionais e culturais, para os que defendem as Múltiplas Modernidades, existiria a prevalência de diferenças culturais e institucionais a

respeito da modernização e reconhecem a existência de Modernidades fora do Ocidente que não podem ser compreendidas em termos das categorias e dos conceitos desenvolvidos para a compreensão da Modernidade ocidental. Schmidt propõe, então, o conceito de Variedades da Modernidade, que teve influência da Nova Economia Política em relação às suas formulações sobre variedades do capitalismo.

A abordagem das Variedades da Modernidade se diferencia das Múltiplas Modernidades, a qual defende que cada sociedade tem uma narrativa de desenvolvimento e Modernidade peculiar e características irreconciliáveis. Ela oferece a possibilidade de tecer estudos comparativos e agrupar países de acordo com semelhanças, ao reconhecer que, apesar do contexto cultural específico do desenvolvimento de cada país, ainda é possível traçar aproximações entre as narrativas sobre a Modernidade. A presente pesquisa reconhece a necessidade de se pensar a questão da Modernidade a partir de outras narrativas de desenvolvimento dos países não-europeus. O Brasil e a China emergem como casos relevantes dentro do contexto de países em desenvolvimento. O presente capítulo apresenta elementos que surgem em relação à globalização e à Sociedade de Risco nestes países e que podem contribuir para a construção de conhecimento através das experiências do Sul (CONNELL, 2007).

Giddens (2003) reafirma também a necessidade de repensar conceitos tradicionais como “soberania” e “Estado Nação” frente às mudanças estruturais da globalização. O autor convida a tecer interpretações em torno da problemática da falta de poder que os indivíduos sentem em face à globalização e, desta forma, pode-se analisar projetos que se dediquem a responder a estas questões, como a formação de blocos, que viria no sentido de reforçar o poder perdido pela fluidez do Estado Nação e obter benefícios de negociação.

Giddens introduz o tema do risco em diálogo com a teoria de Ulrich Beck. Ele diferencia o risco calculável (natural hazard) do risco fabricado, pois o primeiro seria consequente da natureza, enquanto o segundo seria consequente da ação humana e se encontraria distante do cotidiano de maneira invisível e não totalmente calculável.

Ulrich Beck defende em sua tese “Sociedade de Risco” (1992) que os riscos da globalização são objetivamente diferentes, devido à radicalização dos princípios que orientam o processo de modernização industrial. Esta teoria ganhou

nova vida diante das mudanças climáticas: Beck se faz atual através dos riscos apontados na concepção original de sua tese que puderam ser evidenciados e os danos mensurados, e desta forma se tornaram parte da realidade das mudanças ambientais. Na sua última obra, Beck (2016) aponta o potencial transformador dos riscos produzirem mudanças radicais nas sociedades, abrir novos horizontes e uma nova imagem do mundo (Weltbild) para pensar nossas ações no Antropoceno. Ausentes nos atuais marcos teóricos do Atlântico Norte os conceitos de Beck são inovadores para as ciências sociais pensarem fenômenos ambientais e sociais no contexto das mudanças climáticas globais.

Na presente pesquisa, a teoria do risco será abordada a partir de três perspectivas. A primeira será a maneira como o risco é experienciado na China e no Brasil; a segunda será o processo de individuação dos sujeitos a partir da possibilidade de se escrever a própria biografia em relação às suas escolhas de consumo, o que se difere das gerações anteriores; a terceira será o framework do risco como propício ao desenvolvimento de parcerias internacionais na mitigação de riscos transnacionais, e a possibilidade de Brasil e China construir laços na sua posição de grandes produtores e consumidores alimentares, conquistando papéis de liderança na arena global de discussão em torno da pauta ambiental.

3.1 Individuação e emergência de novas subjetividades dos países em desenvolvimento

Beck (1992) desenvolveu suas teorias em torno da Sociedade de Risco, Individuação e Modernidade Reflexiva baseado na experiência alemã. Conceitos europeus, antes entendidos pela Sociologia como universais, hoje são questionados e debatidos em torno de suas especificidades por suas delimitações e da impossibilidade de representar uma realidade mundial única. Desta forma, as experiências de outras regiões do mundo podem apontar os seus limites de aplicabilidade, assim como contribuir para alargar e complexificar os sentidos de tais teorias.

Raewyn Connell (2007) aponta para a construção histórica da Sociologia como disciplina e a falta de representatividade dos países do Sul na construção de teoria social. Estes países, antes vistos como periféricos e colônias, têm sido vistos como fonte de dados a serem interpretados por pensadores e intelectuais do Norte,

mas nunca foram respeitados por tecerem suas próprias interpretações e teorias baseados nas experiências de seus próprios países. A autora propõe uma teoria advinda do Sul (Southern Theory) para enfatizar as relações de autoridade, exclusão e inclusão, hegemonia, parcerias, patrocínio e apropriação entre os intelectuais e instituições na metrópole em contraste com as da periferia. Ela argumenta que os conceitos sociológicos construídos na Europa, além de não representarem uma realidade universal, não estariam preparados para se adaptar e analisar as realidades sociais ao redor do mundo. Ela apresenta, então, importantes contribuições sociológicas advindas de diversas regiões. Neste contexto, os países em desenvolvimento Brasil e China, que são o foco da presente tese, podem ser entendidos também como pertencentes ao Sul de acordo com esta abordagem de Connell (2007). Desta forma, faz-se necessário reler teorias – como as da Sociedade do Risco – sob a luz das experiências do Sul e assim contribuir para tornar a Sociologia uma disciplina mais cosmopolita e capaz de responder às questões levantadas pela globalização.

Segundo Connell, "quando a reivindicação do conhecimento universal ou valores universais é feita a partir de uma posição de privilégio, é provável que sirva a favor da hegemonia e não da libertação" (CONNELL, 2007, p. x). Ela argumenta que a teoria social não precisa ser cúmplice da globalização neoliberal, e aponta que o conceito de Sul seria um chamado para que países antes sub-representados nas Ciências Sociais possam dialogar com os conceitos e as teorias sociológicas consagradas e construir novas estruturas de interpretação que seriam mais inclusivas.

Beck e Grande (2010) afirmam que a teoria social universalista se encontra em crise, uma vez que está desatualizada, porque suas referências não reconhecem as mudanças da política e da sociedade entre a Primeira e a Segunda Modernidade. Também criticam a natureza provinciana, uma vez que absolutiza e generaliza a trajetória e a experiência histórica da modernização na Europa e nos Estados Unidos e falha em reconhecer os particularismos de cada contexto. Aurea Ianni (2018), escrevendo do Brasil, discute a problemática da aplicabilidade e pertinência das formulações de Beck às diferentes realidades sócio-históricas de países, povos, comunidades e nações ao trazer este debate para o contexto brasileiro. No entanto, a autora conclui que apesar de insuficiente, a teoria de Beck pode apontar questões pertinentes e oferecer conceitos que podem ser úteis na

compreensão de fenômenos sociais em sua multiplicidade e diversidade em diferentes contextos.

Beck e Grande (2010) pregam, então, pela cosmopolitização da teoria sociológica, abrindo as suas perspectivas para possibilidades mais plurais, o que eles chamam de "cosmopolitismo metodológico" (methodological cosmopolitanism). Acreditam, portanto, que, neste novo "momento cosmopolita", os riscos conectam países do Norte e do Sul. No entanto, o resultado disso não seria um mundo sem fronteiras, mas um novo contexto do risco que produz novas responsabilidades cosmopolitas, imperativos cosmopolitas, que ninguém pode escapar, ou seja, o risco não pode ser socialmente e politicamente delimitado em sua esfera espacial e temporal. Desta forma, o risco se torna transnacional e fundador de uma nova teleologia. Diferentemente dos desastres naturais do passado, os riscos passam a ser manufaturados e distribuídos além de limites espaciais e sociais. O surgimento da Sociedade de Risco e o processo de individuação marcam a chegada da Segunda Modernidade (YAN, 2012).

Segundo Beck e Grande (2010), uma abordagem baseada na perspectiva da cosmopolitização não é, por definição, um "processo simétrico e autônomo, mas pode ser produto de assimetrias, dependências, poder e força, e pode também criar novas assimetrias e dependências dentro e entre sociedades" (BECK; GRANDE, 2010, p. 418). Logo, Connell (2007) e Beck e Grande (2010) convergem ao reconhecer a necessidade de incluir experiências históricas de diferentes países e o cosmopolitismo abre a oportunidade de trazer diversidade e pode oferecer a possibilidade de construção de Sociologias mais inclusivas.

Segundo Motta (2014), partir de suas experiências e reflexões no Brasil, a noção de risco como categoria sociológica e o exame dos conceitos de Modernidade e reflexividade na arquitetura teórica do Beck devem ser problematizados em relação à sua aplicabilidade para regiões com trajetórias distintas da Modernidade europeia.

Beck se destaca nesta área da sociologia e ultrapassa as fronteiras disciplinares e acadêmicas como referência neste tema, ao defender que risco é o novo princípio organizador da sociedade. A mudança social que leva a esta nova sociedade é explicada a partir de uma teoria da modernização, na qual a modernidade é conceituada como a primazia do futuro – em detrimento do passado – sobre o presente. A noção de que o futuro é aberto e depende do que é feito no presente fundamenta a semântica do risco. Em um diálogo com os pós-modernistas, Beck defende que a modernidade não acabou, mas se encontra em uma segunda fase. A primeira modernidade seria definida pela ênfase otimista na possibilidade de construir o futuro por meio de decisões humanas; a segunda, seria conseguida pela percepção das consequências futuras negativas das ações presentes (MOTTA, 2014, p. 16).

Usando o exemplo dos países do Leste Asiático, Han e Shim (2010) reconhecem que a Segunda Modernidade e a Modernização Reflexiva são parte de uma tendência global que vai além da Europa e chega aos países em desenvolvimento. Eles defendem que, nestes países, é ainda mais relevante discutir os processos da modernização, uma vez que os riscos globais como força motriz da Segunda Modernidade são experienciados de maneira potencializada como resultado dos efeitos colaterais do desenvolvimento acelerado (rush-to development). Enquanto na Europa o processo é caracterizado pela imanência e auto-indução (self induced) das consequências da Modernidade Reflexiva, a Modernidade é experienciada de maneira comprimida, onde o desenvolvimento da Primeira Modernidade e a transição para a Segunda Modernidade aconteceu em um período muito curto, e fazendo com que o conceito de “reflexividade” tenha diferentes significados no contexto. Dada sua modernização extremamente comprimida, em combinação com as instituições socialistas, Chang (2017) enfatiza que o caso chinês pode ser classificado como sociedade de risco muito complexa e importante a ser estudado sob esse enfoque.

Segundo Beck (1992), as forças condutoras da Segunda Modernidade são os riscos globais, a individuação e a cosmopolitização. Os riscos globais são centrais no processo rumo à Modernidade Reflexiva na medida em que produzem internamente a pressão que sustenta a individuação e a cosmopolitização.

Global risks make individualization possible by disconnecting individuals from previous collective frameworks of welfare. At the same time, global risks call for a cosmopolitan framework of risk prevention since national governments alone cannot deal with these effectively (HAN; SHIM, 2010, p. 468).

Cada uma das forças apresenta uma profunda transformação e os seus modos de interdependência definem a especificidade da transformação da Segunda Modernidade em cada contexto.

De acordo com Beck e Grande (2010), todos os caminhos da modernização são confrontados com o problema de que tipo e qualidade de seguro pode ser oferecido para permitir que indivíduos, grupos e classes possam enfrentar os riscos, inseguranças, incertezas e ameaças produzidas pela transformação social. China e Brasil vivem a chegada da Segunda Modernidade de maneira diferente e questionam a narrativa europeia de Modernidade. As diversas possibilidades de modernização que coexistem hoje inauguram a oportunidade dos países do Sul estabelecerem diálogo.

A percepção do risco transnacional não se deve somente a uma percepção de uma nova dinâmica política de riscos, mas também a novas pautas políticas transnacionais que surgem a partir de mudanças internas no que diz respeito ao processo de individuação. A Sociedade de Risco retira os sujeitos das antigas estruturas sociais que foram a base para se pensar a sociedade industrial, e oferece novas formas de pensar a sua realidade social a partir de uma perspectiva individuada e não conformada com o coletivo. O ingresso na Modernidade Reflexiva é marcado também pela emergência de novos padrões biográficos, e efetivamente pela criação de novas formas de individuação como resultado de processos sociais. Na Primeira Modernidade, os indivíduos contavam com o apoio e a proteção de instituições como Estado, família e empresas para protegê-los dos riscos e perigos. A crise do Estado do Bem-Estar fez com que essas instituições perdessem o seu poder gradativamente.

A individuação pode ser definida a partir de quatro teses (BECK, 1992): a) destradicionalização; b) desconexão e reconexão (dis-embedding e re-embedding) institucional; c) a busca compulsória de uma vida autônoma; e d) a internalização biográfica dos riscos sistêmicos. A individuação é então o processo em que os indivíduos são desconectados (dis-embedded) das instituições da Primeira Modernidade, como as classes sociais e a família, e se conectam (re-embed) a instituições da Segunda Modernidade, traçando, dessa forma, narrativas pessoais mais independentes e autônomas baseadas em sua própria contribuição e responsabilidade em resposta ao contexto global neoliberal.

Porém, no contexto do Leste Asiático, Han e Shim (2010) e Yan (2009) acreditam que a “individuação” chegou sem o “individualismo”, ou seja, a desconexão das instituições da Primeira Modernidade. Como a previsão de Beck do processo de Individuação não aconteceu de maneira a atomizar os indivíduos, as suas redes continuam sendo centrais nos países do Leste Asiático e acredito que este elemento encontra afinidades com os processos vividos na América Latina. Na questão de pensar a individuação não-atomizada, a obra de Fei Xiaotong (1992) pode contribuir, porque este consegue diferenciar o conceito de indivíduo no Ocidente como atomizado e na China como pertencente a redes. As experiências do Brasil e China e a centralidade da instituição da família mostram que estes processos acontecem dentro de redes de sociabilidade.

Costa e Ianni (2018) acreditam que o processo de transição para a Segunda Modernidade é composto por fatores de aproximação (pull) e distanciamento (push) das instituições. Os autores (2018, p. 13) afirmam que:

Os processos de modernização e individualização encontram-se imbricados, conduzindo a uma ruptura no sentido histórico das sociedades modernas. Perde-se o sentimento de pertencimento a uma comunidade ou de continuidade geracional, por exemplo. Também se perdem os vínculos com as instituições tradicionais e valores modernos. Para estes, perdeu-se o sentido da comunidade histórica e o sentimento de pertencer a uma geração enraizada no passado, porque o sentido histórico foi perdido com as metanarrativas, os valores tradicionais e as instituições tradicionais modernas (COSTA; IANNI, 2018, p. 13).

Uma questão importante em relação à transição da Modernidade e a confiança em instituições é a centralidade da instituição da família – uma instituição tradicional da Primeira Modernidade que, ao contrário do que Beck previu, na China e no Brasil continuou importante e com alto grau de confiança.

Podemos observar isto nos Gráficos a seguir: primeiramente através dos dados do World Values Survey – WVS (2015) sobre a população como um todo e, em seguida, especificamente em relação à juventude, em ambos os países, através dos resultados do survey "Jovens Universitários em um Mundo em Transformação" (DWYER et al., 2016).

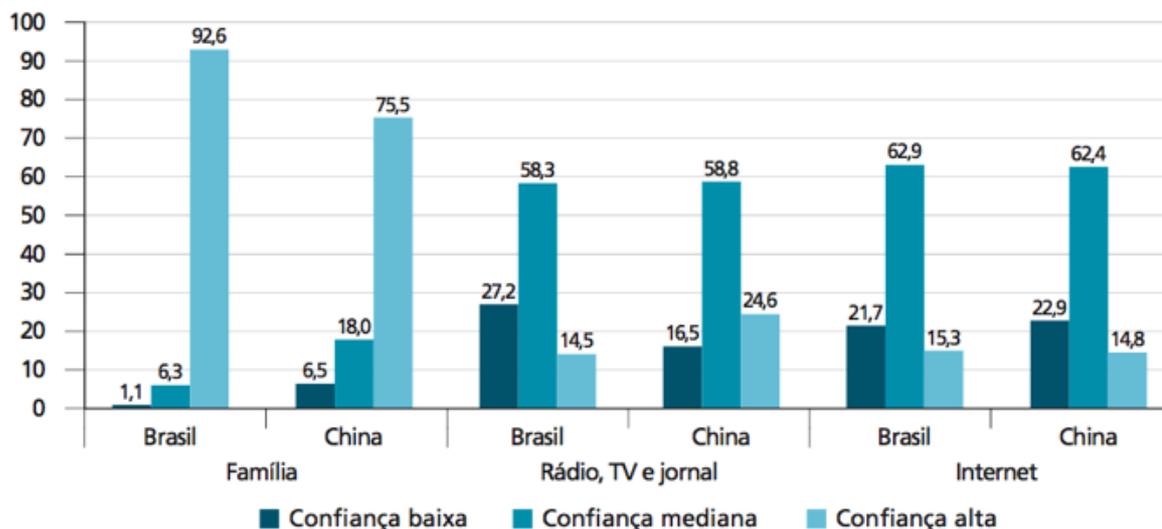
Na Tabela 4, pode-se observar que quando perguntados qual o grau de confiança na família, os respondentes do WVS (2015) apresentaram grande concentração na categoria "confio completamente" no Brasil (70,1%) e na China (85,5%).

TABELA 4 – Confiança na família na China e no Brasil (WVS 2010-2014)

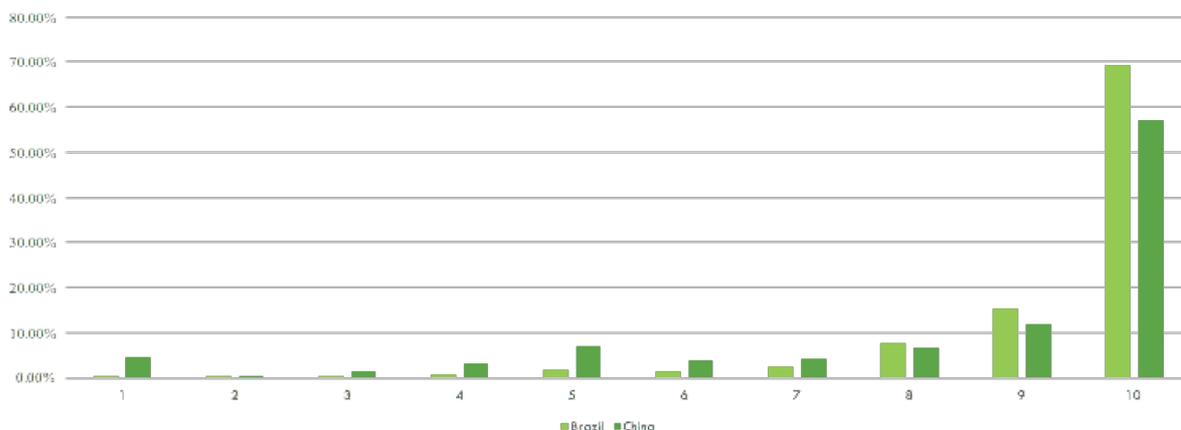
	Brasil	China	Total
Confio completamente	70,1	85,5	79,5
Confio um pouco	22,7	8,9	14,3
Não confio muito	4,6	0,5	2,1
Não confio nada	2,3	*	0,9
Sem resposta	0,1	4,9	3,0
Não sei	0,3	0,1	0,2
(N)	1.486	2.300	3.786

Fonte: Inglehart et al. (2014). Tradução da autora.

Segundo o livro "Jovens Universitários em um Mundo em Transformação", no Gráfico 18, os estudantes apresentaram alta confiança na família em relação a outras instituições (como Rádio, TV e jornal, e Internet), em porcentagens 92,6% dos brasileiros e 75,5% dos chineses apresentaram confiança alta na família. Pode-se observar no Gráfico 19 que tanto estudantes brasileiros quanto chineses demonstram grau máximo de confiança na família.

GRÁFICO 18 – Confiança nas Instituições no Brasil e na China

Fonte: Dwyer et al. (2016).

GRÁFICO 19 – Confiança na família no Brasil e na China

Fonte: Dwyer et al. (2016). Elaborado pela autora.

Na individuação rumo à Segunda Modernidade, os sujeitos passariam por um processo de disembedding, ou seja, um processo de desconexão pelo qual estes se desligariam da família e iriam em direção à autonomia do indivíduo. No entanto, a Individuação chinesa e brasileira não conta com as três condições que foram observadas na experiência europeia: 1) a democratização da cultura, 2) o Estado de bem-estar social e 3) o individualismo clássico e o liberalismo político. Ao mesmo tempo em que nestes países a família se mostrou uma instituição relevante, é necessário também considerar os conflitos que emergem decorrentes da Modernidade Reflexiva em relação às discontinuidades de valores geracionais. Desta forma, tomo como pressuposto a centralidade da família para o desenho metodológico desta pesquisa, em consequência decidi investigar o consumo e os conflitos dos valores em torno da alimentação a partir do núcleo familiar.

3.2 Caminhos a partir do Beck no Brasil e na China

A incorporação do trabalho de Ulrich Beck se encontra ainda incipiente no Brasil (IANNI, 2018) e se concentrou na Sociologia Ambiental (BARBI; FERREIRA, 2017; DONATO; D'ANTONA; MARANDOLA JR., 2019; GUIVANT, 2001; 2002), permanecendo restrito a esse campo especializado durante muito tempo. Mais recentemente também está sendo desenvolvido na área da Saúde (IANNI, 2018; COSTA; IANNI, 2018).

O conceito de Sociedade de Risco se tornou uma abordagem que permitiu que o Antropoceno fosse pensado através da Sociologia. Neste campo,

destacam-se os trabalhos realizados pela Professora Leila da Costa Ferreira e seu grupo de trabalho no Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM), UNICAMP. No campo da Sociologia da Saúde, a teoria de Beck em relação à Individualização (Individualization) foi mais trabalhada e se destaca o trabalho da Professora Aurea Ianni e sua equipe. Em relação à Individualização, Ianni e Costa (2018) apontam que a individualização personalista leva à radicalização do fenômeno do consumo, que se tornou o principal meio pelo qual o sujeito constrói a sua individualidade.

Yunxiang Yan (2010) reafirma a tese de Beck sobre a emergência do indivíduo e a consequente individualização da sociedade através da sua pesquisa do caso chinês, onde há o movimento reflexivo conectado ao Estado em busca pela Modernidade. Sob a influência de Anthony Giddens, Zygmunt Bauman, Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim, ele interpreta o processo de individualização na China como marcado por “uma série de características de individualização da era da Segunda Modernidade, ao mesmo tempo em que apresentava outras características de mudança social que pertencem às eras modernas e mesmo pré-modernas do Ocidente” (YAN, 2009, p. xvii). O autor utiliza o termo Individualização mediada pelo Estado (State-managed individualization), na qual o Estado não apenas desempenha papel crucial no desenvolvimento do indivíduo, mas também constrói as barreiras e regula a direção do processo de individualização. Os crescentes fluxos de imagens e informação apresentados pela mídia e experienciados nas áreas urbanas mudam o senso de pertencimento e direitos, e consequentemente transformam a subjetividade e a agência destes indivíduos. Estas transformações no caso chinês são mediadas pelo Estado.

The individual arose by responding to these institutional changes rather than pursuing her or his inalienable rights through a bottom-up approach. As a result, while taking advantage of the new laws, state policies and institutional changes [...], individuals have accepted the constraints imposed by the party-state and have internalized the party-state's proscribed direction for the development of the individual under state socialism. The entire process can be called 'managed Individualization' (YAN, 2009, p. xxxi).

No contexto desta reflexão, é necessário considerar a participação e a transformação dos sujeitos em relação à compreensão da distribuição do risco nas esferas globais. Beck nos chama a atenção para o lugar da sub-política na compreensão dos novos rumos da Sociedade de Risco. Logo, é imperativo que se

entenda a maneira como a individuação se conecta com a sub-política, afetando a maneira de participação destes indivíduos. A emergência do indivíduo chinês contemporâneo é o resultado das reformas institucionais pós-maoístas e de uma crescente demanda por direitos de desenvolvimento e segurança (YAN, 2009; CHANG, 2017). A ética da vida cotidiana mudou de um ideal ascético de sacrifício para o bem coletivo para a busca pela satisfação concreta e individual em termos materiais. Suas descobertas etnográficas apontam para uma mudança nos padrões predominantes de valores e comportamento, com o surgimento da consciência dos direitos individuais e um aumento nas atividades de asserção de direitos, impulsionadas pela busca de interesses individuais.

Qiu (2014) ressalta a diferença da individuação chinesa em relação à observada na Europa, que passou pela primeira modernização e ruma em direção à Segunda Modernização. Segundo o autor, a individuação chinesa se dá dentro do contexto de desenvolvimento do país e desta forma, os processos de transformação dos sujeitos incorporam as narrativas de desenvolvimento e incluem concomitantemente aspectos da primeira e da segunda modernização.

Ao analisar os dados da China Family Panel Survey (CFPS 中国家庭追踪调查), Qiu (2014) aponta que quase 90% dos entrevistados de todas as idades acreditam que existem indivíduos em transformação na China, enquanto 7% discordam e 3% defendem a visão de nem sim nem não. No entanto, o autor se pergunta qual seria a direção desta transformação dos indivíduos e conclui que estes processos, apesar de individuatórios, não são individualizados, ou seja, as transformações de suas subjetividades não vão no sentido de construir um sujeito atomizado e sim em conexão com suas redes, em especial a família.

Quando os participantes da pesquisa foram perguntados sobre a sua visão e a consciência da autonomia dentro da comunidade em relação à questão ambiental, o autor analisa que, em termos de questões ambientais, há bastante preocupação. De acordo com as variáveis de controle, como sexo, grau de escolaridade, renda e idade, os resultados mostram que o nível de preocupação se aproxima do "extremamente preocupado". Mas, ao mesmo tempo, as pessoas concordam plenamente que é difícil para elas se engajarem em atitudes concretas pelo meio ambiente, em vistas de que, se ninguém tomar iniciativa e realizar alguma atividade em prol do meio ambiente, os seus próprios esforços não fazem sentido.

A partir destes resultados, Qiu (2014) observa que os indivíduos continuam construindo o valor do próprio esforço em relação à aprovação coletiva. Logo, os indivíduos não se tornaram independentes da comunidade. O autor conclui que, com base nos dados, é possível confirmar que existem indivíduos em transformação na China. No entanto, esses indivíduos não estão lutando por si mesmos, mas estão lutando por motivos que os ligam as suas redes, como trazer benefícios para a sua família. E ele afirma que entender as transformações que o país está passando e ainda vai passar não pode se dar sem se considerar a centralidade desta instituição.

Elizabeth Perry (2008) também se insere nesta discussão, abordando a mudança na concepção de direito e de participação popular. O crescente número de protestos, muitas vezes confundido com um “vácuo moral” ou o “despertar de uma nova consciência”, é interpretado por Perry através dos conceitos de subsistência e desenvolvimento. Ela reconhece, como Yan (2009), que o desenvolvimento chinês e a modernização estão permeados por rupturas e continuidades com a tradição. Por um lado, a busca por direitos reafirma os laços com o Estado ao invés de questioná-lo e, por outro, é possível identificar a emergência de desejos individuais.

In a country where rights are seen more as state-authorized channels to enhance national unity and prosperity than as a naturally endowed protection against state intrusion, popular demands for the exercise of political rights are perhaps better seen as an affirmation of – rather than an affront to – state power. For this reason, I prefer to characterize the framing of protests in contemporary China as “rules consciousness” rather than “rights consciousness” (PERRY, 2008, p. 47).

Quais são as consequências políticas – especialmente em termos de representação e descontentamento social – desses novos desenvolvimentos sociais? De acordo com o relatório do Europe China Research and Advice Network (ECRAN) (GÖBEL; ONG, 2012), os movimentos sociais na China não questionam o poder central, mas inauguram uma nova forma de participação dos indivíduos, que negociam na arena de poder entre desejos individuais por melhoras de vida concreta enquanto obedecem à estrutura central do Estado. Isto sugere, portanto, que a tese de Beck pode ser entendida em diferentes contextos e interpretada de diversos modos, para compreender novas ideias a partir da Sociedade de Risco.

O final da década de 1970 inaugurou um período de Abertura econômica ampla para China. No entanto, muitos dos valores adotados no período maoísta não

foram abandonados, mas foram integrados em uma nova configuração complexa de subjetividade. A linguagem política maoísta baseada no coletivismo foi lentamente ressignificada à luz da biopolítica da economia de mercado, dando espaço para as concepções de trabalho, lazer, consumo e desejo. Yan (2009) acredita que o "Sonho Chinês" articula a crença de que alguém pode mudar o destino da pessoa por meio da inteligência e do trabalho árduo e do incentivo à satisfação de prazeres individuais.

Diferentemente do contexto anterior, que enfatizava a centralidade do Estado, a ideologia oficial e a submissão do indivíduo a uma coletividade oficialmente endossada com ênfase em sacrifícios pessoais e valores ascéticos, a ideologia do consumismo celebra a individualidade, desejos privados e aspirações de vida em contextos sociais e espaciais não oficiais (YAN, 2009). Neste contexto de mudança de moralidade – e práticas – até conceitos antigos são ressignificados através de diferentes lentes. O que antes era um discurso que pressionava por uma vida “decente e confortável”, ou seja o xiaokang (小康 Xiǎokāng), durante as reformas do presidente Deng Xiaoping (1978-1992) foi então reinterpretado e deu origem a um discurso de consumo baseado na cultura consumista.

O termo xiaokang tem uma antiga linhagem. Aparece repetidamente nos clássicos confucionistas. Tanto no Livro dos Ritos (礼记 Lǐjì) quanto no Livro dos Cânticos (诗经 Shījīng), o termo xiaokang (小康 Xiǎokāng) se refere a um tipo de sociedade que, embora não tão perfeita quanto a Grande Harmonia utópica (大同 Dàtóng) – a sociedade ideal que tanto Confúcio quanto Mao eram propensos a invocar – é, no entanto, a próxima grande coisa, porque proporciona a todos conforto econômico (PERRY, 2008, p. 42).

A era da Reforma inaugurou novas formas de auto-indulgência, baseadas no individualismo e no consumismo. De acordo com Yan (2009), há o surgimento de um novo individualismo que “expressa abertamente aspectos não verbalizados e subdesenvolvidos, e até mesmo politicamente proibidos, em eras passadas. Esse novo fluxo de orientação individualista e auto-formação traz consigo os desejos e práticas materiais do consumismo” (YAN, 2009, p. xxxiv).

Essas novas dinâmicas certamente criaram novas tensões, especialmente intergeracionais, onde os jovens e os idosos tiveram experiências de vida completamente diferentes e foram expostos de maneira assimétrica às mudanças socioeconômicas. As Ciências Sociais podem levar, assim, à construção de novas formas interpretativas, e a conciliação dessas múltiplas narrativas de privação

aspiração e acesso nos ajudará a compreender a maneira pela qual esses sujeitos entendem e significam a complexidade do processo de desenvolvimento.

Lisa Rofel (2007) também contribui para esta discussão, investigando como novas conexões globais influenciam a maneira como o desejo é construído. Ela contextualiza sua discussão na transformação política e econômica do período pós-abertura que leva a formação de novas subjetividades. A autora investiga o campo social do desejo, enfatizando a construção do novo sujeito cidadão, a centralidade da política sexual nos encontros transnacionais e as multiplicidades do desejo construídas por meio de uma gama complexa de relações transnacionais de poder tanto por parte do governo como seus cidadãos.

Durante o período de reforma, o "desejo", entendido como as necessidades e aspirações apropriadas e inapropriadas, desempenhou um papel central nas discussões oficiais sobre as políticas envolvidas na Abertura da China ao capitalismo transnacional. Segundo Rofel, a construção desse "eu interior" ocorre por meio de alegorias públicas, nas quais o desejo do sujeito funciona de forma variada como uma esperança, um ideal normativo e um horizonte de possibilidade – ou impossibilidade. Esse processo abre possibilidades políticas e estabelece um terreno diferente para exclusões poderosas e desumanas. Se no período Pré-Abertura o poder foi uma vez baseado na ideia de “consciência”, agora o conceito principal que emerge no poder pós-abertura é o “desejo”.

O desejo – como produção histórica, social e cultural no campo das práticas, articulando anseios, aspirações e novas necessidades com as contradições e desigualdades – é produzido a partir destes processos de transformação na China. No entanto, ela aponta que um maior senso das novas possibilidades que estão no alcance dos cidadãos comuns também aumenta as frustrações com as desigualdades sociais.

Nesta nova configuração social, além das crescentes desigualdades, há também uma pressão intensa em relação à pauta ambiental. Esta preocupação é cada vez mais latente, tanto no âmbito das cooperações internacionais, quanto no âmbito íntimo da família, uma vez que a poluição e as consequências das mudanças climáticas se mostram cada vez mais próximas dos indivíduos. Desta forma, há novamente o apelo à consciência no campo do consumo. Esta consciência não é como a maoísta, mas traça novos laços com o Estado e novas redes transnacionais de responsabilidade no contexto da Sociedade de Risco.

A discussão sobre os desdobramentos da Individualização sem individualismo pode trazer nova luz para pensar os processos de desenvolvimento em outros contextos. A contribuição de Yan (2009) em relação ao contexto chinês oferece novas maneiras de reler a teoria da Sociedade de Risco e convida também países do Sul, como o Brasil, para pensar através destes conceitos. Brasil e China convergem na importância da família que remanesce apesar da Modernidade Reflexiva, este pode ser um caminho para o alargamento da discussão sobre os novos tipos de subjetividades que surgem a partir de diferentes contextos.

3.3 Sociedade do Risco e Cooperação Internacional

O enfrentamento às mudanças climáticas, dentro da abordagem da Sociedade de Risco, cria a oportunidade e a demanda por cooperações internacionais em vistas dos riscos compartilhados. Desta forma, é importante considerar não apenas as transformações que acontecem no interior destes países, mas também de que maneira estes podem se relacionar dentro deste contexto.

A globalização do risco transformou a maneira como as pessoas experienciam o mundo (BECK, 1992); em outras palavras, a governança no nível global foi impactada por transformações nas áreas de tecnologia, transporte e nos fluxos de informação. Estes fluxos facilitam diversas formas de organização política transnacional (REWIZORSKI, 2015) e podem incentivar a governança coletiva (PADILHA; VERSCHOORE, 2013).

Seguindo a mesma racionalidade da globalização, é possível ver nas cooperações internacionais como a ASEAN, a União Africana e os BRICS uma mudança ao longo do tempo. No início, os países construía as suas cooperações em torno de benefícios econômicos e questões geograficamente compartilhadas (como fronteiras). No entanto, crescentemente as cooperações passam a ter em pauta temas relacionados à transnacionalização do risco, como os projetos na área ambiental. Segundo Floristella (2015), o framework da Sociedade de Risco é imprescindível na compreensão do estabelecimento das cooperações transnacionais atuais. A autora apresenta o caso da ASEAN e mostra como a abordagem de Beck rege a criação de instituições e mecanismos que lidem com desastres naturais no âmbito regional. Na posição de líderes do mundo em desenvolvimento (DUGGAN, 2015), os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul) têm de lidar com as

tensões entre crescimento exponencial do consumo e a degradação ambiental (ZHANG et al., 2016), debatendo meticulosamente sobre sua agência e sua responsabilidade e tomando ações efetivas.

A cooperação deste grupo de países tem sido vista como desafios políticos e econômicos para a dominação ocidental da arquitetura da governança global (DUGGAN, 2015) e não se pode ignorar o seu impacto tanto na esfera nacional quanto no nível global: de acordo com a Organização Mundial do Comércio (BRASIL, 2012), a participação dos BRICS nas exportações mundiais mais do que dobrou entre 2001 e 2011, de 8% para 16%. No mesmo período, as suas exportações cresceram mais de 500%, enquanto o total de exportações globais cresceu apenas 195%. Entre 2002 e 2012, o volume do comércio intra-BRICS cresceu 922%, de US\$27 para US\$276 bilhões (BRASIL, 2012).

Nas últimas décadas, novas culturas políticas começaram a ter impacto na arena mundial e estas não se contentaram em seguir as diretrizes uma vez elaboradas no Ocidente; ao invés disso, trouxeram consigo ideias originais a partir de seus próprios contextos (RIBEIRO, 2011). As cinco nações dos BRICS representam hoje uma renda nominal equivalente a aproximadamente 22% do PIB mundial. Elas também possuem recursos naturais abundantes que representam coletivamente 29% da massa territorial mundial e 42% da sua população (BANCO MUNDIAL, 2016).

A construção de cooperações entre países de culturas tão diferentes é também um desafio de comunicação intercultural. O estabelecimento de entendimento e uma relação baseada em respeito e compreensão mútua são essenciais para que esta cooperação seja frutífera e longa. A seguir, apresento através dos dados do World Value Survey e do Pew Survey, algumas convergências e divergências em torno dos valores nos países BRICS.

Na Tabela 5, pode-se observar que quando perguntados sobre o que deveria ter prioridade entre a proteção do meio ambiente e crescimento econômico, a maioria dos respondentes em quatro dos países (Brasil, China, Índia e Rússia) disseram que a proteção do meio ambiente deve ser prioritária, mesmo se causar crescimento econômico mais lento e algumas perdas de emprego.

TABELA 5 – Proteção do meio ambiente vs. crescimento econômico

Proteção do Meio Ambiente vs. Crescimento Econômico						
	Total	Países				
		Brasil	China	Índia	Rússia	África do Sul
A proteção do meio ambiente deve ser prioritária, mesmo se causar crescimento econômico mais lento e algumas perdas de emprego.	51,7	60,3	56,6	58,4	50,2	38,3
Crescimento econômico e criação de emprego devem ser prioritários, mesmo se causar dano ambiental até certo ponto.	37,1	30,1	28,0	25,2	36,0	60,6
Outras respostas	1,6	1,6	2,4	-	3,9	1,1
Não aplicável / Incompleto	0,1	-	-	-	0,6	-
Sem resposta	1,1	2,3	4,6	-	0,7	-
Não sabe	8,3	5,7	8,4	16,4	8,5	-
(N)	(13.895)	(1.486)	(2.300)	(4.078)	(2.500)	(3.531)

Fonte: Inglehart et al. (2014). Tradução da autora.

Na Tabela 6, quando perguntados sobre o grau de preocupação com as mudanças climáticas, a grande maioria dos cinco países escolheram as duas opções de maior preocupação.

TABELA 6 – Grau de preocupação com as mudanças climáticas

	Por favor, nos diga o seu grau de preocupação, e se você está preocupado com as mudanças climáticas				
	Brasil	Rússia	China	Índia	África do Sul
Está muito preocupado	75	22	19	73	47
Está um pouco preocupado	17	42	51	18	28
Não está muito preocupado	5	21	21	2	11
Não está nem um pouco preocupado	3	13	5	1	8
Não sei / Recusa	0	2	4	6	7
Total	100	100	100	100	100

Fonte: PRC (2015). Tradução da autora.

No entanto, quando perguntados acerca de sobre quem devem recair as responsabilidades de lidar com as mudanças climáticas, pode-se observar na Tabela 7, que, enquanto a maioria dos respondentes na Rússia e na China acreditam que os países ricos devem fazer mais, a maioria no Brasil acredita que os países em desenvolvimento devem fazer tanto quanto os países ricos, e na Índia e na África do Sul pode-se observar alta taxa de "não sei/recusa" de resposta.

TABELA 7 – Responsabilidades das mudanças climáticas

	Qual das duas afirmações sobre como lidar com as mudanças climáticas está mais próxima da sua opinião, mesmo que não represente exatamente o que você acredita?				
	Brasil	Rússia	China	Índia	África do Sul
Os países ricos, como EUA, Japão e Alemanha, devem fazer mais do que os países em desenvolvimento porque eles já produziram a maior parte das emissões dos gases do efeito estufa até o momento	37	58	56	44	43
Os países em desenvolvimento devem fazer tanto quanto os países ricos porque eles produzirão a maior parte das emissões dos gases do efeito estufa no futuro	59	29	33	30	38
Mudanças Climáticas não existem	0	4	4	2	5
Não sei / Recusa	4	9	7	25	14
Total	100	100	100	100	100

Fonte: PRC (2015). Tradução da autora.

Os países BRICS já identificaram a problemática ambiental e do desenvolvimento e investem em maneiras de lidar com esta questão de responsabilidade global. Isto fica evidente no primeiro encontro dos Ministros do Meio Ambiente dos BRICS em 2015 na cúpula na Rússia, cujo Memorando de Cooperação para Questões de Defesa do Meio Ambiente foi elaborado no encontro na Índia em 2016, o Programa-Quadro BRICS de Ciência, Tecnologia e Inovação (BRICS-STI), que realizou seu edital em setembro de 2016. Também fica evidente através do foco do Banco dos BRICS (Novo Banco de Desenvolvimento) no

desenvolvimento sustentável e infraestrutura, especialmente pelos empréstimos para o financiamento do desenvolvimento de energias renováveis (NDB, 2020).

Concluindo, as maneiras de lidar com os desafios inaugurados pela Sociedade de Risco podem ser encaradas através de cooperações internacionais. No entanto, a maneira como cada país lida com os riscos na arena global depende também da maneira como os processos relacionados à Sociedade de Risco e à individuação são significados internamente. Pode-se perceber que os cinco países, apesar de muito diferentes, compartilham alguns valores em relação ao meio ambiente. O compartilhamento de valores pode ser benéfico na construção de cooperações para lidar com desafios comuns como as mudanças climáticas.

3.4 Considerações Finais: individualização sem individualismo como resposta à Sociedade do Risco (pode ser a chave para o enfrentamento de problemas ambientais dentro do contexto da Sociedade de Risco)

Ao mesmo tempo em que a Sociedade de Risco aponta para o compartilhamento transnacional de riscos e a necessidade de trabalho conjunto entre os países para uma ação de maior impacto, a Modernização Reflexiva se deu de diferentes formas ao redor do mundo e o desenvolvimento da Individuação também deve ser entendido contextualmente. Longe de serem universais, os conceitos construídos no Norte, como Sociedade de Risco, Modernização Reflexiva e Individuação, podem ser apropriados e ressignificados a partir das experiências do Sul. Conforme já discutido, alguns conceitos se mostram úteis na discussão de fenômenos sociais. No entanto, é importante apontar para a oportunidade de reler e contribuir para as teorias construídas originalmente no Norte, a partir das experiências do Sul (CONNELL, 2007).

Nos países do Sul, com a crescente melhora das condições de vida e o aumento do poder de compra, é crucial entender a prática do consumo como central nas narrativas individualizatórias. As suas narrativas como consumidores, ao mesmo tempo que demarcam a ruptura com as gerações anteriores, evidenciam que a agência, exercida através do poder de escolha do que se compra, pode inaugurar novas subjetividades e dar espaço para a emergência e fortalecimento de novas questões, como as pautas ambientais. No entanto, estes países estão escrevendo essas narrativas no contexto da Sociedade de Risco e das Mudanças Climáticas,

onde a questão ambiental perpassa e permeia diversos âmbitos da atividade humana, inclusive o consumo.

Em relação à contribuição do Brasil e da China na questão da Individuação, as experiências destes países mostram que é possível construir um processo de Individuação sem que este seja atomizador (ou individualizador). Em outras palavras, o processo de construção de sua própria biografia, em contraste com as experiências das gerações anteriores, não precisa necessariamente ser um movimento que retira este sujeito de uma coletividade. A centralidade da família, uma instituição da Primeira Modernidade, mostra que é possível adentrar a Modernidade Reflexiva através de várias portas. Na contramão da previsão de Beck sobre a obsolescência de antigas categorias e instituições e o fim das grandes narrativas, a questão ambiental se coloca como uma nova proposta de grande narrativa, e desta forma propõe a necessidade de ação coletiva em relação a países e indivíduos. Neste sentido, a individuação não atomizada emerge como uma possibilidade de que estes sujeitos construam a ideia de ação e mudança não apenas no âmbito individual, mas também como um processo de mudança social e ação coletiva.

Finalmente, em relação ao framework do risco como necessidade e possibilidade de cooperações internacionais em relação à agenda ambiental, os BRICS emergem como uma via de cooperação entre países em desenvolvimento. Segundo De Coning (2017), diante de um mundo que apresenta tendências de fechamento, com a emergência de fenômenos nacionalistas e populistas como o BREXIT, os BRICS podem oferecer uma oportunidade de resgate da globalização com base no fortalecimento da cooperação inter-BRICS, a solidificação do compromisso com as Nações Unidas, governança global, globalização econômica, livre comércio, e ação climática coletiva. Estes países, apesar das diferenças e particularidades, compartilham uma experiência comum de serem afetados negativamente nas últimas décadas por estarem na periferia da ordem mundial dominada pelos Estados Unidos e seus aliados. A partir disso, estes atores têm consolidado sua identidade e influência e articulando uma visão alternativa da ordem global.

CAPÍTULO 4 – VALORES DA JUVENTUDE NO BRASIL E NA CHINA: SURVEY JOVENS UNIVERSITÁRIOS EM UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

Segundo Inglehart e Baker (2000), o desenvolvimento econômico e a industrialização tendem a gerar o processo de transformação dos valores e crenças. Mas os países que passam por estes processos não convergem os valores em uma direção comum; muito pelo contrário, as suas trajetórias são construídas a partir de seu contexto cultural. No entanto, os autores apontam que é possível identificar algumas tendências, como a questão pós-material. Esta questão propõe que sociedades que experienciam maior segurança em relação à satisfação de suas necessidades básicas e conforto em relação aos bens materiais, sejam levadas a adotar valores pós-materiais, como a liberdade de expressão, igualdade de gênero e a defesa do meio ambiente.

A escolha por focar nos jovens universitários também é baseada na discussão de Abramson e Inglehart (2009), que defendem que quanto maior é o nível educacional, mais dispostas as pessoas estão a adotar valores pós-materialistas. Eles acreditam que este fenômeno se dá pelos seguintes fatores: (1) educação formal e informal; (2) status socioeconômico do respondente; (3) status socioeconômico dos pais durante os anos de formação do respondente; (4) o período histórico quando o respondente nasceu e foi educado; (5) o nível de habilidades que o respondente adquiriu; e (6) o nível de informação do respondente, na medida em que as habilidades podem tornar o acesso à informação mais fácil.

Os desafios socioambientais contemporâneos, como a questão das mudanças climáticas, envolvem a construção de padrões de comportamento, hábitos, estilos de vida e valores diferentes, com relação àqueles que se encontram atualmente em vigor nas múltiplas instâncias de organização social (PORTILHO, 2005; DUNLAP; BRULLE, 2015; FERREIRA, 2011; 2017). Além disso, o que denominamos “as juventudes” são apontados como incluindo atores com alta suscetibilidade de mudança comportamental em prol de problemas ambientais e que são promotores e multiplicadores de novas práticas (COLLINS; HITCHINGS, 2012).

Desta maneira, elucidar algumas das maneiras pelas quais tais sujeitos constroem e reconfiguram suas atitudes, comportamentos e valores com relação à problemática ambiental constitui tarefa de eminente interesse e relevância.

Considerando a Sociologia como uma disciplina que teve seu desenvolvimento centrado geograficamente na Europa e na América do Norte, é necessário que novas narrativas provenientes de regiões como América Latina e Ásia venham à tona e enriqueçam a discussão de maneira mais inclusiva, deslocando o fazer sociológico no Sul de "fornecedores de dados" para "elaboradores de teorias" e, desta forma, tecendo novos entendimentos sobre as nossas realidades e conquistando espaço na sociologia internacional (CONNELL, 2007). Neste contexto, é imperativo que os estudos envolvendo a categoria Juventude envolvam as narrativas dos países que possuem o maior número de jovens, e nesta ocasião escolhemos focar no desenvolvimento de estudos comparativos entre a juventude na China e no Brasil.

O presente capítulo se dedica, portanto, ao debate sobre valores, questão ambiental e consumo a partir da perspectiva da juventude no Brasil e na China. O desenvolvimento deste debate será dado a partir dos perfis da juventude brasileira e chinesa. Para tanto, são utilizados dados do survey sino-brasileiro "Jovens universitários em um mundo em transformação" realizado em universidades no Brasil e na China em 2012 e publicado em 2016. A presente análise se divide em três momentos: (1) o perfil dos jovens em relação à questão ambiental no Brasil e na China; (2) a discussão entre consumo verde e comportamento verde; (3) a percepção da contribuição de chineses e brasileiros em relação um ao outro.

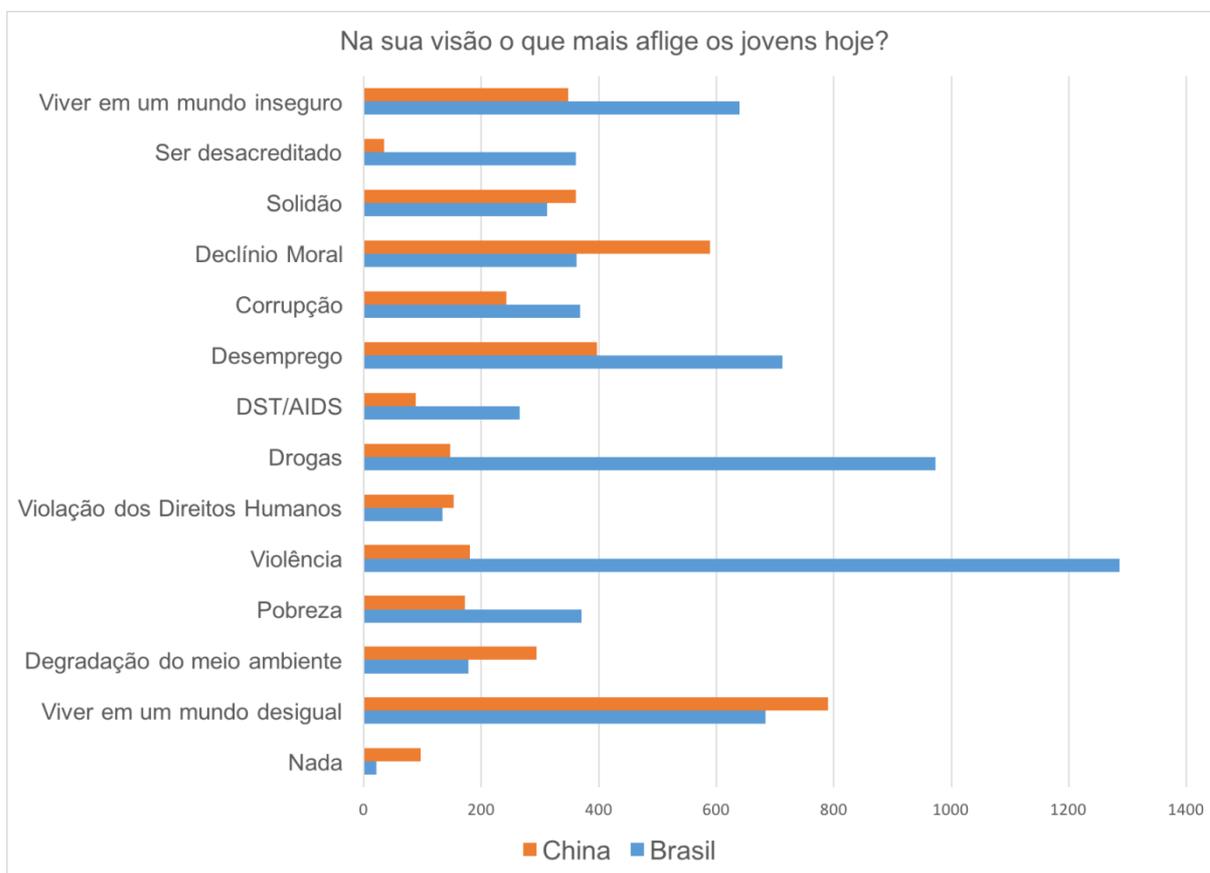
4.1 O perfil de valores da juventude

Segundo Qiu (2014) ao analisar os dados do China Family Panel Survey (CFPS 中国家庭追踪调查), quando se leva em consideração a influência que a educação exerce na construção da visão de mundo das pessoas, a educação superior é o fator mais relevante. Desta forma me dedicarei a analisar os dados do survey que deu origem ao livro "Jovens Universitários em um Mundo em Transformação: uma Pesquisa Sino-Brasileira". Os dados do survey permitem traçar o perfil dos estudantes de ambos os países em relação aos seus valores, preocupações e prioridades.

Ao serem perguntados sobre o que mais aflige os jovens hoje, os brasileiros consideraram a "violência", enquanto os chineses consideraram "viver em um mundo desigual". A "degradação com o meio ambiente" aparece apenas em 11^a

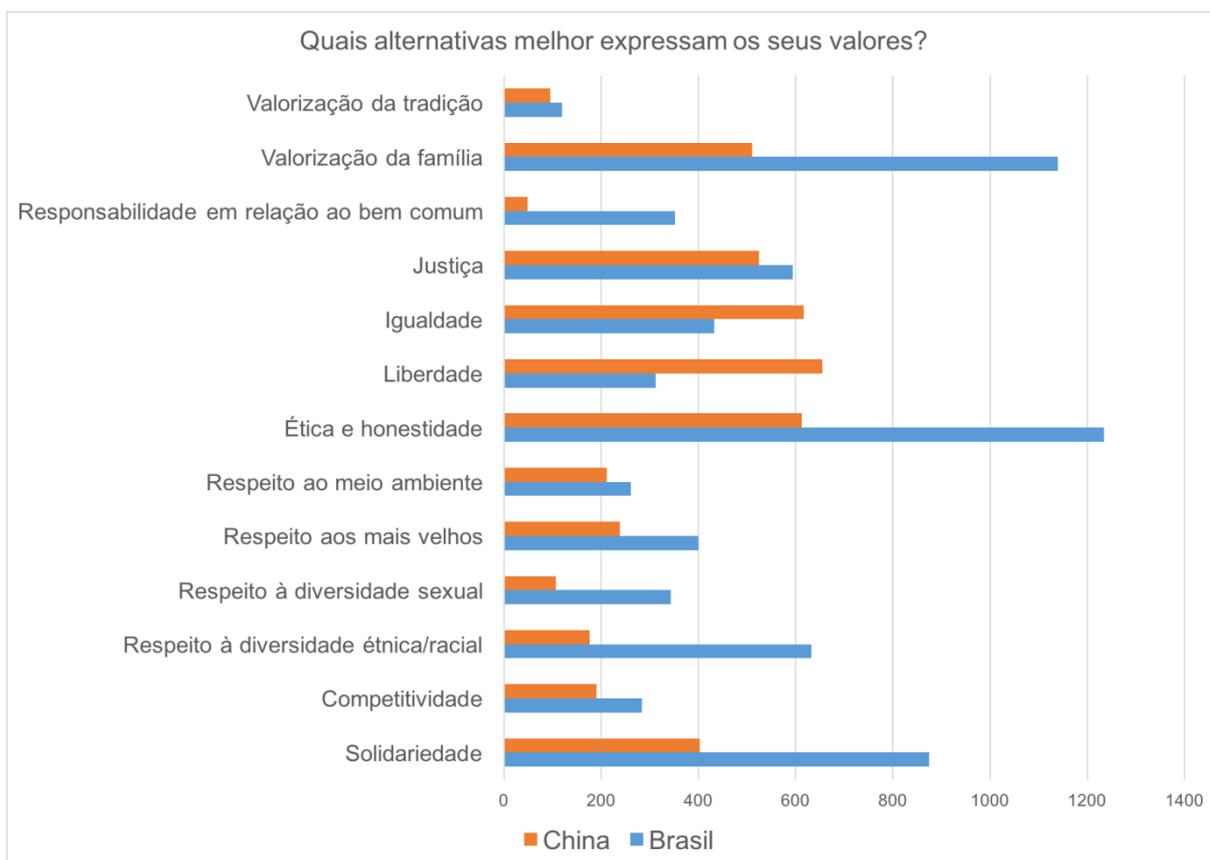
posição entre os brasileiros e 6ª posição entre os chineses (dentre 13 alternativas) como pode ser visto no Gráfico 20.

GRÁFICO 20 – O que mais aflige os jovens hoje?



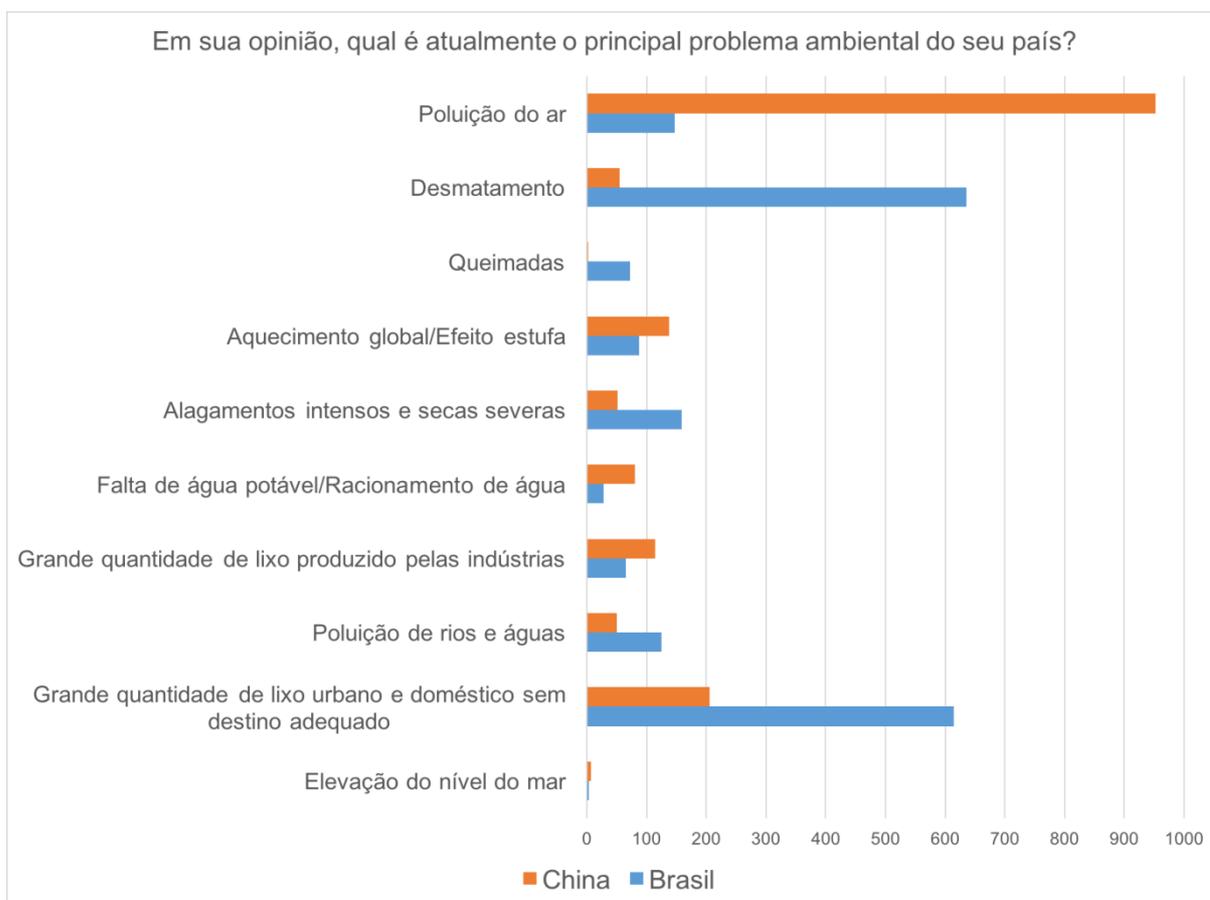
Fonte: Dwyer et al. (2016). Elaborado pela autora.

Quando questionados sobre quais alternativas expressam melhor os seus valores, os brasileiros consideraram "ética e honestidade", enquanto os chineses consideraram "liberdade". A alternativa "respeito ao meio ambiente" ficou em 12º lugar entre os brasileiros e em 8º lugar entre os chineses (dentre 13 alternativas), como pode ser visto no Gráfico 21:

GRÁFICO 21 – Alternativas que melhor expressam os seus valores

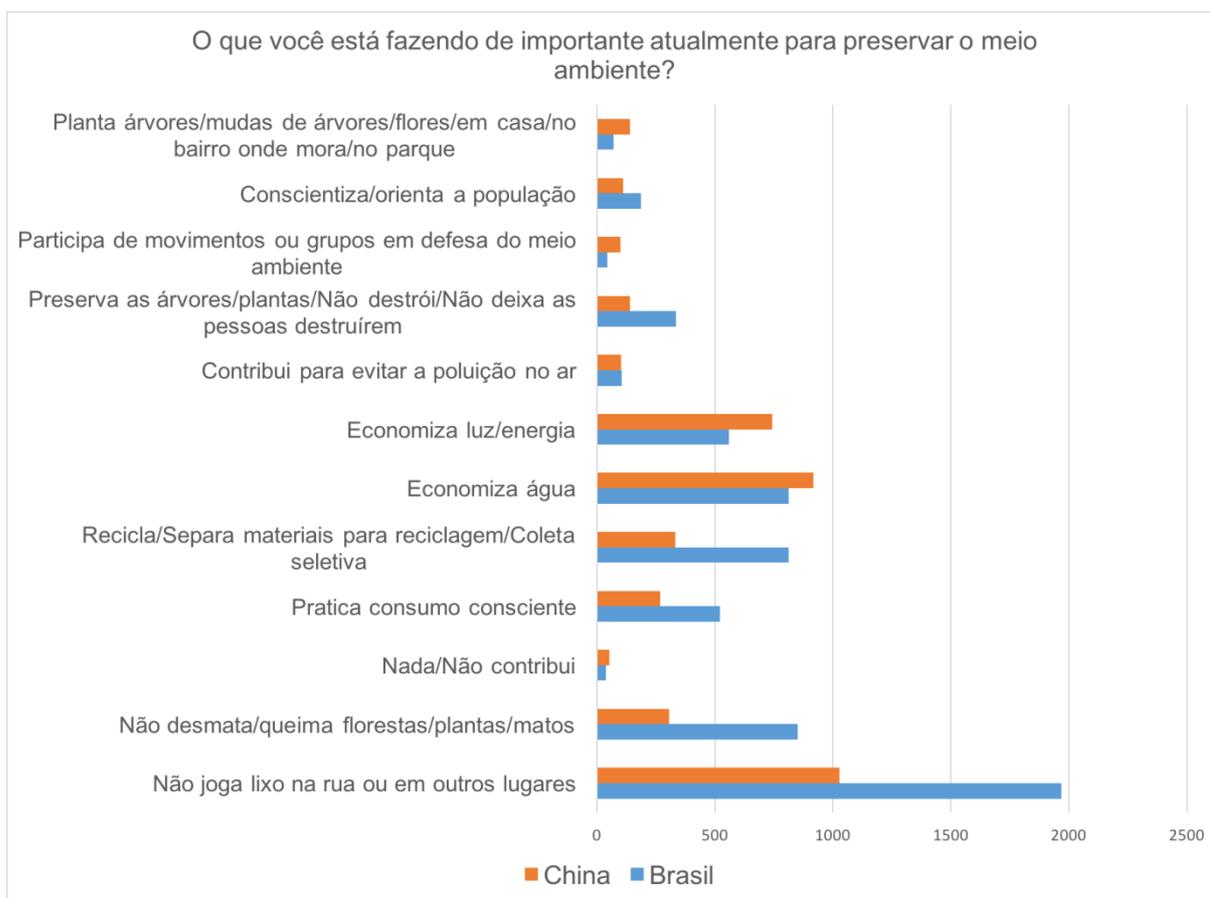
Fonte: Dwyer et al. (2016). Elaborado pela autora.

Apesar de a questão ambiental não se configurar como uma das maiores preocupações da juventude no Brasil e na China, e a defesa do meio ambiente não traduzir os principais valores destes grupos, ambos mostram disposição a se engajar em atividades ambientais, como apresentarei mais adiante nos Gráficos 25 e 26. Quando perguntados sobre qual é o maior problema ambiental em seus países, a maioria dos brasileiros considerou o desmatamento e a maioria dos chineses optou pela poluição do ar, como pode ser observado no Gráfico 22. Tanto a poluição do ar na China quanto o desmatamento no Brasil são temas de atenção nacional com grande cobertura da mídia. Em segunda posição, os entrevistados em ambos os países apresentam preocupação com a grande quantidade de lixo urbano e doméstico sem destino adequado, associado aos problemas que das grandes cidades em ambos os países.

GRÁFICO 22 – Principal problema ambiental do seu país

Fonte: Dwyer et al. (2016). Elaborado pela autora.

Quando questionados sobre o que estão fazendo pelo meio ambiente, a maioria dos estudantes de ambos os países respondeu que não joga lixo na rua e em outros lugares. O Gráfico 23 a seguir contempla atividades que vão desde as ações ativas positivas (como participação de grupos e movimentos) em direção às ações ativas negativas, ou seja, o que se deve evitar fazer em prol do meio ambiente (como evitar jogar lixo em lugares indevidos).

GRÁFICO 23 – O que você está fazendo de importante para preservar o meio ambiente

Fonte: Dwyer et al. (2016). Elaborado pela autora.

O survey também investiga o que os jovens estariam dispostos a fazer em prol do meio ambiente, e a grande maioria respondeu de maneira positiva em relação à mudança de padrões de consumo e ao “comportamento verde”. No entanto, esta disposição não se mostra no campo da atividade associativa, como mostram os Gráficos 24 (Brasil) e 25 (China), na medida em que apenas uma minoria em ambos os países participa de associações, entidades e grupos relacionados ao meio ambiente.

GRÁFICO 24 – Brasil – Tipos de associações, entidades e grupos que participa atualmente, já participou e não participa mais ou nunca participou: grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico

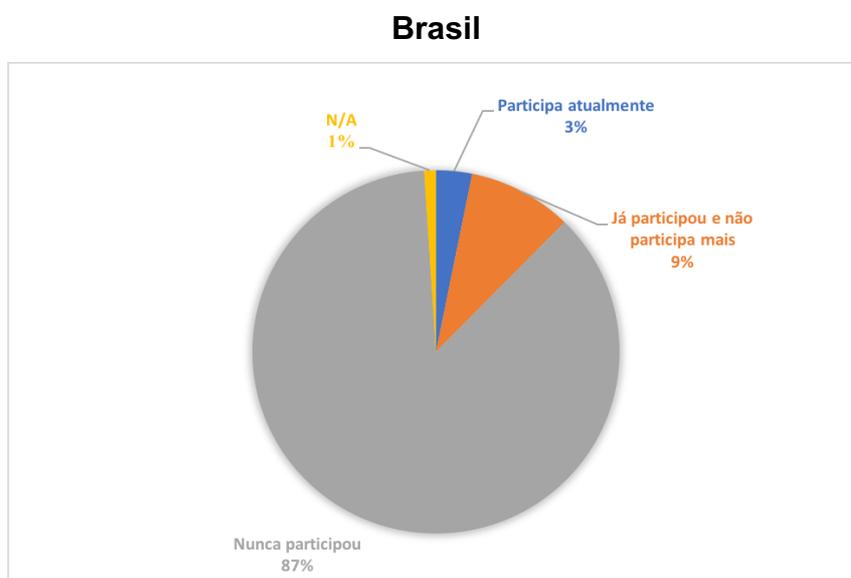
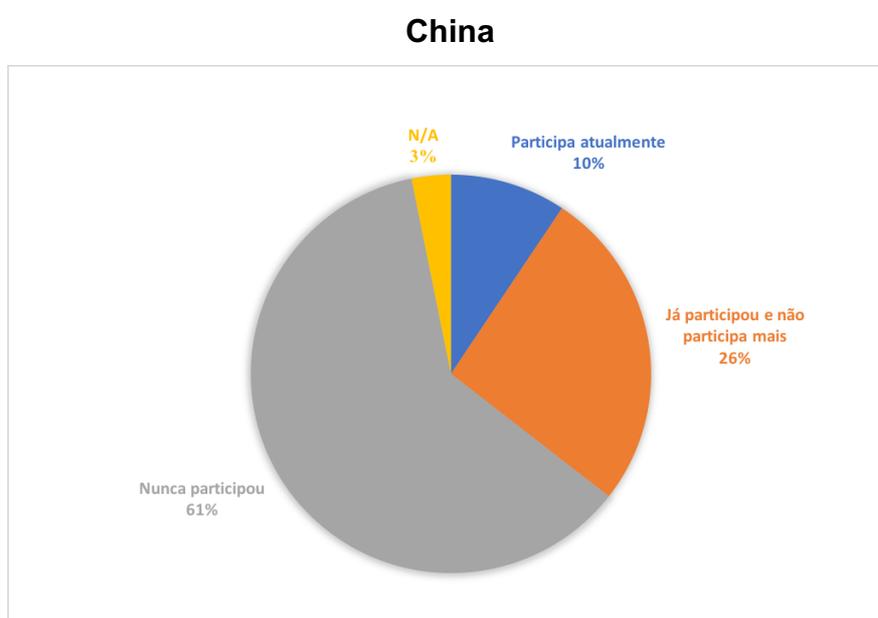


GRÁFICO 25 – China – Tipos de associações, entidades e grupos que participa atualmente, já participou e não participa mais ou nunca participou: grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico



Fonte: Dwyer et al. (2016). Elaborado pela autora.

4.2 Entre o consumo verde e o comportamento verde

Dentre os debates contemporâneos acerca do consumo e da questão ambiental, emerge a questão das eco-práticas como mecanismos de estratificação e atribuição de status. Kennedy e Horne (2018), partindo da premissa de que

consumidores de alto status estariam mais dispostos a incorporar a questão ecológica na sua decisão de consumo, investigam a tensão entre consumo verde e práticas verdes do ponto de vista do status. Elas entendem o consumo verde (green consumption) como a compra e o investimento em produtos ecologicamente corretos, como carros híbridos e comida orgânica. Por outro lado, o comportamento verde (green behavior) se refere à mudança de comportamento tendo como objetivo contribuir para o meio ambiente, como diminuir o consumo individual usando o transporte público e cultivando os seus próprios alimentos.

Kennedy e Horne concluem que, no contexto americano de polarização política, a questão da consciência ambiental é reforçada pelo ethos neoliberal, onde as pessoas que investem em ampliar o consumo verde ganham maior prestígio social e são reconhecidas como conscientes em detrimento daqueles que mudam o seu comportamento sem provar o seu engajamento através da aquisição de produtos que serviriam como legitimadores de uma suposta consciência. Seguindo a discussão de Dunlap (2002) sobre consciência ambiental, Kennedy e Horne (2018) focam na questão da aprovação social e status (BOURDIEU, 1984), para a qual a disposição das pessoas a se engajar em esforços para reduzir o impacto ambiental depende de estas acreditarem que isso as conferiria mais prestígio social. As autoras concluem que o consumo verde é mais valorizado no contexto norte americano, onde este é reconhecido como um comportamento associado às classes mais ricas que dispõem tanto de tempo como de dinheiro.

Esta reflexão expande a discussão da questão ambiental e torna ainda mais importante a compreensão do perfil dos agentes envolvidos nos discursos e nas práticas ambientais. Uma investigação mais profunda dos diferentes perfis dentre os jovens dos dois países nos permite descobrir os valores por trás das suas práticas de consumo – e entender o perfil dos jovens que estão propensos ao consumo verde e à mudança de comportamento verde. Isso nos permite identificar convergências e divergências entre os jovens, e apontar para a possibilidade de construção de um espaço intercultural comum para que no futuro seja possível encontrar maneiras mais eficientes de comunicação entre membros deste grupo nos dois países e a elaboração de políticas públicas que ressoem os seus valores.

Além disso, a presente discussão contribui para o debate em torno do "consumo político" (também referido como consumo responsável, ou consumo ecológico), em que Silvestro (2009, p. 288) aponta para três diferentes abordagens:

1) a perspectiva dos estudos do mercado e do consumo, que consideram as práticas de consumo como expressões apolíticas de autonomia individual; 2) a perspectiva da Sociologia econômica rural, que propõe uma interpretação que incorpora determinantes sociais do consumo (como o imaginário social e as representações e sistemas de produção, distribuição e consumo); 3) a perspectiva da Ciência Política, que considera a compra (e o boicote) de bens e serviços como um tipo de participação política não convencional, também entendido como expressão do individualismo reflexivo. O autor aponta que as diferentes disciplinas contribuem com distintas maneiras de discutir sobre as práticas de consumo, porém conclui que são necessárias mais investigações que se dediquem a entender os grupos específicos engajados em determinadas práticas da perspectiva dos valores.

O consumo verde foi ainda associado a valores como competência e compromisso moral, onde se destaca a questão da intencionalidade como uma evidência do compromisso com o ambiente. No entanto, ao comportamento verde não foi atribuído o mesmo status apesar de muitas vezes este significar um impacto efetivamente mais positivo em relação ao ambiente. Esta discussão se conecta ao ponto de Silvestro (2009), o que nos leva a indagar: seria o consumo verde interdependente das práticas neoliberais? No contexto dos países em desenvolvimento, qual é o perfil dos jovens que escolhem pelo consumo verde ou pelo comportamento verde?

A partir destes apontamentos preliminares⁶, focaremos na discussão previamente introduzida a respeito da tensão entre consumo verde e comportamento verde (green consumption e green behavior) (KENNEDY; HORNE, 2018). A partir da pergunta 64 do survey, cuja primeira questão se refere à mudança de comportamento e segunda questão se refere à mudança de consumo, traçaremos o perfil destes jovens.

⁶ Os dados obtidos foram publicados no livro “Jovens Universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira” (DWYER et al., 2016), e uma versão preliminar desta discussão sobre consumo verde e comportamento verde foi publicada em Bertulucci e Hase Ueta (2020). Os demais cruzamentos de dados foram elaborados pela presente autora e são apresentados de maneira inédita neste capítulo.

64. O consumo é essencial para a sobrevivência e o bem-estar das pessoas. Em uma escala de 0 a 10, em que 1 significa "nada disposto" e 10 significa "muito disposto". Gostaríamos de saber se

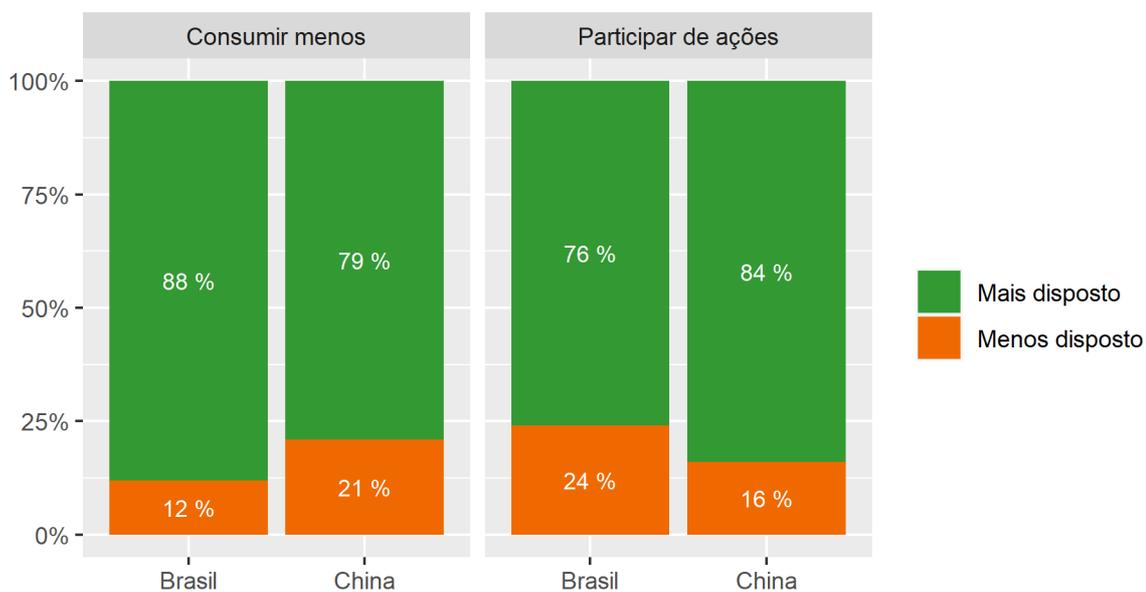
Para proteger o meio ambiente, você está disposto a consumir menos?

Nada disposto Muito disposto
 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Para proteger o meio ambiente, você estaria disposto a participar de ações como turismo e consumo ecológicos e solidários

Nada disposto Muito disposto
 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

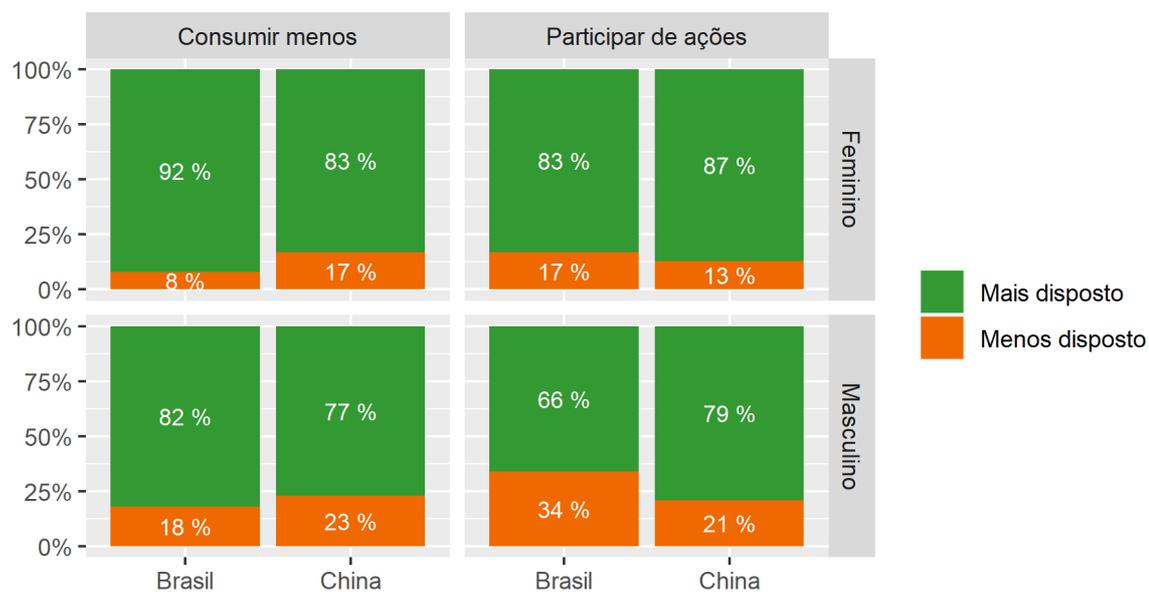
Nesta questão, considerei as respostas de 1 a 5 como a categoria Menos Disposto e as respostas de 6 a 10 como a categoria Mais Disposto para facilitar a visualização dos dados. Baseada na literatura de Kennedy e Horne (2018) também considerei a pergunta "Para proteger o meio ambiente, você está disposto a consumir menos?" na categoria "Consumir menos", que segundo as autoras seria considerado comportamento verde, uma vez que não está ligado ao investimento de dinheiro e sim a uma mudança de comportamento em prol do meio ambiente. A pergunta "Para proteger o meio ambiente, você estaria disposto a participar de ações como turismo e consumo ecológico e solidário" se tornou a categoria "Disposto a participar em ações", que, segundo as autoras, seria considerado consumo verde, uma vez que se investe dinheiro neste tipo de prática. Podemos observar que tanto China quanto Brasil se destacam na alta disposição a se engajarem na questão ambiental. Analisados de acordo com o país, os estudantes brasileiros se mostram mais dispostos a consumir menos, enquanto os estudantes chineses se mostram mais dispostos a participar de ações, como pode ser observado no Gráfico 26.

GRÁFICO 26 – Disposição a consumir menos e participar de ações

Fonte: Dwyer et al. (2016). Elaborado pela autora.

De acordo com a categoria de sexo nos países, quando perguntados sobre a disposição a consumir menos, em ambos os países as estudantes do sexo feminino se destacam como mais dispostas, e entre esses dois grupos, as estudantes brasileiras possuem maior porcentagem. Ainda nessa questão, os estudantes chineses do gênero masculino são os que se mostraram menos dispostos.

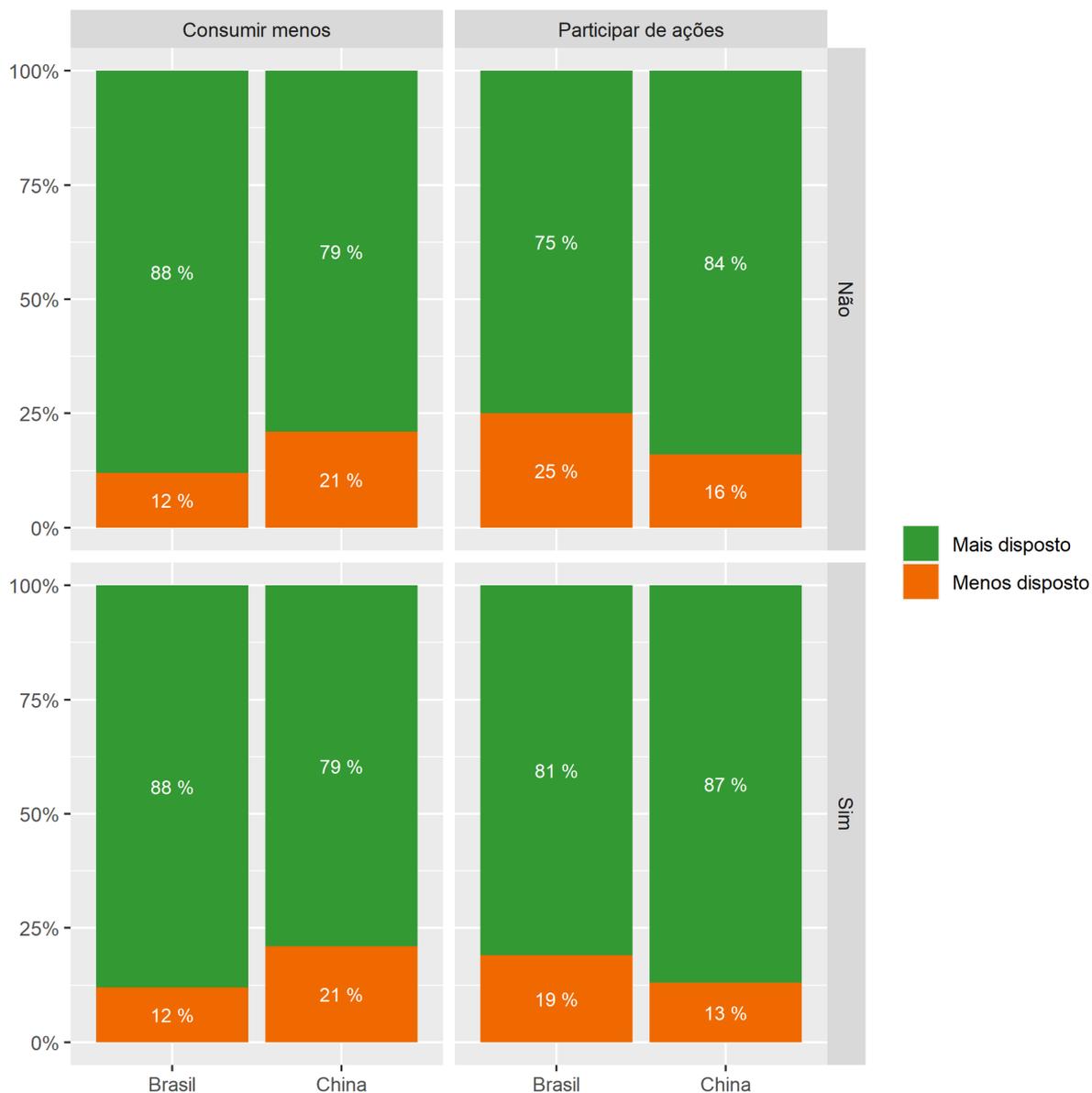
Ainda de acordo com o sexo, quando perguntados sobre a disposição a participar em turismo e consumo ecológicos e solidários, as estudantes do gênero feminino novamente se destacam como as mais dispostas nos dois países, onde as estudantes chinesas possuem maior porcentagem. Nesta mesma questão, os estudantes brasileiros do gênero masculino representam o grupo menos disposto, como mostra o Gráfico 27.

GRÁFICO 27 – Disposição a consumir menos e participar de ações – Brasil e China – Sexo

Fonte: Dwyer et al. (2016). Elaborado pela autora.

A análise destes dados a partir da realização de intercâmbio estudantil também se mostra interessante, na qual se pode observar que esta variável não tem influência em relação à disposição de reduzir o consumo e possui um impacto pequeno em relação à disposição de participar de ações, para as quais os estudantes que participaram de intercâmbio possuem maior disposição, como mostra o Gráfico 28.

GRÁFICO 28 – Disposição a consumir menos e participar de ações – Brasil e China– Participação em intercâmbio



Fonte: Dwyer et al. (2016). Elaborado pela autora.

4.3 Como China e Brasil enxergam um ao outro

China e Brasil apresentam respostas divergentes em relação ao que consideram o principal problema ambiental, pois no Brasil se destaca o desmatamento, enquanto na China se destaca a poluição do ar. Ambos os países compartilham a escolha do segundo problema ambiental: a grande quantidade de lixo urbano e doméstico sem destino adequado. Em relação ao consumo verde, os estudantes chineses mostraram maior disposição em adotá-lo, enquanto os alunos

brasileiros se mostraram mais dispostos a aderir ao comportamento verde. Em ambos os países as mulheres se mostraram mais dispostas a adotar o consumo e o comportamento verde.

Quando os estudantes chineses foram perguntados sobre a contribuição do Brasil em relação à preservação do meio ambiente eles mostraram uma visão mais positiva em relação à visão dos estudantes brasileiros em relação a contribuição da China. Dentre os estudantes chineses também se observa a grande concentração que avalia a contribuição brasileira de maneira mediana como se pode observar no Gráfico 29.

GRÁFICO 29 – Contribuição do Brasil e da China na preservação do meio ambiente

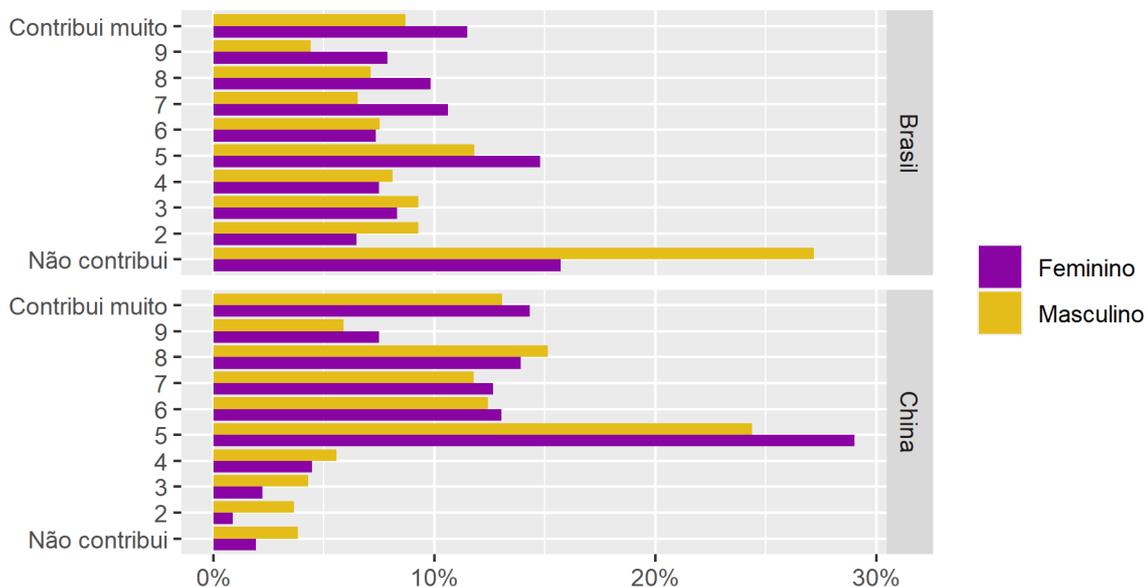


Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cycra.

Fonte: Dwyer et al. (2016).

É possível observar também que, quando separados por gênero, no Brasil os homens mostraram maior taxa de respostas negativas, enquanto as mulheres apresentaram suas opiniões mais distribuídas. No caso da China, a maioria das opiniões se concentram nas categorias médias, no entanto é possível ver que as mulheres tendem a ter mais opiniões positivas que os homens, como pode-se observar no Gráfico 30.

GRÁFICO 30 – Contribuição do Brasil e da China na preservação do meio ambiente (de acordo com gênero)

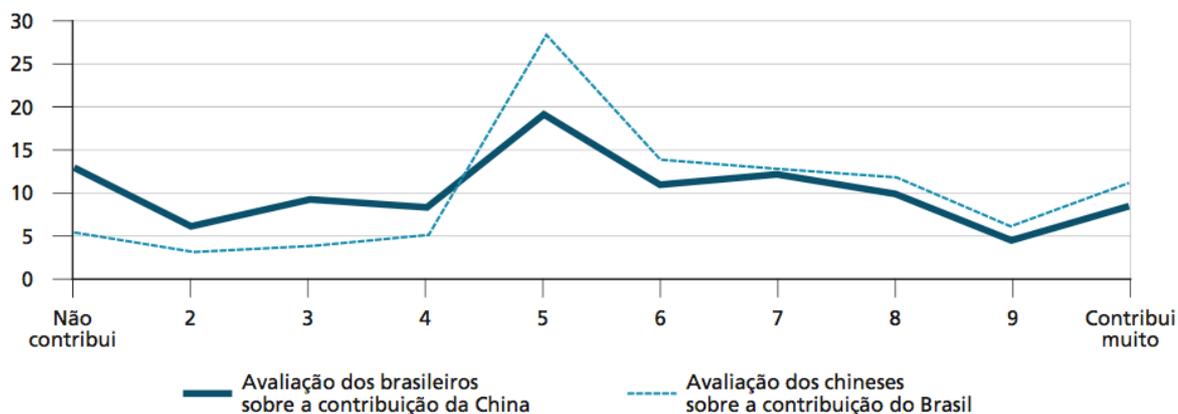


Fonte: Dwyer et al. (2016). Elaborado pela autora.

Construir uma cooperação na área ambiental entre Brasil e China não depende somente dos seus valores ambientais, mas também da sua percepção em relação à contribuição do parceiro na construção de um futuro compartilhado. Quando perguntados sobre a contribuição na promoção da paz mundial, novamente os chineses têm uma percepção mais positiva em relação a dos brasileiros, como podemos observar no Gráfico 31.

GRÁFICO 31 – Contribuição do Brasil e da China na promoção da paz mundial

Contribuição do Brasil e da China na promoção da paz mundial
(Em %)

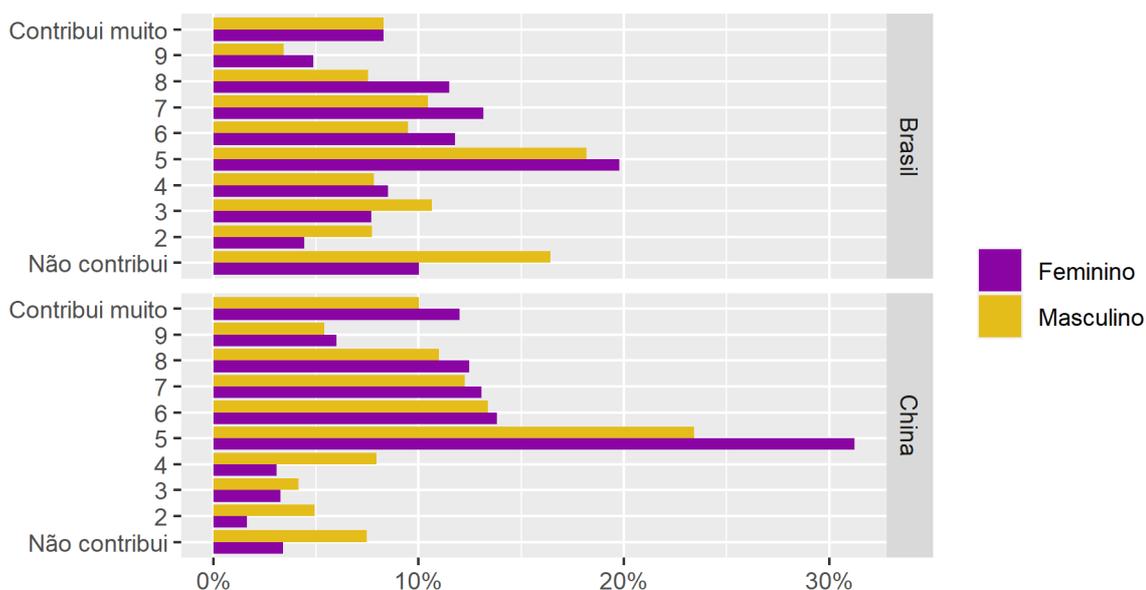


Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cyra.

Fonte: Dwyer et al. (2016).

Quando divididos por sexo, pode-se observar no Gráfico 32 que em ambos os países os homens têm maior presença nas categorias negativas em relação às mulheres.

GRÁFICO 32 – Contribuição do Brasil e da China na promoção da paz mundial (de acordo com gênero)

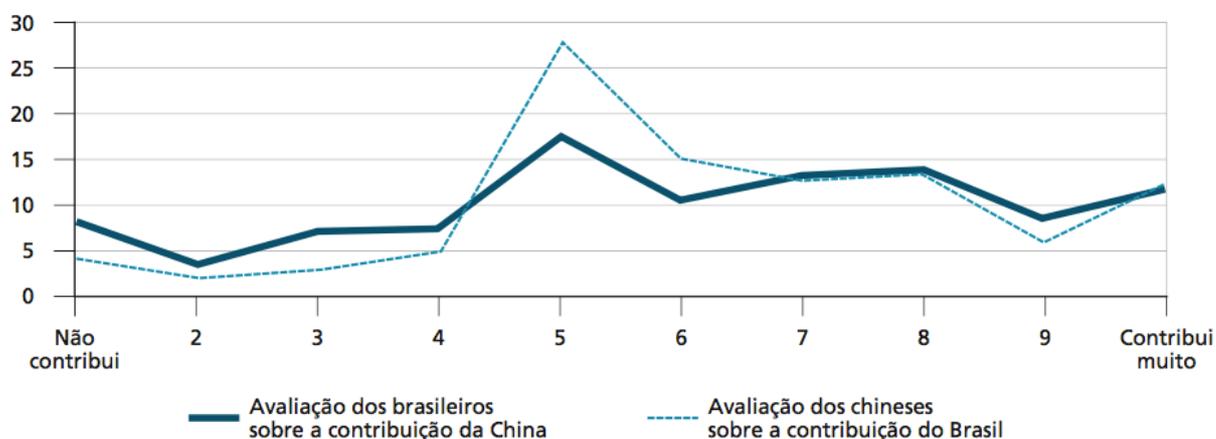


Fonte: Dwyer et al. (2016). Elaborado pela autora.

Finalmente, quando perguntados sobre suas percepções sobre a contribuição do Brasil e da China na integração e cooperação entre os povos, a maioria dos estudantes brasileiros e chineses novamente escolheram as categorias mediana. No entanto, em relação às duas questões anteriores, as respostas que se encontram no extremo positivo estão mais próximas entre brasileiros e chineses, como se pode observar no Gráfico 33.

GRÁFICO 33 – Contribuição do Brasil e da China na integração/cooperação entre os povos

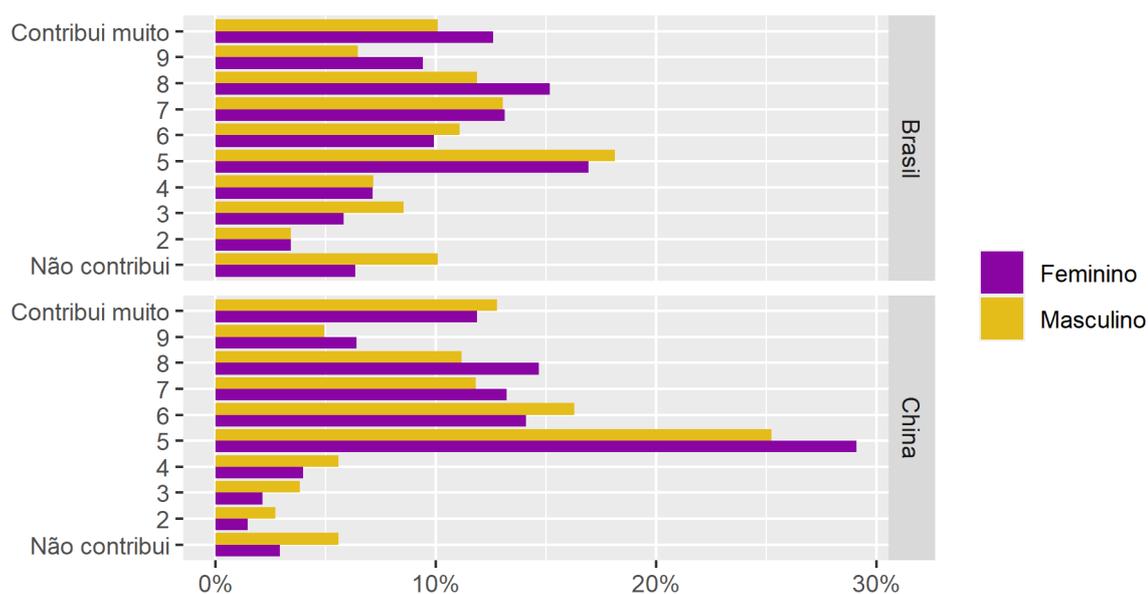
Contribuição do Brasil e da China na integração/cooperação entre os povos
(Em %)



Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cyra.

Fonte: Dwyer et al. (2016).

Quando divididos por sexo, pode-se observar a concentração das respostas de homens e mulheres na China nas categorias de avaliação média, enquanto as respostas brasileiras estão mais distribuídas e novamente os homens estão mais presentes dentre as categorias de percepção negativa em relação à China, como se pode observar no Gráfico 34.

GRÁFICO 34 – Contribuição do Brasil e da China na integração e cooperação entre os povos (de acordo com gênero)

Fonte: Dwyer et al. (2016). Elaborado pela autora.

No entanto, ainda se faz necessário aprofundar essa discussão com pesquisas qualitativas, onde se possa analisar com mais profundidade as nuances do discurso e investigar quais questões estão envolvidas nas imagens que os chineses possuem do Brasil e dos brasileiros em relação à China (HASE-UETA, 2015). Além disso, a repetição deste survey na China e no Brasil permitiria verificar de que forma os valores da juventude em relação às pautas ambientais e o consumo mudariam no decorrer do tempo. A replicação deste survey com jovens universitários em outros países em desenvolvimento também traria grandes contribuições para se pensar os valores da juventude, e de meu interesse a questão do meio ambiente e consumo de maneira mais ampla.

Quem sabe, pode-se ao longo do tempo, contribuir para alcançar o entendimento destacado por Ferreira (2017), “somente a partir de uma experiência comum, criada a partir do diálogo aberto, e de um critério de justiça climática, pautado na diversidade e na diferença, que o debate tende a avançar para uma ação histórica comum” (FERREIRA, 2017, p. 268). À luz de tal entendimento, considero fundamental o fortalecimento do debate a respeito das convergências entre valores e práticas de consumo ambientalmente orientados dentre a camada social da juventude, a fim de que se abram possibilidades de diálogo e entendimento entre os países em desenvolvimento, bem como aponte caminhos políticos de soluções conjuntas.

CAPÍTULO 5 – CAMINHOS EM DIREÇÃO A ALIMENTAÇÃO SUSTENTÁVEL: VEGETARIANISMOS NO BRASIL E NA CHINA

À luz do grande impacto ambiental do consumo alimentar, o caminho em direção a transformação para sistemas alimentares mais sustentáveis deve considerar as interseccionalidades e contextos de desigualdade em que os sujeitos envolvidos estão inseridos. De acordo com Motta (2021), as pesquisas sobre movimentos sociais e iniciativas alimentares contribuem para a compreensão de processos de mudança social na medida em que identificam dinâmicas de desigualdade nos sistemas alimentares e contribuem para a sua transformação.

Food reaches daily mass media and public conversations, and increasingly becomes a marker of political positioning, especially amongst the youth, such as in recent debates about meat consumption and climate change. Citizens are not only talking about food and changing their individual eating behaviours due to political and ethical considerations, they are establishing collective ways of promoting alternative relations of food production, distribution, preparation, consumption and waste (MOTTA, 2021, p. 604).

Considerando o alto consumo de carne no Brasil e na China, se faz necessário pesquisar a perspectiva dos consumidores para investigar seus valores e motivações, como aponta Barone (2018) em sua pesquisa sobre a percepção do consumidor sobre sustentabilidade e educação através da alimentação. A pesquisadora destaca a pequena expressividade das ideias relacionadas aos aspectos econômico e social em relação aos conceitos de sustentabilidade e alimentação sustentável. Em relação ao consumo de carne, os entrevistados não se mostraram muito dispostos a mudar seu comportamento e não apresentaram saúde nem meio ambiente como motivações para reduzir o consumo. Ela conclui então que é necessário investir na educação alimentar e em mais pesquisas da perspectiva dos valores dos consumidores para assim trabalhar em estratégias de comunicação mais eficazes.

No entanto, é necessário fazer uma reflexão crítica sobre o acesso à informação como desencadeador direto e único da mudança de comportamento (GUTHMAN, 2008). Motta (2021) alerta que novas formas de distinção social surgem a partir destas novas tendências de consumo ético e político, onde "comida boa" é associada ao acesso à informação e renda elevada. Na compreensão das práticas ligadas à sustentabilidade, é preciso ir além da compreensão individualizada da mudança de comportamento e entender que estes sujeitos constroem seus valores e

práticas de consumo alimentar para além da escolha baseada em uma análise de custos e benefícios, ou seja, comer também é cultural.

Frente aos desafios da equação alimentação X sustentabilidade, ganham visibilidade e força movimentos que pregam a redução do consumo de carne como resposta às mudanças climáticas. Diante das profundas incertezas da Sociedade de Risco, a dieta vegetariana emerge como uma categoria racionalizada weberiana e pragmática de se dedicar ao meio ambiente. O consumo vegetariano representa na vida dos sujeitos o processo de racionalização em relação à sua alimentação, onde o ato de comer se torna previsível e controlado (RITZER, 2000) de acordo com a identificação de maneira objetiva (não possuir carne / não possuir qualquer produto de origem animal), e também pode ser quantificado em relação ao impacto ambiental dos alimentos (os vegetarianos que escolheram esta dieta por questões ambientais se preocupam em consumir alimentos com menor pegada de carbono e hídrica). A questão vegetariana se consolida também como o que caracterizamos como um fenômeno de consumo que emerge nas áreas urbanas que nem sempre exige o conhecimento das origens dos alimentos. Outras categorias – como produção local, fair trade, alternativo – dependem do contexto e é necessário ter conhecimento sobre o seu processo de produção e distribuição, por exemplo, o que consiste na categoria "local", ou seja, até onde vai a área de abrangência da esfera do "local" de produção de acordo com os diferentes produtos (ALLEN; WILSON, 2008).

As identidades alimentares estão permeadas e muitas vezes se confundem também com identidades morais, principalmente os estudantes brasileiros demonstram que as questões morais e políticas eram centrais na definição de suas dietas. No entanto, estes diferentes significados em torno da questão vegetariana podem muitas vezes levar à confusão, e o desenvolvimento de pesquisas no longo prazo demanda uma definição concreta e objetiva do que se está pesquisando. Para além dos vegetarianos e veganos, novas categorias de consumidores (baseada em padrões alimentares) têm surgido, como os "Flexitarianos" (pessoas que tentam reduzir o consumo de carne) e "Climatonívoros" (pessoas que seguem uma dieta que é positiva para o meio ambiente), porém é necessário esclarecer que estas são categorias ligadas aos valores dos consumidores e não ao consumo em si: um sujeito que se define como flexitariano pode estar habituado a consumir carne todos os dias e a sua redução poderia ser de

7 para 5 vezes por semana, enquanto outro sujeito resolve reduzir para apenas uma refeição por mês; em relação aos climatonívoros, alguns podem prezar pela sazonalidade dos alimentos, e outros pela redução do consumo de carne.

Portanto, estas categorias trazem importantes contribuições em relação aos modelos de relacionamento entre valores e o que estão presentes na mesa de jantar, mas ainda não avançaram suficientemente na definição de operacionalizar quais são seus objetivos e em relação a definir o que exatamente eles estão medindo. “Climatonívoro” e “Flexitariano” são nomenclaturas que definem valores e não necessariamente práticas. Enquanto vegetariano e vegano são conceitos mais claros que definem a escolha pelo não consumo de carne e de produtos animais respectivamente, as pessoas que adotam valores “climatonívoros” e “flexitarianos” mostram engajamento com a questão ambiental em sua interface do consumo alimentar, porém não há consenso sobre as quantidades e “regras” que os pertencentes a estes grupos adotam. Desta forma é mais uma auto-intitulação do que um grupo de pertencimento propriamente dito, em vistas de que estas identidades raramente promovem a organização de grupos identitários com ações articuladas. Como conclusão, na minha pesquisa eu optei pela categoria objetiva de “não consumidores de carne” independentemente de como estes definiam (ou não) a sua identidade em torno disso. A maioria dos estudantes se definiram como vegetarianos ou veganos (na China alguns alunos apresentaram a categoria “pure-vegetarian” que seria um vegano que também não consome alho e cebola).

As dietas vegetarianas e veganas ganham nova força dentro do contexto de dietas sustentáveis, devido a pegada de carbono e hídrica da carne, em especial a carne bovina, que tem um impacto ambiental elevado em comparação aos produtos vegetais. Essas dietas têm sido associadas ao consumo de alimentos de menor impacto ambiental, como calcula Heller e Keoleian (2014) que no contexto dos Estados Unidos, a dieta onívora seria responsável pela emissão de 5kg de gases do efeito estufa ($\text{CO}_2\text{eq capita}^{-1}\text{day}^{-1}$) e a dieta ovolactovegetariana emitiram 33% e a vegana 53% menos gases do efeito estufa. Dentre os diferentes movimentos associados ao não consumo de carne ao redor do mundo, se destacam historicamente aqueles associados à religiões asiáticas (como o budismo e hinduísmo), o movimento sobre consumo ético (SINGER, 1973) e o movimento de direitos dos animais e os relacionamentos inter-especies (INGOLD, 2013). Estes movimentos têm sido apropriados e ressignificados e também agregaram novas

pautas como a questão racial (CARMO, 2019), a questão da segurança alimentar (YAN, 2012) e também a questão da saúde planetária no combate a zoonoses e propagações de pandemias.

Dentre as práticas relacionadas à adoção de dietas sem carne se destacam duas estratégias: (1) a adesão a plant-based meat (carne de origem vegetal) na substituição de carne na dieta e (2) as estratégias de exclusão de carne e seus simulacros (qualquer alimento que tente se aproximar da experiência de consumo de carne).

A primeira questão se apresenta como um mercado global em crescimento, com opções cada vez mais acessíveis ao consumidor. As "carnes falsas" possuem uma longa tradição na China na culinária budista que é majoritariamente vegana. De acordo com Pu Chengzhong (GOLDTHREAD, 2020) as imitações de carne feitas com vegetais (fake meat ou plant-based meat) se originaram no contexto chinês nos monastérios budistas e serviam como um substituto da carne para servir para visitantes ou monges em transição para o vegetarianismo. Segundo Xiaolian, uma das alunas entrevistadas, os monges de tradição budista chinesa acreditam que no ato de comer esses pratos que parecem carne, mas são produzidos só com vegetais é uma metáfora da mediação entre o mundano (o prato com carne) e o espiritual (a maneira de preparo da refeição sem envolver nenhum elemento que tenha sofrido). As "carnes" feitas com produtos vegetais que antes faziam parte de um consumo de nicho, hoje são destino de grandes investimentos tecnológicos que levaram a produção industrial e ao acesso ao mercado de massas, fazendo com que este mercado seja avaliado em 2019 em US\$4,5 bilhões de dólares e em franca expansão, com o investimento de grandes companhias como a JBS Friboi (GFI, 2020). Além disso, soma-se a esta questão a carne feita em laboratório (lab meat), que ainda se encontra em fase de testes e está disponível – em julho de 2021 – para o consumidor em apenas um restaurante em Cingapura.

A presente pesquisa reconhece as diferentes respostas dos consumidores às questões ambientais, porém pretende ter como foco as narrativas através das quais os sujeitos constroem sua transição para uma dieta sem carne e como isso é entendido e questionado pelas suas redes de sociabilidade, com foco na família. É importante ressaltar que os sujeitos que eu entrevistei fizeram a escolha de parar de

comer carne, ou seja, o motivador da adoção deste tipo de dieta não foi a falta de poder aquisitivo ou dificuldade de acesso.

Esta pesquisa tem como foco duas regiões metropolitanas, Xangai na China e Campinas no Brasil, em vistas de que o processo de urbanização está ligado à melhores condições de vida e mudança dos padrões de consumo alimentar, principalmente da proteína animal, as grandes cidades se tornam espaços importantes de emergência de novas dietas. O foco da presente pesquisa é a intencionalidade e a agência presentes na escolha de não se consumir carne. Não foram considerados os sujeitos que não consomem carne por falta de acesso, os "vegetarianos involuntários" (HARRIS, 1998). Estes ainda têm sua imagem muito vinculada à zona rural, que ainda concentra uma grande parcela da população pobre e onde a insegurança alimentar ainda pode ser mais severa (GALINDO et al., 2021), esta questão pode ser observada em ambos os países.

Dentro da questão alimentar, o vegetarianismo se apresenta de maneira ambivalente: de um lado representa a hiper-racionalização da escolha do consumo alimentar, onde cada ato pode ser planejado em vistas do impacto que este venha a causar, e de outro lado, estas escolhas se inserem em uma narrativa maior – que apesar de não religiosa na presente pesquisa – é englobante no sentido de guiar comportamentos cotidianos dando significado à vida. Mary Douglas e Baron Isherwood (2006) apresentam categorias que também podem ser usadas para pensar o consumo alimentar no contexto do Brasil e da China: hedonista, no sentido da valorização e status do consumo de carne; moralista, no sentido que este consumo também está envolvido com a moral e consciência em relação ao meio ambiente; e naturalista, no sentido que este consumo também vem satisfazer o desejo de consumir carne do qual parcela da população era privada no passado. A seguir apresentarei um breve panorama do contexto vegetariano na China e no Brasil. Escolhi o termo vegetariano, porque este englobaria diferentes tipos de vegetarianismos apresentados pelos entrevistados, como o veganismo e o ovolactovegetarianismo.

5.1 Contexto vegetariano no Brasil

Em um país onde o consumo e a produção de carne ocupam lugares de prestígio, as pesquisas e as estatísticas sobre a comunidade vegetariana ainda são

escassas e altamente contestáveis. Segundo o IBOPE, 14% da população brasileira se declarou vegetariana em 2018, o que estima-se que chegue a 30 milhões de brasileiros. A pesquisa ainda afirma que nas regiões metropolitanas de São Paulo, Curitiba, Recife e Rio de Janeiro este percentual subiu para 16%. Essa estatística representa um crescimento de 75% em relação a 2012, quando a mesma pesquisa indicou que a proporção da população brasileira nas regiões metropolitanas que se declarou vegetariana era de 8%. Outra pesquisa do DATAFOLHA de 2017 também indicou que 63% dos brasileiros gostariam de reduzir o consumo de carne.

Mais recentemente, uma pesquisa planejada pelo Good Food Institute Brazil (GFI, 2020) e executada em parceria com o IBOPE em 2020 mostra que 50% dos 2000 entrevistados (de todas as classes sociais e regiões do país, sendo homens e mulheres a partir de 18 anos selecionados intencionalmente por cotas de gênero, idade e regiões do país) afirmaram que estavam consumindo menos carne em relação ao mesmo período no ano anterior. Essa descoberta foi celebrada no relatório como uma vitória das dietas sustentáveis rumo a diminuição de proteína animal e substituição por produtos plant-based.

No entanto, em um contexto desigual como o brasileiro, é preciso interpretar este dado de forma crítica. Outro relatório do mesmo ano que investigou o efeito da pandemia na alimentação do brasileiro (GALINDO et al., 2020) mostra que 44% dos entrevistados relataram a redução do consumo de carne e foi verificado um aumento de 18% nos preços da carne. Os pesquisadores contextualizam estes dados num país onde 59,4% das famílias pesquisadas se encontram em situação de insegurança alimentar (31,7% leve, 12,7% moderada e 15% grave) durante a pandemia. Quanto menor a renda per capita do domicílio, maior era a insegurança alimentar: dentre os que possuíam renda per capita por domicílio de até R\$ 500, 71,4% se encontravam em situação de insegurança alimentar; dentre os que possuíam renda de R\$ 501,00 até R\$ 1000,00 43,9% se encontravam nesta situação; e dentre os que possuíam renda acima de R\$ 1000,00 26,5% se encontravam na mesma situação. A pesquisa apontou também que 85% dos entrevistados reduziram o consumo de alimentos saudáveis em sua dieta neste período. Desta forma, conclui-se que os dados brasileiros de consumo alimentar, especialmente os alimentos de valor alto como a carne, devem sempre ser entendidos dentro do seu contexto e considerando a intencionalidade como um marcador central nestas pesquisas.

A pesquisa do GFI (2020) falha ao interpretar os dados de consumo sem considerar se os sujeitos estão escolhendo deixar de comer carne ou se estão perdendo o acesso ao alimento devido à situações ligadas à insegurança alimentar. Em contraposição, o estudo de Galindo et al. (2020) aponta para a necessidade de compreender os dados sob uma perspectiva interseccional de desigualdades. Desta forma, é preciso entender que a questão do não-consumo de carne nem sempre é uma escolha e nem todos se reconhecem como vegetarianos ou veganos. Esta problemática complexifica a definição de vegetarianos ou veganos como aqueles que não consomem carne, porque os "vegetarianos involuntários" não apresentam comprometimento com nenhuma causa e a redução ou ausência do consumo não são intencionais, porque uma vez que se possuam as condições, é do desejo deste grupo voltar a consumir carne. Logo, este grupo deve ser entendido dentro do seu contexto de vulnerabilidade e insegurança alimentar, e não celebrado como novos integrantes do movimento vegetariano. A Vegan Society define veganismo como "um modo de viver (ou poderíamos chamar apenas de "escolha") que busca excluir, na medida do possível e praticável, todas as formas de exploração e crueldade contra os animais – seja na alimentação, no vestuário ou em outras esferas do consumo" (SVB, 2020) e desta forma a esfera da "escolha" é reconhecida e reafirmada.

A Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB, 2020) apresenta como principais modalidades: (a) Ovolactovegetarianismo: utiliza ovos, leite e laticínios na sua alimentação; (b) Lactovegetarianismo: utiliza leite e laticínios na sua alimentação; (c) Ovovegetarianismo: utiliza ovos na sua alimentação; (d) Vegetarianismo estrito: não utiliza nenhum produto de origem animal na sua alimentação (também conhecido como veganismo).

Porém, Niederle e Schubert (2020) afirmam que o veganismo vai além da questão do não-consumo de carne e envolve práticas de diversas esferas dependendo de como cada indivíduo reconhece sua inserção no movimento. Desta forma é difícil apreender os sentidos de um grupo tão heterogêneo quanto os vegetarianos no Brasil.

Gostaria também de destacar outro trabalho que se dedicou à investigação de um recorte dentro do movimento e puderam contribuir de maneira bem-sucedida à discussão. Carmo (2019) discute a questão do ativismo através das interseccionalidades de raça e gênero, trazendo diferentes nuances a um movimento

que tem sua imagem muitas vezes associada ao elitismo. Já o foco de Niederle e Schubert (2020) foi nos restaurantes veganos e seus consumidores, investigando a relação com a pauta dos sistemas alimentares sustentáveis. Os autores propõem 3 categorias de identidade política dentre os vegetarianos/veganos:

Pragmatic vegans would be those concentrating their focus on spread the ethics of “animal welfare” and are not firstly concerned about human health, sustainability, or any other political agenda. In turn, political vegans would be engaged in “animal rights” campaigns and, generally, would associate veganism with other social movements’ repertoires of action. Finally, pro-human vegans would be the actors whose main conception of veganism privileges a healthier diet for the human animals. In other words, as one of our informants told us, these actors are less interested in “animal rights” than in the “vegans’ right” to eat healthy food (NIEDERLE; SCHUBERT, 2020, p. 307).

Outra dificuldade que se impõe em relação ao estudo deste grupo é que nem todas as pessoas que adotam uma dieta vegetariana, se consideram parte do movimento vegetariano/vegano. Na presente pesquisa, apenas uma pequena minoria dos estudantes se considerava parte do movimento vegetariano e/ou havia sido influenciado por organizações vegetarianas/vegasas como a Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB).

5.2 Contexto vegetariano na China

As práticas vegetarianas no contexto chinês datam do período imperial e tem suas raízes em questões religiosas e espirituais. Em relação à questão religiosa, o budismo não implicava em uma dieta vegetariana originalmente (KIESCHNICK, 2005), mas vários grupos de discípulos começaram a adotar esta dieta, e uma das primeiras menções à dieta vegetariana apareceu na Mahayana Sutra no século II e argumentava pela compaixão aos seres incluindo os animais. Na China no século VI, o Imperador Wu da Dinastia Liang adotou o budismo como sua religião e reuniu milhares de monges e monjas para discutir sobre a questão do consumo de carne nesta tradição. Apesar de discordância e controvérsias, o Imperador Wu definiu que os monastérios da tradição budista na China adotariam a partir daquele momento uma dieta vegetariana.

De acordo com Goossaert (2005) o tabu do consumo de carne (牛戒 Niú jiè) foi importante no estabelecimento de comunidades no período imperial tardio, porque em torno deste tema convergiam questões éticas, práticas sacrificiais e

regras de pureza. Esta tradição também é associada a textos Taoístas (Daoístas) entre os séculos IX e XIII, onde o abate e consumo de carne de bois e búfalos é condenado, enquanto a prática de não consumir estes produtos é vista de forma moral e valorosa.

De acordo com a pesquisadora e chef Fuchsia Dunlop (2018), os chineses têm uma tradição intelectual que favorece o consumo de vegetais como uma alternativa reconhecida como sábia e saudável ao consumo de carne.

Gluttonous consumption of meat has always been regarded as unhealthy. Men of letters have traditionally viewed carnivorous excess as vulgar or even depraved; Confucius is said to have eaten meat only in moderation. In the 17th century Li Yu, a writer, suggested that eating vegetables brought people closer to a state of nature: 'When I speak of the Tao of eating and drinking, finely minced meat is not as good as meat in its natural state, and such meat is not as good as vegetables in terms of the closeness of each to nature.' A preference for wild foods, vegetables and modest consumption of meat has long been understood as a sign of cultivation (DUNLOP, 2018).

A importância que o consumo de carne adquiriu no contexto chinês deve ser entendida também através de sua construção histórica. Dubois (2021) investigou o consumo de carne no começo do século XX examinando os surveys de preço desenvolvidos por autoridades consulares japonesas nos anos 1920, as estatísticas de abatedouros e produtos animais na metade dos anos 1930 e estudos nutricionais entre os anos 1920 e 1940. O autor argumenta que há uma percepção histórica geral de que a dieta chinesa era vegetariana, seja por convicção moral ou em função da pobreza. Documentos de viajantes na época relataram que a alimentação nesta época raramente incluía carne, o que foi evidenciado por um estudo minucioso em 1912 sobre o mercado global de carne que rejeitava a possibilidade de exportar carne para o país por o considerar "vegetariano, ou muito pobres para consumir carne" (DUBOIS, 2021).

Já em outras fontes literárias da época, foi possível ver relatos onde a carne é considerada uma parte integral da saúde e cultura culinária do país. O autor concluiu que ambos os lados, de um lado uma China majoritariamente vegetariana e de outro lado como entusiasta do consumo de carne, podem estar corretos sem necessariamente serem representativos da nação como um todo. Ele chama a atenção para a diversidade regional do país, onde a agricultura e pecuária eram realizadas de forma local, sazonal e estava vulnerável a mudanças a cada ano, afetando o seu preço e sua disponibilidade. Apesar das desigualdades entre as

províncias, um survey de 1922 mostra que para consumidor chinês de classe média, o consumo de carne representava apenas 2% de sua dieta por peso, enquanto este valor para um consumidor americano era de 18%. É importante evidenciar também que o aumento do consumo de carne já naquela época era associado com maiores rendas.

As culturas alimentares precisam ser entendidas dentro de seus contextos históricos, porque longe de serem estáticas, estas estão sempre se transformando e alimentos vão adquirindo novos significados. Um exemplo importante no contexto chinês foi a repercussão global do livro "The Chinese Study" de Campbell (2005) que se tornou best-seller nos Estados Unidos e foi adotado por várias celebridades, como o ex-presidente Bill Clinton, e contribuiu para a associação da dieta chinesa com o vegetarianismo. Dentre outras questões, este livro associou o baixo consumo de carne à uma cultura alimentar intrinsecamente chinesa e concluiu que seus dados epidemiológicos mostrariam que esta estaria correlacionada a menor incidência de câncer nos indivíduos.

No entanto, esta pesquisa falha ao considerar estes indivíduos fora de seus contextos históricos e reduzi-los apenas a valores de consumo nutricional. Este estudo se baseou em dados de 1973-1984 de um estudo chinês retrata a realidade durante a Era Mao, onde o consumo alimentar não era baseado na possibilidade de escolha ampla dos alimentos, esta dependia da disponibilidade escassa de alimentos, dentre eles a carne. Além disso, os dados foram coletados em um estudo que não tinha como objetivo original comparar diferentes dietas, este recorte foi atribuído por Campbell ao interpretar os dados a partir do seu recorte de pesquisa.

Desta forma, é importante considerar que enquanto os dados quantitativos nos ajudam a compor uma estimativa do consumo em determinada época, ainda não nos permite entender com clareza os valores, preferências, motivações e costumes em torno deste consumo. No presente trabalho, me dediquei à análise de dados qualitativos para entender de que forma os sujeitos entendem o consumo alimentar dentro de suas próprias narrativas históricas e de que forma determinados elementos como a carne traduzem aspirações e se tornam objetos de status.

A cultura alimentar deve ser entendida de maneira mais ampla através do olhar daqueles que a compõem: é importante considerar a alimentação como uma ação social (SCHUTZ, 2012) e investigar que o que estes sujeitos consomem está

permeado por um contexto de desigualdades e interseccionalidades (MOTTA, 2021), e entender para além do que estes sujeitos consomem, o que eles gostariam de consumir quando tiverem a possibilidade da escolha.

De acordo com Dunlop (2018) a culinária e a dieta chinesa se construíram em torno dos alimentos que estavam disponíveis nos determinados contextos geográficos e históricos:

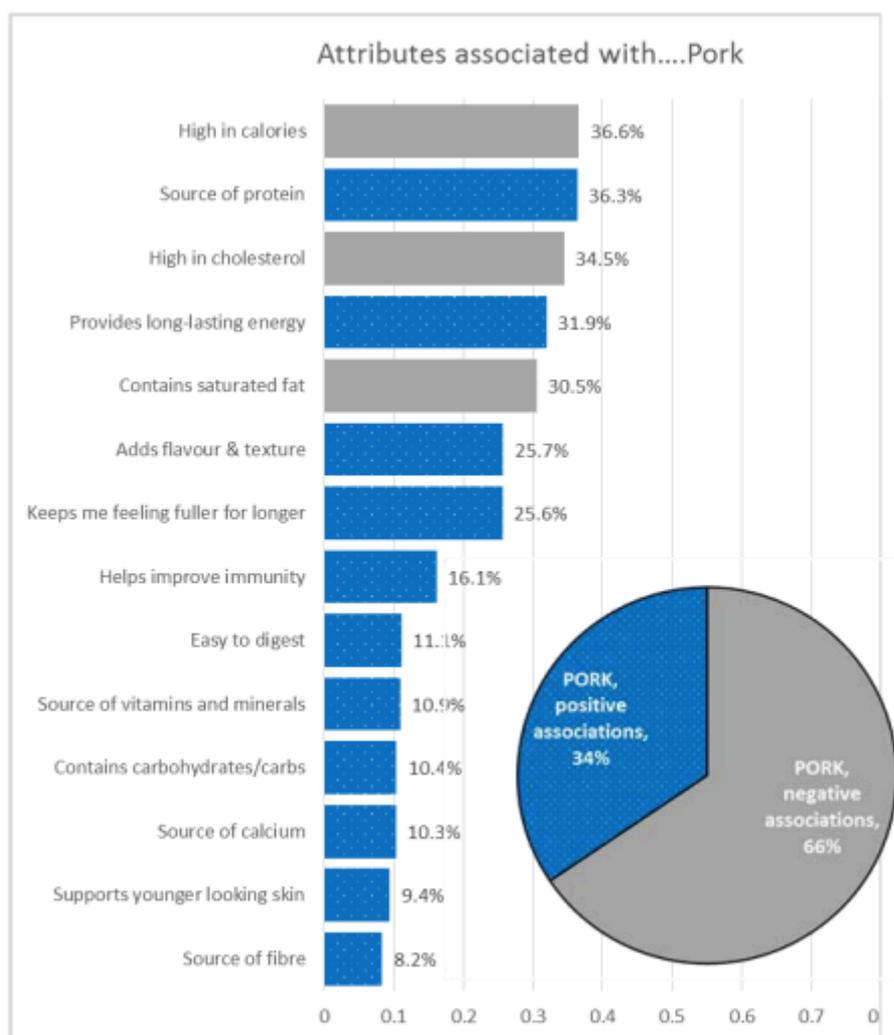
Outside Buddhist monasteries, strict ideological vegetarianism (sushi zhuyi) or veganism is rare in China, but a more flexible, intermittent vegetarian eating (sushi) is deeply entrenched in Chinese food culture. Until recently, most Chinese people couldn't afford to eat much meat anyway – and, with a few exceptions, dairy foods have been largely absent from Chinese diets. Although meat is adored and a feast without it is almost unthinkable, Chinese people typically eat far more vegetables and much less meat than is usual in the West. Meat, lard or stock are used in small quantities to enrich dishes that are otherwise vegetable-led. Tofu has never been stigmatised as a mere substitute for meat and is a central part of Chinese diets. Fermented bean products such as soy sauce can lend rich savoury tastes to vegetable dishes.

A China se tornou o maior consumidor de carne do mundo em números absolutos devido também à sua dimensão populacional. Mas em relação ao consumo per capita de carne, a China ainda não se encontra entre os maiores consumidores: em 2017, o consumo na China foi de 60,59 kg/per capita/ano, enquanto no Brasil foi de 99,83 kg/per capita/ano (RITCHIE; ROSER, 2017). Este crescimento na China começou nos anos 1980, quando o consumo per capita por ano de um indivíduo chinês era de apenas 13,62kg (DUBOIS, 2021). Este período é caracterizado pela abertura no país, e no contexto alimentar é importante lembrar do advento da Grande Fome no final dos anos 1950.

Estima-se que em torno de 50 milhões de pessoas, ou seja 3,6% da população chinesa seja vegetariana. Porém a dieta que antes era associada à questão religiosa, hoje ganha novos significados como o ambiental. Em 2016 o governo chinês publicou uma recomendação de que 50% do consumo pessoal de carne seja reduzido até 2030 para reduzir a emissão de carbono do país. Apesar do consumo per capita de carne ainda não estar atrás de países como Estados Unidos, Austrália e Brasil, a China é responsável pelo consumo de 28% da carne mundial, incluindo 50% quando se trata de carne de porco. Este processo permite novos hábitos alimentares e produtos emergem como o mercado de "plant-based meat" que foi avaliado em RMB 6.12 billion (US\$910 million) em 2018.

Um estudo sobre o mercado alimentar na China conduzido pela Mintel e pelo New Zealand Institute of Plant and Food Research (PHELPS, 2018) entrevistou 2000 consumidores de grandes centros urbanos chineses e mostrou que a questão ambiental passa a ter importância nos valores que guiam o consumo alimentar. Frente a recentes escândalos de segurança alimentar (YAN, 2012), as prioridades dos consumidores ainda são a segurança e a questão da saúde. Porém, 42% dos entrevistados disse que procuram alimentos que sejam positivos para o meio ambiente, onde o consumo de carne é marcado como um dos principais alimentos que geram impacto negativo. Dentre os respondentes, 39% reportou diminuição no consumo de carne (porco, aves e carne vermelha) em relação ao mesmo período do ano anterior. A maioria da redução se concentra no consumo de carne de porco, o relatório apresenta a questão da saúde associada a esta redução, porém esta pode também ser associada aos casos de zoonoses envolvendo criações de porcos nos anos que antecedem a pesquisa. Dentre os atributos associados ao consumo de carne de porco, 66% foram associações negativas, enquanto somente 34% foram positivas, como pode-se observar na Figura 2. Na figura também pode-se observar que o atributo negativo de maior incidência foi o "altamente calórico" enquanto o atributo positivo foi "fonte de proteínas".

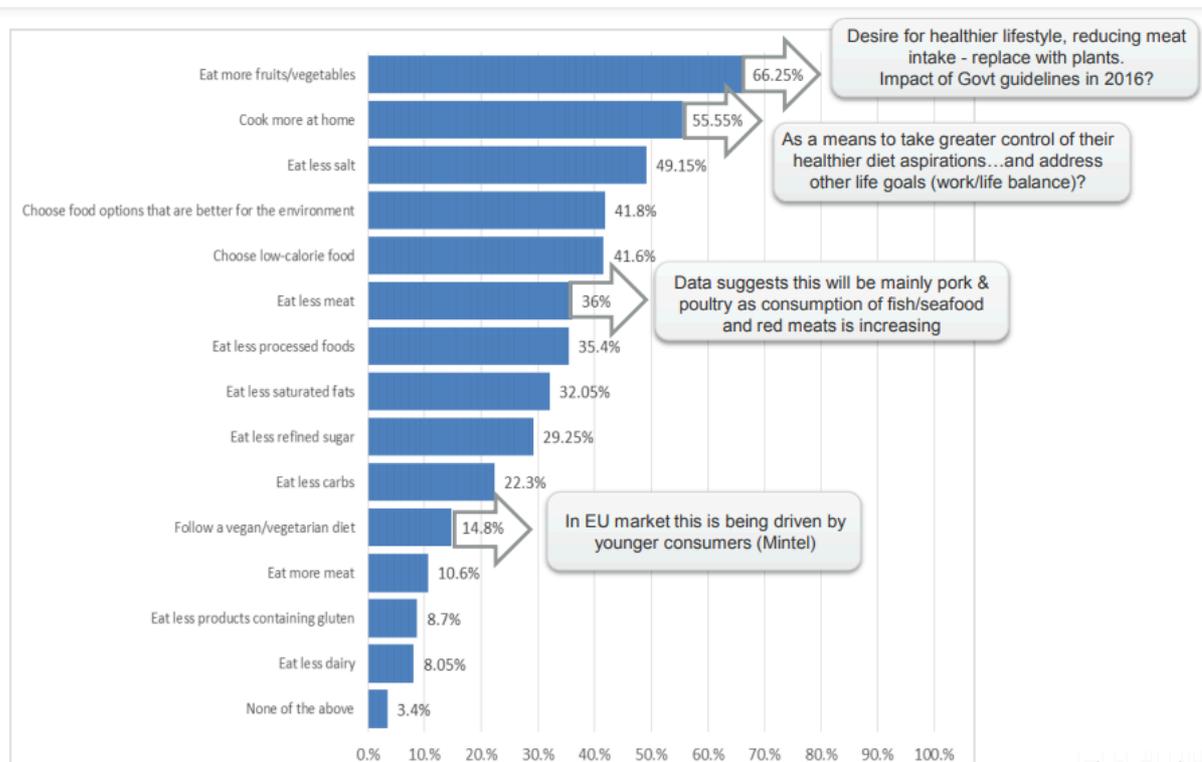
FIGURA 2 – Atributos associados ao consumo de carne de porco



Fonte: Phelps (2018).

Quando perguntados sobre o futuro, a questão da redução do consumo de carne aparece em 6ª posição e seguir uma dieta vegetariana aparece na posição 11ª, como pode ser observado na Figura 3.

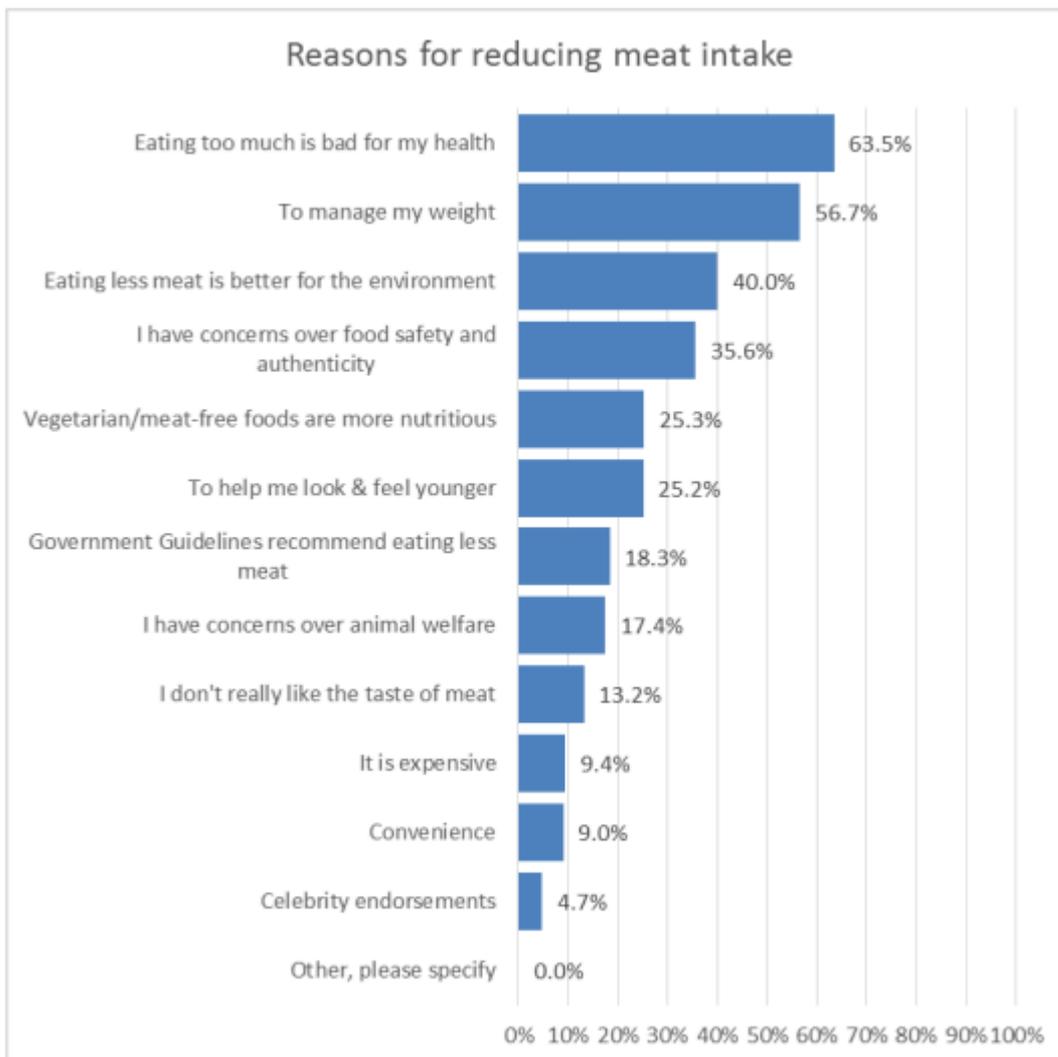
FIGURA 3 – Pensando no futuro, qual das seguintes alternativas você planeja colocar em prática nos próximos 12 meses?



Fonte: Phelps (2018).

Dentre os que responderam que gostariam de reduzir o consumo de carne, ao serem perguntados sobre que razões motivariam esta redução, o primeiro lugar foi atribuído aos benefícios para a saúde; em segundo lugar a redução de peso; e em terceiro lugar o impacto positivo no meio ambiente, como pode-se observar na Figura 4.

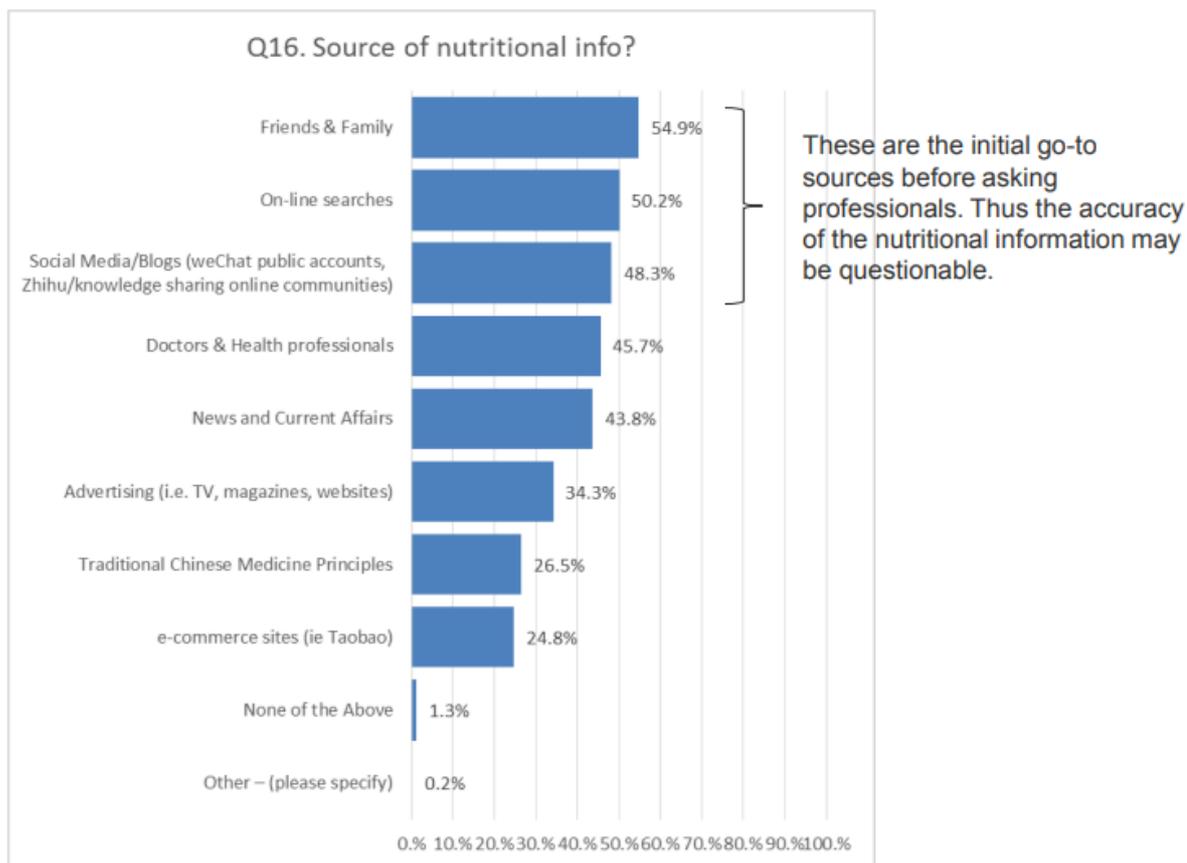
FIGURA 4 – Por que você está considerando reduzir, ou já reduziu a quantidade de carne que você come atualmente?



Fonte: Phelps (2018).

Apesar dos dados quantitativos oferecerem uma visão macro sobre os consumidores na China, ainda são escassas as pesquisas que se dedicam a entender a questão de forma qualitativa destes como sujeitos dotados de agência.

Outra questão interessante presente nesta pesquisa é o acesso a comunicação, que também pretendo discutir com os dados das entrevistas. Ao serem perguntados sobre quais são os meios pelos quais estes procuram informação sobre o que consomem, as opções mais escolhidas foram: amigos e família; pesquisa online; e mídias sociais, como mostra a Figura 5.

FIGURA 5 – De onde você obtém suas informações nutricionais/dietéticas?

Fonte: Phelps (2018).

Em relação aos estudos contemporâneos sobre vegetarianismo, a tese de Wang Yahong (2020) reconhece a longa tradição vegetariana ligada à questão religiosa, mas aponta para a falta de pesquisa empírica das práticas vegetarianas contemporâneas em contextos urbanos. A autora tem como foco a questão do corpo e as práticas que constroem uma identidade vegana diferente da experiência europeia e norte americana.

5.3 As entrevistas

As entrevistas procuraram investigar os valores envolvidos no consumo de alimentos entre gerações. Estes estudantes não consumidores de carne foram um ponto de convergência de discussões e foco de constante questionamento por parte de suas famílias e redes de amigos sobre o significado do consumo de carne e o valor que ela carrega.

Além dos valores ambientais, que são o foco da presente discussão, é importante apontar algumas das diferentes questões que também emergem nos discursos dos estudantes. Mesmo com os diferentes desenvolvimentos históricos e socioeconômicos que a China e o Brasil passaram, e reconhecendo que a cultura desempenha um papel importante na construção de valores e percepções sobre a comida, trago narrativas convergentes observadas nos dois estudos de caso. A grande maioria dos estudantes, especialmente os que tiveram que migrar de sua cidade natal para realizar seus estudos universitários em uma cidade diferente, tentaram, mas não conseguiram convencer suas famílias a se tornarem vegetarianas. Desta forma, os jovens mostraram-se críticos em relação ao "discurso do progresso" no qual se supõe que mais informações sobre o tema causariam automaticamente a mudança de comportamento (GUTHMAN, 2008). Segundo eles, não se trata apenas de ter informações, pois eles tentaram educar e convencer suas famílias e amigos sobre os impactos do consumo de carne, mas nem sempre foram bem sucedidos em mudar seus comportamentos.

Dentro da questão alimentar, é crucial entender esses sujeitos dentro do contexto histórico, onde a melhora de vida e o aumento do poder aquisitivo deram a eles a possibilidade de escolher o que se consome. No trabalho de campo a categoria aparentemente simples de "não-consumidores de carne" (também chamados de vegetarianos e veganos) se abre em um leque de sub-categorias, onde a identidade vegetariana ou vegana não dependeria apenas do não-consumo da carne, mas especialmente do poder de tomar esta decisão. Em uma das entrevistas da China, a entrevistada Lin relata.

Quando eu falo dos vegetarianos, eu me refiro àqueles que estão nas cidades, ou seja, àqueles que conseguem escolher o que se quer comer. Muitas das pessoas na área rural não têm o que comer direito, e não conseguem comprar carne. Estes são considerados apenas pobres, porque eles não têm escolha do que comer. Para ser considerado vegetariano de verdade, você tem que poder escolher ser vegetariano.

Neste relato fica claro que as categorias alimentares não estão apenas associadas ao consumo alimentar, mas também a possibilidade de escolha, onde o "vegetarianismo involuntário", ou seja, aquele que deriva da impossibilidade financeira de comprar carne, não faz parte da identidade vegetariana e é apenas associado à pobreza.

Nas próximas páginas apresentarei os dados obtidos durante as entrevistas no Brasil e na China em torno do (1) Perfil dos vegetarianos; (2) Narrativas de transição; (3) Redes de Sociabilidade; (4) Família; e (5) Perspectivas para o Futuro.

5.4 Perfil dos vegetarianos

No Brasil, os 23 entrevistados eram todos estudantes de graduação e pós-graduação da UNICAMP. Eles possuíam idade entre 19 e 31 anos e estavam residindo em Campinas no momento da entrevista. Procurei incluir estudantes oriundos de diferentes estados dentro do país. A maioria eram oriundos e residentes do Sudeste, mas 5 eram da região Nordeste (Espírito Santo, Pernambuco, Bahia e Sergipe), 1 da Região Sul (Paraná) e 3 do Centro-Oeste (Goiás).

Na China, o grupo vegetariano dentro da universidade ainda é muito pequeno, então entrevistei a comunidade vegetariana que era mais ativa em relação às atividades que os alunos organizaram e participaram. Além dos alunos de graduação e pós-graduação da universidade Fudan, faziam parte dessa comunidade colegas recém-graduados e amigos íntimos dos universitários. Eles possuíam idade entre 19 e 45 anos e estavam residindo em Xangai no momento da entrevista. Os entrevistados eram oriundos de Xangai, Guangxi, Fujian, Hebei, Jiangsu, Shandong, Liaoning, Anhui, e Hunan.

Apesar de buscar participantes de ambos os gêneros, tanto no Brasil quanto na China, a maioria dos participantes era composta por mulheres: no Brasil 14 dos 23 participantes eram mulheres, e na China 14 dos 18 entrevistados eram mulheres.

a) Entre o individual e o coletivo: o vegetarianismo é uma sala com muitas portas

Nesta questão eu procurei investigar se o ímpeto da decisão de mudança de comportamento teria uma motivação individual ou coletiva (como forma de ligação com o Outro). Dentre os entrevistados, a maioria respondeu que suas motivações para se tornarem vegetarianos foram compreendidas por eles como

coletivas. Dentre os principais motivos atribuídos estão: Bem-estar animal, Meio Ambiente, e Estilo de vida.

Beardsworth e Keil (1991) também já haviam identificado que a maneira que os sujeitos elaboram as suas narrativas de conversão para o vegetarianismo são normalmente permeadas por mais de uma motivação. Na presente pesquisa, eu tive como foco a primeira motivação dos sujeitos que os levou ao vegetarianismo. Uma estudante brasileira respondeu que *"o vegetarianismo é um quarto com muitas portas, você entra por uma porta que pode ser bem-estar animal, saúde, meio ambiente, etc.. e quando você adentra este quarto chamado vegetarianismo, você se dá conta de quantas pessoas diferentes estão neste mesmo quarto e que entraram por diferentes portas, e neste espaço você consegue também encontrar novas motivações para continuar no quarto"*.

É preciso compreender de que forma cada contexto entende as categorias como coletivas. No caso da China, a questão da religião e/ou da espiritualidade estavam combinadas com outras questões como saúde e meio-ambiente. A forma como os respondentes justificaram as suas escolhas é alinhada com a ideia das religiões budistas de não contribuir para a geração de mais sofrimento no mundo. A questão do sofrimento se conecta com as questões do meio ambiente e bem-estar animal, porque estes seriam o foco do sofrimento que se quer evitar. Por exemplo, ao não comer carne, se quer evitar que os animais sofram ao serem abatidos, e também se quer evitar que o planeta Terra sofra com o impacto ambiental negativo da produção pecuária. E desta forma, não contribuir para o sofrimento através destas cadeias é compreendido como benéfico para o espírito e levaria a um estilo de vida melhor.

De acordo com Wang (2020) a comunidade vegetariana observada em Pequim reportou a religião como um dos principais fatores para continuar uma dieta vegetariana. Porém a autora aponta que estes discursos não estão exclusivamente ligados à tradição budista, eles se conectam e se confundem com diferentes questões seculares. Por exemplo, a questão budista se conecta com a pauta da compaixão e bem-estar animal, ao mesmo tempo que é considerada por muitos dos praticantes como uma dieta saudável.

Meifen, que não se considera budista ou religiosa, entende a sua transição para o não-consumo de carne como um caminho espiritual para encontrar sua paz interior e um estilo de vida condizente. Ela não se considera vegetariana ou

vegana, ela se diz "pure vegetarian", que segundo ela seria uma alimentação que além de não possuir nenhum ingrediente de origem animal, também proíbe o consumo de alho e cebola. Apesar de não ser parte de nenhum grupo religioso, ela diz que os alimentos de origem animal, o alho e a cebola alteram o funcionamento da mente e levam a perda da paz e da consciência. Meifen também não usa nenhum produto de origem animal, como couro, e diz que esta mudança de estilo de vida começou com a alimentação e a levou a pesquisar e conhecer mais sobre as cadeias de produção de produtos animais para saber como evitá-los. Na China, as entrevistadas também trouxeram a questão da beleza, uma vez que o não-consumo de carne está ligado às dietas que visam o emagrecimento e o cuidado com a pele.

O argumento ambiental na China é construído tanto do ponto de vista do impacto ambiental da produção da carne (pegada de carbono e pegada hídrica) quanto da questão do abastecimento e agro-cadeias. A maioria dos estudantes entrevistados conecta o consumo de carne à degradação ambiental. Mas segundo Changying, o vegetarianismo também seria uma maneira de assegurar que haja comida para as pessoas mais pobres, porque se menos terras forem destinadas à criação de animais, mais terras poderiam ser destinadas ao cultivo de alimento para consumo humano.

Desta forma, a dieta vegetariana no contexto urbano adquire novos significados. Este fenômeno pode ser pensado através da questão dos valores pós-materiais (INGLEHART; BAKER, 2000) e levaria a emergência de sujeitos que não se identificam com os valores e instituições religiosas tradicionais, mas encontram sentido em outras práticas espirituais, e tendem a passar mais tempo pensando nos sentidos e propósitos da vida, como a questão ambiental.

No Brasil, a decisão de parar de comer carne foi majoritariamente associada ao bem-estar animal. A questão ambiental vem em segundo lugar e depois a saúde. A respeito da diversidade de sujeitos presentes no quarto do vegetarianismo, Regina relata que 3 motivos a levaram a se tornar vegetariana: a) pessoal: a saúde melhora sem derivados de animais, porque o processo produtivo gera impacto negativo para a saúde; b) animais: a indústria láctea e a indústria da carne são responsáveis pela perpetuação do sofrimento animal; c) ambiental: todas as decisões individuais tomam proporções coletivas, a indústria animal é responsável pelo consumo de recursos e poluição. No entanto, ela também ressalta

que qualquer questão ambiental é antes social, e os que impactam e que são impactados pelo meio ambiente devem ser entendidos em seus contextos.

É importante considerar que se na China a questão espiritual/religiosa perpassa as diferentes motivações para se tornar vegetariano, no contexto brasileiro, a questão que mobiliza e organiza os sentidos é a política. Muitos dos entrevistados compartilharam perspectivas anti-establishment/anti-capitalismo no consumo de alimentos, onde foram apresentadas questões de opressão e interseccionalidade.

Os entrevistados brasileiros entendem que bem-estar animal, meio ambiente e saúde fazem parte de um mesmo sistema de opressão e desta forma a indústria produtiva deve ser combatida em várias frentes. Hélio relata que a sua decisão por se tornar vegetariano foi uma resposta contra a indústria de produção de carne, devido ao desmatamento, a questão agrária e o trabalho escravo. Vanessa também relata que a sua decisão foi uma resposta ao agronegócio, devido ao dano ambiental e aos maus tratos aos animais.

A questão ambiental ainda é nova nos debates alimentares e nas entrevistas apareceram na maioria das vezes combinadas com outras motivações. Porém, é importante ressaltar que tanto na China quanto no Brasil, a questão ambiental se mostrou como uma porta de entrada às ideias vegetarianas. Estudantes brasileiros como Afonso e Lídia, relataram que a questão ambiental foi o primeiro contato que tiveram com as ideias vegetarianas. Ao obterem mais informações sobre o sistema de produção de carne, eles se deram conta de que o processo além de negativo para o meio ambiente, também gerava sofrimento animal. O que mais interessa para a presente pesquisa é que a mudança de hábitos alimentares destes jovens gerou o começo de uma conversa com suas famílias sobre, entre outras questões, o impacto ambiental dos seus alimentos.

Com base na discussão de Inglehart e Baker (2020) sobre valores pós-materiais, a questão do meio ambiente pode surgir então como uma narrativa, baseada no conhecimento e internalização do risco ambiental no contexto da Sociedade de Risco, que vai além do sujeito e oferece propósitos e sentidos diferentes para a sua vida. Como observado nas entrevistas, tanto com brasileiros quanto chineses, ao serem perguntados sobre a motivação para se tornarem vegetarianos ou veganos, a grande maioria responde que foi uma decisão focada no coletivo, ou seja, uma questão que os ligava com o "outro" e foram raros os casos em que a decisão teria sido tomada com foco exclusivamente em si mesmo.

b) A esfera do impacto: "quando penso na carne, eu penso no mundo todo"

Todos os estudantes, incluindo os que não escolheram a questão ambiental como o fator mais importante de mudança da sua dieta, reconheceram que a alimentação está ligada com o impacto ambiental. Quando os estudantes de ambos os países foram perguntados sobre a escala de impacto que relacionavam com a carne, estes responderam que o impacto da carne era global, ou como disse um estudante chinês "quando penso em carne, eu penso no mundo inteiro".

De um lado, ela é global através das cadeias de exportação que ligam produção, transporte e consumo em todo o mundo, sendo o Brasil e a China as duas pontas de uma cadeia importante. No caso do Brasil, a produção de carne exportada para a China (continental e Hong Kong) em 2017 foi de 767236 toneladas e a de soja que é majoritariamente usada para alimentar animais para serem consumidos na China em 2018 foi de 67718074 toneladas (TRASE, 2021)

Do outro lado, a carne surge como um objeto global nos imaginários ambientais devido ao impacto globalizado que a produção e o transporte de carne têm sobre o meio ambiente, e seus impactos transnacionalizados são experienciados nas mudanças climáticas. Os estudantes identificam que este alimento consome muitos recursos naturais e gera emissão de gases do efeito estufa e desta forma contribui para as mudanças climáticas.

5.5 Narrativas de transição

Primeiramente é preciso apontar que a transição para o vegetarianismo significou na grande maioria dos entrevistados uma mudança de comportamento, ou seja, grande parte deles não nasceram dentro de famílias vegetarianas ou veganas. As pesquisas na área ambiental muitas vezes se deparam com o desafio de investigar o que os sujeitos estão colocando em prática em prol do meio ambiente e não apenas a intencionalidade. Através dos dados do survey dos Jovens Universitários foi possível ver a intencionalidade destes jovens de adotar ações em prol do meio ambiente e as entrevistas ofereceram a oportunidade de entender como estes valores são colocados em prática através da alimentação. Desta forma, a escolha para se pesquisar esta comunidade foi uma saída para conseguir medir ações concretas, ao invés de apenas a intencionalidade.

Na China e no Brasil os estudantes universitários entrevistados por mim decidiram mudar seus padrões de consumo de alimentos quando saíram de casa de seus pais e puderam escolher mais livremente o que comer e como preparar. No caso destes países, as universidades que pesquisei também ofereciam refeições de baixo custo no refeitório e uma opção vegetariana estava disponível. Essas refeições são geralmente servidas individualmente, de modo que os estudantes não foram mais solicitados a compartilhar refeições e justificar seus valores e preferências em um contexto hierárquico, como a família. Os estudantes, além de terem contato com novas informações oferecidas pelos professores e clubes do campus, podiam também conhecer pessoas diferentes de todo o país e do exterior. Aqueles interessados em questões globais, como o impacto das cadeias alimentares na mudança climática, tiveram a oportunidade de aprender, compartilhar e se aproximar de estudantes que tinham interesses semelhantes.

Segundo o estudante Xiuying, durante a sua infância a imagem do vegetarianismo sempre esteve associada aos monges e não às "pessoas comuns", ele descobriu apenas quando se mudou para Xangai que pessoas jovens e não-religiosas também optam por esta dieta.

a) Vegetarianismo como um fenômeno urbano

Os estudantes chineses trouxeram uma importante diferenciação: o vegetarianismo tradicional, que teria suas raízes vinculadas às práticas budistas; e o vegetarianismo moderno. O vegetarianismo tradicional estaria mais presente dentre as gerações mais velhas e em cidades com grande presença budista. A maioria dos estudantes chineses se identificava com o vegetarianismo moderno e considerava o vegetarianismo como um fenômeno urbano. Eles atribuíram isso ao fato de que em grandes cidades haveriam mais opções de restaurantes e produtos, e desta forma os centros urbanos seriam lugares propícios para a emergência de diferentes dietas. Essa observação corrobora o argumento apresentado anteriormente sobre o fenômeno da urbanização estar ligado ao surgimento de novos padrões de consumo alimentar (GILL et al., 2015), porque com a melhora de vida e expansão do mercado nas zonas urbanas, os sujeitos podem ter mais poder de escolha em relação aos alimentos.

Estudantes brasileiros e chineses consideraram a zona urbana como mais fácil para ser vegetariano devido à maior disponibilidade de alimentos e também às pessoas que seriam mais "mente aberta". João, que possuía parte da família no Sul e no Centro-Oeste acreditava que uma alimentação vegetariana é mais acessível nos centros urbanos, porque segundo ele "quanto mais isolada a cidade, mais difícil". Ele acreditava que na zona rural, a única maneira de ter uma alimentação vegetariana é se a pessoa produz os alimentos que consome. Afonso acreditava que a maior barreira para se tornar vegetariano é cultural, e ele atribuía a zona rural brasileira uma cultura intrinsecamente carnista (foco no consumo de carne) devido à proximidade com a atividade agropecuária. Já na China, os estudantes traziam a questão educacional como um fator importante. Segundo Fenfang, na zona rural, as pessoas são mais pobres e menos educadas, logo haveria resistência para se entender e aderir à dieta vegetariana.

Outro elemento trazido como razão para este ser um fenômeno urbano foi a imagem da cidade como lugar cosmopolita de circulação de ideias, onde fluxos transnacionais de informação convergem (ROFEL, 2007) e assim lugar privilegiado para o surgimento de novos valores. Além disso, o rural na China e no Brasil ainda é visto como um lugar de pobreza e desta forma, vista como um lugar onde as pessoas não têm escolha do que comer.

b) Percepção de gasto: ser vegetariano é mais caro?

Esta questão procurou trazer à luz a discussão sobre a acessibilidade da dieta vegetariana. Em contraste com a imagem do "vegetariano involuntário" onde não se come carne porque não se tem dinheiro para comprá-la, existe a imagem do vegetarianismo como um estilo de vida elitista na zona urbana. Desta forma, os alunos foram perguntados sobre suas percepções em relação aos gastos com alimentação e se os seus gastos mensais haviam aumentado depois de se tornarem vegetarianos.

A respeito desta questão é importante ressaltar que tanto na China quanto no Brasil, a possibilidade de obter uma refeição vegetariana no restaurante universitário foi um fator importante na transição destes sujeitos. Estes restaurantes além de oferecerem uma refeição a preço reduzido, também oferecem praticidade aos estudantes que passam o dia inteiro na universidade. Muitos dos estudantes

relataram ter uma rotina muito atribulada e não ter muito tempo para cozinhar, desta forma as opções nos restaurantes universitários são de extrema importância. Na China, outro fator importante é a falta de uma cozinha na moradia universitária, assim os estudantes que moravam na universidade não tinham a possibilidade de cozinhar as suas próprias refeições. Enquanto no Brasil, a maioria dos estudantes moravam em casas compartilhadas com outros estudantes e desta forma tinham mais liberdade para cozinhar.

Na China os estudantes consideravam os restaurantes vegetarianos muito caros (em relação aos restaurantes frequentados pelos seus colegas nas imediações da universidade). Eles atribuíam os altos preços à alta qualidade dos produtos e também ao fato de esta ser uma "dieta da moda".

No Brasil, os estudantes possuíam opiniões divididas. Eles acreditavam que ser vegetariano em si não era mais caro, principalmente porque o preço da carne é alto e os vegetais são normalmente mais baratos. Os estudantes brasileiros também relataram que depois que se tornaram vegetarianos, começaram a cozinhar mais em casa e desta forma tinham mais controle dos alimentos que consumiam. Os estudantes, como Regina, acreditavam que ter uma dieta barata também dependia do conhecimento, ela disse que conseguiu baratear as suas compras mensais escolhendo mercados mais baratos e conhecendo produtores, além de saber os alimentos sazonais e locais.

No entanto, os restaurantes vegetarianos foram apontados como mais caros e os produtos industrializados que imitam carne (fake meat) também têm preços elevados. Julio atribuiu o elevado preço dos restaurantes à questão da demanda e da procura, ele acreditava que como o público vegetariano ainda é pequeno, os restaurantes precisavam elevar os seus preços para poderem ter lucro. Ele ainda justificava os altos preços porque nos restaurantes utilizam-se produtos vegetarianos industrializados, como o hamburger do futuro.

Mario acreditava que quem tem mais tempo e dinheiro tem mais facilidade para se tornar vegetariano devido à questão da comodidade. Ele disse que para aqueles que não precisam se preocupar com o preço dos alimentos, o leque de opções e a acessibilidade são maiores, desta forma não exigem o conhecimento prévio de lugares e redes através das quais se possa obter alimentos mais baratos, como apontou Regina. Sobre esta questão, Ivana acreditava que o maior desafio para os que querem adotar uma dieta vegetariana e não são ricos não é o custo dos

vegetais em si, mas o tempo e trabalho que este processo demanda, uma vez que é preciso investir energia em conhecer os lugares mais baratos para comprar, aprender que novos alimentos consumir para suprir todas as demandas nutricionais, e também aprender a cozinhar novos pratos. Mario também acreditava que um estilo de vida vegano, que além do não-consumo de carne também prega a não-utilização de nenhum produto de origem animal, implica em gastos mais altos porque estes produtos ainda são escassos no mercado (como por exemplo sapatos que não usem couro ou componentes como a cola de origem animal em nenhuma de suas partes).

Desta forma, eles acreditavam que dentro do vegetarianismo existem muitos estilos de vida, então é possível viver uma vida vegetariana mais barata, mas se o estilo de vida inclui refeições em restaurantes vegetarianos e produtos de nicho, os gastos costumam ser mais altos.

5.6 Sociabilidade

Harris (1998) aponta que dentre as diferentes práticas alimentares, o consumo de carne e o seu compartilhamento são centrais para o estabelecimento de redes de sociabilidade e na ritualização que gera a aproximação. Roth (2005) apresenta a comida como arena de negociação de poder e também de reprodução de tradições e hierarquias. Neste contexto, as mudanças alimentares dentro da família podem provocar desordem das relações. A família se destaca como esfera de maior conflito entre os jovens vegetarianos e as gerações mais velhas, onde a apresentação destes novos valores e novas práticas colocam em xeque a hierarquia tradicional da família onde os mais velhos teriam mais poder. A alimentação também é compreendida como veículo de transmissão de cultura familiar entre as gerações e a mudança dos padrões alimentares destes jovens significa uma ruptura das tradições alimentares e abala também as relações emocionais estabelecidas através da comida. "Vegetarianism manifests as an explicit ideology, subverting the values and beliefs expressed via the dominant meat-eating culture's implicit ideology, and this is crucial to understanding these intrafamilial conflicts" (ROTH, 2005, p. 197).

A sociabilidade foi apontada como o maior desafio para se tornar vegetariano tanto no Brasil quanto na China. Como aponta Wang (2020) as redes de sociabilidade desses sujeitos vegetarianos são compostas majoritariamente por sujeitos não-vegetarianos. Esta questão também foi observada no meu trabalho de

campo. Em ambos os países, os estudantes vegetarianos tinham suas redes de sociabilidade compostas majoritariamente por não-vegetarianos. Enquanto a questão vegetariana gerava aproximação entre os estudantes, estes não procuravam amigos baseados nesta característica.

Wang (2020) mostra em sua pesquisa em Beijing que as práticas de consumo vegetariano levam os sujeitos a pensarem de maneira mais individual, visto que estes sujeitos afirmam suas posições em contraste com os valores da maioria da rede de sociabilidade que o cerca, levando à práticas como cozinhar mais em casa sozinho. Este ponto corrobora com as minhas observações em Xangai e também com a discussão apresentada no Capítulo 3 sobre o processo de individuação.

Em um contexto onde a alimentação e a comensalidade são centrais no estabelecimento e manutenção das redes de sociabilidade, práticas alimentares que diferem do coletivo podem ser entendidas como disrupções na organização das redes. No entanto, nas minhas entrevistas, apesar de ir na mesma direção das conclusões de Wang (2020) a respeito do embate constante entre os sujeitos vegetarianos e suas redes não-vegetarianas, eu observei que ao mesmo tempo que leva a um isolamento, também cria novas redes de pertencimento coletivo. Os indivíduos observados em Xangai, como os observados em Pequim por Wang (2020), também estão dispostos a fazer concessões para continuar participando de atividades com a família e amigos, mas muitos relatam que passaram a cozinhar e comer (em casa ou na cantina da universidade) de maneira mais individual.

As redes de sociabilidade vegetariana e vegana ainda incipientes no contexto chinês estão em rápido crescimento e cada vez mais ativas na organização de encontros e eventos para a sua comunidade em Xangai. Os estudantes universitários que também se encontram neste tipo de atividade, tendem a se aproximar e formar novas redes. Além da questão alimentar vegetariana e vegana, os estudantes também reportaram que esta mudança de hábitos e valores os levaram a adotar novas causas, como a questão ambiental. Logo, a participação em eventos e fóruns online de discussão sobre esta questão também serviram como um fator de aproximação e formação de novas redes.

No Brasil, a maioria dos estudantes também relatou que suas redes de sociabilidade são compostas por não-vegetarianos. Os estudantes relataram que, no geral, os seus colegas costumam aceitar a sua escolha alimentar. Mas alguns são

questionados pelo motivo desta escolha, e outros são alvos de piadas relacionadas a sua dieta, por exemplo envolvendo a questão da carne como símbolo de masculinidade. Eles relataram que não procuram intencionalmente amigos vegetarianos, mas este é sempre um fator de aproximação quando conhecem novas pessoas. A grande maioria continua fazendo refeições junto com colegas que comem carne, como no restaurante universitário, por exemplo. Porém, alguns se incomodam ao ver carne nos pratos dos colegas e preferem comer apenas com colegas vegetarianos.

a) Acesso à informação

No Brasil os estudantes não atribuíram grande importância às organizações e instituições que promovem o vegetarianismo, como a Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) e o Greenpeace. Eles não reconheceram o papel destas instituições nos seus processos de educação e transição para o vegetarianismo. A grande maioria dos estudantes reluta em se filiar a qualquer grupo ou se definir como parte de qualquer movimento vegetariano porque acreditam que isso geraria estigmatização em relação a eles. Na China, as organizações internacionais com presença digital em plataformas chinesas (como o wechat) ainda representam importante fonte de informação, porém eles também são relutantes a se tornarem membros destes grupos. Desta forma, as redes de sociabilidade em torno desses sujeitos se tornaram ainda mais importantes, uma vez que eram entendidas como a principal fonte de informações.

Em ambos os países, a internet representou uma ferramenta essencial através da qual os estudantes procuravam informações e tiravam dúvidas. Ao relatarem o início de sua trajetória vegetariana, os estudantes brasileiros e chineses mencionaram que o primeiro contato foi através dos mesmos filmes: *Cowspiracy* (2014) e *Earthlings* ou *Terráqueos* (em português) (2005). Esta informação pode apontar que mesmo as comunidades tendo se desenvolvido em países e contextos tão distintos, elas podem frequentar os mesmos espaços digitais e estão construindo os seus entendimentos sobre vegetarianismo em torno de alguns materiais comuns, que não são produzidos pelo Brasil ou pela China.

Na pesquisa de campo em ambos os países, quando perguntados sobre os principais meios pelos quais obtêm informação sobre alimentação, os estudantes

demonstraram a necessidade de separar duas categorias de informação: (1) informações nutricionais; e (2) informações e dicas sobre receitas e preparos. A primeira categoria era considerada mais séria e demandava grau mais alto de confiança, então os estudantes procuravam informações através de suas redes de sociabilidade: buscavam aprender com a experiência de amigos e familiares que já tinham passado pela transição para o vegetarianismo, aceitavam suas recomendações de canais do youtube e influencers digitais, e seguiam os seus conselhos. Já a segunda categoria representava uma questão mais aberta à experimentações, então eles procuravam receitas novas no google e em sites de receitas, estavam abertos a descobrir novos produtos no supermercado e experimentar novas ideias.

b) Imagens e percepções: os vegetarianos vs. nós vegetarianos

Na China, a comunidade vegetariana urbana e não-religiosa ainda é muito pequena e sofre estigmatização, desconfiança e pressão social, logo eles demonstravam maior flexibilidade para evitar conflitos. Quando questionados por seus colegas, normalmente era em um tom de curiosidade, e frequentemente as pessoas ao redor apenas assumiam que estes haviam se tornado budistas.

Dentre os estudantes chineses, a narrativa era permeada por elementos civilizatórios e espirituais, onde a decisão por uma dieta vegetariana ou vegana seria um marcador de elevação moral enquanto espiritual. Segundo Xiuying, o vegetarianismo não seria apenas sobre o corpo e o meio ambiente, ele seria uma maneira de se tornar uma pessoa melhor e ser uma pessoa melhor para os que o cercam.

Eles apontam também o vegetarianismo como um estilo de dieta urbano e jovem. E apesar de muitas vezes se depararem com o estranhamento dos mais próximos, estes normalmente não se desdobram em conflitos. Segundo Wenqian, os vegetarianos mais velhos normalmente são vistos como ligados ao budismo, enquanto os jovens são associados às ideias ambientais de valorização da saúde.

No Brasil, ao serem indagados sobre as imagens e estereótipos frequentes de vegetarianos e veganos, os estudantes relacionam à questão da educação, classe, idade e zona urbana. Eles acreditam que as pessoas que optam pelo vegetarianismo costumam ser jovens, mais bem-educadas, pertencer a classe

média ou acima, e viver na zona urbana. No entanto, eles também relatam que a imagem dos vegetarianos é permeada por questões negativas, como sujeitos intransigentes, agressivos e desagradáveis. Eles identificam como um dos maiores desafios para a expansão do vegetarianismo a comunicação aberta e inclusiva de forma a agregar mais indivíduos. Segundo Antonio, a abordagem agressiva do movimento vegano é um empecilho para o seu desenvolvimento, "eles são tão engajados e comprometidos com a causa, que não pensam em como fazer isso de maneira eficiente." Segundo ele, a "polícia vegana" poderia atuar em relação aos seus próprios membros e "desmascarar" como traidores do movimento, ou como "nunca foram veganos de verdade".

A comunicação e a inclusividade apareciam como desafios mesmo dentro da própria comunidade. Por exemplo, vários dos estudantes brasileiros usavam a expressão de diferenciação "tomar vergonha na cara" de maneira constante para se referir à sua própria transição (ou de algum colega próximo) do vegetarianismo ao veganismo, que indicaria um julgamento moral em relação ao processo de tomada de consciência e ação.

Este traço da sociabilidade dos jovens entre a diferenciação e a identificação pode ser discutido através do conceito de "tirania da consistência" (DAVE, 2017). A "tirania da consistência" (ele também chama de "pensamento da contradição") tem como objetivo cansar as pessoas através de uma retórica para que elas desistam. O autor explica que a "tirania da consistência" se articula de tal modo a expandir as expectativas e requerimentos morais a partir de associações racionais. Na sua pesquisa na Índia, quando se trata de bem-estar animal, a expansão desta narrativa se dá de modo a questionar que quem se preocupa com os animais e se dedica ao cuidado das vacas, deve também ser comprometido com os cachorros, e também com as moscas e com os vermes e assim em diante, uma vez que todos estariam juntos na categoria de amor por outras espécies.

A narrativa vegetariana e vegana segue a mesma retórica, quando o bem-estar animal está em questão, se não faz sentido sacrificar um animal para se alimentar dele, logo também não faz sentido consumir nenhum produto derivado de sua exploração, como o leite, logo não faz sentido consumir nenhum produto que tenha algum componente de origem animal e assim por diante. Dave (2017) aponta que ao mesmo tempo que a "tirania da consistência" aumenta o nível de expectativas de um indivíduo que se identifica com determinada causa – como o

veganismo – ela também torna este lugar cada vez mais inacessível. Esta tirania, na forma de demanda e pressão para seguir todos os quesitos, se manifesta tanto internamente quanto externamente ao próprio sujeito. Este processo pode reforçar os laços entre os pertencentes ao mesmo movimento ao reconhecerem em outras pessoas o pertencimento e merecimento deste lugar, mas também pode aliená-los e afastá-los fazendo com que os indivíduos ao não se sentirem legitimados nestes espaços, abandonem completamente a causa. Segundo o autor, o sujeito pode tanto se tornar um tirano em relação à própria causa, quanto abandoná-la, mas existe um terceiro caminho que ele chama de "ética imanente". Esta ética não é relacionada ao pensamento liberal de que "alguma coisa é melhor do que nada", mas constrói um lugar habitável entre o "tudo" e o "nada" onde existe a possibilidade de agir.

The tyranny of consistency steals the something we need by collapsing something with everything, so that all we are left with (because everything is impossible) is nothing, which is both impossible and extinguishing. (...) Immanent ethics makes the something habitable all by itself, a durative present in which everything and nothing are not alternatives to it but are one and the same within it: every something is everything (because in this moment it is all that matters), and every something is nothing (because it needn't be related, tyrannically, to anything else) (DAVE, 2017, p. 38).

5.7 Família

a) Recepção da família a esta mudança

A recepção das famílias a esta transição alimentar dos estudantes pode ser dividida em três momentos: a reação imediata quando os alunos contaram sobre a mudança de dieta, a reação ao longo do tempo, e a possibilidade de eles se tornarem vegetarianos. As reações imediatas se dividem entre aqueles que apoiaram a decisão, aqueles que se colocaram indiferentes diante da situação, e aqueles que tiveram uma reação negativa. A maioria das famílias dos estudantes reagiu negativamente em um primeiro momento. O foco mais imediato de preocupação e resistência nos dois países foi a saúde.

Na China, a redução do consumo de carne pode ser compreendida de forma positiva, porque a Medicina Chinesa Tradicional prega que o consumo reduzido de carne é bom para a saúde. No entanto, a abdicção completa deste consumo não é aconselhada, logo a dieta vegetariana era vista com muita desconfiança.

A questão da tradição culinária também se mostrou importante. De acordo com Changying, a sua família é originária de Xiamen, um lugar famoso pela sua culinária com frutos do mar. Logo, quando ela comunicou o seu desejo de se tornar vegetariana, sua família considerou a ideia absurda, porque iria contra a tradição culinária de Xiamen e tradição alimentar de sua família. Outra dificuldade que a estudante relatou foi durante celebrações com jantares hot pot (火锅 Huǒguō), porque nestas ocasiões normalmente se deixam a carne ou os frutos do mar para as pessoas a quem se deseja agradar, e isso demonstraria afeto e proximidade. E como ela não comia mais carne e frutos do mar, ela se sentia alienada destes rituais. A estudante Xiaolian também relatou dificuldades em sua cidade natal, Lanzhou, porque a cultura culinária valoriza o consumo de carneiro devido à influência muçulmana.

O mesmo pode ser observado no relato de Lidia, que é oriunda do Sul do Brasil, lugar famoso pelo consumo de carne. Lidia levantou uma questão que era recorrente em muitas das entrevistas, segundo sua família "carne significa cultura", em outras palavras, a tradição culinária brasileira tinha produtos de origem animal na maior parte de seus pratos tradicionais e cozinhá-los e comê-los seria uma forma de celebrar a cultura brasileira e reforçar a identidade brasileira. Sua família possui o hábito importante de comer carne juntos todas as semanas, e este costume traz também a dimensão afetiva da comida. Outra questão que esteve presente na maior parte das entrevistas foi a dimensão emocional dos alimentos, muitos dos estudantes relataram que aprender a cozinhar e comer os pratos tradicionais de suas famílias (que muitas vezes continham produtos animais) era uma forma de mostrar afeto e pertencer à família. A questão afetiva também estava presente no relato de Teresa, que disse que os pratos com carne lembram a sua família dos pratos tradicionais que são passados de geração para geração.

Em um segundo momento, a maioria das famílias apresentou algum tipo de aceitação desta decisão. Alguns pais aceitaram a mudança de dieta, mas ainda não apoiam. Outros aceitam e também fazem esforço para serem inclusivos dentro de seus lares. No entanto, a maioria das famílias continuou consumindo carne.

Quando perguntados sobre as razões pelas quais para os pais e avós o consumo de carne ainda era importante, as principais categorias que surgiram foram: Saúde, Tradição, Natureza Humana, Sociabilidade (laços com a comunidade e a família), Afeto, Melhora de vida.

A saúde foi a resposta mais imediata entre os respondentes no Brasil e na China, principalmente em relação aos seus avós. A preocupação das famílias seria em relação à alimentação vegetariana não possuir proteínas suficientes para uma dieta saudável e o medo de que os jovens desenvolvessem deficiências nutricionais. Porém, essa questão é também um dos canais de contestação e tentativa de convencimento por parte dos estudantes, Lifen mostrou aos seus pais e avós que não havia ficado doente por mais de um ano depois da transição para o vegetarianismo e usou o fato como prova de que a nova dieta era benéfica para a saúde. Já os avós de Changying eram praticantes de Medicina Tradicional Chinesa e acreditavam que a redução do consumo de carne é benéfico para a saúde, porém a total abdicção do alimento não seria adequada para o equilíbrio do corpo. No Brasil, Eduardo era atleta e conheceu um nutricionista em um evento vegano que o ajudou a ter informações que permitissem a sua transição bem-sucedida e mostrou para a sua família que era possível continuar saudável.

Em relação à Sociabilidade, a estudante chinesa Lifen relatou que ela era a única pessoa vegetariana que a sua família conhecia em sua cidade (Guilin), então depois de muita resistência por parte da sua família, o seu pai pediu que ela fosse vegetariana apenas em Xangai, pois temia que os seus vizinhos a achassem estranha e suspeitassem que haveria algo errado com ela. Segundo ela, o oferecimento de carne aos convidados seria um sinal de polidez e apreciação das pessoas. Servir carne carregaria o sentido de ser um bom anfitrião, que estaria focado em prover o que há de melhor para os seus convidados, e no contexto alimentar a carne é o produto mais valorizado. No Brasil, o consumo de carne – em especial o churrasco – também foi apontado como um importante ritual onde não apenas se reunia a família e a comunidade, mas também um veículo para se mostrar que a família estava indo bem. Segundo Marta, para a sua família a carne tem gosto de felicidade, porque é a oportunidade de reunir a família para um churrasco e aproveitarem o dia juntos.

No processo de sociabilidade e engajamento destes alunos na transformação das práticas alimentares das pessoas que se encontram ao seu redor, eles são confrontados com a questão da ética do cuidado em relação a sua família. Ao negociar o consumo alimentar com sua família, os estudantes confirmam o que Guthman (2008) descreve sobre as informações não serem o único propulsor de tomada de consciência e consequentemente mudança de comportamento. Estes

estudantes, dotados de informações e linguagem combativa, reconhecem que para além das informações que eles trazem para a família, outros fatores exercem maior influência, como suas experiências de privação alimentar e suas visões do que consiste uma "vida melhor". Na experiência do encontro entre visões de mundo contrastantes e na resistência da ruptura (porque são parte da família) os sujeitos de diferentes gerações se veem diante do desafio de se reconhecer em seus valores, privilégios e interseccionalidades. O desafio que se impõe é a coexistência de diferentes narrativas históricas alimentares à mesma mesa. Os estudantes também se mostraram empáticos em relação aos seus familiares e a dificuldade de comunicação, uma estudante chinesa Changying relatou: *"Para a minha família é muito difícil entender por que eu me tornei vegetariana. Eles falam que não há necessidade de eu ser vegetariana, porque hoje eles têm condições de comprar carne. Naquela época (dos avós) eles cresceram com vontade, mas sem a possibilidade de comprar carne, como eu posso falar para eles agora que comer carne é ruim?"*

Acredito que a construção deste espaço de reconhecimento e diálogo seja essencial para a formação de movimentos alimentares inclusivos diante das demandas urgentes impostas pelas mudanças climáticas.

b) O sabor da prosperidade

Apesar de não ser a primeira a ser relatada pelos estudantes, a narrativa que por eles foi conferida maior importância foi o consumo de carne como um sinal de mobilidade social intergeracional. A carne era um produto escasso para a geração dos avós, tanto na China como no Brasil. Isto fez do produto o alvo do consumo aspiracional, e conseqüentemente o cumprimento deste desejo foi um sinal de que "a vida estava ficando melhor".

No Brasil, as lembranças da escassez também influenciaram as maneiras pelas quais as gerações mais velhas comunicavam o que é "boa comida". Segundo a estudante Claudia, sua família considerava a carne a parte mais deliciosa da refeição, e se a refeição não tivesse carne não poderia ser considerada uma "verdadeira refeição", em contraste com a experiência de sua infância, quando não tinham condições de comprar carne. A experiência de outro estudante Eduardo, que era do Centro-Oeste do país, representou muitas das narrativas dos estudantes

brasileiros: ele disse que seus pais consideravam a carne, e mais especificamente a celebração do churrasco, como a forma mais importante de reunir amigos e familiares, e que muitas vezes celebravam festas de aniversário e ocasiões especiais desta forma. Nessas situações, eles não só dividiam uma refeição juntos, mas também podiam mostrar como "bem de vida" (sua vida melhorou), escolhendo os cortes de carne mais caros para oferecer aos seus convidados.

Nas entrevistas com os estudantes na China, as lembranças de seus avós sobre a Grande Fome ainda ressoam nas formas de suas famílias compreenderem seu próprio consumo alimentar e o que é considerado um prato valioso. O relato de Lifen também reafirma esta questão, segundo ela, o consumo (e principalmente o oferecimento) de carne é um sinal de que a família esteja "indo bem". Desta forma o compartilhamento de carne é central na reafirmação da posição de poder de cada família dentro da comunidade.

As lembranças da escassez também influenciaram as formas pelas quais as gerações mais velhas comunicavam o que é "boa comida". A geração jovem nunca foi privada de escolhas alimentares desde a sua infância. Desta forma, entrevistar estudantes vegetarianos e veganos me permitiu analisar os conflitos que surgiram quando eles decidiram desistir do que era visto como uma conquista importante de suas famílias: o consumo de carne.

Os estudantes chineses também trouxeram à tona a dimensão da tradição, pois os pratos tradicionais chineses mais valorizados eram feitos de carne. A estudante Ling ofereceu a perspectiva do "vegetarianismo involuntário", o que significava que no passado sua família não podia arcar com os custos da carne, então eles viviam em uma dieta vegetariana por falta de poder de escolha. A estudante Lanfen, de origem urbana, relatou que durante o período maoísta, a alimentação era regulada através de tickets alimentares, e a carne era um dos alimentos mais escassos. A sua família relatou que podiam comer carne apenas uma vez por ano durante o ano novo chinês.

Muitas das famílias também disseram que não comer carne poderia ser considerado estranho em suas comunidades e poderia causar a ruptura de suas redes de sociabilidade, já que a carne ocupa um lugar de hospitalidade e celebração e seria entendida como uma forma de ser acolhedora e educada para com os hóspedes. Neste contexto, oferecer carne também encarnava o significado de ser uma pessoa generosa na comunidade, uma vez que ainda é um produto caro.

Maria relata que a questão da mobilidade econômica é o principal marcador em relação ao consumo de carne. Segundo ela, carne simbolizaria na família dela fartura, ou seja, o poder de comprar e mostrar que a família está indo bem. Ela diz que o consumo de carne é um sinal de que eles "estão com a mesa cheia" e podem desfrutar de uma refeição farta. Valéria também relata que seus avós vieram de origem humilde e comer carne era considerado um luxo, logo a família poder comer carne agora era visto como uma grande conquista. A narrativa da estudante Wei também representa muito o que foi constantemente trazido pelos estudantes, segundo ela, sua família nunca consideraria desistir do consumo de carne, porque eles disseram que a carne tem gosto de prosperidade, é o gosto que a vida estava melhorando, era algo que eles estavam desejando há muito tempo.

O impacto ambiental surge como uma nova razão para a escolha de não comer carne e entre os principais motivos relatados pelos estudantes. Esta pesquisa se concentra em como os valores ambientais são discutidos na família e o que é considerado prioritário para seu bem-estar. Mesmo que as gerações mais velhas geralmente não estivessem dispostas a mudar suas escolhas de consumo de alimentos, e muitas vezes consideravam como "coisa de jovens", os estudantes perceberam como uma prioridade envolver as gerações de seus pais e avós no processo de mudança em direção a mudança da alimentação. Porém, independentemente do que cada geração escolhe comer, o que fica claro nas narrativas é que, o que é realmente importante para as três gerações é sua agência como consumidores, ou em outras palavras, seu poder de escolher o que comer.

Esta questão ressoa com a discussão de Ortner (2007), em que a autora defende que a agência não pode ser interpretada como uma questão autônoma e individual, mas dentro da multiplicidade de relações sociais e de desigualdade a que estão atreladas. Segundo a autora, a questão da agência possui dois campos de significado: 1) agência em relação à intencionalidade e a possibilidade de perseguir projetos culturalmente definidos; 2) agência em relação ao poder, "com o fato de agir no contexto de relações de desigualdade, de assimetria e de forças sociais" (ORTNER, 2007, p. 58). Na presente pesquisa, a agência pôde ser observada através da intencionalidade e o poder se realizar a decisão de consumo alimentar. O consumo de carne está enredado em suas vidas e conta as histórias de privação, mobilidade de classe e, finalmente, o surgimento de novos valores no contexto do Antropoceno. Apesar das diferentes gerações construírem seus desejos em torno de

alimentos diferentes, ambas são unidas pela concretização da agência de escolher e consumir o que se deseja.

5.8 Futuros

Os alunos foram perguntados sobre as suas expectativas para o futuro com o objetivo de entender de que forma eles enxergam o seu presente e as mudanças que gostariam de presenciar ao seu redor. No Brasil, os alunos esperavam que o movimento vegetariano continuasse e se expandisse. Eles apontam a comunicação como um dos principais desafios nesta expansão. Valéria acredita que o radicalismo gera aversão por parte dos não-vegetarianos, ela acredita que nenhum radicalismo é saudável e que é necessário trazer informações sobre o consumo consciente, mas sem forçar as pessoas a fazerem nada que não queiram. Mario acredita que falta ainda um recorte de classe e tornar a dieta mais acessível. Ele acredita que não seja suficiente promover a mudança sem dar as condições. Para Monica aumentar a oferta de produtos veganos ajudaria na disseminação desta dieta.

Na China, quando perguntados sobre as suas expectativas para o futuro, a aluna Lifen disse que a comunidade vegetariana universitária é ainda muito pequena. Ela acredita que o próximo passo imediato é comunicar o vegetarianismo com mais estudantes, pela proximidade e facilidade de comunicação. No entanto, no futuro o desafio será levar esta mensagem para outros grupos fora da universidade. Changying aspira para o futuro menos estigma em relação aos vegetarianos, ela espera que as pessoas sejam menos julgadas pelo o que consomem e que os médicos chineses tenham menos preconceito com as dietas vegetarianas. Wenqian, acrescenta que a saúde deve ser o foco da comunicação do movimento vegetariano na China, para combater o estereótipo de que torna as pessoas fracas. O estudante Qiang espera que no futuro haja maior disponibilidade de alimentos vegetarianos na cantina e nos restaurantes. Ele também espera que haja uma maior regulamentação da indústria de produtos animais, porque acredita que os produtores invistam em práticas inseguras com o objetivo de tornar a carne mais barata.

É importante considerar que nos dois países, as mulheres (mães e avós) se mostraram como as maiores responsáveis pela compra e preparo dos alimentos, e também foram apontadas como as que mostram maior disposição para mudar a

sua dieta em direção ao vegetarianismo. Isto pode estar ligado à imagem da masculinidade atrelada ao consumo de carne em ambos os países.

Outra questão que merece atenção é que na maioria das famílias entrevistadas nos dois países, ao envelhecer as gerações mais novas se tornam responsáveis pela compra e preparo da comida das gerações mais velhas, ou seja, normalmente a mãe é responsável não apenas pelos alimentos da sua própria residência, mas também auxilia os avós. Desta forma, é preciso entender a alimentação como forma de cuidado dentro do contexto familiar, que será ainda mais importante na medida que a dependência intergeracional aumenta.

a) Comunicando o futuro: alimentação como ponte entre as gerações

O ato afetivo e político de cozinhar emerge como um caminho de entendimento entre as gerações. Dentre os relatos de empreitadas bem sucedidas entre os estudantes e suas famílias, se destacam as iniciativas de cozinhar e introduzir novos alimentos na mesa familiar. Enquanto o discurso da interdição do consumo afasta os membros, a cozinha pode ser reclamada como local de compartilhamento e aproximação em torno de novos alimentos. Os estudantes relataram que a discussão sobre parar de comer carne sempre gerava conflito, porém a introdução de novos pratos gerava curiosidade e abertura por parte de suas famílias. Neste sentido, a troca de papéis entre jovens e adultos, onde os jovens se propõem a cozinhar se mostrou uma iniciativa bem-sucedida.

A problemática da comunicação do não-consumo também é levada para fora do ambiente familiar. Iniciativas como "segunda feira sem carne" (*meatless monday*) propõem a redução do consumo de carne. No entanto, estas se baseiam na narrativa da interdição, ou seja, na identificação de um alimento de grande valor social (a carne) e no impedimento do seu consumo. Estas iniciativas ao invés de gerarem adesão, podem gerar rejeição de pessoas que são privadas do seu direito (muitas vezes adquirido) de comer este alimento.

Uma alternativa neste sentido é o incentivo do consumo de outros alimentos vegetais ao invés da redução de alimentos de origem animal. Entende-se que os sujeitos têm apetite e capacidade de comer finitos e desta forma a introdução de mais alimentos vegetais em cada refeição pode gerar consequentemente a redução das porções de carne. Nos restaurantes também é possível observar esta

questão, cada vez mais restaurantes que servem PF (prato feito) dispõem de uma alternativa vegetariana/vegana. Isso é um ponto positivo em direção à se tornarem lugares mais inclusivos e permitir que vegetarianos e veganos também participem da comensalidade com colegas e familiares não vegetarianos nos mesmos espaços. Porém a comunicação disso é frequentemente negativa, as opções de PF geralmente trazem o nome da "mistura", por exemplo, "carne", "peixe" e o prato sem "mistura" é o "vegetariano". Ao invés de comunicar o que o prato possui (abobrinha recheada, salada de grão de bico, etc.) o nome que ele traz denota apenas a ausência de carne. Isso pode desencorajar os consumidores a escolher um prato que "oferece menos". Desta forma, destacar a opção vegetariana pode incentivar o consumo do prato para além dos consumidores estritamente vegetarianos.

Outra saída criativa apontada por alguns dos estudantes vegetarianos é repensar a organização dos cardápios, que em suas sessões apresentam como prato principal na sua maioria carnes e os alimentos de origem vegetal como guarnições. Eles apontam que ter pratos vegetarianos como "indicação do chef" ou no mesmo status dos pratos com carne podem facilitar a escolha destes pratos.

A tecnologia também pode contribuir em relação à maior acessibilidade de produtos vegetarianos. O aplicativo chinês Pinduoduo foi apontado como um facilitador para se achar uma maior diversidade de produtos a um menor preço através de compras coletivas realizadas através desta plataforma.

b) Você pretende ser vegetariano para sempre? A sua família considera se tornar vegetariana?

Os estudantes no Brasil e na China relataram que pretendem continuar vegetarianos para sempre. Alguns vegetarianos exprimiram o desejo de se tornarem veganos no futuro. Em relação às suas famílias, no geral, a reação negativa inicial era seguida do pensamento de que esta seria uma mudança passageira. No entanto, ao longo do tempo, as famílias dos vegetarianos desenvolviam certo grau de tolerância ao ver o comprometimento dos estudantes e acreditavam que eles permaneceriam vegetarianos para sempre.

As famílias, apesar de não serem vegetarianas, mostraram abertura ao longo do tempo para diminuir o consumo e experimentar novos alimentos. Os estudantes demonstraram que pretendem seguir com essa discussão em suas

famílias, o que significa que esta tensão e negociação continuarão no futuro. À medida que as sociedades envelhecem, e a geração mais velha se torna cada vez mais dependente da geração jovem, a alimentação pode se tornar tanto um canal de conexão e cuidado, quanto fonte de crescentes atritos e conflitos.

CAPÍTULO 6 – CONCLUSÃO: OS SABORES DA PROSPERIDADE, AS NARRATIVAS DA SUSTENTABILIDADE

O Antropoceno, longe de ter seus impactos atribuídos a uma humanidade indiferenciada, mostra que tanto a responsabilidade quanto a vulnerabilidade são distribuídas de forma desigual, do ponto de vista geográfico e de classe. Neste contexto é imperativo incluir as perspectivas dos países em desenvolvimento, onde crescimento econômico e impacto ambiental se encontram em constante tensão e a expansão do comércio e do consumo levam concomitantemente à experiência da vulnerabilidade causada pelo impacto ambiental destes processos.

A literatura em Justiça Ambiental nos convida a pensar as questões da responsabilidade e da Justiça Intergeracional. Quem são os responsáveis por estarmos nesta situação climática? Quem se beneficiará com as mudanças que estão sendo feitas hoje? A emergência de movimentos ambientais liderados por jovens, como o "Fridays for Future", é um chamado à ação para que as gerações de hoje se mobilizem para assegurar o futuro daqueles que ainda estão por vir. O senso comum leva à conclusão de que os culpados seriam as gerações passadas e os que sofrerão as consequências serão as gerações futuras. Porém este tipo de abordagem desagregadora não leva em consideração os fenômenos demográficos de envelhecimento da população e queda da natalidade ao redor do mundo. Isso significa que no momento da ação – o momento do presente – diferentes gerações precisarão dialogar e agir em conjunto. Este desafio traz consigo as imensas complexidades de coexistência e articulação de diferentes experiências históricas, valores e visões de mundo – e no presente caso enriquecido por uma dimensão comparativa inter-civilizacional.

As mudanças climáticas e a abordagem da “saúde planetária” nos convidam a repensar nossos valores e o impacto de nossos comportamentos. Ações cotidianas como a alimentação ganham novos significados e são confrontadas com novos desafios. As experiências históricas guiam diferentes maneiras de entender e responder às exigências da sustentabilidade. O Brasil como um grande exportador de carne e soja para alimentação animal na China tem que lidar com o desafio que a sustentabilidade ambiental traz para o desenvolvimento das cadeias de produção de alimentos. Através das narrativas intergeracionais em torno dos alimentos, é possível ver não apenas as diferentes experiências que cada geração teve com

relação ao consumo e disponibilidade de alimentos, mas também as narrativas de mobilidade social que mostram o poder adquirido de escolher e comprar o que se deseja comer.

Nos países em desenvolvimento, o crescimento econômico, a transição nutricional e as aspirações de sustentabilidade estão enredados nas narrativas de desenvolvimento e seus limites. Os produtos alimentícios, como carne, são centrais não apenas para estabelecer importantes parcerias agroexportadoras, mas também mobilizam memórias de privação e mobilidade de classe, e sonhos de alcançar uma vida melhor.

Na construção de uma discussão global e cosmopolita em relação à alimentação sustentável, é imprescindível que se considerem os contextos locais de desigualdade e as narrativas alimentares históricas destas populações. No caso do Brasil e da China, pude mostrar que as experiências e memórias das famílias são passadas intergeracionalmente e tem impacto nas perspectivas sobre alimentação da juventude. Pode-se concluir também que a família continua sendo uma instituição central nestes dois países e através das quais se discutem valores e comportamentos.

Esta pesquisa teve como foco investigar de que forma os processos de transformação socioeconômica na China e no Brasil foram e estão sendo vividos intergeracionalmente através das narrativas alimentares em cada país. A contribuição que o presente trabalho pode dar é pensar o consumo como veículo através do qual a agência se concretiza. Ou seja, o acesso a produtos que antes não era possível, como a carne, traduz de que forma estes sujeitos entendem os seus processos de mobilidade social. Diante da teoria de Beck (1992) em que a Individuação é marcada por um processo de escrita de uma biografia própria em contraste com as gerações anteriores, as narrativas alimentares destas famílias mostram os contrastes e conflitos presentes no processo e a agência de poder se escolher o que se come pode ser considerada individualizadora. No entanto, cada geração escolhe em torno de que objetos os seus desejos serão construídos.

Neste contexto, é importante pensar que os diferentes processos de modernização são baseados em seus contextos sociais, econômicos e culturais. Experiências dos países em desenvolvimento contribuem ao mesmo tempo na maior representatividade de discussões vindas do Sul (CONNELL, 2007) e também no

alargamento de grandes discussões sociológicas como os conceitos de Ulrich Beck a respeito da Sociedade de Risco e da Individuação (HAN; SHIM, 2010).

Destas experiências podem emergir interessantes inovações no campo, o caso do Brasil e da China mostraram a possibilidade de se pensar a Individuação sem Individualismo (YAN, 2009), ou seja, o processo individuatório não é atomizador dos sujeitos. A importância da instituição da família durante este processo pode apontar para diferentes formas de adentrar a modernização reflexiva.

A Individuação sem individualismo pode vir como uma resposta à Sociedade do Risco. Diante das mudanças climáticas, existe a necessidade de se pensar em medidas e soluções de forma conjunta, logo investigar de que forma os indivíduos se conectam e discutem convergências e divergências dentro de uma coletividade, neste caso o núcleo familiar, pode ser uma base interessante a partir da qual pode-se abrir a possibilidade de construção de um imaginário climático comum.

Através do foco na juventude foi possível investigar os valores em relação ao meio ambiente e entender de que forma eles se concretizam através das práticas alimentares e quais os desdobramentos em suas redes de sociabilidade.

Outro ponto levantado pela pesquisa, tanto na análise quantitativa do survey Jovens Universitários em um Mundo em Transformação, quanto nas entrevistas, foi a centralidade das mulheres. Primeiramente elas se destacaram como as que apresentam os valores ambientais e disposição para adotá-los mais fortes. Dentre os entrevistados, a maioria que respondeu a mensagem e se dispôs a participar da pesquisa qualitativa também foram mulheres. Nas entrevistas, quando perguntados quem era o responsável pela compra e preparo alimentar na residência do jovem, dos seus pais e dos seus avós, a grande maioria também reportou que estas atividades se concentram sob responsabilidade feminina. A partir disso, no que toca à questão intergeracional, acredito ser importante trazer a questão das políticas do cuidado, uma vez que esta responsabilidade mais frequentemente também recai sobre as mulheres.

6.1 Dependência intergeracional e políticas de afeto: a centralidade da família

Segundo Fei (2015), o dinamismo da cultura chinesa vem do diálogo intergeracional, em outras palavras, é possível dizer que a família tem um papel

central na compreensão e ressignificação das narrativas de desenvolvimento. Em países com uma população cada vez mais idosa, como o Brasil e a China, compreender como as famílias discutem valores contrastantes e constroem seus próprios padrões de consumo não será importante apenas para prever novas tendências de consumo, mas também para entender como a interdependência geracional afeta o futuro da política de cuidado.

Com o envelhecimento da população no Brasil e na China e se tratando de sociedades em que as famílias desempenham um papel social muito importante na vida da grande maioria dos indivíduos se deposita a expectativa e a responsabilidade de cuidar das gerações mais velhas nas gerações mais novas. É neste contexto que acredito que seja possível em um futuro próximo desenvolver estudos que investiguem as formas como os conflitos e as tensões de valores são discutidas e negociadas intergeracionalmente. O consumo alimentar se mostrou um campo onde memórias, tradições, cuidado e prioridades para o futuro são debatidos. A alimentação como comensalidade envolve os modos de cuidar e de estabelecer laços afetivos. As maneiras como os diferentes membros da família comunicam e negociam seus valores e gostos em relação às escolhas alimentares da família, terá impacto nas dinâmicas da interdependência geracional e ditará as políticas do cuidado nestes núcleos no futuro.

Tanto Brasil quanto China estão passando por uma transformação em suas estruturas demográficas, o que terá impacto nas relações de dependência geracional e no futuro das políticas de cuidado (FRASER, 2017). Estes países estão passando também pela transição para a modernização reflexiva, porém apresentam uma trajetória diferente da que Beck anteviu: a família (instituição da Primeira Modernidade) continua presente e central na vida social destes sujeitos. A transição demográfica consiste no processo de passagem das sociedades rurais e tradicionais, marcadas pelas altas taxas de natalidade e mortalidade para as sociedades urbanas e modernas marcadas por taxas reduzidas de natalidade e mortalidade. No entanto, é preciso entender o processo de transição demográfica dentro dos contextos históricos de cada país, levando em conta suas experiências de desenvolvimento econômico, industrialização, urbanização, entre outros. À medida que as populações destes países envelhecem, se faz necessário pensar em quem se responsabilizará pelos cuidados dessa população idosa em ambos os países.

Nos países em questão, a discussão sobre as políticas do cuidado se darão dentro do contexto da importância central da família. Segundo Qiu (2014) ao analisar a China Family Panel Survey (CFPS 中国家庭追踪调查), quando perguntados quem deveria ser responsável pela pensão de idosos que têm filhos, a maioria dos respondentes apontou "os filhos" seguido da opção "o governo", enquanto a categoria "o próprio idoso" recebeu a menor porcentagem. O autor concluiu que as pessoas ainda atribuem a responsabilidade do cuidado à família, e em segundo lugar ao governo, traços de uma sociedade bastante tradicional de acordo com a teoria de Beck. Desta forma, os indivíduos não se desvincularam de suas redes e o relacionamento intergeracional ocupa lugar central dentro de suas vidas sociais.

As Tabelas 8 e 9 ilustram a centralidade da família nos dois países através dos dados do World Value Survey – Wave 6 (2010-2014). A Tabela 8 mostra o quanto se confia na família, onde as categorias positivas (Confio completamente e Confio moderadamente) representam no Brasil 92,8% e na China 94,4% dos respondentes. A Tabela 9 mostra qual a importância da família dentre estes indivíduos, onde as categorias positivas (Muito importante e Moderadamente Importante) representam no Brasil 98,7% e na China 98,5% dos entrevistados.

TABELA 8 – Grau de confiança na família

	Total	Países	
		Brasil	China
Confio completamente	85,6%	70,1%	85,5%
Confio moderadamente	10,5%	22,7%	8,9%
Não confio muito	1,5%	4,6%	0,5%
Não confio	0,6%	2,3%	*
Não sei	0,4%	0,3%	0,1%
Sem resposta	1,5%	0,1%	4,9%
(N)	(7864)	(1486)	(2300)

Fonte: Inglehart et al. (2014). Elaborada pela autora.

TABELA 9 – Importância da família na sua vida

	Total	Países	
		Brasil	China
Muito importante	90,8%	87,4%	85,7%
Moderadamente importante	8,1%	11,3%	12,8%
Não é muito importante	0,5%	1,0%	0,5%
Não é importante	0,1%	0,2%	0,1%
Não sei	0,3%	-	0,3%
Sem resposta	0,2%	0,1%	0,7%
(N)	(7864)	(1486)	(2300)

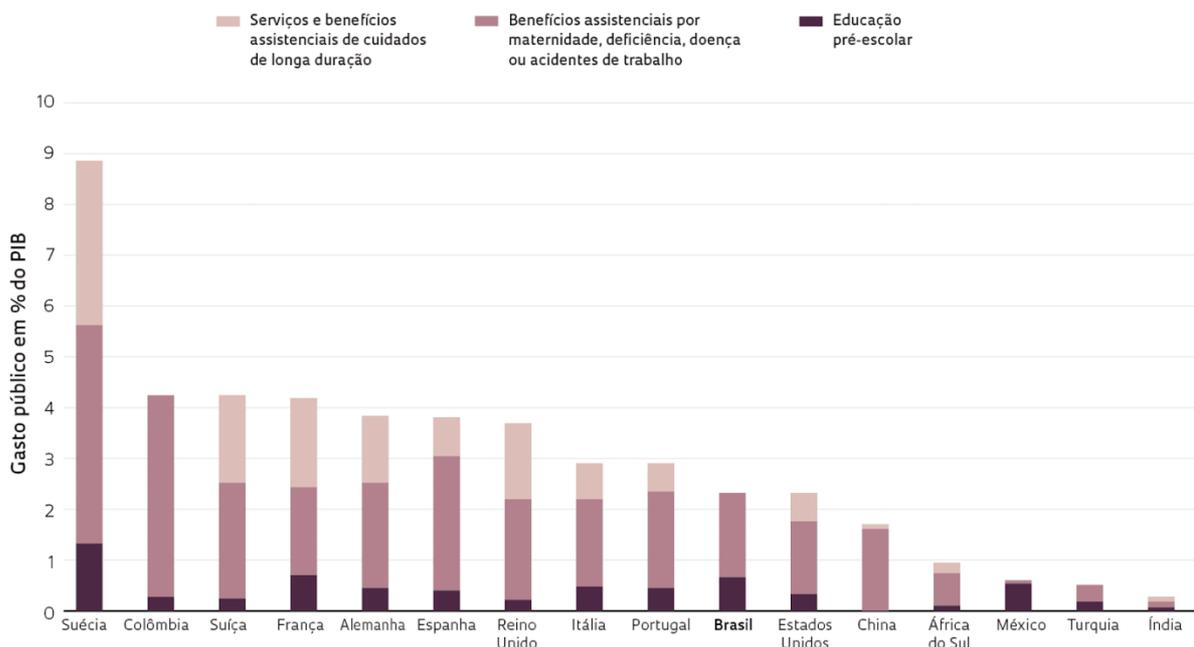
Fonte: Inglehart et al. (2014). Elaborada pela autora.

Em relação ao Estado, uma pesquisa da FAPESP mostra que com base nos dados da OIT, o gasto público em políticas de cuidado no Brasil e China ainda é muito focado em benefícios assistenciais por maternidade, deficiência, doença ou acidente de trabalho, enquanto os serviços e benefícios assistenciais de cuidado de longa duração ainda representam uma porcentagem pequena em relação aos países europeus, como pode ser observado no Gráfico 35.

GRÁFICO 35 – Gasto público em políticas do cuidado

Gasto público em políticas de cuidado ▲

Investimentos de países no setor



FONTE EL TRABAJO DE CUIDADOS Y LOS TRABAJADORES DEL CUIDADO PARA UN FUTURO CON TRABAJO DECENTE/OIT (2019)

Fonte: Queiroz (2021).

As novas relações de dependência intergeracional no contexto de escassez de investimento do Estado em ambos os países, reforçará ainda mais a necessidade de contar com o apoio da família e das gerações mais novas quando os sujeitos envelhecerem.

A experiência do Brasil e da China em relação à Transição Demográfica e a Transição Nutricional podem ajudar a construir teorias mais inclusivas sobre os processos de modernização nas suas multiplicidades de acordo com o contexto, que irão alargar os entendimentos dos processos demográficos e sociais que antes contavam com a experiência europeia como universal.

As políticas do cuidado são construídas historicamente e culturalmente e as maneiras de cuidar também estão em transformação baseadas no que cada geração imagina como uma "vida boa". Na presente pesquisa, a alimentação foi abordada como locus de diálogo, conexão e cuidado dentro das famílias e onde diferentes visões de prosperidade entram em choque. No momento da realização desta pesquisa, estas famílias estavam diante do desafio de lidar com a inversão da hierarquia, onde os jovens trouxeram novas ideias que buscavam aplicar também

para as gerações mais velhas. No entanto, o futuro ainda mostrará as expectativas e negociações destas gerações que ao envelhecerem serão cuidadas pelos seus filhos ou netos que possuem visões diferentes do que é uma "vida boa" e consequentemente de que forma será o cuidado que podem oferecer.

6.2 Entre a escolha de não comer e a falta de escolha do que comer: a discussão da carne diante do fato social total apresentado pela pandemia

A pandemia da COVID-19 acrescentou outra camada de complexidade ao discutir o consumo de alimentos no contexto contemporâneo. A situação de emergência causou rupturas nas cadeias agroalimentares globais e a devida crise econômica dificultou o acesso a produtos alimentícios em todo o mundo, fazendo com que a fome voltasse a surgir em países como o Brasil. Neste movimento entre ter a agência e experimentar a liberdade de escolher o que comer e ter que enfrentar novamente restrições e perda deste acesso, a imaginação sociológica (WRIGHT MILLS, 1959) é novamente desafiada a pensar o que significa ter uma "boa vida" e como a sustentabilidade se conecta a esta idéia no contexto dos países em desenvolvimento.

Diante destes desafios, a discussão interdisciplinar sobre as interseccionalidades das mudanças climáticas se faz ainda mais importante e a Sociologia pode contribuir na compreensão dos sujeitos que estão enfrentando esta transformação. A questão ambiental deve estar em diálogo com a questão social, e não se sobrepôr a ela. A recente diminuição do consumo de carne durante a pandemia foi celebrada por muitos como uma conquista para o meio ambiente (GFI, 2020; BULLARD, 2020), porém é preciso diferenciar a decisão de diminuir o consumo de carne da perda de acesso a este produto.

A sustentabilidade deve ser construída a partir de uma perspectiva de justiça social, e deve entender os indivíduos como sujeitos com agência. No contexto da insegurança alimentar, que é uma realidade crescente nos países em desenvolvimento, é importante diferenciar o que é uma "mudança de gosto" em relação à escolha de diminuir o consumo de carne, e "não poder pagar" ou "perder acesso" a produtos alimentícios como carne devido à redução do poder aquisitivo.

As experiências históricas destes países guiam diferentes maneiras de entender e responder às exigências da sustentabilidade. O Brasil como um grande

exportador de carne e soja para alimentação animal na China tem que lidar com o desafio que a sustentabilidade ambiental traz para o desenvolvimento das cadeias de produção de alimentos. Isto também representa um grande potencial para inovação e cooperação: redes de fornecimento sustentáveis e produtos de base vegetal que possam atender a esta nova demanda dos consumidores. A pandemia afetou as cadeias de produção e abastecimento da carne ao redor do mundo e isso gerou o aumento do preço deste alimento. Ao mesmo tempo, muitas pessoas perderam seus empregos e voltaram à situação de vulnerabilidade alimentar (GALINDO et al., 2020).

Logo, é preciso questionar quais os motivos por trás da diminuição do consumo de carne e investigar a agência e a intencionalidade dos sujeitos por trás deste comportamento. Esta mudança no padrão de consumo pode ter um impacto ambiental imediato positivo, porém a diminuição do consumo devido à vulnerabilidade alimentar não deve ser celebrada como uma conquista do meio ambiente, e sim debatida como uma questão de desigualdade e justiça social.

6.3 A comunicação da escassez: construindo novos caminhos de comunicação e imaginação em direção ao futuro

Através das narrativas intergeracionais em torno dos alimentos, é possível ver não apenas as diferentes experiências que cada geração teve com relação ao consumo e à disponibilidade de alimentos, mas também as narrativas de mobilidade social que mostram o poder adquirido para escolher o que comer.

A presente discussão sobre como as narrativas da carne trazem consigo as desigualdades e interseccionalidades do sujeito contribui também para a discussão de possíveis respostas para o crescimento do consumo de carne em vistas do seu impacto ambiental. A alimentação tem lugar de destaque no enfrentamento das mudanças climáticas porque está na interconexão entre uso de recursos, desenvolvimento e impacto ambiental. Os países em desenvolvimento têm um papel central neste debate: ao mesmo tempo que tem que alcançar o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da erradicação da fome, eles têm a agropecuária como um importante setor da economia, e também são cobrados pelos impactos ambientais negativos da produção agrícola.

A inovação no campo da sustentabilidade não precisa ser tecnológica. No contato entre diferentes culturas, emergem uma pluralidade de significados. Uma ideia que faz parte das práticas corriqueiras na China, como preparo de alimentos, pode viajar até o Brasil e despertar grandes inovações neste contexto. Da mesma forma, ideias brasileiras em relação ao cultivo e preparo de alimentos podem gerar mudanças no contexto chinês.

Além das iniciativas em direção à transformar os modos de produção da carne, esta pesquisa busca contribuir do ponto de vista do consumo. O aumento do preço deste produto pode se apresentar como uma maneira de diminuir o seu consumo (BLANCHETTE, 2020). No entanto, este tipo de medida no contexto de desigualdade do Brasil e da China não desencoraja o consumo, e sim restringe o consumo somente àqueles aos mais ricos enquanto retira a possibilidade de consumo daqueles que apenas recentemente puderam acessá-lo.

Em vistas das histórias de ascensão ao consumo destas famílias, a comunicação da "perda" é muito problemática, ou seja, a geração dos avós que queriam muito comprar carne, mas não conseguiam, agora finalmente conseguem comprar, mas a geração jovem pede para que deixem de consumir novamente. As narrativas de "prosperidade" trazem a esperança de uma vida melhor, que se traduzem também em suas dimensões de consumo, e isso se alinha com a ideia de progresso dentro destas famílias.

Porém, diante das mudanças climáticas, onde o consumo é entendido como um motor para acelerar o processo de degradação planetária, a comunicação da "escassez" é um desafio. De que forma devemos comunicar nestas famílias que viveram uma melhora de condições ao longo das últimas gerações, que a vida para a qual devemos nos dedicar é objetivamente pior do que se sonhava em termos materiais? Como as mudanças climáticas devem ser endereçadas considerando as desigualdades e interseccionalidades de modo a não punir aqueles que historicamente já foram tão privados? Muitos movimentos surgem no contexto europeu e norte americano com a proposta de "se viver como os nossos avós", o que significaria um estilo de vida com menos impacto ambiental. É preciso ser cuidadoso a respeito do discurso de "olhar para trás" em alusão a um impacto ambiental menor no passado. Isso é especialmente importante em países em que a população está passando pela mobilidade social e tendo uma melhora no padrão de vida. Porque as memórias de escassez e vulnerabilidade se encontram em um lugar

do passado que nenhum deles gostaria de voltar. Além do movimento vegetariano, que se encontra sob o guarda-chuva das dietas sustentáveis, várias outras práticas emergem neste mesmo sentido, como o movimento por moda sustentável e o movimento pela não utilização de carros. Porém, na presente tese procurei mostrar que as diferentes gerações ao redor do mundo viveram experiências históricas distintas e busquei discutir também se esses sujeitos gostariam de voltar para o estilo de vida que viviam no passado.

A Sustentabilidade deve aprender a comunicar prosperidade se deseja ser um motor de mudança de comportamento. As mudanças climáticas frequentemente se usam de imagens apocalípticas para sensibilizar os sujeitos e os chamarem para a ação. Porém a sustentabilidade tem que ir além da imagem de "vida possível" e pensar o que seria uma "vida boa" neste contexto. Muitos dos símbolos em torno dos quais as gerações passadas construíram suas visões de vida boa, como o consumo de carne, hoje são pesquisados e é de conhecimento público os impactos ambientais negativos. Precisa-se construir no imaginário do discurso da sustentabilidade uma visão de que uma "vida boa" seja sustentável levando em consideração as experiências das populações passando por estas mudanças. Para ser sustentável, o próprio desenvolvimento tem que ser inclusivo e buscar evitar a criação de novas desigualdades e estigmatizações.

Tim Ingold (2021) defende que a sustentabilidade demanda que repensemos as nossas relações com o mundo, o futuro, o tempo e a memória. Ele acredita que a sustentabilidade é um comprometimento com a continuidade da vida, e não a reprodução de antigas ideias de progresso. Desta forma, o diálogo intergeracional se encontra no cerne da questão, onde é preciso que as gerações mais velhas e mais jovens estejam em contato próximo para que possam aprender uma com a outra e juntas construir uma sustentabilidade de forma inclusiva que permita a continuidade da vida para todos.

Appadurai (1988) entende a capacidade de aspirar como uma capacidade de navegação, a experiência de aspiração e realização dos desejos é marcada pelas suas vivências de classe. Desta mesma forma, esta pesquisa mostra que a capacidade de aspirar e a temporalidade destes desejos se constroem através das experiências históricas das gerações. As famílias que passaram por experiências de precariedade e escassez tinham como horizonte de aspiração a resolução de seus problemas imediatos (como a fome) e a expectativa de que suas próximas gerações

não passassem pela mesma situação. Ao longo das últimas décadas, a melhora das condições de vida das populações desses dois países foi confrontada com a emergência da pauta ambiental. Isso deu substrato material (cessar das necessidades imediatas e expansão do consumo) e moral (consciência das mudanças climáticas) para que as gerações mais jovens construam a sua própria narrativa de prosperidade com um horizonte mais distante, levando em consideração não somente a sua própria sobrevivência, mas a sobrevivência do planeta. Estas visões contrastantes sobre o que consiste uma "vida boa" entram em choque quando se encontram em torno de um produto que possui significados diferentes para as gerações: enquanto as mais velhas o consideram um símbolo de conquista e de que a vida melhorou, as mais novas acreditam ser um dos motivos da degradação ambiental que coloca seu futuro em risco.

Nos países em desenvolvimento coexistem tanto o problema da fome quanto o desafio da expansão do consumo, desta forma o diálogo intergeracional nos mostra que é preciso considerar a desigualdade para se entender a complexidade das dinâmicas alimentares. Para a construção de uma comunicação que promova o desenvolvimento sustentável no contexto do Sul, é necessário que se incorpore um novo paradigma de prosperidade. A comunicação da necessidade de mudar práticas em prol do meio ambiente sem estar acompanhada da perspectiva de se ter uma vida melhor no futuro não ressoa com uma população que esteve vivendo mobilidade ascendente de classe. É importante considerar o sentimento de se construir uma vida melhor para si e para as suas famílias, uma vez que esta instituição é apontada como foco das benesses que se aspira conquistar (ZHU, 2016). A presente pesquisa também apresentou que tanto no Brasil quanto na China, a família está presente nas visões que estes sujeitos constroem em relação ao futuro e perpassa os valores e práticas que estes adotam no presente. Desta forma, concluo que para avançar com a agenda sustentável, é preciso entender os sujeitos como atores providos de agência e entendê-los no contexto de seus sonhos e aspirações.

A condenação moral do consumo e daqueles que não possuem os meios para adotarem soluções verdes no seu dia-a-dia ao invés de gerar diálogo em torno de novos caminhos para adotar a sustentabilidade no contexto local, gera uma atmosfera de culpabilização e estigmatização destas populações e segundo Dunker (2020) "culpa é um sentimento de baixíssima potência transformativa". Os sujeitos

engajados na promoção da agenda verde não devem se apresentar como controladores que restringem a experiência de satisfação e censores da liberdade e gozo alheio; estes devem se colocar ao lado dos consumidores e empoderá-los os convidando a pensar a sustentabilidade e os caminhos para irem em direção à ela em seus próprios termos.

CONSIDERAÇÃO FINAL

A cultura alimentar é transformada pelas mudanças socioeconômicas e pela ideia de melhora de vida. Da mesma forma que a soja corporificou narrativas de desenvolvimento e modernização no contexto chinês, onde ao mesmo tempo remete a tradição e ao passado e simboliza o futuro através do processo de modernização do Estado chinês (FU, 2018), a carne pode também contar as suas próprias histórias. As narrativas em torno do consumo de carne podem nos transportar ao passado, quando o consumo era escasso e o acesso era difícil, ao longo dos anos de transformação socioeconômica dos países quando se ampliou o seu acesso, se tornando um símbolo de prosperidade. E finalmente chegando ao presente onde este alimento possui um significado ambivalente: ao mesmo tempo que é um símbolo de que a vida melhorou em relação ao passado, o seu consumo pode comprometer o futuro devido ao impacto ambiental.

Neste debate familiar e intergeracional, na China foram mobilizadas memórias da Grande Fome que os avós nestas famílias presenciaram em contraste com as perspectivas dos netos agora trazem tanto uma perspectiva global da alimentação, quanto a consciência do seu impacto ambiental diante das Mudanças Climáticas. No caso do Brasil, apesar de os relatos não estarem vinculados a um incidente histórico traumático como a Grande Fome, as narrativas presentes nas famílias eram muito similares: memórias de privação de bens e alimentos e a aspiração ao seu acesso por parte das gerações mais velhas, enquanto as gerações mais jovens têm maior consciência dos fluxos globais e se engajam mais nas pautas ambientais. Quando estas diferentes gerações e perspectivas se encontram à mesa, é inevitável que emerja o conflito e a figura da carne é um ponto de confluência destas tensões devido à mudança do seu significado ao longo da história: de alimento valorizado e de difícil acesso à alimento inimigo do meio ambiente que se deve evitar.

No caso do Brasil e da China, o aumento do consumo de carne precisa ser entendido para além de uma escolha alimentar individual, mas como a crescente agência dos sujeitos de realizar suas aspirações e saciar sua fome por certos produtos. Diante desta questão, qualquer incentivo para a redução do consumo de carne deve ser feito de maneira cuidadosa, porque isso não é apenas uma mudança de valores em direção à pauta ambiental, isso vai de encontro ao acesso recém

conquistado de parcela da população. Em 2021 a população brasileira sofre com os efeitos da pandemia no aumento da insegurança alimentar, onde o acesso ao consumo de carne foi reduzido e para muitos perdidos novamente. Então podemos nos questionar novamente, o que a possibilidade ou a restrição do consumo significam para esta população?

O sabor da carne nos leva em uma jornada entre as narrativas de prosperidade e as narrativas de sustentabilidade. Essas narrativas não precisam ser mutuamente excludentes, mas é necessário que ambas sejam reinterpretadas e discutidas à mesa envolvendo as diferentes gerações. Todas as famílias entrevistadas sonhavam e continuam sonhando com uma vida melhor, as gerações diferem apenas no que consistem as suas visões de vida melhor.

O gosto da prosperidade é o gosto da agência. Uma vida melhor é aquela onde se pode escolher o que comer, seja esta escolha qual for: carne ou produtos vegetais. O importante no diálogo intergeracional a respeito da alimentação é que se respeitem as memórias e narrativas históricas de cada geração. E um caminho comum em direção ao futuro é aquele onde as escolhas dos sujeitos são pautadas pela agência e não pela escassez.

Deste modo tentei demonstrar que as narrativas de prosperidade devam ser reconstruídas e o processo deve ser inclusivo, especialmente nos países em desenvolvimento. Estes países concentram não apenas a maior parte da população mundial como também de recursos naturais devem encontrar na questão climática um caminho para o diálogo e a cooperação, construindo uma nova narrativa ambiental a partir das nossas próprias experiências e contribuindo também para o alargamento dos horizontes da sociologia internacional.

Compreender as percepções locais dos fenômenos globais pode ser o caminho para construir um desenvolvimento sustentável e inclusivo. O novo gosto da sustentabilidade tem que dialogar com as narrativas de prosperidade que emergem de diferentes contextos, onde o engajamento dos sujeitos através das gerações é a chave para construir juntos um novo amanhã.

REFERÊNCIAS

- ABEP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. **Brazilian Criteria 2015 and social class distribution update for 2016**. São Paulo, SP. 2016.
- ABRAMSON, P. R.; INGLEHART, R. **Value change in global perspective**. Michigan: University of Michigan Press, 2009.
- ALLEN, P. Realizing justice in local food systems. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, Oxford, v. 3, n. 2, p. 295-308, 2010.
- ALLEN, P.; WILSON, A. B. Agrifood inequalities: globalization and localization. **Development**, Washington, DC, v. 51, n. 4, p. 534-540, 2008.
- ALLISON, D. **We are all the same age now: valuegraphics, the end of demographic stereotypes**. [S. l.]: Lioncrest Publishing, 2018.
- ALKON, A. H. Food justice: an overview. In: ALBALA, K. (ed.). **Routledge international handbook of food studies**. London: Routledge, 2012. p. 295-305.
- APPADURAI, A. (ed.). **The social life of things: commodities in cultural perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- BANCO MUNDIAL. **World Bank open data**. Washington, DC, 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em 19 jul. 2019.
- BANCO MUNDIAL. **World Bank open data**. Washington, DC, 2018. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em 19 jul. 2019.
- BANCO MUNDIAL. **World Bank open data**. Washington, DC, 2017. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em 19 jul. 2019.
- BANCO MUNDIAL. **World Bank open data**. Washington, DC, 2016. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em 19 jul. 2019.
- BANCO MUNDIAL. **World Bank open data**. Washington, DC, 2015. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em 19 jul. 2019.
- BARBI, F.; FERREIRA, L. C. Governing climate change risks: subnational climate policies in Brazil. **Chinese Political Science Review**, [S. l.], v. 2, p. 237-252, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s41111-017-0061-3.pdf>.
- BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: SADER, E. (org.). **10 Anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro, RJ: FLACSO Brasil, 2013. p. 69-102.
- BARONE, B. et al. Sustainable diet from the urban Brazilian consumer perspective. **Food Research International**, Inglaterra, v. 124, p. 206-212, 2018.
- BASSI, C. M. Envelhecimento populacional e sustentabilidade ecossistêmica no Brasil: evidências por meio dos indicadores pegada ecológica e pegada hídrica. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Brasília, DF: IPEA, 2014. P. 315-336.
- BASSO, L.; VIOLA, E. Chinese energy policy progress and challenges in the transition to low carbon development, 2006-2013. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, edição especial, Brasília, DF, p. 174-192, 2014.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2001.

BBC NEWS BRASIL. **O sucesso da 'carne vegana', que movimentou mercado alimentício e ganha investimentos de celebridades.** 29/05/2019. Disponível em: <https://url.gratis/0ZXg69>. Acesso em: 19 jul. 2019.

BEARDSWORTH, A.; KEIL, E. Vegetarianism, veganism and meat avoidance: recent trends and findings. **British Food Journal**, Inglaterra, v. 93, n. 4, p. 19-24, 1991.

BECK, U. **The metamorphosis of the world: how climate change is transforming our concept of the world.** Hoboken: John Wiley & Sons, 2016.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade.** São Paulo, SP: Editora 34, 2011.

BECK, U.; GRANDE, E. Varieties of second modernity: the cosmopolitan turn in social and political theory and research. **The British Journal of Sociology**, London, v. 61, n. 3, p. 409-443, 2010.

BECK, U.; BECK-GERNSHEIM, E. **Individualization: institutionalized individualism and its social and political consequences.** California: SAGE Publishing, 2002.

BECK, U. **Risk society: towards a new modernity.** New York, NY: SAGE Publications, 1992.

BECK, U. **The metamorphosis of the world: How climate change is transforming our concept of the world.** Hoboken: John Wiley & Sons, 2016.

BELIK, W. **Estudo sobre a cadeia de alimentos.** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Clima e Sociedade, 2020.

BELIK, W. Segurança alimentar e nutricional na China: aspectos históricos e atuais desafios. In: LIMA, M. C.; OLIVEIRA, E. M. (org.). **Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional: Brasil e China em perspectiva.** Recife, PE: FASA, 2019. p. 37-55.

BELIK, W. Food Insecurity in countries with low development: new trends. **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 29, n. 2, p. 219-241, 2013.

BERTELSMANN STIFTUNG (ed.). **Sustainable governance in the BRICS: executive summary.** Alemanha, s.d. Disponível em: <http://www.sgi-network.org/brics/>. Acesso em: 08 aug. 2016.

BERTULUCCI, F. B.; HASE UETA, M. Consumo e sustentabilidade: os valores da juventude no Brasil e na China. In: FERREIRA, L. C.; BARBI, F.; BARBIERI, M. D. (org.). **Dimensões humanas das mudanças climáticas no Sul Global.** Curitiba, PR: CRV, 2020. p. 131-152. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24824/978655578415.2>.

BLANCHETTE, A. **Porkopolis: American animality, standardized life, and the factory farm.** Carolina do Norte: Duke University Press, 2020.

BOSTON UNIVERSITY LIBRARIES. **China in Latin America: lessons for South-South cooperation and sustainable development.** Boston, 2015.

BOURDIEU, P. **Distinction: a social critique of the judgement of taste.** London: Routledge, 1984.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/sobre-o-brics/dados-economicos>. Acesso em: 19 jul. 2019.

BULLARD, N. The world is finally losing its taste for meat. **Bloomberg**, [S. l.], 30/07/2020. Disponível em: <https://www.bloombergquint.com/business/good-news-for-climate-change-as-world-loses-its-taste-for-meat>.

BUSBY, J. Warming world: why climate change matters more than anything else. **Foreign Affairs**, Congers, NY, 2018. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/2018-06-14/warming-world>. Acesso em: 19 jul. 2019.

CAHN, M. **Environmental deceptions: the tension between liberalism and environmental policymaking in the United States**. New York, NY: State University of New York, 1995.

CALEIRO, J. P. Fórum Mundial diz que deixar de comer carne pode salvar milhões de vidas. **Exame**, São Paulo, SP, 03/01/2019. Disponível em: <https://exame.com/ciencia/forum-mundial-diz-que-deixar-de-comer-carne-pode-salvar-milhoes-de-vidas/>. Acesso em: 19 jul. 2019.

CALEIRO, J. P. Crise empurra 3,7 milhões de volta para fora da classe C. **Exame**, São Paulo, SP, 12/01/2016. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/crise-empurra-milhoes-de-volta-para-fora-da-classe-c>.

CAMPBELL, C. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Tradução de Mauro Gama. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2001.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo, SP: Livraria Duas Cidades, 1971.

CARMO, Í. N. Feminista e vegana: gastropolíticas e convenções de gênero, sexualidade e espécie entre feministas jovens. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, RJ, v. 27, n. 1, 2019.

CARVALHO, A. **Tendência temporal do consumo de carne no Município de São Paulo: estudo de base populacional – ISA Capital 2003/2008**. 2012. 80f. Tese (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

CASTRO, B. **Afogados em contratos: o impacto da flexibilização do trabalho nas trajetórias dos profissionais de TI**. 2013. 388f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

CASTRO, J. **A geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1961.

CASTRO, J. **A geopolítica da fome**. São Paulo, SP: Editora Casa do Estudante do Brasil, 1955.

CHANG, K. S. China as a complex risk society: risk components of post-socialist compressed modernity. **Temporalités. Revue de Sciences Sociales et Humaines**, n. 26, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/temporalites.3810>.

CHEN, G. The tendencies of income inequality in contemporary China and some macro-structural explanations. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 3., 2021, Brasília, DF. **Anais...** Porto Alegre, RS: SBS, 2021.

CHEN, G. Structural characteristics and trends of income inequality in China. In: LI, P. et al. (ed.). **Social stratification in the BRIC countries: change and perspective**. Jinzhuan Guojia Shehui Fenceng: Bianqian Yu Bijiao (金砖国家社会封层 : 便签与比较). Singapore: World Scientific, 2013.

CHENG, L. **Chinese politics in the XI Jinping Era: reassessing collective leadership**. Washington DC: Brookings Institution Press, 2013.

CHENGZHONG, P. Not impossible: China's vegan meat culture goes back 1,000 years. **YouTube**, 04/06/2020.

CHINA POWER TEAM. **How is China feeding its population of 1.4 billion?** Washington, DC, 2019. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/china-food-security/>. Acesso em: 19 jul. 2019.

CHINA/POLITICS. How China's pollution clean-up is driving up prices for shoppers: cost of meeting environmental regulations is increasing companies' costs and leading some firms to consider moving production abroad, according to analysts. **Bloomberg**, [S. l.], 20/11/2017. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/policies-politics/article/2120636/how-chinas-pollution-clean-driving-prices-shoppers>. Acesso em: 19 jul. 2019.

CHINA. **The chinese dietary guidelines**. China, s.d. Disponível em: <http://dg.en.cnsoc.org/>. Acesso em: 19 jul. 2019.

COLLINS, R.; HITCHINGS, R. A tale of two teens: disciplinary boundaries and geographical opportunities in youth consumption and sustainability research. **Area**, London, v. 44, n. 2, p. 193-199, 2012.

CONNELL, R. **Southern theory**. Oxford: Polity, 2007.

COSTA, L. G.; SCALON, C. Income inequality & social stratification in Brazil: key determining factors & changes in the first decade of the 21st century. In: LI, P. et al. (ed.). **Social stratification in the BRIC countries: change and perspective**. Jinzhuan Guojia Shehui Fenceng: Bianqian Yu Bijiao (金砖国家社会封层 : 便签与比较). Singapore: World Scientific, 2013. p. 421-439.

COSTA, M. I. S.; IANNI, A. M. Z. **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica**. São Bernardo do Campo, SP: EdUFABC, 2018.

COVIC, A. La recherche sur les valeurs dans les BRICS. Convergences, tensions et pistes de travail. **Dans Hermès, La Revue**, [S. l.], v. 3, n. 79, p. 48-53, 2017.

DAMASIO, K. Emissões de gases estufa aumentam no Brasil: atividades rurais lideram. **National Geographic**, [S. l.], 01/12/2020. Disponível em: encurtador.com.br/cjnu1. Acesso em: 15 jun. 2021.

DANIEL, J. M. P.; CRAVO, V. Z. O valor social e cultural da alimentação. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro, RJ: Editora da FIOCRUZ, 2005. p. 57-68.

DATAFOLHA. **63% dos brasileiros quer reduzir o consumo de carne**. São Paulo, SP, 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/bomgourmet/63-porcento-brasileiros-quer-reduzir-o-consumo-de-carne/>. Acesso em: 19 jul. 2019.

DAVE, N. N. Something, everything, nothing; or, cows, dogs, and maggots. **Social Text**, Durham, v. 35, n. 1, p. 37-57, 2017.

- DAVIS, D. **The consumer revolution in urban China**. London: University of California Press, 2000.
- DE CONING, C. Une volonté partagée de façonner un nouvel ordre mondial. In: WOLTON, D. **HERMÉS 79: les BRICS, un espace ignoré**. Paris: CNRS Editions, 2017. p. 90-96.
- DELOITTE. **Consumer 2020 report**. London, 2011.
- DIDI-HUBERMAN, G. Quando as imagens tocam o real. **Pós: Belo Horizonte**, Belo Horizonte, MG, v.2, n.4, p. 204-219, 2012.
- DONATO, R. S. J.; D'ANTONA, A. O.; MARANDOLA JR., E. Risco, mobilidade e população: para uma visão integrativa de diferentes abordagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., 2018, Poços de Caldas, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2018. Disponível em: <https://abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/3112/2974>.
- DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, RJ: Editora da UFRJ, 2006.
- DREGER, C.; ZHANG, Y. Prospects for consumption-based growth in China. **DIW Economic Bulletin**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 3-6, 2014. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=bth&AN=94882582&site=eh-ost-live>.
- DUBOIS, T. Counting the carnivores: three perspectives on meat consumption in Republican China. In: CHINA MODERN FOODWAYS CONFERENCE, 2021. **Anais...**
- DUGGAN, N. BRICS and the evolution of a new agenda within global governance. In: REWIZORSKI, M. **The European Union and the BRICS**. Switzerland: Springer International Publishing, 2015. p. 11-25.
- DUNKER, C. Por uma esquerda que não odeie o dinheiro. **Blog da Boitempo**, São Paulo, SP, 2020.
- DUNLAP, R; BRULLE, R. **Climate change and society: sociological perspectives**. New York, NY: Oxford University Press, 2015.
- DUNLAP, R. **Environmental concern: conceptual and measurement issues**. In: DUNLAP, R. E.; MICHELSON, W. (ed.). **Handbook of environmental sociology**. Westport CN: Greenwood Press, 2002. p. 482-524.
- DUNLOP, F. China, the birthplace of fake meat. **The Economist**, London, 2018. Disponível em: <https://www.economist.com/1843/2018/07/02/china-the-birthplace-of-fake-meat>.
- DWYER, T. Contemporary issues in BRICS sociology: paths taken, teaching, research into students, the middle class and sustainability. In: CONFERENCE ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND MIDDLE CLASS IN METROPOLITAN CITIES OF THE BRICS NATIONS, 2016, Shanghai, China. **Anais...** Shanghai, China: University of Shanghai, 2016a.
- DWYER, T. Universitários em tempos de pós-industrialismo e globalização: contribuições para o diálogo sino-brasileiro. In: DWYER, T. et al. (org.). **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016b. p. 139-163.

DWYER, T. et al. (org.). **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. Brasília: Ipea, 2016. Biàngé Shìjiè Zhòngdì Dàxuéshēng Zhōngguó Bāxī Bǐjiào Yánjiū (变革世界中的大学生中国巴西比较研究) Pequim, Academic Press, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7351>.

DWYER, T. Relations between the BRICS: a reflection from a Brazilian sociological viewpoint. **Fudan Journal of Humanities and Social Science**, Switzerland, v. 4, n. 4, p. 27-55, 2011.

ESCHER, F. O “efeito China” na economia e na agricultura do Brasil. **Sul21**, 15/01/2018. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/jornal/o-efeito-china-na-economia-e-na-agricultura-do-brasil/>. Acesso em: jan. 2019.

FAN, Y. Most Chinese consumers say their rights were violated in 2018. **SixthTone**, [S. l.], 14/03/2019. Disponível em: encurtador.com.br/wSUY8. Acesso em: 19 jul. 2019.

FAOSTAT – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Statistical database 2016**. Roma, 2016.

FAOSTAT – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Statistical database 2015**. Roma, 2015.

FAOSTAT – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Statistical database 2014**. Roma, 2014.

FAOSTAT – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Statistical database 2013**. Roma, 2013.

FARQUHAR, J. **Appetites: food and sex in post-socialist China**. Durham: Duke University Press, 2002.

FEI, X. **Globalization and cultural self-awareness**. Switzerland: Springer, 2015.

FEI, X. **From the soil: the foundations of chinese society**. California: University of California Press, 1992.

FEINBERG, M.; WILLER, R. The moral roots of environmental attitudes. **Psychological Science**, California, v. 20, n. 10, p. 1-7, 2012.

FERREIRA, L. C. **O desafio das mudanças climáticas: os casos Brasil e China**. Jundiaí; São Paulo, SP: FAPESP, 2017.

FERREIRA, L. C. **Ideias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil**. São Paulo, SP: Annablume, 2006.

FICKLING, D. **Ecosystems are collapsing, food bowls are next: companies need to look past temporary farm gluts to a leaner and more profitable future**. 2018. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/opinion/articles/2018-01-08/ecosystems-are-collapsing-and-food-bowls-are-next>. Acesso em: 19 jul. 2019.

FISHMAN, R.; LIZARDO, O. How macro-historical change shapes cultural taste: legacies of democratization in Spain and Portugal. **American Sociological Review**, US, v. 78, n. 2, p. 213-239, 2013.

FLORISTELLA, A. P. Dealing with natural disasters. **The Pacific Review**, London, v. 29, p. 283-305, 2015.

FRANCIS, J. E.; DAVIS, T. Adolescents' sustainability concerns and reasons for not consuming sustainably. **International Journal of Consumer Studies**, [S. l.], v. 39, n. 1, p. 43-50, 2015.

FRASER, N. Crisis of care? On the social-reproductive contradictions of contemporary capitalism. In: BHATTACHARYA, T. (ed.). **Social reproduction theory: remapping class, recentering oppression**. London: Pluto Press, 2017. p. 21-36.

FU, J. C. **The other milk: reinventing soy in Republican China**. Washington, DC: University of Washington Press, 2018.

GALINDO, E. et al. **Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil**. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy, 2021. (Food for Justice Working Paper Series, n. 4). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17169/refubium-29554>.

GFI – THE GOOD FOOD INSTITUTE. **O consumidor brasileiro e o mercado plant-based**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://gfi.org.br/2020/12/07/50-dos-brasileiros-afirmam-reduzir-o-consumo-de-carne/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

GFI – THE GOOD FOOD INSTITUTE. **China plant-based meat industry report 2018**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.gfi.org/new-gfi-report-illustrates-the-state-of-chinas>. Acesso em: 19 jul. 2019.

GHOSH, A. **The great derangement: climate change and the unthinkable**. London: Penguin Books UK, 2018.

GIDDENS, A. **Runaway world: how globalization is reshaping our lives**. London: Taylor & Francis, 2003.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 1991.

GILL, M. et al. The environmental impact of nutrition transition in three case study countries. **Food Security**, Switzerland, v. 7, p. 493-504, 2015.

GÖBEL, C.; ONG, L. **Social Unrest in China**. London: ECRAN, 2012.

GOLDTHREAD. **Not impossible: China's vegan meat culture goes back 1,000 years**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wc52ZVZwTQ0>.

GOODMAN, D.; DUPUIS, E. M.; GOODMAN, M. K. **Alternative food networks: knowledge, practice, and politics**. London: Routledge, 2012.

GOOSSAERT, V. The beef taboo and the sacrificial structure of late imperial chinese society. In: STERCKX, R. (ed.). **Of tripod and palate**. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2005. p. 237-248. Disponível em: https://doi.org/10.1057/9781403979278_12.

GORE, Al. **Uma verdade inconveniente**. Barueri, SP: Editora Manole, 2006.

GRAIN, IATP; HEINRICH BÖLL FOUNDATION. **Big meat and dairy's supersized climate footprint**. Barcelona, 2017. Disponível em: <https://url.gratis/y9DQVk>. Acesso em: 19 jul. 2019.

GUADAGNINI, G. JBS is launching a plant-based burger in Brazil: the world's largest meat producer, Brazil-based JBS is launching a plant-based burger. And that's not all that's happening in the Brazilian market. **Business News**, Washington DC, 21 maio

2019. Disponível em: <https://www.gfi.org/jbs-launching-plant-based-burger-in-brazil>. Acesso em: 19 jul. 2019.

GUIVANT, J. Riscos alimentares: novos desafios para a sociologia ambiental e a teoria social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, PR, n.5, p. 89-99, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v5i0.22119>.

GUIVANT, J. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, RJ, v. 9, n. 1, p. 95-112, 2001. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/188>.

GULBRIUM, J.; HOLSTEIN, J. Narrative ethnography. In: HESSER- BIBER, S. N.; LEAVY, P. **Handbook of emergent methods**. New York, NY: The Guilford Press, 2008. p. 241-264.

GUO, Y. Family relations: the generation gap at the table. In: JUN, J. (ed.). **Feeding China's little emperors: food, children, and social change**. Califórnia: Stanford University Press, 2000. p. 94-113.

GUTHMAN, J. "If they only knew": color blindness and Universalism in California Alternative Food Institutions. **The Professional Geographer**, London, v. 60, n. 3, p. 387-397, 2008.

GUTHMAN, J.; DUPUIS, M. Embodying neoliberalism: economy, culture, and the politics of fat. **Environment and Planning D: Society and Space**, London, v. 24, n. 3, p. 427-448, 2006.

HAKKERT, R. **Fonte de dados demográficos**. Belo Horizonte, MG: ABEP, 1996.

HAN, S. J.; SHIM, Y. H. Redefining second modernity for East Asia: a critical assessment. **The British Journal of Sociology**, London, v. 61, n. 3, p. 465-488, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-4446.2010.01322.x>.

HARAWAY, D. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, US, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1991.

HARRIS, M. **Good to eat: riddles of food and culture**. Long Grove: Waveland Press, 1998.

HARVEY, M. The food-energy-climate change trilemma: toward a socio-economic analysis. **Theory, Culture and Society**, London, v. 31, n. 5, p. 155-182, 2014. (Special Issue on Energy).

HASE-UETA, M.; PEREIRA, M. Y. B. Alimentação sustentável: incorporando a transdisciplinaridade rumo à justiça. In: CARVALHO, A. M.; MARCHIONI, D. M. L. (org.). **Sistemas alimentares e alimentação sustentável**. São Paulo, SP: Editora Manole. (Prelo).

HASE-UETA, M. A transformação do consumo e a mudança nos padrões alimentares na China. In: LIMA, M. C.; OLIVEIRA, E. M. (org.). **Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional: Brasil e China em perspectiva**. Recife, PE: FASA, 2019. p. 325-338.

HASE-UETA, M. et al. **China and Brazil: transitioning from the middle income trap to sustainable development?** China: Fudan Latin America University Consortium (FLAUC), 2018a.

HASE-UETA, M. et al. Cadeias alimentares globais: um olhar para as mudanças nos padrões de consumo na China e seus impactos nas relações produtivas no Brasil. In:

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA INICIATIVA BICAS DE ESTUDOS AGRÁRIOS CRÍTICOS, 6., 2018, Brasília, DF. **Anais...** [S. l.]: BICAS Brasil, 2018b.

HASE-UETA, M. **Allegories of imagination: on the effect of intercultural communication in the development of the Sino-Brazilian Strategic Partnership.** 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia Chinesa) – School of Social Development and Public Policy, Fudan University, Shanghai, China, 2015.

HELLER, M. C.; KEOLEIAN, G. Greenhouse gas emissions of the U.S. diet: aligning nutritional recommendations with environmental concerns. In: INTERNATIONAL CONFERENCE LCA OF FOOD, 9., 2014, San Francisco, CA. **Anais...** [S. l. : s. n.], 2014.

HERNANDO, S. A era do veganismo: o fim dos prazeres da carne. **El Pais Semanal**, Madrid, 10/02/2019. Disponível em: <https://url.gratis/mjF1Or>. Acesso em: 19 jul. 2019.

HESSE-BIBER, S. N. The practice of feminist in- depth interviewing. In: HESSE-BIBER, S. N.; LEVY, P. L. (ed.). **Feminist research practice: a primer.** Thousand Oaks: Sage, 2011. p. 110-148.

HOWELL, R. A. It's not (just) "the environment, stupid!" values, motivations, and routes to engagement of people adopting lower-carbon lifestyles. **Global Environmental Change**, Inglaterra, v. 23, n. 1, p. 281-290, 2013. Disponível em: encurtador.com.br/dsPVZ.

HUANG, E. H; LAHIRI, T. Xi Jinping to China: "any harm we inflict on nature will eventually return to haunt us". **QUARTZ**, [S. l.], 18/10/2017. Disponível em: encurtador.com.br/oGKW1. Acesso em: 19 jul. 2019.

IANNI, A. M. Z. **Mudanças sociais contemporâneas e saúde: estudo sobre teoria social e saúde pública no Brasil.** São Paulo, SP: Hucitec, 2018.

IBOPE. **14% da população se declara vegetariana.** Rio de Janeiro, RJ, 2018. Disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/14-da-populacao-se-declara-vegetariana/>. Acesso em: 19 jul. 2019.

INGLEHART, R. et al. (ed.). **World values survey: round six – country-pooled datafile version:** Madrid: JD Systems Institute, 2014. Disponível em: <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp>.

INGLEHART, R.; BAKER, W. E. Modernization, cultural change, and the persistence of traditional values. **American Sociological Review**, US, v. 65, n. 1, p. 19-51, 2000.

INGOLD, T. The sustainability of everything. In: PLURALIZING THE ANTHROPOCENE, 2021, [S. l.]. **Anais...** [S. l.]: Serralves, 2021.

INGOLD, T. Anthropology beyond humanity. **Suomen Antropologi: Journal of the Finnish Anthropological Society**, Finland, v. 38, n. 3, p. 5-23, 2013.

JABS, J.; SOBAL, J.; DEVINE, C. Managing vegetarianism: identities, norms and interactions. **Ecology of Food and Nutrition**, New York, NY, v. 39, n. 5, p. 375-394, 2000.

JACKSON, T. Motivating sustainable consumption: a review of evidence on consumer behaviour and behavioural change. **Sustainable Development Research Network**, [S. l.], v. 29, p. 30, 2005.

- JANUZZI, P. A produção e disseminação das estatísticas públicas. In: JANUZZI, P. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas, SP: Alínea Editora, 2001.
- JING, J. **Feeding China's little emperors: food, children, and social change**. California: Stanford University Press, 2000.
- JUN, J. (ed.). **Feeding China's little emperors: food, children, and social change**. California: Stanford University Press, 2000.
- KEARNS, J. K.; DORMIDO, H.; McDONALD, A. China's war on pollution will change the world. **Bloomberg**, [S. l.], 09/03/2018. Disponível em: encurtador.com.br/gnxY5. Acesso em: 19 jul. 2019.
- KEITH, M. et al. **China constructing capitalism: economic life and urban Change** London: Routledge, 2014.
- KENNEDY, E. H.; HORNE, C. Green distinctions: do eco-friendly practices earn social status? In: INTERNATIONAL SOCIOLOGICAL ASSOCIATION WORLD CONGRESS OF SOCIOLOGY, 19., 2018, Canada. **Anais...** Madrid: ISA, 2018.
- KHARAS, H.; KOHLI, H. What Is the middle income trap, why do countries fall into it, and how can it be avoided? **Global Journal of Emerging Market Economies**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 281-289, 2011.
- KIESCHNICK, J. Buddhist vegetarianism in China. In: STERCKX, R. (ed.). **Of tripod and palate**. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2005. p. 186-212.
- KLEINMAN, A. et al. **Deep China**. California: University of California Press, 2011.
- KLINENBERG, E.; ARAOS, M.; KOSLOV, L. Sociology and the climate crisis. **Annual Review of Sociology**, US, v. 46, n. 6, p. 1-21, 2020.
- KOFES, S.; MANICA, D. (org.). **Vidas & grafias: narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia**. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina Editora, 2015.
- KOSELLECK, R. **Futures past: on the semantics of historical time**. New York, NY: Columbia University Press, 2004.
- KUCKARTZ, U. **Qualitative text analysis: a guide to methods, practice and using software**. New York, NY: SAGE Publications, 2014.
- LEAVY, P. L. The practice of feminist oral history and focus group interviews. In: HESSE-BIBER, S. N.; LEVY, P. L. (ed.). **Feminist research practice: a primer**. Thousand Oaks: Sage, 2011. p. 149-186.
- LEITE, J. R. T. **A China no Brasil**. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.
- LEVY, N. So you're too ethical to eat meat; but should cows go extinct? **Aeon**, 29/01/2018. Disponível em: encurtador.com.br/aFHY3. Acesso em: 19 jul. 2019.
- LI, C. The heterogenous composition and multiple identities of China's middle class. In: LI, P. et al. (ed.). **Social stratification in the BRIC countries: change and perspective**. Jinzhuan Guojia Shehui Fenceng: Bianqian Yu Bijiao (金砖国家社会封层 : 便签与比较). Singapore: World Scientific, 2013. p. 395-418.
- LI, P. et al. (ed.). **Social stratification in the BRIC countries: change and perspective**. Jinzhuan Guojia Shehui Fenceng: Bianqian Yu Bijiao (金砖国家社会封层 : 便签与比较). Singapore: World Scientific, 2013.

- LI, S. Recent changes in income inequality in China. In: UNESCO. **World social science report, 2016**: challenging inequalities, pathways to a just world. Paris, 2016. p. 84-88. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002459/245943e.pdf>.
- LI, W. Stratum consciousness and stratum identification in China. In: LI, P. et al. (ed.). **Social stratification in the BRIC countries**: change and perspective. Jinzhuan Guojia Shehui Fenceng: Bianqian Yu Bijiao (金砖国家社会封层 : 便签与比较). Singapore: World Scientific, 2013. p. 733-754.
- LIN, Q. China's middle class comes with new characteristics: recent report looks beyond numbers to define an evolving social stratum. **SixthTone**, [S. l.], 01/08/2017. Disponível em: <http://www.sixthtone.com/news/1000610/chinas-middle-class-comes-with-new-characteristics>. Acesso em: 19 jul. 2019.
- LIU, D. China should play its part in curbing soy-driven ecosystem loss. **Diálogo Chino**, [S. l.], 22/03/2021. Disponível em: <https://dialogochino.net/en/agriculture/41602-china-should-play-its-part-in-curbing-soy-driven-ecosystem-loss/>.
- LOPES, L. Consumo de carne é o maior inimigo da alimentação sustentável no Brasil: estudo mostra que 50% do impacto ambiental causado por hábitos alimentares no país vem da carne vermelha. **Jornal da USP**, São Paulo, SP, 18/06/2019. Disponível em: encurtador.com.br/jqPQW. Acesso em: 19 jul. 2019.
- LUKACS, M. Neoliberalism has conned us into fighting climate change as individuals. **The Guardian**, [S. l.], 17/07/2017. Disponível em: encurtador.com.br/cvPX1. Acesso em: 19 jul. 2019.
- MALM, A. The anthropocene myth. **JACOBIN**, 30/03/2015. Disponível em: encurtador.com.br/aftwV. Acesso em: 19 jul. 2019.
- MARQUES, L. Abandonar a carne ou a esperança. **Jornal da UNICAMP**, Campinas, SP, 10/07/2019. Disponível em: encurtador.com.br/uEUWX. Acesso em: 19 jul. 2019.
- MARQUES, L. **Capitalismo e colapso ambiental**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2018.
- MARTINE, G.; MCGRANAHAN, G. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, R. (org.). **População e cidades**: subsídios para o planejamento e para as políticas públicas. Brasília, DF: UNFPA, 2010. p. 11-24. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/populacao_cidade.pdf#page=12.
- MAZZON, J. A. (org.). **40 Anos do PAT: Programa de Alimentação do Trabalhador**: conquistas e desafios da política nutricional com foco em desenvolvimento econômico e social. São Paulo, SP: Editora Edgard Blücher, 2016a.
- MAZZON, J. A.; KAMAKURA, W. A. **Estratificação socioeconômica e consumo no Brasil**. São Paulo, SP: Editora Blucher, 2016b.
- MILMAN, O.; LEAVENWORTH, S. China's plan to cut meat consumption by 50% cheered by climate campaigners. **The Guardian**, [S. l.], 20/06/2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/jun/20/chinas-meat-consumption-climate-change>. Acesso em: 19 jul. 2019.

MOL, A. Clean development mechanism implementation and additionality in China: as institutional analysis. In: FERREIRA, L. C.; GUILHON, J. (ed.). **China and Brazil: challenges and opportunities**. São Paulo, SP: Editora Annablume, 2013.

MOON, L. Inside Hong Kong's growing appetite for veganism. **South China Morning Post**, [S. l.], 28/10/2017. Disponível em: encurtador.com.br/foxOR. Acesso em: 19 jul. 2019.

MOTTA, R. Social movements as agents of change: fighting intersectional food inequalities, building food as webs of life. **Sociological Review**, London, v. 69, n. 3, p. 603-625, 2021.

MOTTA, R. Risco e modernidade: uma nova teoria social. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, MG, v. 29, n. 86, p. 15-27, 2014.

MURPHY, J.; COHEN, M. (org.). **Exploring sustainable consumption: environmental policy and the social sciences**. New York, NY: Elsevier, 2001.

NASSIF, A. An analysis of Brazil's economic situation: 2014-2017, the short-term outlook and policy alternatives. **Brazilian Keynesian Review**, Pampulha, MG, v. 3, n. 1, p. 95-108, 2017. Disponível em: encurtador.com.br/hmW69.

NDB – NEW DEVELOPMENT BANK. Shanghai, China, 2020. Disponível em: <https://www.ndb.int/>.

NIEDERLE, P.; SCHUBERT, M. N. HOW does veganism contribute to shape sustainable food systems? Practices, meanings and identities of vegan restaurants in Porto Alegre, Brazil. **Journal of Rural Studies**, New York, NY, v. 78, p. 304-313, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.06.021>.

NORDGREN, A. Ethical issues in mitigation of climate change: the option of reduced meat production and consumption. **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**, Holanda, v. 25, n. 4, p. 563–584, 2012.

OCHOTA, M. A. Cultural taboos around food are powerful: could vegans change ours? **The Guardian**, [S. l.], 01/02/2018. Disponível em: encurtador.com.br/abwK3. Acesso em: 19 jul. 2019.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1994.

ORTNER, S. B. Poder e projetos. In: GROSSI, M. P.; ECKERT, C.; FRY, P. H. (org.). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Blumenau, SC: Nova Letra, 2007.

PADILHA, L. G. O.; VERSCHOORE, J. R. S. Green governance: a proposal for collective governance constructs towards local sustainable development. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, SP, v. 16, n. 2, p. 153-174, 2013.

PERCY, J. Is a “Meatless Meat” revolution really underway in China? **China Briefing**, [S. l.], 21/08/2019. Disponível em: <https://www.china-briefing.com/news/is-a-meatless-meat-revolution-really-underway-in-china/>.

PEREIRA, F. A. Da China para Campinas: redes e trajetórias dos imigrantes chineses que se instalam no centro da cidade. In: CONGRESSO INTERNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNICAMP, 20., 2012, Campinas, SP. **Anais...** Campinas, SP: Unicamp, 2012.

PEROVIC, S. Why time is so now. **Rethinking History**, New York, NY, v. 16, n. 2, p. 303-317, 2012.

PERRY, E. J. A new rights consciousness? **Journal of Democracy**, US, v. 20, n. 3, p. 17-20, 2009.

PERRY, E. J. Chinese conceptions of “rights”: from mencius to mao—and now. **Perspectives on Politics**, New York, NY, v. 6, n. 1, p. 37-50, 2008.

PETERS, M. A. In a risk society, is consumption our only tool to influence our world? **Truthout**, [S. l.], 29/07/2012. Disponível em: <https://truthout.org/articles/in-a-risk-society-is-consumption-our-only-tool-to-influence-our-world/>. Acesso em: 19 jul. 2019.

PHELPS, T. **Protein: a chinese perspective: a report prepared for Plant & Food Research and MBIE**. [S. l. : s. n.], 2018.

PIKETTY, T. Brasil não cresce se não reduzir sua desigualdade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, 28/09/2017. Disponível em: encurtador.com.br/hsHMP.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. **Revista Estudos Culturais**, São Paulo, SP, n. 1, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revistaec/article/view/98372>.

PINHEIRO-MACHADO, R. **Made in China: (in)formalidade, pirataria e redes sociais na rota China-Paraguai-Brasil**. São Paulo, SP: Hucitec, 2011.

PLANT based market overview. [S. l.]: The Good Food Institute, 2019. Disponível em: <https://www.gfi.org/marketresearch>. Acesso em: 19 jul. e 2019.

POPKIN, B.; SHU, W. N. The nutrition in high – and low – income countries: what are the policy lessons? **Agricultural Economists**, [S. l.], v. 37, supl. 1, p. S199-S211, 2007.

POPKIN, B.; BING, L.; GUO, X. The rapid economic change, the nutrition transition and its effects on the structure of consumption nutrition transition in China. **Journal of Crop Production**, London, v. 6, n. 1-2, p. 99-118, 2002.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

POULAIN, J. P. Food in transition: the place of food in the theories of transition. **Sociological Review**, London, v. 69, n. 3, p. 702-724, 2021.

PRC – PEW RESEARCH CENTER. **Global attitudes survey**. Washington, DC, 2015.

PUN, N. **Made in China: women factory workers in a global workplace**. Durham: Duke University Press, 2005.

PURDY, C. Plant-based meats sound healthy, but they’re still processed foods. **QUARTZ**, [S. l.], 01/07/2019. Disponível em: encurtador.com.br/fAIlO. Acesso em: 19 jul. 2019.

QIU, Z. (邱泽奇). Para quem os chineses estão lutando (中国认为谁而奋斗). In: ZHAO, J. (赵剑英). **Fórum de mestres sociológicos (terceira série) (社会学名家讲坛(第三辑))**. Beijing: Social Science Press, 2014. p. 103-132.

QUEIROZ, C. Economia do cuidado. **Revista FAPESP**, edição 299, 2021. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/economia-do-cuidado/>.

REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. Sustainability and social construction. In: REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. **The international handbook of environmental sociology**. Cheltenham, UK, Northampton, USA: Edward Elgar Publishing, 1997. p. 55-70.

REES, W.; WACKERNAGEL, M. Urban ecology footprints: why cities cannot be sustainable and why they are key to sustainability. **Environmental Impact Assessment Review**, New York, NY, v. 16, n. 4-6, p. 223-248, 1996.

REN, H. The middle-class norm and responsible consumption in China's risk society. In: ANAGNOST, A.; ARAI, A.; REN, H. (ed.). **Global futures in East Asia: youth, nation, and the new economy in uncertain times**. Stanford: Stanford University Press, 2014. p. 29-52.

RESENDE, E.; ABDENUR, A. Food security governance: lessons from the global South. In: GUELDRY, M.; GOKCEK, G.; HEBRON, L. (ed.). **Understanding new security threats**. London: Routledge, 2019.

REWIZORSKI, M. (ed). **The European Union and the BRICS**. Switzerland: Springer International Publishing, 2015.

RIBEIRO, R. J. Other cultures come to the political fore: South-South possible contributions to political globalization. **Fudan Journal of Humanities and Social Science**, Switzerland, v. 4, n. 4, p. 12-26, 2011.

RITCHIE, H.; ROSER, M. **Meat and dairy production**. [S. l.]: Our World In Data, 2017.

RITZER, G. **The McDonaldization of society: new century edition**. 3. ed. New York, NY: SAGE Publications, 2000.

ROFEL, L. **Desiring China: experiments in neoliberalism, sexuality, and public culture**. Durham: Duke University Press, 2007.

ROSE, D.; HELLER, M. C.; ROBERTO, C. A. Position of the society for nutrition education and behavior: the importance of including environmental sustainability in dietary guidance. **Journal of Nutrition Education and Behavior**, Canada, v. 51, n. 1, p. 3-15, 2019.

ROTH, L. "Beef. It's what's for dinner": vegetarians, meat-eaters and the negotiation of familial relationships'. **Food, Culture & Society: An International Journal of Multidisciplinary Research**, London, v. 8, n. 2, p. 181-200, 2005.

SANCHEZ, N. Nem vegano nem onívoro: para ser respeitoso com o planeta é preciso comer como um 'climatarian'. **El País**, Madrid, 30/08/2019. Disponível em: encurtador.com.br/tJPYZ.

SANTANA, N. B. et al. Sustainable development in the BRICS countries: an efficiency analysis by data envelopment. **International Journal of Sustainable Development and World Ecology**, Philadelphia, v. 21, n. 3, p. 259-272, 2014.

SCALON, C. Social stratification and its transformation in Brazil. In: LI, P. et al. (ed.). **Social stratification in the BRIC countries: change and perspective**. Jinzhuan Guojia Shehui Fenceng: Bianqian Yu Bijiao (金砖国家社会封层: 便签与比较). Singapore: World Scientific, 2013. p. 3-20.

SCHMIDT, V. Múltiplas modernidades ou variedades da modernidade? **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, PR, v. 28, p. 147-160, 2007.

SCHUTZ, A. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Petropolis, RJ: Editora Vozes, 2012. p. 357-357.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, SP: Editora Companhia das Letras, 2018.

SEWELL JR, W. H. A theory of structure: duality, agency, and transformation. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 98, n. 1, p. 1-29, 1992.

SILVESTRO, M. Political consumerism: an extension of social conflict or a renewed form of economic collaboration? In: DENIS, A.; KALEKIN-FISHMAN, D. (ed.). **The ISA handbook in contemporary sociology: conflict, competition, cooperation**. New York, NY: SAGE Publications, 2009. p. 278-290.

SINGER, P. **Animal liberation**. London: Palgrave Macmillan, 1973.

SIU, E. Discovering China's role in growing the global plant based industry. **The Good Food Institute**, [S. l.], 30/04/2019. Disponível em: <https://www.gfi.org/chinas-role-in-the-plant-based-industry>. Acesso em: 19 jul. 2019.

SORON, D. Sustainability, self-identity and the sociology of consumption. **Sustainable Development**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 172-181, 2010.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. Grounded theory methodology: an overview. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, S. (ed.). **Handbook of qualitative research**. New York, NY: SAGE Publications, 1994. p. 273-285.

STUENKEL, O. **The BRICS and the future of the global order**. [S. l.]: Lexington Books, 2015.

SVB – SOCIEDADE VEGETARIANA BRASILEIRA. **Vegetarianismo**. São Paulo, SP, 2020. Disponível em: <https://www.svb.org.br/vegetarianismo1/o-que-e>.

TAN, K. China wants to cut its meat consumption in HALF. **Shanghaiist**, China, 05/05/2018. Disponível em: encurtador.com.br/lqDMU. Acesso em: 19 jul. 2019.

TANNER, C.; KAISER, F.; KAST, S. W. Contextual conditions of ecological consumerism: a food-purchasing survey. **Environment and Behavior**, California, v. 36, n. 1, p. 94-111, 2004.

THORNTON, P. M. The cultural revolution as a crisis of representation. **The China Quarterly**, [S. l.], v. 227, p. 697-717, 2016.

TIAN, F. The stratification of consumption among social classes, occupational groups, and identity groups in China. In: LI, P. et al. (ed.). **Social stratification in the BRIC countries: change and perspective**. Jinzhuan Guojia Shehui Fenceng: Bianqian Yu Bijiao (金砖国家社会封层 : 便签与比较). Singapore: World Scientific, 2013. p. 649-674.

TRASE. **Follow trade flows to identify sourcing regions, profile supply chain risks and assess opportunities for sustainable production**. [S. l.], 2021. (Banco de Dados).

TRICHES, R. M. Sustainable diets: definition, state of the art and perspectives for a new research agenda in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 26, n. 5, p. 1833-1846, 2021.

UNA-UK. **Can BRICS lead the way to sustainable development?** [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.sustainablegoals.org.uk/can-brics-lead-way-sustainable-development/>. Acesso em: 19 jul. 2019.

WANG, Y. **Vegetarians in modern Beijing: food, identity and body techniques in everyday experience.** 2020. 253f. PhD thesis – School of Social and Political Sciences, College of Social Sciences, University of Glasgow, Reino Unido, 2020.

WATSON, J. Meat: a cultural biography in (South) China. In: KLEIN, J.; MURCOTT, A. (org.). **Food consumption in global perspective: essays in the anthropology of food in honour of Jack Goody.** London: Palgrave Macmillan, 2014.

WEINS, N. W.; HASE-UETA, M. Constructing a BRICS' path for sustainable development, Brazilian and Chinese perspectives on environmental policies. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CIDADES E BEM-ESTAR HUMANO, 2016, Curitiba, PR. **Anais...** [S. l. : s. n.], 2016.

WILLCOX, J. **Thanksgiving dinner's carbon footprint: a state-by-state comparison.** Estados Unidos: Carnegie Mellon University, 2016. Disponível em: encurtador.com.br/ekCJM. Acesso em: 19 jul. 2019.

WILLETT, W. et al. Food in the Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. **The Lancet**, London, v. 393, n. 10170, p. 447-492, 2019.

WRIGHT MILLS, C. **The sociological imagination.** Oxford: Oxford University Press, 1959.

WPR – WORLD POPULATION REVIEW. **Gini index.** [S. l.], 2020. Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/gini-coefficient-by-country>. Acesso em: 19 jul. 2019.

WRI – WORLD RESOURCE INSTITUTE. **Animal-based foods are more resource-intensive than plant-based foods.** Washington, DC, 2016a. Disponível em: encurtador.com.br/dwDKW. Acesso em: 19 jul. 2019.

WRI – WORLD RESOURCE INSTITUTE. **Shifting the diets of high consumers of animal-based foods could significantly reduce per person agricultural land use and GHG emissions.** Washington, DC, 2016b. Disponível em: encurtador.com.br/moEMV. Acesso em: 19 jul. 2019.

WVS – WORLD VALUES SURVEY. **Aggregate file producer:** Asep/JDS. Madrid, 2015. Disponível em: www.worldvaluessurvey.org.

XI, J. **The Governance of China.** Shanghai: Shanghai Press, 2015.

YAN, Y. Food safety and social risk in contemporary China. **The Journal of Asian Studies**, [S. l.], v. 71, n. 3, p. 705-729, 2012.

YAN, Y. The Chinese path to individualization. **The British Journal of Sociology**, London, v. 61, n. 3, p. 489-512, 2010.

YAN, Y. **The individualization of Chinese society.** London: Routledge, 2009.

YAU, S. C. How the seeds of a meatless revolution are taking root in China. **Sixth Tone**, [S. l.], 13/05/2019. Disponível em: encurtador.com.br/ewX89. Acesso em: 19 jul. 2019.

- YU, Y. et al. Global implications of China's future food consumption. **Journal of Industrial Ecology**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 593-602, 2016.
- YUAN, Y.; XU, L. Are poor able to access the informal credit market? Evidence from rural households in China. **China Economic Review**, [S. l.], v. 33, p. 232-246, 2015.
- ZALUAR, A. As mulheres e a direção do consumo doméstico. In: KOFFES, S. et al. (org.). **Colcha de retalhos**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1982.
- ZEE, B. van der. What is the true cost of eating meat? **The Guardian**, [S. l.], 2018. Disponível em: encurtador.com.br/eCPW4. Acesso em: 19 jul. 2019.
- ZHANG, C. China's new blueprint for an 'ecological civilization'. **The Diplomat**, [S. l.], 30/09/2015. Disponível em: <https://thediplomat.com/2015/09/chinas-new-blueprint-for-an-ecological-civilization/>. Acesso em: 19 jul. 2019.
- ZHANG, D. et al. **The rise of chinese consumer society**: emerging challenges and opportunities for sustainable consumption and production. [S. l. : s. n.], 2016. Disponível em: <https://discoversociety.org/2016/01/05/the-rise-of-chinese-consumer-society-emerging-challenges-and-opportunities-for-sustainable-consumption-and-production/>. Acesso em: 22 ago. 2016.
- ZHANG, D. Moving toward an applied chinese anthropology. **Chinese Sociology & Anthropology**, London, v. 33, n. 4, p. 20-28, 2001.
- ZHANG, Li. **In search of paradise**: Middle-class living in a Chinese metropolis. Ithaca and London: Cornell University Press, 2012.
- ZHANG, L.; ONG, A. **Privatizing China**: socialism from afar. New York, NY: Cornell University Press, 2008.
- ZHOU, H. C. How college vegetarians are helping China's meat lovers go green. **SixthTone**, [S. l.], 2017. Disponível em: <http://www.sixthtone.com/news/1001402/how-college-vegetarians-are-helping-chinas-meat-lovers-go-green>. Acesso em: 19 jul. 2019.
- ZHU, D.; BROWNE, A.; MYLAN, J. On the "Meat Edge"? Meat consumption and reduction in middle class urban China. **Discovery Society**, [S. l.], 06/12/2017. Disponível em: <https://discoversociety.org/2017/12/06/on-the-meat-edge-meat-consumption-and-reduction-in-middle-class-urban-china/>. Acesso em: 25 mar. 2018.
- ZHU, D. Understanding middle class consumers from the justification of taste: a case study of Beijing. **The Journal of Chinese Sociology**, [S. l.], v. 3, n. 1, 1-14, 2016.

ANEXOS

ANEXO 1: Comitê de Ética – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

ANEXO 2: Questionário Semi-Estruturado Brasil/China – Vegetarianos e Veganos na UNICAMP/Fudan University

ANEXO 3: Planejamento de Pesquisa 1: Consumo de Carne China-Brasil

ANEXO 4: Planejamento de Pesquisa 2 com Desenvolvimento e Resultados: Consumo alimentar no Natal

ANEXO 1 – Comitê de Ética

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Consumo, inclusão e sustentabilidade: China e Brasil no contexto dos BRICS

Mariana Hase Ueta

Número do CAAE: 87149718.4.0000.8142

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

O presente projeto consiste em uma pesquisa comparativa entre China e Brasil investigando as percepções em torno do consumo de carne em ambos os países e o seu consequente impacto ambiental.

Procedimentos:

Participando do estudo você está sendo convidado a: dar uma entrevista de aproximadamente uma hora em torno de seus hábitos de consumo de carne e suas percepções em relação ao impacto ambiental. O procedimento de pesquisa será a gravação das entrevistas, e os dados serão de uso restrito da pesquisadora e serão armazenados em computador próprio em lugar seguro e mantidos por até 3 anos depois da defesa da presente tese. As entrevistas serão desenvolvidas em um local perto do lugar de compra ou de residência para evitar custos relacionados ao deslocamento. A qualquer momento durante a execução da entrevista, se o

participante não se sentir à vontade, poderá suspender a sua participação sem constrangimento.

Desconfortos e riscos:

Não há riscos previsíveis para os participantes dessa pesquisa. Todos os participantes serão avisados dos procedimentos e objetivos antes da realização da entrevista e a qualquer momento que não se sentirem à vontade, poderão suspender a entrevista sem constrangimento.

Benefícios:

Não oferece benefício direto aos participantes. Porém contribui para o debate em torno da expansão do consumo de carne e o conseqüente impacto ambiental nos países em desenvolvimento e enriquece a rede internacional de pesquisas em torno da temática da sustentabilidade.

Acompanhamento e assistência:

A qualquer momento durante a execução da entrevista, se o participante não se sentir à vontade, poderá suspender a sua participação sem constrangimento. Será concedida assistência ao participante se este solicitar durante o desenvolvimento da entrevista.

Rubrica do pesquisador: _____ Rubrica do participante: _____

Versão: março-2016 Página 1 de 3

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Ressarcimento e indenização:

As entrevistas serão desenvolvidas em um local perto do lugar de compra ou de residência para evitar custos relacionados ao deslocamento. Você terá a garantia ao direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Para pesquisas conduzidas no exterior ou com cooperação estrangeira:

Esta é uma pesquisa comparativa entre a China e o Brasil que será realizada através de entrevistas em ambos os países. No Brasil, a pesquisadora estará vinculada ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP (Campinas, SP, Brasil) sob supervisão do Professor Tom Dwyer. Em Xangai, estarei vinculada ao Departamento de Sociologia da Shanghai University (Xangai, China) sob supervisão do Professor Dunfu Zhang. Este debate é central entre os países não apenas devido à magnitude de seus recursos naturais e sua população, mas

também porque ao mesmo tempo que a exportação de commodities e o consumo de comida desempenham papel central na relação entre os países – Brasil como um exportador global de comida e China como um dos maiores mercados – sustentabilidade têm sido um dos focos principais de suas discussões e é apontado como um campo fértil para cooperações futuras. A realização do meu projeto na intersecção do diálogo Sino-Brasileiro inaugura a possibilidade da emergência de novas oportunidades de cooperação, mas também demanda esforços de ambos os países no compromisso do desenvolvimento científico cooperativo.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Mariana Hase Ueta, e-mail: mariana.ueta@gmail.com

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNICAMP das 08:30hs às 11:30hs e das 13:00hs as 17:00hs na Rua: Tessália Vieira de Camargo, 126; CEP 13083-887 Campinas – SP; telefone (19) 3521-8936 ou (19) 3521-7187; e-mail: cep@fcm.unicamp.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar e declaro estar recebendo uma via original deste documento assinada pelo pesquisador e por mim, tendo todas as folhas por nós rubricadas:

Nome _____ do _____ (a) participante: _____
 Contato
 telefônico: _____

Rubrica do pesquisador: _____ Rubrica do participante: _____

Versão: março-2016 Página 2 de 3.

e-mail _____ (opcional):

_____. Data: _____
 ____/____/____. (Assinatura do participante ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL).

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

_____. Data: _____
 ____/____/____. (Assinatura do pesquisador). Rubrica do pesquisador: _____ Rubrica do participante: _____ Versão: março-2016 Página 3 de 3

ANEXO 2 – Questionário semi-estruturado Brasil/China – Vegetarianos e veganos na UNICAMP/Fudan University

Perfil:

- Nome
- Idade
- Curso
- Onde nasceu
- Onde vive (grande maioria vive em Campinas/Xangai porque todos são alunos da UNICAMP/Fudan)
- Quando mudou para Campinas/Xangai?
- Vegetariano ou Vegano (ou categorias relacionadas à redução ou ao não consumo de carne)

1) Processo para se tornar vegetariano/vegano

- Quando?
- Por que?
- Como foi o processo?

2) A sua decisão de se tornar vegetariano/vegano foi guiada por um propósito individual (saúde própria) ou coletivo/externo (ex: bem estar animal, questão ambiental)?

3) Onde você tem acesso aos alimentos que consome? (Mercado, supermercado, feira, planta...).

Você cozinha mais em casa ou come fora?

Como você obtém informações sobre o que consome? (sugestão de amigos/familiares, internet).

4) É fácil ser vegetariano/vegano no Brasil/China?

- é mais fácil no meio rural ou urbano?
- desde o momento em que você se tornou vegetariano/vegano, de que forma a sua dieta mudou? Você conseguiu adaptar suas antigas receitas ou precisou aprender novas?
- você acha mais caro ser vegetariano/vegano?

5) O que você acha dos padrões de consumo alimentar de seus colegas?

No seu departamento/faculdade existem mais alunos vegetarianos ou não vegetarianos?

O que eles pensam da sua escolha? Eles te questionam ou confrontam? Eles apoiam?

A alimentação é algo que distancia vocês? Você se incomoda de comer junto com pessoas que consomem carne? Eles se incomodam de comer com você?

Você tem agora mais amigos vegetarianos ou não vegetarianos?

Você procura intencionalmente amigos vegetarianos?

6) Dimensão ambiental

Você acredita que o seu consumo alimentar está conectado ao meio ambiente? (caso a primeira resposta seja positiva) Qual é a esfera de impacto da alimentação no meio ambiente? (local, regional, continental, global...).

7) O que você acha do movimento veg no Brasil/China?

Você faz parte de algum coletivo, grupo e/ou instituição veg?

Existe um perfil de vegetariano no Brasil/China? (religião, idade, escolaridade, gênero, renda, origem)

Você sabe como nasceu e se desenvolveu o movimento veg no Brasil/China? Existe alguma liderança?

Existe alguma questão que você acredite ser importante para o movimento ser bem sucedido?

Qual é o impacto que você, como vegetariano, gostaria de ter no futuro?

Quais são as suas expectativas em relação ao futuro do movimento?

FAMÍLIA

(foco nas narrativas intergeracionais: pergunta sobre pais, irmão e avós).

Perfil dos pais, irmãos e avós (caso estes ainda estejam vivos).

- Idade
- Ocupação
- Onde nasceram
- Onde moram
- Eles comem carne?

1) Como eles reagiram à sua mudança de optar pelo não consumo de carne?

Eles se preocuparam? Eles apoiaram? Quais as dúvidas e as questões que surgiram neste embate?

2) Quem compra os alimentos em cada núcleo familiar (pais e avós)?

Quem prepara os alimentos?

3) Com que frequência você faz uma refeição com os seus pais? E com os seus avós?

4) O que você acha que o consumo de carne significa para a sua família?

(carne = bife(carne de vaca), carne de porco, frango, peixe, etc...).

5) Eles consideram se tornarem vegetarianos um dia?

Eles acreditam que você vai ser vegetariano para sempre?

Você acredita que vai ser vegetariano para sempre?

ANEXO 3 – Planejamento de Pesquisa 1: consumo de carne China-Brasil

Esta pesquisa consistia na aplicação de um survey com consumidores de carne no Brasil e na China. O objetivo era traçar um perfil dos consumidores, identificar os seus padrões de consumo e investigar os seus valores e sentidos por trás do consumo deste alimento. Nesta empreitada de desenho e operacionalização da minha pesquisa, contei com o apoio de uma equipe de alunos de graduação em estatística da UNICAMP sob a supervisão da professora Larissa Avila Matos que me auxiliaram na construção do questionário e no planejamento amostral que pudesse funcionar tanto na China quanto no Brasil. O questionário tinha como proposta medir e investigar os valores por trás do consumo de carne em regiões urbanas com grandes populações, foram escolhidos como casos de estudo a região metropolitana de São Paulo, que conta com uma população de 21,5 milhões de habitantes e Xangai, que conta com uma população de 24 milhões de habitantes.

Frente aos desafios relativos ao tamanho e heterogeneidade das populações, usamos a estratégia de fazer uma amostra estratificada proporcional por regiões. O tipo de amostragem realizada, dentro de cada estrato, foi a amostragem aleatória simples sem reposição. O tamanho n amostral foi encontrado segundo as equações (1) e (2).

$$D = \frac{B^2}{z_{\alpha}^2}, \quad (1)$$

$$n = \frac{N}{(N-1) \frac{D}{pq+1}}, \quad (2)$$

Onde N é a população alvo, B é a margem de erro, z_{α} é o valor da distribuição normal para α e p é a proporção de interesse, ou seja, a proporção de pessoas que consomem carne e $q = 1-p$ são as pessoas que não consomem carne.

Para a amostragem estratificada proporcional, utilizou-se a equação (3), onde n_i representa o tamanho amostral de cada estrato definido e $i = (1, ..n)$.

$$n_i = nW_i = n \frac{N_i}{N}. \quad (3)$$

O questionário consistia em perguntas que investigavam: a caracterização geral do entrevistado, bem como condições de moradia, educação dos pais,

estrutura familiar, acesso à informação, aspectos do consumo de carne na família, consciência ambiental e política.

São Paulo foi dividida conforme LC 1.139 que instituiu o Conselho de Desenvolvimento e agrupou seus municípios em sub-regiões: (1) São Paulo: Município de São Paulo; (2) Norte: Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã; (3) Leste: Arujá, Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano; (4) Sudeste: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul; (5) Sudoeste: Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Jujutiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista; (6) Oeste: Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba. Desta forma, foi aplicada amostragem estratificada proporcional, usando a equação (3) para encontrar o número (n_i) de pessoas a serem entrevistadas em cada sub-região, dado que $i = 1, 2, 3, 4$ e 5 , onde N_i é a quantidade de pessoas de cada sub-região i , de acordo com o IBGE (2017). O nível de significância escolhido foi $\alpha = 0.05$, assim temos um nível de confiança de 95%.

Dentro de cada estrato (sub-regiões) da RMSP de São Paulo, foi utilizada amostragem aleatória simples sem reposição, encontrando o tamanho n amostral segundo as equações (1) e (2), onde $N = 21391624$ é a população de São Paulo, B é a margem de erro, z_α é o valor da distribuição normal para α , p é a proporção de consumidores de carne e $q = 1-p$ são os não consumidores.

Para utilizar a equação (2) é preciso estimar p , utilizando uma amostra piloto ou pesquisas anteriores. Não será possível estimar p , pois não é conhecida a proporção de consumidores de carne. Sabendo que $pq \leq 1/4$, uma forma alternativa que produz um valor conservativo para n consiste em utilizar $p = 1/2$. Para a margem de erro foram propostos 3 valores, para que se decida no futuro qual se encaixa melhor, de acordo com o número de pessoas que responderem a pesquisa.

Foram consideradas 3 margens de erro (1%, 5%, 10%). Desta forma, temos que quanto menor a margem de erro mais representativa será a resposta da amostra comparada com a população total. Sendo a margem de erro igual $B1 = 0.01$ o tamanho mínimo da amostra total para o município de São Paulo é $n = 48020$. Com $B2 = 0.05$, $n=1921$ e para $B3 = 0.10$, temos $n = 480$. A Tabela mostra a quantidade de pessoas, que deverão responder ao questionário, para cada região com base nas margens de erro.

	Margem de Erro	São Paulo	Leste	Norte	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total
1	0.01	27178	6642	1322	4182	6181	2515	48020
2	0.05	1087	266	53	167	247	101	1921
3	0.10	272	66	14	42	62	25	480

Xangai foi dividida em três regiões que agrupam os distritos da cidade (não foi considerado o distrito de Chongming, já que sua maior parte é baseada em atividade rural e neste roteiro amostral o interesse é apenas em zonas urbanas): (1)

Huangpu, Xuhui, Changning, Jing'an, Putuo, Hongkou, Yangpu; (2) Minhang, Baoshan, Jiading, Pudong New Area; (3) Jinshan, Songjiang, Qingpu, Fengxian.

Para a amostragem estratificada proporcional utilizou-se a equação (3), para encontrar o número de pessoas a serem entrevistadas ni em cada sub-região, dado que $i = 1,2,3$.

Dentro de cada estrato (regiões administrativas) de Shanghai, foi empregada amostragem aleatória simples sem reposição. O tamanho n foi encontrado segundo as equações (1) e (2), onde $N = 23.315.831$ é a população de Shanghai, B é a margem de erro, $z\alpha$ é o valor da distribuição normal para α , p é a proporção pessoas que consomem carne e $q = 1-p$ são as que não consomem.

Foram consideradas 3 margens de erro (1%, 5%, 10%). Desta forma, temos que quanto menor a margem de erro mais representativa será a resposta da amostra comparada com a população total. Sendo a margem de erro igual $B1 = 0.01$ o tamanho mínimo da amostra total para Shanghai é $n = 48020$. Com $B2 = 0.05$, $n = 1920$ e para $B3 = 0.10$, temos $n = 480$. A Tabela mostra a quantidade de pessoas, que deverão responder ao questionário, para cada região com base nas margens de erro.

	Margem de Erro	Região 1	Região 2	Região 3	Total
1	0.01	12539	23899	11583	48020
2	0.05	502	956	463	1920
3	0.10	125	239	116	480

A estratégia de coleta de dados seria a aplicação de um survey com consumidores na fila dos açougues de maneira aleatória; logo foi construído um banco de dados com os endereços de açougues e mercados que vendiam carne na região metropolitana de São Paulo, para que os endereços também pudessem ser aleatorizados dentro de cada região.

Os pré testes realizados em Campinas se mostraram bem sucedidos e com a bolsa PDSE de Doutorado Sanduíche, eu me mudei em agosto de 2018 para China para trabalhar no desenho da coleta e traduzir o questionário sob a supervisão do meu orientador Professor Dunfu Zhang na Shanghai University. Porém ao chegar na China, eu fui informada pela universidade que eu não poderia realizar a pesquisa desta maneira, uma vez que as informações dos cidadãos chineses pertencem ao Estado chinês, e como uma estudante estrangeira eu não poderia submeter a minha pesquisa para ser aprovada pelo governo. Durante os meses seguintes, trabalhei com meu orientador para procurar novas maneiras de operacionalizar a pesquisa. Mas as regulações governamentais a respeito da coleta de dados tornaram impossível a coleta de dados quantitativos, então meu orientador sugeriu que eu me dedicasse à parte qualitativa da pesquisa baseada em entrevistas semi-estruturadas.

Questionário: Consumo de Carne China-Brasil

1. Gênero

- Feminino
- Masculino

2. Idade

3. Nacionalidade

- Brasileira
- Outra. Qual? _____

4. Mora em São Paulo – SP?

- Sim
- Não. Onde? _____

5. Estado Civil atual:

- Solteiro(a)
- Casado(a) legalmente
- Morando com parceiro(a) no mínimo há 3 meses
- Separado(a) ou Divorciado(a)
- Viúvo(a)

6. Você tem filhos?

- Sim. Quantos? _____
- Não

7. Qual é o seu setor de atividade econômica atual?

- Administração pública/Governo
- Educação
- Pesquisa e Desenvolvimento
- Saúde
- Militar/Segurança pública

- Industrial
- Agropecuária
- Serviços
- Comércio
- Construção
- Extrativa/Mineral
- Outros
- Não desempenha atividade remunerada no momento
- Não sei informar

8. Qual é a sua ocupação profissional atual?

- Empresário/Empregador
- Trabalhador por conta própria/Profissional liberal
- Empregado, com carteira assinada
- Empregado, sem carteira assinada
- Trabalhador familiar remunerado
- Militar
- Funcionário público
- Agricultor (proprietário ou arrendatário da terra)
- Empregado no meio rural
- Estudante
- Outra situação
- Não sei informar

9. Qual é o seu nível de escolaridade?

- Não sabe ler nem escrever
- Ensino fundamental incompleto (antigo 1º grau)
- Ensino fundamental completo (antigo 1º grau)
- Ensino médio incompleto (antigo 2º grau)
- Ensino médio completo (antigo 2º grau)
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação

Não sei informar

10. Qual é o nível de escolaridade de sua mãe?

- Não sabe ler nem escrever
- Ensino fundamental incompleto (antigo 1º grau)
- Ensino fundamental completo (antigo 1º grau)
- Ensino médio incompleto (antigo 2º grau)
- Ensino médio completo (antigo 2º grau)
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação
- Não sei informar

11. Qual é o nível de escolaridade de seu pai?

- Não sabe ler nem escrever
- Ensino fundamental incompleto (antigo 1º grau)
- Ensino fundamental completo (antigo 1º grau)
- Ensino médio incompleto (antigo 2º grau)
- Ensino médio completo (antigo 2º grau)
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação
- Não sei informar

12. Você reside (marque apenas uma opção)

- Com seus avós, pais e filhos
- Com seus avós e pais
- Com seus pais e irmãos
- Com amigos ou colegas
- Com esposa/marido/parceiro/parceira
- Com esposa/marido/parceiro/parceira e filhos
- Com filhos
- Sozinho(a)

13. Quantas pessoas moram em sua casa (contando com você)?

- Moro sozinho(a)
- 2 pessoas
- 3 a 4 pessoas
- 5 ou mais pessoas

14. A casa onde você mora é:

- Própria
- Alugada
- Cedida

15. Qual é a sua participação na vida econômica da família?

- Não trabalho e meus gastos são pagos pela família
- Trabalho e recebo ajuda financeira da família
- Trabalho e sou responsável apenas pelo meu sustento
- Trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família

16. Onde você reside:

	Sim	Não
Tem eletricidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem água encanada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As vias são asfaltadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

17. Assinale abaixo a quantidade de cada item que você tem na sua casa:

	1	2	3 ou mais	Não possui
Televisão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
DVD	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rádio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Celular	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Telefone fixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Computador	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviço de internet	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
TV por assinatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Automóvel	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Geladeira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Máquina de lavar roupa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

18. Quantas vezes você usou os aparelhos abaixo na última semana:

	0	De 1 a 10	Mais de 10	Não possui
Celular	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Telefone fixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Televisão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Computador	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tablet	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rádio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

19. Na semana passada, quais os meios que você utilizou para obter informações?
(Pode marcar mais de uma resposta)

- Amigos ou colegas
- Familiares
- Internet, e-mail, twitter, facebook
- Jornais e revistas impressos
- Noticiário no rádio
- Noticiário na televisão

20. Se você ganhasse na loteria, o que você faria? (Pode escolher até 3 opções – marque os números em ordem de prioridade)

- Compraria uma casa
- Compraria um carro
- Compraria aparelhos tecnológicos de última geração (ex: celular, notebook, televisor)
- Compraria alimentos caros (ex: carne argentina/ brasileira/ australiana/ kobe beef)
- Compraria artigos de luxo (ex: bolsas e roupas de grife)
- Investiria em ações da Bolsa de Valores
- Investiria na poupança
- Compraria uma empresa/investiria em um negócio
- Viajaria pelo mundo
- Pagaria as dívidas
- Doaria para caridade
- Doaria o dinheiro para minha família
- Outro. _____

21. O que você mais preza quando consome?

- Conforto pessoal
- Oferecer conforto para os que vivem comigo
- O que eu consumo diz sobre a minha identidade
- Status
- Pertencer à um grupo de amigos
- Pertencer à família
- Responsabilidade ambiental

22. Você consome carne (bovina, suína, aves, peixe)?

- Não. (Vá para pergunta 23a)
- Sim. (Vá para pergunta 23b)

23a. O motivo para não consumir carne é (marque apenas 1 opção):

- Filosofia
- Religião

- Saúde
- Gosto
- Financeira
- Ambiental

(Vá diretamente para a questão 31)

23b. Na semana passada, você consumiu os tipos de carne abaixo?

	Nenhuma	Entre 1 e 3 vezes	Entre 3 e 5 vezes	Mais de 5 vezes	Todos os dias
Bovina	<input type="checkbox"/>				
Suína	<input type="checkbox"/>				
Aves	<input type="checkbox"/>				
Peixe	<input type="checkbox"/>				

24. Se você tivesse maior condição financeira, você aumentaria a frequência do consumo de carne?

- Sim
- Não

25. Quantas vezes por semana você costuma comprar sua refeição fora de casa (restaurantes/cantinas/lojas de conveniência)?

- Nenhuma
- Até 3 vezes
- Até 5 vezes
- Todos os dias
- Todos os dias, mais de uma vez por dia

26. Caso você seja o responsável pela compra de carne, qual é o grau de importância dos itens abaixo no momento da compra?

	Nenhuma	Pouca	Média	Muita
Preço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Origem da carne	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Corte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

27. Em situações que seja necessário economizar na compra de alimentos, você: (assinale apenas 1 resposta)

- Economiza em outros itens, sem mudar a qualidade e a quantidade da carne
- Diminui a quantidade de carne comprada
- Escolhe uma carne mais barata
- Para de comprar carne

28. Você sabe a origem (local de produção e rede de distribuição) da carne que consome?

- Sim
- Não

29. No passado o seu consumo de carne era:

	Menor	Maior	Igual	Não sei
5 anos atrás	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3 anos atrás	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

32. Responda de acordo com o grau de importância das frases abaixo:

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
Eu consigo consumir mais graças ao processo de desenvolvimento do meu país.					
Meu consumo contribui para o desenvolvimento do meu país.					
Países ricos (como EUA, Alemanha e Japão) devem fazer mais pelas mudanças climáticas do que os países em desenvolvimento, porque eles produziram a maior parte dos gases do efeito estufa até agora.					
Países em desenvolvimento devem contribuir tanto quanto os países ricos em relação às mudanças climáticas, porque estes produzirão a maior parte dos gases do efeito estufa no futuro.					
As mudanças climáticas não existem.					
As mudanças climáticas não me afetam.					
Meu consumo afeta o meio ambiente do meu país.					
Meu consumo afeta o meio ambiente do mundo.					
Quando eu consumo, eu considero o impacto ambiental.					
O impacto do consumo no meio ambiente é responsabilidade de cada indivíduo.					

O impacto do consumo no meio ambiente é responsabilidade do governo.					
O impacto do consumo no meio ambiente é responsabilidade das empresas.					

33. Você estaria disposto a participar da próxima etapa desta pesquisa, que consiste em uma breve entrevista com a pesquisadora?

Sim. E-mail: _____

Não

ANEXO 4 – Planejamento de Pesquisa 2 com desenvolvimento e resultados: consumo alimentar no natal

O desenho original de pesquisa previa a análise de dois bancos de dados com foco no consumo alimentar na China o *China Family Panel Survey* (CFPS 中国家庭追踪调查) e no Brasil a Pesquisa por Orçamento Familiar (POF). Os bancos de dados de Ciências Sociais na China normalmente não são de livre acesso, mas, uma vez que a solicitação de uso do banco de dados foi processada e aprovada, foi possível identificar a impossibilidade de comparação entre os dois bancos na investigação da questão do consumo de carne em ambos os países em um mesmo recorte temporal.

Frente às impossibilidades que se impuseram nos meus primeiros meses de pesquisa, tive que lidar também com a pressão do tempo, porque dispunha de apenas seis meses para realizar toda a coleta na China. Diante a esse desafio, entrei em contato com pesquisadores de diversas instituições de pesquisa na China, tanto da Shanghai University, à qual eu estava vinculada, quanto a Shanghai Jiaotong University, Fudan University, Renmin University, Peking University, Chinese Academy of Social Sciences e, finalmente, a Tsinghua University. Enquanto todos os acadêmicos me deram conselhos pelos quais sou grata, estes não se mostraram familiares aos estudos comparativos.

No entanto, dois encontros foram cruciais no encaminhamento das partes qualitativa e quantitativa desta pesquisa. Primeiramente, um estudante da Universidade Tsinghua me colocou em contato com a Proveg, que é a associação vegana da Alemanha, a qual, por sua vez, me pôs em comunicação com as redes universitárias veganas da China.

O outro encontro foi através de uma pesquisa sobre imigração internacional conduzida pelo ADRI da Shanghai University na cidade de Yiwu no qual eu estava responsável por pesquisar a comunidade latino-americana e europeia. Pude conhecer o Professor Gu, que trabalhou com o sociólogo Fei Xiaotong, referência essencial nesta pesquisa, e a Professora Hou da *Chinese University of Finance and Economics* (CUFE), a qual estava trabalhando em um *survey* sobre consumo alimentar e impacto ambiental na China e que me apresentou para a sua equipe. Finalmente, o Professor Chang, que concordou em fazer uma cooperação para fazermos um estudo comparativo entre Brasil e China.

A coleta de dados foi realizada com sucesso na China em 2018 e no Brasil em 2019. No entanto, a pandemia de COVID-19 afetou o funcionamento das universidades responsáveis pela pesquisa e o cronograma de realização foi atrasado. Os dados brasileiros conseguiram ser analisados até a entrega da presente pesquisa e as principais conclusões estão descritas neste anexo. A análise dos dados pela equipe chinesa ainda se encontra em andamento e a previsão da conclusão é no final de 2021. A cooperação continua em andamento e apesar de infelizmente não ser possível apresentar os dados comparativos na presente tese, há o plano para que estes sejam publicados em um artigo conjunto em 2022.

Desenho da Pesquisa: survey consumo alimentar e impacto ambiental entre jovens universitários

O questionário teve como objetivo calcular a pegada de carbono dos alimentos consumidos em uma refeição das famílias na China e no Brasil. Este modelo de pesquisa foi inicialmente elaborado por Carnegie Mellon University (Willcox, 2016) no contexto dos EUA. E no ano de 2018 a Chinese University of Finance and Economics (CUFE) realizou uma pesquisa com este modelo adaptado ao contexto chinês. A pesquisa original era mais restrita e tinha como foco medir a pegada de carbono do consumo de peru nas ceias de Ação de Graças nos EUA.

Na pesquisa chinesa, eles também escolheram uma refeição importante do ano e que tradicionalmente reúne a família para comer: O Ano Novo Chinês. Mas no caso chinês, a equipe decidiu realizar a pesquisa com os alunos da instituição e suas famílias. A amostra não priorizou a estratificação por gênero ou curso dos participantes, porém garantiu que a amostra contasse com pelo menos uma informação de cada província (infelizmente eles não conseguiram nenhum da província do Tibet), devido à grande diversidade culinária em diversas regiões da China (que também contam com a diversidade proveniente das culturas das minorias étnicas). As universidades na China, especialmente aquelas que se encontram em importantes centros políticos e econômicos, como Pequim, possuem grande diversidade de alunos provenientes de todo o país, então a equipe obteve ao todo 250 respostas. Eles elaboraram um questionário mais abrangente do que o proposto na pesquisa americana e que girava em torno de três eixos: 1) perfil das pessoas com quem fizeram a refeição; 2) o que foi cozinhado e o que foi consumido (e o que sobrou); e 3) como foram preparados os pratos. A partir destas informações foi possível calcular a pegada de carbono da refeição de cada família.

A UNICAMP na posição de uma das melhores universidades da América Latina e um importante centro de ensino e pesquisa no Brasil, onde se reúnem estudantes de todo o país, foi considerada adequada para que uma comparação entre os dois países fosse realizada. Através de uma parceria com a *Chinese University of Finance and Economics* (CUFE) pude ter acesso ao questionário que eles já haviam aplicado para que pudéssemos traduzi-lo e adaptá-lo ao contexto brasileiro. Todo este processo está sendo feito em colaboração com a Equipe do CUFE e com o auxílio de uma tradutora chinesa e da Equipe do Estat Jr. do IMMECC UNICAMP. A coleta de dados foi realizada no jantar da Véspera de Natal de 2019 (24/12/2019). A partir destes dados foi possível calcular o impacto ambiental dos alimentos e do seu preparo (Bassi, 2014). O cálculo do impacto das emissões e do impacto hídrico foi baseado na tabela elaborada na pesquisa de doutorado sobre a POF recém defendida de Josefa Maria Felleger Garzillo na Faculdade de Saúde Pública da USP a ser publicada em breve. Estes dados por sua vez foram contrastados com as informações presentes nos bancos de dados da FAO e números de referência da POF. Foi dada ênfase especial ao consumo de carne que é o foco da presente pesquisa.

VERSÃO DO SURVEY EM PORTUGUÊS

Pesquisa Alimentação e Ambiente no Natal

Então é Natal (: neste momento tão especial de celebração, você foi selecionado(a) para participar de uma pesquisa global sobre alimentação e nós gostaríamos de pedir a sua colaboração. Este é um pequeno survey online para ser respondido sobre o que mais amamos: as comidas e bebidas do Natal. Esta pesquisa investiga o consumo alimentar e o impacto ambiental sob perspectiva comparativa no Brasil e na China através da refeição mais importante do ano: na China os dados foram coletados durante o ano novo chinês e no Brasil vamos coletar na jantar da véspera do Natal (24/12/2019). Através destes dados poderemos investigar como é a alimentação nos diversos lugares do Brasil e contribuir para o debate mundial sobre alimentação. O survey será feito online e é simples e rápido, ele perguntará de maneira breve quais são as pessoas com quem você está fazendo essa refeição, o que você está comendo e como isso foi preparado (também precisamos de fotos dos pratos servidos). A maioria das perguntas poderá ser respondida no processo de preparo desta refeição e não atrapalhará as suas celebrações (as informações relativas aos pratos e tempo de cozimento devem ser preenchidas em conjunto, caso os familiares tragam outros pratos). Por favor leia com cuidado o questionário inteiro e se tiver alguma dúvida não hesite em entrar em contato com a nossa equipe. Este survey faz parte de uma pesquisa acadêmica e todos os dados são sigilosos e de uso exclusivamente acadêmico. Nós agradecemos antecipadamente a sua ajuda e contamos com a sua participação.

Versão do questionário em português:

Informações Socio-Econômicas

Q Informações pessoais

Q2 Nome completo _____ Q3 Instituto/Faculdade _____ Q4 Curso _____

Q5 Vínculo com a universidade 1 Graduação 2 Mestrado 3 Doutorado 4 Docente

A Família

A1 – Onde mora a sua família com a qual você está passando este Natal:

Estado _____ Cidade _____ Distrito/Bairro _____

A2 – Sua casa está localizada

1. Urbano (capital) 2. Urbano (outras cidades) 3. Área Rural

A3 – Atualmente, como você classifica a situação financeira da sua família?

1. Alto 2. Médio-alto 3. Médio 4. Médio-baixo 5. Baixo

A4 – Atualmente, qual é a percepção do status social (o prestígio social) que os outros na sua comunidade local têm em relação à sua família?

1. Alto 2. Médio-alto 3. Médio 4. Médio-baixo 5. Baixo

A5 – Sua família, ao sair para comer, tem o hábito de embrulhar o que sobrou para comer depois?

1. Sim 2. Não 3. Minha família não sai para comer

B Ceia de Natal 2019 (jantar do dia 24/12/2019)

B1 Onde você está comendo a ceia de natal?

Estado_____Cidade_____Distrito/Bairro_____

B2 O lugar onde você está jantando está localizado

1. Urbano (capital) 2. Urbano (outras cidades) 3. Área Rural

B3 Data e Horário da Refeição

Dia _____/ Mês_____/ Ano_____, das__ às_____.

B4 Número total de pessoas participando da refeição_____pessoas, de gerações (você, seus pais, seus avós, seus bisavós), dentre as quais:

Relacionamento	Parentes:_____pessoas; Amigo: pessoas; Conhecidos:_____pessoas
Gênero	Masculino:_____pessoas; Feminino:_____pessoas
Idade	0 a 16 anos:_____pessoas; entre 17-65 anos:_____pessoas; mais de 66 anos:_____pessoas
Raça/Etnia	Brancos_____pessoas; Negros_____pessoas; Pardos_____pessoas; Amarelos_____pessoas; Indígena_____pessoas; Outros_____pessoas
Religião	Católica_____pessoas; Evangélica_____pessoas, Espírita_____pessoas; Religiões de Matriz Africana_____pessoas; Judaica_____pessoas; Religiões Asiáticas_____pessoas; Islâmica_____pessoas; Tradições Indígenas_____pessoas; Outras religiões_____pessoas; Sem religião_____pessoas

B5 Dentre as pessoas que estão participando da ceia de Natal, assinale em quais setores de atividade econômica eles estão vinculados. (Caso positivo, marque um x no campo correspondente à profissão exercida pela(s) pessoa(s). Se não, deixe em branco)

1	Administração pública / Governo	8	Serviços	
2	Educação	9	Comércio	
3	Pesquisa e Desenvolvimento	10	Construção	
4	Saúde	11	Extrativa / Mineral	
5	Militar / Segurança Pública	12		
6	Industrial	13		
7	Agropecuária	14		

B6 Dentre as pessoas que estão participando da ceia de Natal, assinale onde as pessoas trabalham ou estão empregadas. (Caso positivo, marque um x no campo correspondente à ocupação da(s) pessoa(s). Se não, deixe em branco)

1	Governo	5	Autônomo	9	Empresa de capital aberto
2	Empresa Estatal	6	Empresa Privada Nacional	10	Conglomerado
3	Instituição Pública	7	Empresa Estrangeira	11	Micro e médio empreendedor
4	Cooperativa	8	Empresas Joint-venture (Brasileira + Outro país)	12	Outros

B7 Quanto custou no total aproximadamente a sua refeição REAIS

B8 Selecione abaixo o local onde está sendo realizada a ceia de Natal:

1 Em casa [preencha o questionário da Ceia em Casa]

2 Em restaurante [preencha o questionário da Ceia em Restaurante]

3 Ambos (compramos comida de um restaurante ou terceiro para comer em casa) [preencha o questionário da Ceia em Casa]

Questionário ceia em casa

D Alimentos

Caso o alimento consumido na ceia de Natal conste na tabela abaixo, por favor, preencha diretamente no campo correspondente sua resposta. Caso não conste na tabela (inclusive alimentos preparados), por favor, inclua o alimento a partir da linha 16. Não sendo suficiente, complemente no espaço em branco abaixo da tabela.

Item	Alimento	A Peso/Kg	B Acesso aos alimentos (1. Comprado no Mercado 2. Comprado online 3. Cultivo próprio)
1	Arroz		
2	Massa		
3	Grãos (ex: Feijão)		
4	Legumes e verduras		
5	Batata e similares		
6	Carne bovina		
7	Carne suína		
8	Carne de frango		
9	Carne de carneiro		
10	Peixe		
11	Frutos do mar		
12	Outro tipo de carne		
13	Leite		
14	Ovo		

15	Óleo de cozinha		
16			
17			
18			
19			
20			
21			

E Tempo de preparo da ceia

(Preencha o tempo de cozimento diretamente no campo reservado para cada ferramenta de preparo utilizada. Caso tenha utilizada outras ferramentas, por favor, acrescente-as na tabela.)

Item	Ferramenta de preparo	Tempo de cozimento/min	Item	Ferramenta de preparo	Tempo de cozimento/min
1	Fogão à carvão / Churrasqueira		7	Forno elétrico	
2	Forno à lenha		8	Panela de arroz elétrica	
3	Fogão à gás		9	Microondas	
4	Forno à gás		10		
5	Tem exaustor na cozinha?		11		
6	Fogão elétrico (cooktop)		12		

F Os pratos de Natal (É preciso anexar uma fotografia de cada prato e uma fotografia contendo todos os pratos da mesa)

F1 Total de pratos _____, Pratos quentes _____; Pratos frios: _____.

(Preencha detalhadamente o nome dos pratos, bem como o dos pratos principais. Se for um prato de culinária tradicional local, por favor, certifique-se de explicar mais detalhadamente e anexe uma foto separada).

	A	B	Quanto	A	B	Quanto
	Nome		sobrou (%)	Nome		sobrou (%)
F2 Pratos Principais	1			4		
	2			5		
	3			6		
F3 Acompanhamentos (Legumes, verduras, etc...) + Sobremesas	1			11		
	2			12		
	3			13		
	4			14		
	5			15		
	6			16		
	7			17		
	8			18		
	9			19		
	10			20		
F4 Pratos comprados (delivery/não preparados pela família)	1			6		
	2			7		
	3			8		

G Bebidas (não-alcoólicas e alcoólicas) do Natal

(Preencha detalhadamente o nome da bebida consumida e registre no campo de “nota” o grau e concentração da bebida, caso seja alcoólica).

Item	A Bebidas	B Quantidade em litros	C Marca	D Nota
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				

Questionário – Ceia do Restaurante

H Os pratos do Natal [Anexe fotografias dos pratos caso eles sejam individuais ou da mesa de comidas caso seja buffet]

H1 Total de pratos_____, Pratos quentes_____; Pratos frios_____.

(Preencha detalhadamente o nome dos pratos, bem como o dos pratos principais. Se for uma especialidade local, por favor, certifique-se de explicar mais detalhadamente e anexe uma foto separada).

Item	A Nome do Prato	B Os ingredientes do prato	C Quanto sobrou (%) (não se aplica à opção buffet)	D Levou os restos para casa 1 sim 2 não (não se aplica à opção buffet)
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				

I Bebidas (não-alcoólicas e alcoólicas) do natal

(Preencha detalhadamente o nome da bebida consumida e registre no campo de “nota” o grau e concentração da bebida, caso seja alcoólica)

Item	A Bebidas	B Quantidade consumida em Litros	C Marca	D Nota
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				

O questionário chegou ao fim (por favor revise as suas respostas com cuidado, as informações que estão sendo fornecidas são muito importantes para nossa pesquisa. Muito obrigada pela sua ajuda e desejamos a todos vocês um Feliz Natal!

Resultados

Gerações:

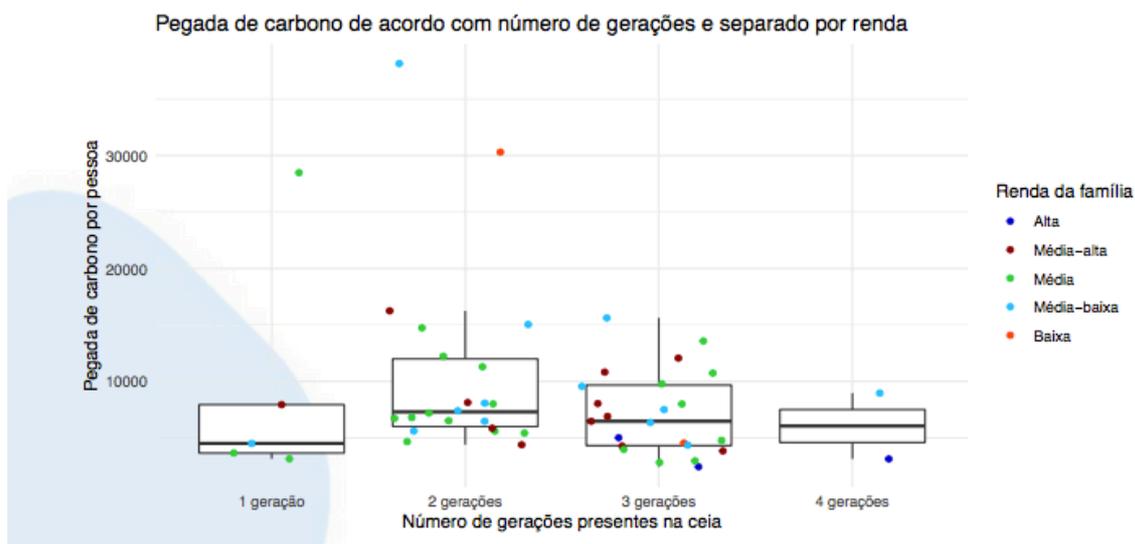
Olhando para o número de gerações presentes na ceia, pode-se observar que a maioria dos estudantes passou a ceia com duas ou três gerações. Foram poucas as pessoas que passaram apenas com amigos, sozinhas ou irmãos/primos, e deste grupo tivemos uma resposta de renda média que teve a maior pegada (outlier). Outras famílias de renda média ou média-baixa tiveram pegadas menores e uma de renda média-alta que ocupou o 3 quartil. Além disso, quando comparados os outros gráficos no Gráfico A de boxplot este grupo de apenas 1 geração foi o que teve menor mediana (aproximadamente 4500).

Famílias que passaram o natal com 2 gerações aparecem em maior quantidade e tiveram a maior mediana, as diferentes rendas destas famílias foram bem distribuídas, com exceção de dois outliers, um de renda médio-baixa e outro de renda baixa. Ninguém com renda alta passou o natal com 2 gerações.

Das 3 famílias que disseram ter renda alta, 2 passaram o Natal entre três gerações. A mediana que ficou próxima de 7000 foi ocupada por uma família de renda média-alta, e teve uma família de renda média-baixa bem próxima a este valor também. A família de renda baixa esteve abaixo da mediana, próxima ao 1° Quartil e não houve nenhum outlier.

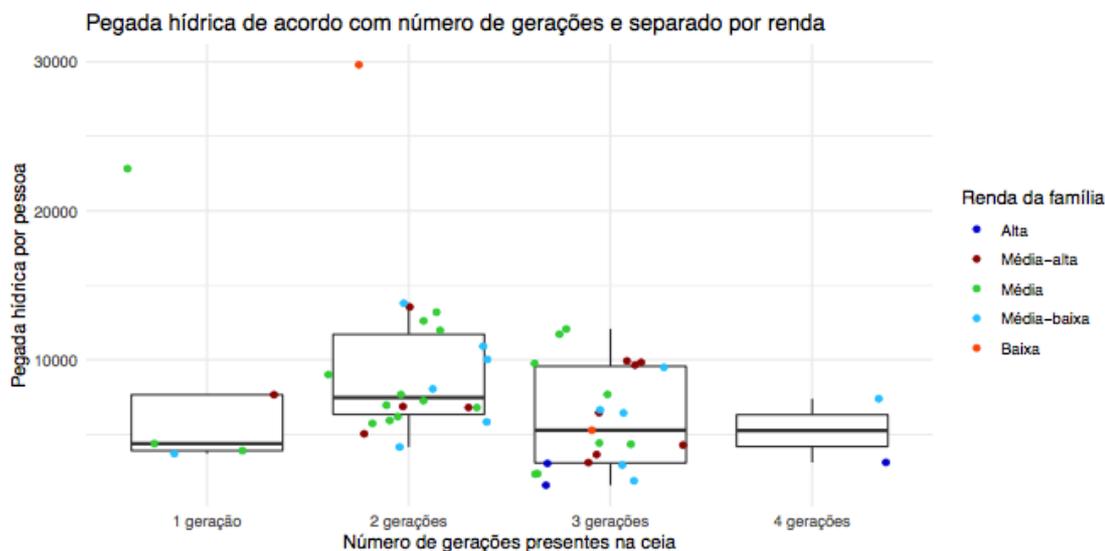
Pode-se observar no Gráfico A que apenas duas famílias que passaram o Natal entre 4 gerações. Dentre estas, uma é de renda alta, e outra de renda média-baixa.

Gráfico A



Em relação à pegada hídrica, pode-se observar no Gráfico B que o gráfico de pessoas que passaram o Natal apenas com sua geração ficou parecido com o da pegada de carbono. O boxplot de famílias que passaram entre 2 gerações também não apresentou muita diferença, e novamente foi responsável pela maior mediana, próxima dos 7500. Famílias de renda média ficaram próximas ou acima da mediana, de renda média-alta e média-baixa ficaram bem distribuídas ao redor da mediana, houve apenas 1 outlier de uma família de renda média. Com 3 gerações a mediana foi ocupada por uma família de renda baixa e as famílias de renda média-alta ocuparam tanto o 1° quanto o 3° Quartil e não houve nenhum outlier. A família de renda média-baixa que foi outlier na pegada de carbono, aqui na pegada hídrica não atingiu um valor tão discrepante das demais. E com 4 gerações também não houve grandes mudanças, a mediana ficou próxima de 5000.

Gráfico B



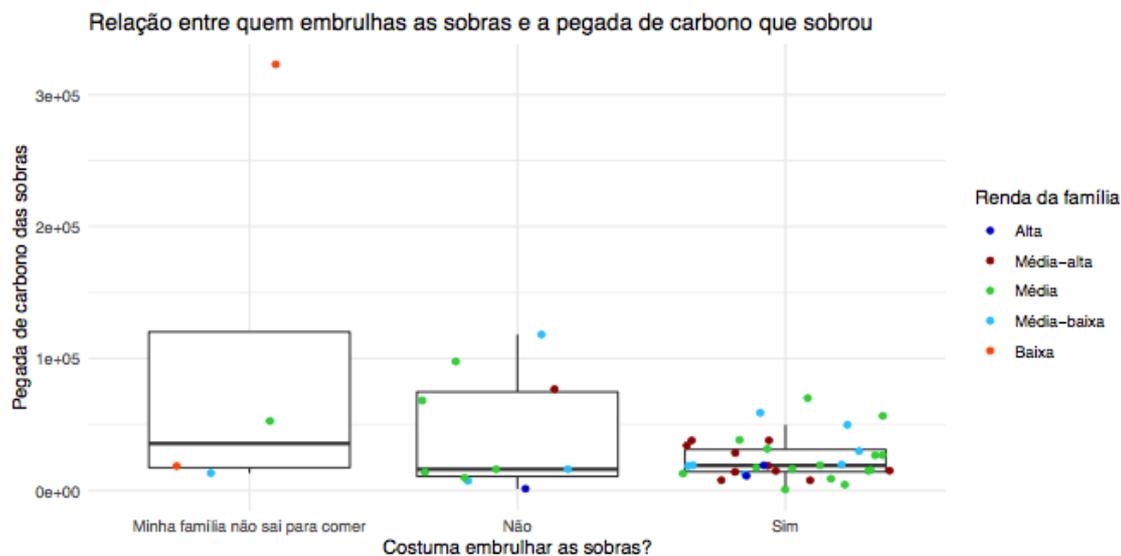
Sobras:

Analisando a pegada de carbono das sobras vemos que as únicas duas famílias de renda baixa não costumam sair para comer. Dessas 2 famílias de renda baixa, uma delas teve a maior pegada de sobra, sendo um outlier (porque esqueceu a sobremesa na geladeira) e a outra ficou no 3º quartil. Além dessas duas famílias de renda baixa, outras duas de renda média e média-baixa também responderam que não costumam sair para comer, ou seja, as famílias mais ricas costumam comer fora frequentemente.

Das pessoas que não embrulham as sobras, temos uma família de renda alta que ocupa a menor pegada de carbono de sobras, mas isso se deve ao fato de que a pegada de carbono geral das famílias de renda alta foi muito pequena. A maioria que embrulha são famílias de renda média e média-baixa e tem uma de média-alta ocupando o 3º Quartil, não há nenhum outlier.

A maioria das famílias disseram que tem o costume de embrulhar as sobras, uma das de renda alta ficou com o valor bem na mediana e a outra também de renda alta teve seu valor no 3º quartil. Ainda nesta categoria das que embrulham as sobras teve um outlier de uma família com renda média e o restante ficou bem distribuído ao redor da mediana, como pode-se observar no Gráfico C.

Gráfico C



Agora analisando a pegada hídrica das sobras, no Gráfico D pode-se observar que o gráfico não mudou muito. Das duas famílias de renda baixa uma foi outlier bem acima da mediana (321000) e a outra ficou no 1º Quartil.

Das pessoas que não costumam embrulhar, as famílias de renda média-baixa ficaram próximas a mediana que foi perto de 15000 e não tiveram nenhum outlier.

Das pessoas que costumam embrulhar a sobra, as duas famílias de renda alta ficaram próximas a mediana, aproximadamente 22000 e houveram muitas observações de renda media, que tiveram uma grande dispersão, pois houveram famílias de renda média que o PH das sobras foi perto de 0 assim como de outra família de renda média o PH foi perto de 80000. Com relação às famílias de renda média-baixa e média-alta houveram muitas respostas e a maioria embrulha as sobras.

Gráfico D



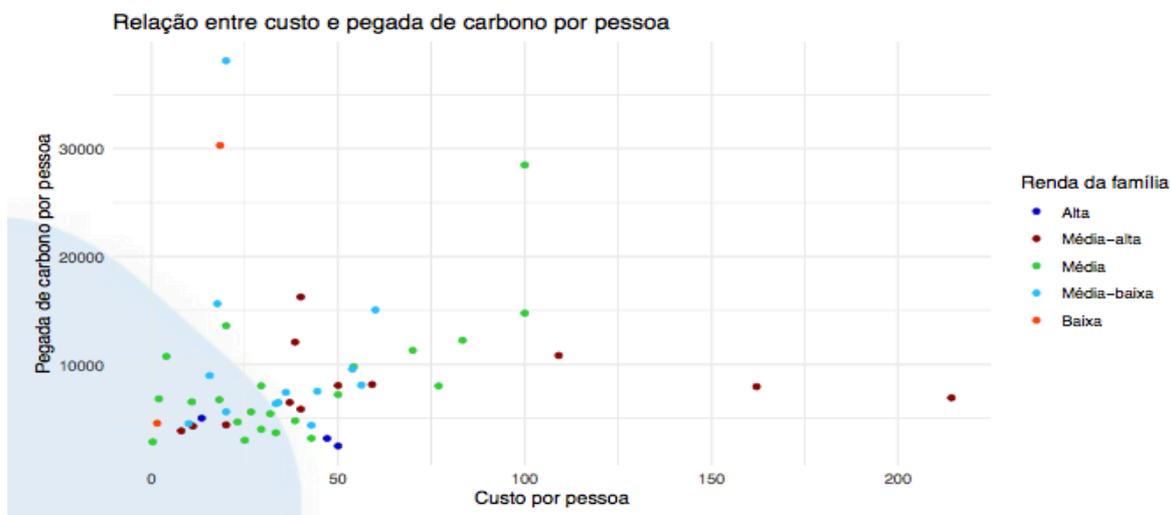
Custo da Ceia

No Gráfico E, o gráfico de pontos compara a pegada de carbono por pessoa e o custo da ceia por pessoa. Uma família de renda baixa conseguiu uma pegada de carbono perto de 30000 gastando quase 20 reais por pessoa. A outra família de renda baixa teve um consumo bem menor, perto de 5000, mas praticamente não gastou nada.

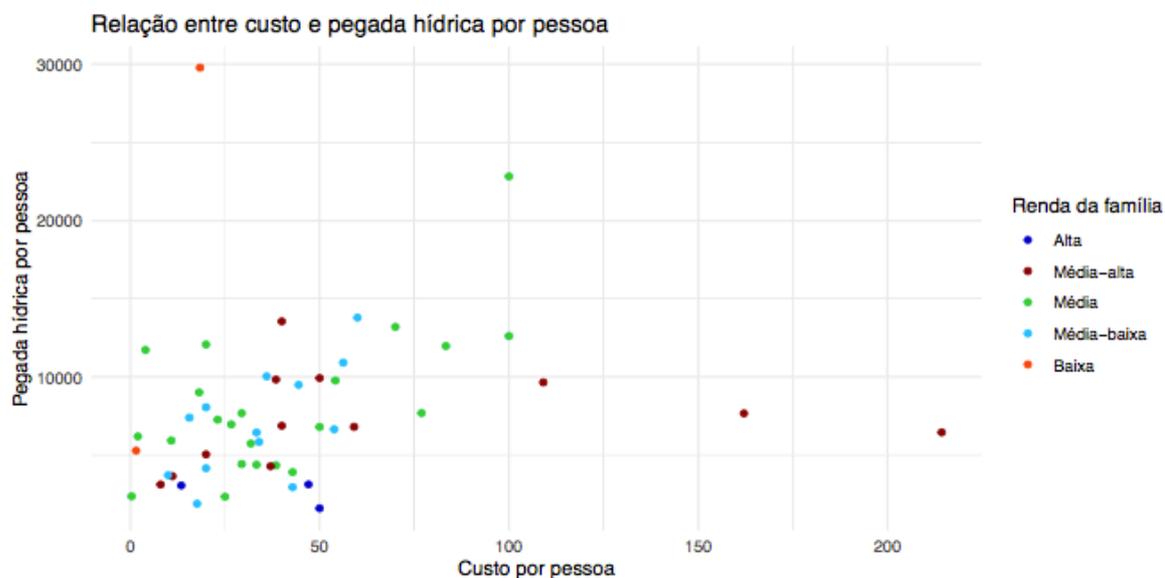
Três famílias de renda média-alta tiveram um custo alto por pessoa, mas a pegada ficou na média dos demais. As famílias de renda média representadas pelas bolinhas verdes tiveram um comportamento interessante, pois elas formam uma linha reta cortando o gráfico na metade em 45°, ou seja, os valores do custo com a pegada foram bem proporcionais, onde no geral quanto mais gastaram mais consumiram de forma linear.

As famílias de renda alta também gastaram pouco, mas diferente das de renda baixa, comeram muito pouco também.

Gráfico E



Observando o Gráfico F de pegada hídrica, o comportamento novamente foi bem parecido. Com 3 famílias de renda média-alta gastando muito e tendo um consumo razoável. Uma família de renda média-baixa teve o maior consumo e um custo baixo, tiveram famílias que praticamente não gastaram nada na ceia (1 de renda baixa e 3 de renda média) e dessa vez as famílias de renda média-baixa que tiveram um comportamento mais linear de aumento do valor na pegada hídrica na mesma proporção que gastaram mais para realizar a ceia.

Gráfico F

Religião

Foram consideradas apenas as duas religiões mais presentes entre os entrevistados: os católicos e os evangélicos. Nos Gráficos G e H pode-se observar que os boxplots estão quase idênticos, logo não há diferença significativa entre os dois grupos. Tanto para a pegada hídrica quanto para a de carbono a mediana das duas religiões foi de aproximadamente 7300.

Gráfico G

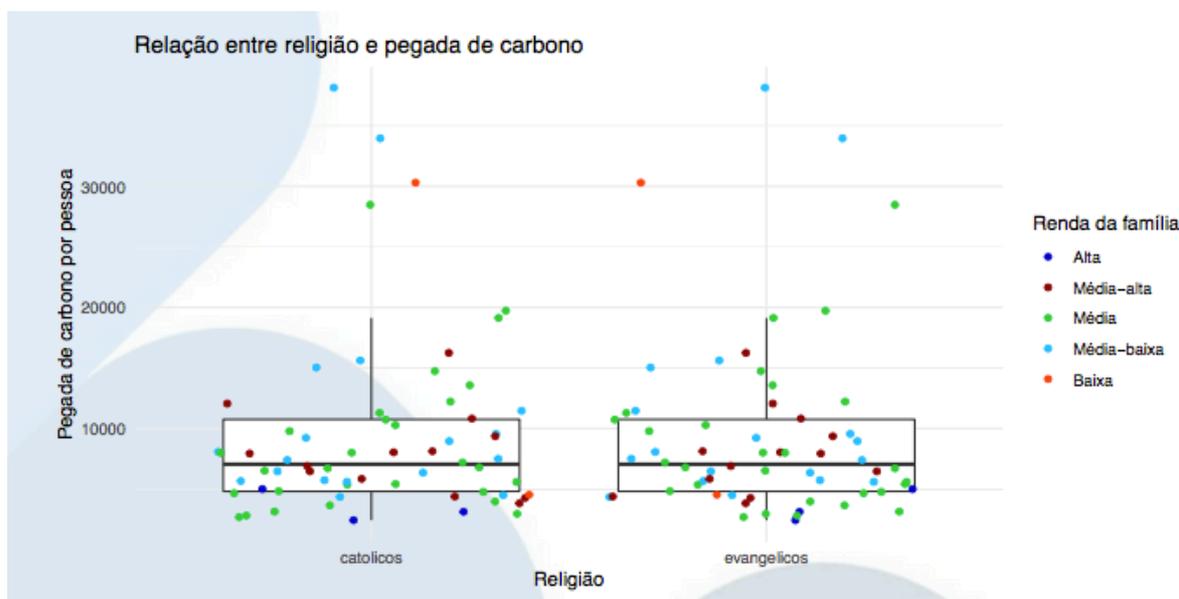
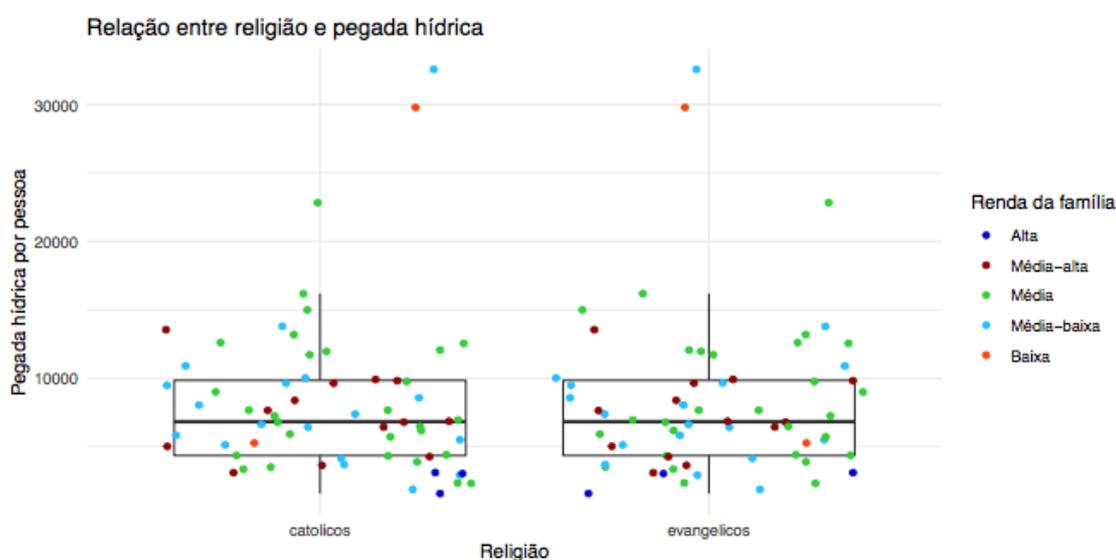


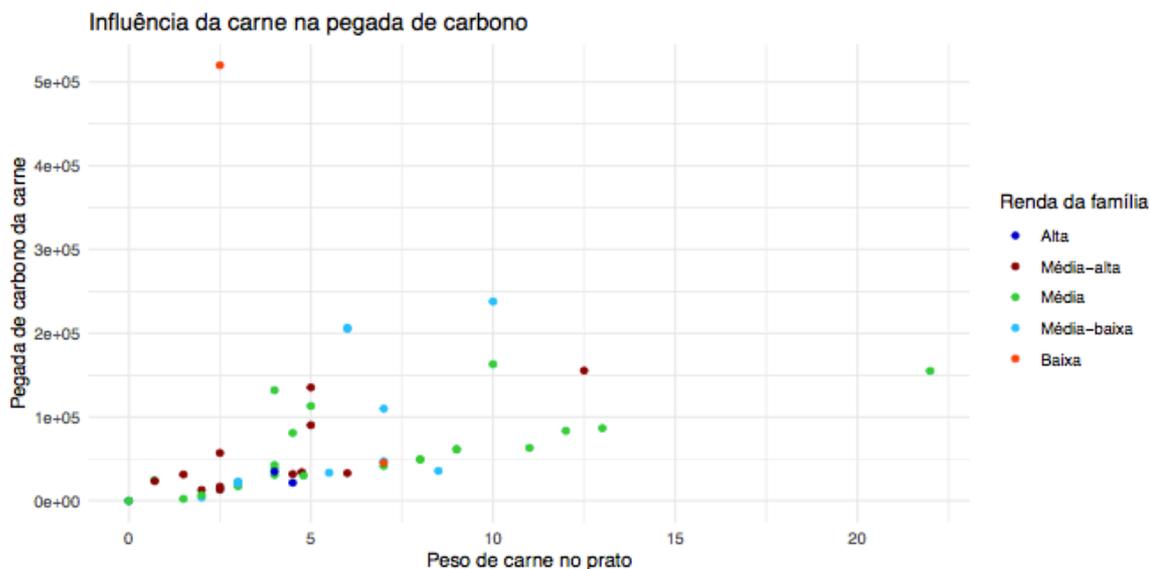
Gráfico H



Influência da carne na pegada de carbono

No Gráfico I vamos começar a analisar a influência da carne na pegada de carbono. Pode-se observar que a pegada de carbono aumenta na medida que tem mais carne no prato, e quase todas as famílias de renda média-alta comeram menos de 5Kg de carne. A família com maior consumo de carne (24Kg) tinha uma renda média e a pegada não foi tão alta pela quantidade de carne. E o contrário aconteceu com uma família de renda baixa que consumiu pouca carne (2.5Kg) e teve a maior pegada de carbono. 3 famílias, uma de renda média, uma de renda média-baixa e uma de renda alta não consumiram carne.

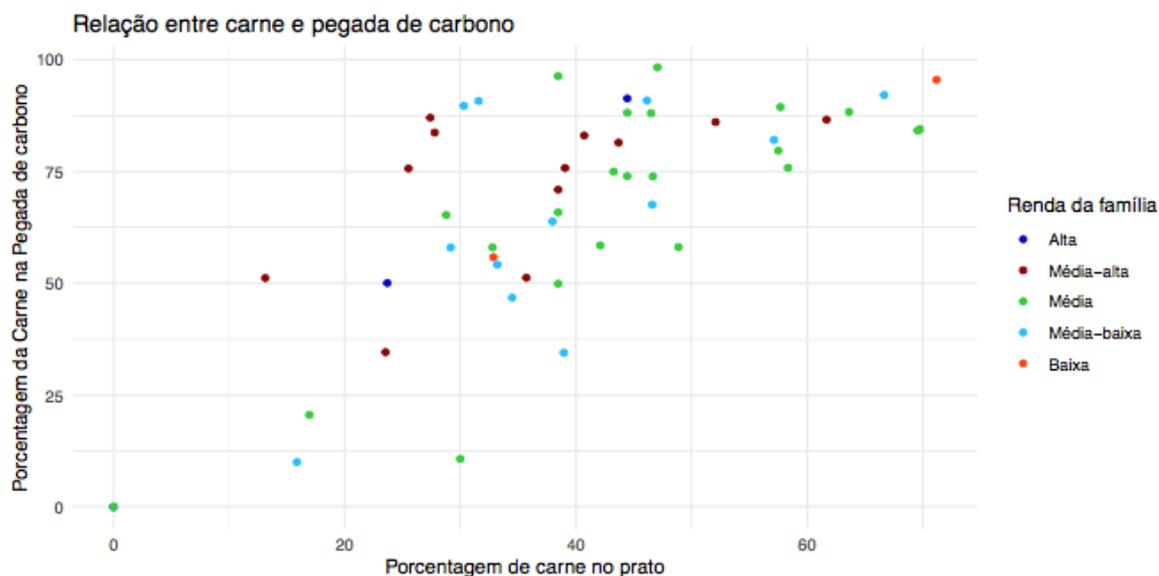
Gráfico I



Os boxplots do Gráfico J complementam as informações presentes no Gráfico I, pois neles podem-se observar melhor o quanto a carne impacta na pegada de carbono, por exemplo: no prato da maioria das famílias a carne representava entre 40% e 60% mas na pegada de carbono dessas mesmas famílias a carne foi responsável por 50% a 98% da pegada de carbono.

Vemos que uma família de renda baixa teve a maior porcentagem de carne no prato (71%), mas a maior influência da carne na pegada de carbono foi de uma família de renda média no qual a ceia era composta por apenas 47% de carne.

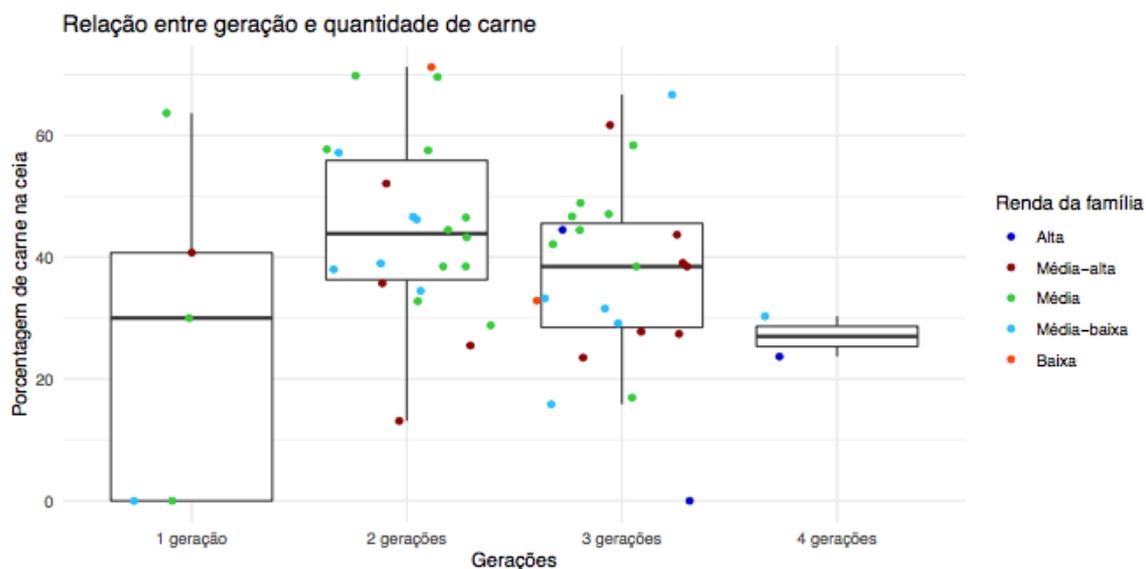
Gráfico J



O gráfico K compara a quantidade de gerações presentes com a porcentagem de carne, pois nos gráficos anteriores já foram analisados os número de famílias em cada geração bem como suas respectivas rendas.

Pode-se observar que entre as famílias que passaram o feriado com apenas 1 geração a mediana da porcentagem de carne no prato foi 30% o 1º Quartil foi zero, pois duas destas famílias (uma de renda média e outra média-baixa) não consumiram carne. Das famílias que passaram entre 2 gerações a mediana foi a maior de todas: 43% e a família de renda baixa que representou a maior porcentagem passou o Natal com 2 gerações. Com 3 gerações a porcentagem também foi alta (38,5%) e foi a única que teve outlier, no caso foi uma família de renda alta que não consumiu carne. E entre 4 gerações a mediana da porcentagem de carne na ceia foi de aproximadamente 27,5%.

Gráfico K

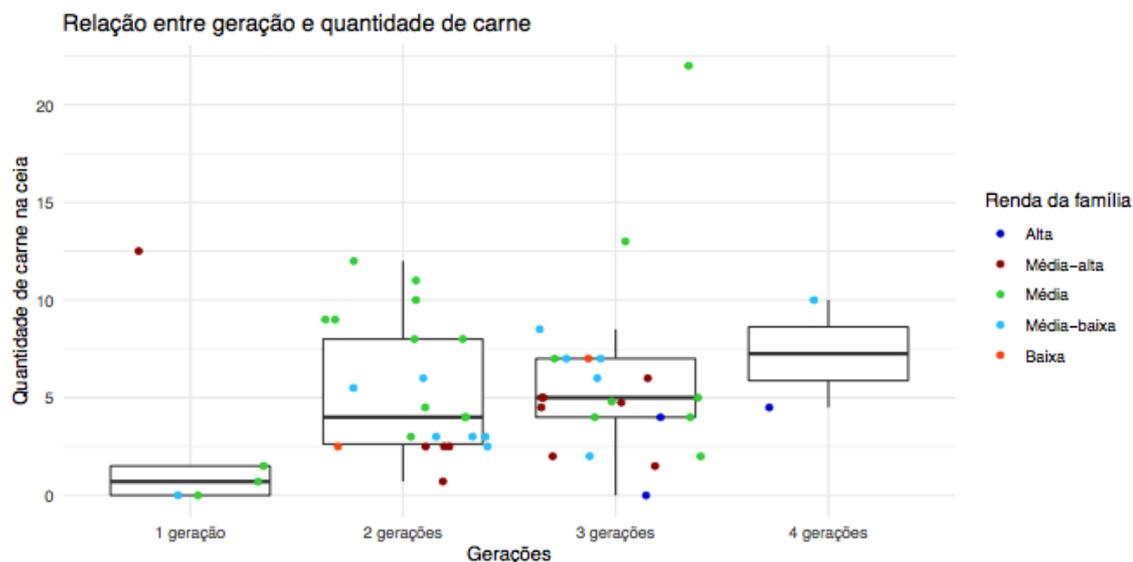


Um ponto interessante ao comparar o Gráfico K com o Gráfico L é que no anterior as famílias que passaram o Natal com 4 gerações tiveram a menor percentagem de carne na ceia, mas em quantidade geral foi a que teve maior mediana, ou seja, mesmo eles consumindo bastante carne, ainda tinham muitas outras opções de pratos na mesa, e provavelmente mais pessoas também.

As famílias que passaram entre apenas a própria geração apresentaram o menor consumo geral de carne, provavelmente porque eram menos pessoas.

Nas famílias que passaram o Natal entre 2 gerações a percentagem de carne foi a maior, mas quando olhamos para quantidade não é tão grande assim, e o oposto ocorre com quem passou o feriado com 3 gerações onde a percentagem foi menor que a de quem passou com os pais ou tios, mas a quantidade geral foi maior. Novamente uma possível explicação para isso é a quantidade de pessoas.

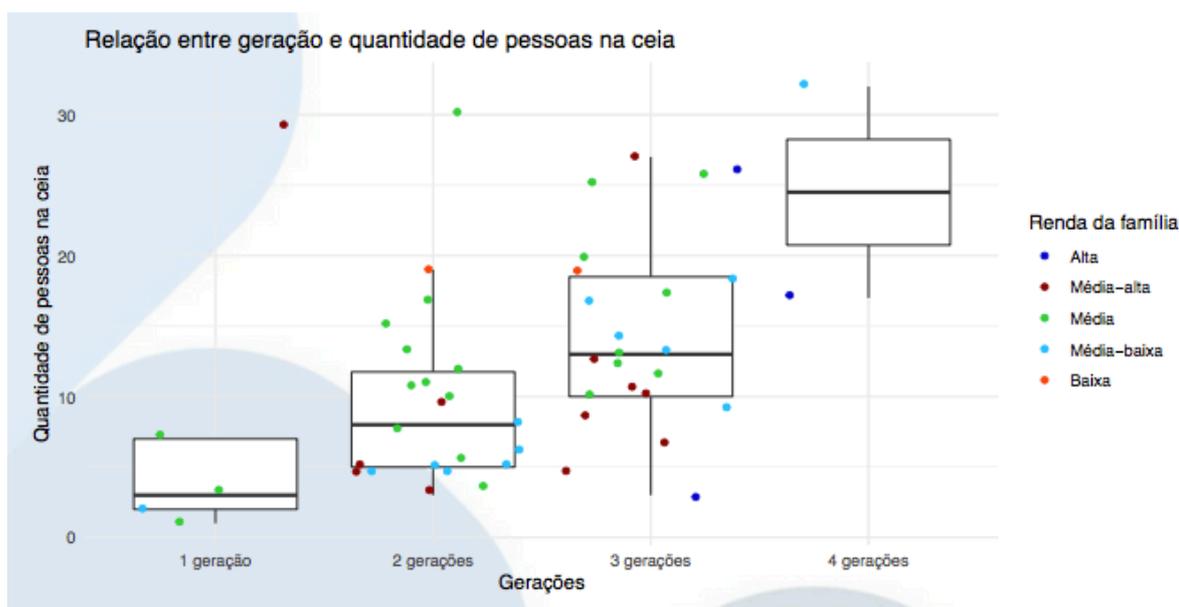
Gráfico L



O Gráfico M confirma a hipótese: nele pode-se observar que quanto mais gerações presentes na ceia, maior o número de pessoas também.

Podemos ver que as duas famílias de renda baixa passaram o Natal entre 19 pessoas, bem acima da mediana para 2 e 3 gerações. Quase todas as famílias de renda média-alta passaram com menos pessoas do que a mediana do seu número de gerações.

Gráfico M



Na Tabela i pode-se observar que de fato o alimento mais consumido na ceia foi a carne que corresponde a quase o dobro de todos os demais alimentos que não pertencem nem ao grupo das carnes, sobremesas, frutas e legumes.

Tabela i

Quantidade de cada grupo de alimento	
Alimento	Quantidade (kg)
Carnes	5,34
Frutas	1,06
Legumes	2,29
Sobremesas	2,12
Outros	2,75

Na Tabela ii compara-se este mesmo grupo e em relação à pegada de carbono observa-se que a da carne foi muito maior que a de todos os outros, as frutas chamam a atenção por ter uma pegada alta em comparação a quantidade consumida.

Tabela ii

Pegada de Carbono de cada grupo de alimento	
Alimento	Pegada de Carbono
Carnes	68.323,67
Frutas	1.019,94
Legumes	7.002,57
Sobremesas	5.783,07
Outros	6.253,50

Na Tabela iii observa-se que as frutas e os legumes foram os que mais reduziram proporcionalmente da pegada de carbono para a hídrica, enquanto as sobremesas tiveram o maior aumento proporcional.

Tabela iii

Pegada hídrica de cada grupo de alimento	
Alimento	Pegada hídrica
Carnes	64.926,93
Frutas	1.262,39
Legumes	5.174,05
Sobremesas	6.859,27
Outros	6.318,05

Agora vamos ver do grupo de carnes os que mais impactam tanto na pegada de carbono quanto na hídrica.

E observando as Tabelas iv e v pode-se observar que não há muita diferença, apenas que no geral a pegada hídrica acabou sendo um pouco maior. Ainda de acordo com as tabelas, percebe-se que a carne suína e logo em seguida as aves são os grandes responsáveis pelo valor da pegada, porque estas carnes foram as mais presentes nas ceias.

Tabela iv

Pegada de Carbono de Cada Grupo de Carne	
Tipo de Carne	Pegada de Carbono
Aves	9,03
Bovinos	5,98
Peixes	2,42
Suínos	12,45
Outros	1,86

Tabela v

Pegada Hídrica de Cada Grupo de Carne	
Tipo de Carne	Pegada Hídrica
Aves	9,77
Bovinos	6,08
Peixes	2,17
Suínos	13,19
Outros	1,86

Observações:

- Em relação à renda:

Foi coletado um baixo número de repostas extremas (renda alta ou baixa) e poucas de renda média-alta. Portanto, a maioria das respostas eram de famílias de renda média ou média-baixa.

- Em relação ao local da ceia:

Inicialmente o projeto seria em relação ao Brasil inteiro, porém das 64 respostas, 52 eram de SP e muitos estados ficaram sem nenhuma resposta. Portanto foi decidido fazer o projeto apenas com respostas do estado de São Paulo que terá um valor estatístico maior.

- Em relação aos números fora do padrão

Alguns respondentes reportaram números fora do padrão, como 300Kg de batata, nestes casos foi enviado um email a estes participantes solicitando que os valores fossem conferidos. Nem todos responderam e para não ficar um valor discrepante consideramos que o valor alto era em gramas e não em quilos como pedia o formulário.

- Em relação ao cálculo de alimentos através da receita

Nem todos os alimentos citados nas respostas do formulário estavam nesta tabela. Neste caso pesquisou-se a receita no Google e foi somado proporcionalmente o CF/WF de cada alimento descrito na receita para chegar ao CF/WF correspondente ao que o participante consumiu.

- Em relação ao uso do software

Para a análise dos dados foi utilizado o software de programação chamado RStudio, nele foram feitos gráficos boxplot e jitter.

ESTAT JR.; Unicamp (org.); FILIPPI, A.; BARBOSA, N.; PONZETTO, R. **Projeto 19021**: pesquisa alimentação e ambiente de natal. 2021. 20f. Dissertação (Estatística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2021.